Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Dados do Processo

Número do Processo
11956/2022

Assunto
BAIXA DE VEÍCULO > VENDA / LEILÃO

Data de Criação
21/07/2022 11:39:39

Status
ARQUIVADO : ENCAMINHAR

Fase
ENCAMINHAR

Objeto
SOLICITAÇÃO DE ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS

Sigiloso
Não

Prazo
Não

Data do Prazo

Setor Responsável
Diretoria Geral

Mat. Cadastrador
1075716

Cadastrador

Observação

Tipo de Documento de Origem

Número do documento

Forma de Recebimento

Localizador

Dados do Requerente Principal

Matrícula
1075716

CPF
07212117390

Nome
LARA MESQUITA DE MACEDO

Telefone
(098) 9871-41001

Email
laramacedo@mpma.mp.br

Orgão
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Setor
Setor de Transporte

Estado
MARANHÃO

Município

Envolvidos com o processo

Nome	Contato	Email	Relação	Matrícula
LARA MESQUITA DE MACEDO	(098) 9871-41001	laramacedo@mpma.mp.br	REPRESENTANTE	1075716
LARA MESQUITA DE MACEDO	(098) 9871-41001	laramacedo@mpma.mp.br	REQUERENTE PRINCIPAL	1075716

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
1	8679864	05/11/2024 15:21:02	MOVIMENTAÇÃO	ARQUIVAR	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA Observação de Movimentação: CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE ARQUIVO O REFERIDO PROCESSO, EM RAZÃO DA PERDA DO OBJETO, CONSIDERANDO A CONCLUSÃO DOS AUTOS.					
2	8679574	05/11/2024 14:26:37	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA GUARDA.					
3	8676780	05/11/2024 09:07:03	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
4	8676780	05/11/2024 09:07:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-ST - 1432024	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-ST - 1432024					
5	8676780	05/11/2024 09:07:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : DUT E CARTA ASSINADA - SCHMITT.pdf (Descrição: DUT E CARTA ASSINADA - SCHMITT)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : DUT E CARTA ASSINADA - SCHMITT.pdf (Descrição: DUT E CARTA ASSINADA - SCHMITT)					
6	8676780	05/11/2024 09:07:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : DUT E CARTA ASSINADA - DORIVAL.pdf (Descrição: DUT E CARTA ASSINADA - DORIVAL)	RAQUEL JATAY CASANOVAS

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : DUT E CARTA ASSINADA - DORIVAL.pdf (Descrição: DUT E CARTA ASSINADA - DORIVAL)					
7	8676780	05/11/2024 09:07:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : DUT E CARTA ASSINADA - LUCYMEIRE.pdf (Descrição: DUT E CARTA ASSINADA - LUCYMEIRE)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : DUT E CARTA ASSINADA - LUCYMEIRE.pdf (Descrição: DUT E CARTA ASSINADA - LUCYMEIRE)					
8	8676778	05/11/2024 09:07:01	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
9	8676776	05/11/2024 09:07:00	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
10	8676774	05/11/2024 09:06:59	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
11	8675537	04/11/2024 15:04:39	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação:					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
12	8609089	14/10/2024 09:49:26	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
ORIGEM: Coordenadoria de Serviços Gerais --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES Observação de Movimentação:					
13	8608332	14/10/2024 08:04:25	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Serviços Gerais Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
14	8608332	14/10/2024 08:04:25	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 8142024	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 8142024					
15	3491765	12/10/2024 11:05:49	ANEXO - PROCESSO	MODELOS DE CARTAS DE ARREMATE PREENCHIDAS	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : MODELOS DE CARTAS DE ARREMATE PREENCHIDAS					
16	3491764	12/10/2024 10:52:12	ANEXO - PROCESSO	EXTRATO_SINC_LICITANTE	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : EXTRATO_SINC_LICITANTE					
17	3491763	12/10/2024 10:52:12	ANEXO - PROCESSO	EXTRATO_SINC_RESULTADO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : EXTRATO_SINC_RESULTADO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
18	3491761	12/10/2024 10:17:57	ANEXO - PROCESSO	TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : TERMO DE HOMOLOGAÇÃO					
19	3491760	12/10/2024 10:17:57	ANEXO - PROCESSO	TERMO DE ADJUDICAÇÃO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : TERMO DE ADJUDICAÇÃO					
20	3491758	12/10/2024 10:14:14	ANEXO - PROCESSO	CNH CC SCHMITT	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : CNH CC SCHMITT					
21	3491757	12/10/2024 10:12:05	ANEXO - PROCESSO	CONTRATO CC SCHIMIT	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : CONTRATO CC SCHIMIT					
22	3491756	12/10/2024 10:12:05	ANEXO - PROCESSO	CNH DE DORIVAL ANTONIO LEMOS	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : CNH DE DORIVAL ANTONIO LEMOS					
23	3491755	12/10/2024 10:12:05	ANEXO - PROCESSO	CERTIFICADO MEI - LUCYMERE	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : CERTIFICADO MEI - LUCYMERE					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
24	8597083	09/10/2024 09:42:45	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR JOSÉ LINDSTRON PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRÂMITES PROCESSUAIS DO LEILÃO 01/2024.					
25	8596380	08/10/2024 22:35:29	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	PAULO GONÇALVES ARRAIS
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: PAULO GONÇALVES ARRAIS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
26	8596380	08/10/2024 22:35:29	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 76842024	PAULO GONÇALVES ARRAIS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 76842024					
27	8593047	08/10/2024 10:16:05	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação:					
28	8590521	07/10/2024 14:14:19	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	TATIANA ALVES DE PAULA
ORIGEM: Coordenadoria de Orçamento e Finanças --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: TATIANA ALVES DE PAULA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
29	8590521	07/10/2024 14:14:19	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-COF - 32302024	TATIANA ALVES DE PAULA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-COF - 32302024					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
30	8590397	07/10/2024 13:54:06	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	TATIANA ALVES DE PAULA
ORIGEM: Coordenadoria de Orçamento e Finanças --> DESTINO: Coordenadoria de Orçamento e Finanças Responsável pela Movimentação: TATIANA ALVES DE PAULA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO EM LOTE.					
31	8588945	07/10/2024 10:40:45	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	PAULO GONÇALVES ARRAIS
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Coordenadoria de Orçamento e Finanças Responsável pela Movimentação: PAULO GONÇALVES ARRAIS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
32	8588945	07/10/2024 10:40:45	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 75862024	PAULO GONÇALVES ARRAIS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 75862024					
33	8585320	04/10/2024 09:41:20	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação:					
34	8585278	04/10/2024 09:34:45	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
ORIGEM: Coordenadoria de Serviços Gerais --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
35	8585278	04/10/2024 09:34:45	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CSG - 17652024	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CSG - 17652024					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
36	8582895	03/10/2024 14:16:01	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Serviços Gerais Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
37	8582895	03/10/2024 14:16:01	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 7902024	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 7902024					
38	3479976	03/10/2024 14:03:52	ANEXO - PROCESSO	COMPROVANTES DE PAGAMENTO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : COMPROVANTES DE PAGAMENTO					
39	3479967	03/10/2024 14:02:28	ANEXO - PROCESSO	RELATÓRIO DE VENCEDORES	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : RELATÓRIO DE VENCEDORES					
40	3479966	03/10/2024 14:02:28	ANEXO - PROCESSO	RELATÓRIO DE PROPOSTA COMERCIAL	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : RELATÓRIO DE PROPOSTA COMERCIAL					
41	3479965	03/10/2024 14:02:28	ANEXO - PROCESSO	RANKING CLASSIFICATÓRIO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : RANKING CLASSIFICATÓRIO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
42	3479964	03/10/2024 14:02:28	ANEXO - PROCESSO	PROPOSTAS INICIAIS	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : PROPOSTAS INICIAIS					
43	3479963	03/10/2024 14:02:28	ANEXO - PROCESSO	ATA PARCIAL	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : ATA PARCIAL					
44	3479962	03/10/2024 14:02:28	ANEXO - PROCESSO	ESCLARECIMENTOS	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : ESCLARECIMENTOS					
45	3475728	01/10/2024 14:02:32	ANEXO - PROCESSO	PUBLICAÇÕES ABERTURA	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : PUBLICAÇÕES ABERTURA					
46	3441738	09/09/2024 10:08:01	ANEXO - PROCESSO	EDITAL ASSINADO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : EDITAL ASSINADO					
47	8482409	05/09/2024 13:53:39	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação:					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
48	8482222	05/09/2024 13:16:59	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA Observação de Movimentação: SEGUE O TERMO DE REFERÊNCIA COM A NUMERAÇÃO DOS ITENS DEVIDAMENTE CORRIGIDA E INFORMAÇÕES INCREMENTADAS SOBRE OS MODELOS DOS VEÍCULOS.					
49	8482222	05/09/2024 13:16:59	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERENCIA ATESTADO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : TERMO DE REFERENCIA ATESTADO					
50	8482219	05/09/2024 13:15:11	MOVIMENTAÇÃO	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE MOVIMENTACAO: CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO PARA INCLUSÃO DE DOCUMENTO COM ASSINATURA.					
51	8482122	05/09/2024 12:57:16	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA Observação de Movimentação: SEGUE O TERMO DE REFERÊNCIA COM A NUMERAÇÃO DOS ITENS DEVIDAMENTE CORRIGIDA E INFORMAÇÕES INCREMENTADAS SOBRE OS MODELOS DOS VEÍCULOS.					
52	8482122	05/09/2024 12:57:16	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERENCIA ATESTADO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : TERMO DE REFERENCIA ATESTADO					
53	8481794	05/09/2024 11:57:18	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA CORRIGIR A NUMERAÇÃO DOS ITENS E COMPLEMENTAR O MODELO DOS AUTOMÓVEIS.					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
54	8461154	30/08/2024 11:06:44	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR JOSÉ LINDSTRON PARA PUBLICAÇÃO DO EDITAL E AGENDAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA.					
55	8461023	30/08/2024 10:58:42	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	PAULO GONÇALVES ARRAIS
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: PAULO GONÇALVES ARRAIS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
56	8461023	30/08/2024 10:58:42	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 63112024	PAULO GONÇALVES ARRAIS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 63112024					
57	8450064	27/08/2024 13:53:38	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
58	8450064	27/08/2024 13:53:38	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 37102024	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 37102024					
59	8449504	27/08/2024 12:45:38	MOVIMENTAÇÃO	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE VÍNCULO DE ANEXO AO PROCESSO (ARQUIVO: CONSULTARSITUACAOFORNECEDOR_33683111000107_2024-08-27.PDF. DESCRIÇÃO : SICAF ATUALIZADO). OBSERVAÇÃO DE CANCELAMENTO :					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
60	8449419	27/08/2024 12:30:37	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: SEGUE O EDITAL ALTERADO					
61	8449419	27/08/2024 12:30:37	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	EDITAL ALTERADO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : EDITAL ALTERADO					
62	8449240	27/08/2024 11:57:38	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	DAIRE MARCIA DE SOUSA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: DAIRE MARCIA DE SOUSA Observação de Movimentação: A PEDIDO					
63	8449015	27/08/2024 11:21:53	MOVIMENTAÇÃO	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DAIRE MARCIA DE SOUSA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: DAIRE MARCIA DE SOUSA Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE MOVIMENTACAO: novo despacho					
64	8448716	27/08/2024 10:46:54	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	DAIRE MARCIA DE SOUSA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: DAIRE MARCIA DE SOUSA Observação de Movimentação: A PEDIDO, PARA JUNTA DO TR ATUALIZADO.					
65	8435566	22/08/2024 10:52:18	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
66	8435566	22/08/2024 10:52:18	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CSG - 14832024	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CSG - 14832024					
67	8434894	22/08/2024 09:53:25	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA MAGDDALENA RODRIGUES DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: MARIA MAGDDALENA RODRIGUES DA SILVA Observação de Movimentação: A PEDIDO					
68	8433709	21/08/2024 15:38:35	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
69	8433709	21/08/2024 15:38:35	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-ST - 1052024	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-ST - 1052024					
70	8433709	21/08/2024 15:38:35	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : NADA CONSTA E LICENCIAMENTOS 2024.pdf (Descrição: NADA CONSTA E LICENCIAMENTOS 2024)	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : NADA CONSTA E LICENCIAMENTOS 2024.pdf (Descrição: NADA CONSTA E LICENCIAMENTOS 2024)					
71	8433707	21/08/2024 15:38:34	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
72	8211730	11/06/2024 12:30:24	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
73	8211730	11/06/2024 12:30:24	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 25262024	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 25262024					
74	8208408	10/06/2024 15:19:36	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: CIENTE DA REUNIÃO AGENDADA PARA O DIA 12/06/2024.					
75	8208407	10/06/2024 15:19:35	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: CIENTE DA REUNIÃO AGENDADA PARA O DIA 12/06/2024.					
76	8208156	10/06/2024 14:53:36	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA Observação de Movimentação:					
77	8203974	10/06/2024 08:26:55	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
ORIGEM: Coordenadoria de Serviços Gerais --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES Observação de Movimentação:					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
78	8203273	07/06/2024 15:16:53	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Coordenadoria de Serviços Gerais Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
79	8203273	07/06/2024 15:16:53	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 24282024	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 24282024					
80	8195741	05/06/2024 14:33:55	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
81	8195741	05/06/2024 14:33:55	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 37712024	
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 37712024					
82	8175984	03/06/2024 10:49:53	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
83	8175984	03/06/2024 10:49:53	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 23352024	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 23352024					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
84	8173438	29/05/2024 15:01:03	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
85	8173438	29/05/2024 15:01:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 4852024	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 4852024					
86	8173377	29/05/2024 14:50:23	MOVIMENTAÇÃO	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE MOVIMENTACAO: AJUSTE					
87	8173374	29/05/2024 14:49:54	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação: SEGUE MINUTA DE EDITAL DO LEILÃO Nº 90001/2024 REVISADA DE ACORDO COM O PARECER-DGAJA - 2322024, INFORMANDO QUE MANTIVEMOS A ETAPA DE NEGOCIAÇÃO (ITEM II, LETRA "A" DO PARECER), POIS O LEILOEIRO PODERÁ ABRIR NEGOCIAÇÃO VISANDO CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS PARA A ADMINISTRAÇÃO, NÃO TRATANTO-SE APENAS DO PREÇO.					
88	3309867	29/05/2024 14:43:54	ANEXO - PROCESSO	MINUTA - LE_90001_2024 - ALIENAÇÃO DE VEICULOS	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : MINUTA - LE_90001_2024 - ALIENAÇÃO DE VEICULOS					
89	3309866	29/05/2024 14:43:53	ANEXO - PROCESSO	PORTARIA DE DESIGNAÇÃO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : PORTARIA DE DESIGNAÇÃO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
90	8172644	29/05/2024 13:13:25	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
91	8172644	29/05/2024 13:13:25	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CSG - 10172024	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CSG - 10172024					
92	8172644	29/05/2024 13:13:25	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Termo de Referencia - LEILAO.assinado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Termo de Referencia - LEILAO.assinado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO)					
93	8172642	29/05/2024 13:13:23	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
94	8170100	29/05/2024 09:09:49	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
95	8170100	29/05/2024 09:09:49	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 23102024	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 23102024					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
96	8168951	28/05/2024 15:12:47	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: PARECER.					
97	8168949	28/05/2024 15:11:39	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
98	8168949	28/05/2024 15:11:39	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PARECER-DGAJA - 2322024	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
Anexo da Movimentação com documento : PARECER-DGAJA - 2322024					
99	8134235	17/05/2024 11:02:14	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação:					
100	8098962	08/05/2024 10:54:08	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
101	8098962	08/05/2024 10:54:08	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 19182024	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 19182024					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
102	8097227	07/05/2024 15:24:27	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
103	8097227	07/05/2024 15:24:27	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-ST - 622024	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-ST - 622024					
104	8083324	03/05/2024 12:23:29	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	TIAGO SERRA COELHO
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: TIAGO SERRA COELHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
105	8083324	03/05/2024 12:23:29	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 18582024	TIAGO SERRA COELHO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 18582024					
106	8082801	03/05/2024 11:19:53	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
107	8082801	03/05/2024 11:19:53	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 4092024	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 4092024					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
108	3274412	03/05/2024 10:52:00	ANEXO - PROCESSO	EDITAL DO LEILÃO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : EDITAL DO LEILÃO					
109	3274411	03/05/2024 10:52:00	ANEXO - PROCESSO	PORTARIA DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo : PORTARIA DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO					
110	8082061	03/05/2024 09:54:41	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA Observação de Movimentação: SEGUE ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA CONFORME SOLICITADO.					
111	8082061	03/05/2024 09:54:41	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERENCIA- ASSINADO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : TERMO DE REFERENCIA- ASSINADO					
112	8081478	03/05/2024 08:34:18	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA ANEXAR NOVO TERMO.					
113	8070332	29/04/2024 13:26:41	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação:					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
114	8070143	29/04/2024 13:11:32	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA Observação de Movimentação: DEVOLVO OS AUTOS COM AS DEVIDAS ALTERAÇÕES NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA CONFORME SOLICITADO.					
115	8070143	29/04/2024 13:11:32	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERENCIA E ANEXO I - ATESTADO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : TERMO DE REFERENCIA E ANEXO I - ATESTADO					
116	8070143	29/04/2024 13:11:32	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR- ATESTADO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR- ATESTADO					
117	8037373	19/04/2024 13:08:13	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA ANEXAR NOVO TERMO DE REFERÊNCIA E ETP.					
118	7929789	18/03/2024 10:11:50	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA PROVIDÊNCIAS.					
119	7924162	15/03/2024 10:53:28	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA Observação de Movimentação: DEVOLVO OS AUTOS COM AS DEVIDAS ALTERAÇÕES CONFORME SOLICITADO.					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
120	7924162	15/03/2024 10:53:28	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR- LEILÃO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR- LEILÃO					
121	7924162	15/03/2024 10:53:28	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERÊNCIA- LEILÃO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA- LEILÃO					
122	7924162	15/03/2024 10:53:28	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	ANEXO I - ATESTADO- LEILÃO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : ANEXO I - ATESTADO- LEILÃO					
123	7918574	13/03/2024 16:41:50	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
ORIGEM: Coordenadoria de Serviços Gerais --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES Observação de Movimentação:					
124	7916442	13/03/2024 11:57:06	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Coordenadoria de Serviços Gerais Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS COM A MANIFESTAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DESTA CPL PARA AS DEVIDAS ALTERAÇÕES.					
125	7875035	29/02/2024 13:43:09	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
126	7875035	29/02/2024 13:43:09	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 2012024	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 2012024					
127	7825644	15/02/2024 09:06:49	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR JOSÉ LINDSTRON PACHECO PARA ESUTDAR A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE LEILÃO.					
128	7818430	08/02/2024 12:56:13	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
129	7818430	08/02/2024 12:56:13	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 8572024	
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 8572024					
130	7815634	07/02/2024 18:07:09	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
131	7815634	07/02/2024 18:07:09	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 3872024	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 3872024					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
132	3160563	07/02/2024 14:38:36	ANEXO - PROCESSO	SEAF - PLANILHA ATUALIZADA	TIAGO SERRA COELHO
Anexo : SEAF - PLANILHA ATUALIZADA					
133	3160562	07/02/2024 14:38:36	ANEXO - PROCESSO	CÁLCULOS DESVIO PADRÃO	TIAGO SERRA COELHO
Anexo : CÁLCULOS DESVIO PADRÃO					
134	7814746	07/02/2024 14:37:09	MOVIMENTAÇÃO	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	TIAGO SERRA COELHO
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: TIAGO SERRA COELHO Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE VÍNCULO DE ANEXO AO PROCESSO (ARQUIVO: MAPA DE PRECOS ATUALIZADO SEAF.PDF. DESCRIÇÃO : SEAF - PLANILHA ATUALIZADA). OBSERVAÇÃO DE CANCELAMENTO : DOCUMENTO ANEXADO POR EQUÍVOCO.					
135	7814745	07/02/2024 14:36:52	MOVIMENTAÇÃO	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	TIAGO SERRA COELHO
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: TIAGO SERRA COELHO Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE VÍNCULO DE ANEXO AO PROCESSO (ARQUIVO: MAPA DE PRECOS - CALCULOS DESVIO PADRAO.PDF. DESCRIÇÃO : PLANILHA DESVIO PADRÃO). OBSERVAÇÃO DE CANCELAMENTO : DOCUMENTO ANEXADO POR EQUÍVOCO.					
136	7811589	07/02/2024 08:41:36	MOVIMENTAÇÃO	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE MOVIMENTACAO: Novo despacho.					
137	7808232	06/02/2024 13:48:09	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
138	7797401	02/02/2024 11:23:53	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
139	7797401	02/02/2024 11:23:53	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-ST - 42024	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-ST - 42024					
140	7797401	02/02/2024 11:23:53	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : proposta jh leiloes assinada.pdf (Descrição: PROPOSTA JH LEILÕES - ATESTADA)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : proposta jh leiloes assinada.pdf (Descrição: PROPOSTA JH LEILÕES - ATESTADA)					
141	7797398	02/02/2024 11:23:52	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
142	7795890	02/02/2024 09:38:01	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO Observação de Movimentação: A PEDIDO, PARA ANEXAR PROPOSTA ASSINADA					
143	7793902	01/02/2024 14:44:26	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
144	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-ST - 32024	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-ST - 32024					
145	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Proposta GR atestada.pdf (Descrição: PROPOSTA GR LEILÕES - ATESTADA)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Proposta GR atestada.pdf (Descrição: PROPOSTA GR LEILÕES - ATESTADA)					
146	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DE FORNECEDOR.pdf (Descrição: JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : JUSTIFICATIVA DE ESCOLHA DE FORNECEDOR.pdf (Descrição: JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR)					
147	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO sem mavel Atestado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERÊNCIA - ATESTADO)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO sem mavel Atestado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERÊNCIA - ATESTADO)					
148	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : ETP3_2023 ATUALIZADO atestado.pdf (Descrição: ETP - ATESTADO)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : ETP3_2023 ATUALIZADO atestado.pdf (Descrição: ETP - ATESTADO)					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
149	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Proposta JH Leiloes atestada.pdf (Descrição: PROPOSTA JH LEILÕES - ATESTADA)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Proposta JH Leiloes atestada.pdf (Descrição: PROPOSTA JH LEILÕES - ATESTADA)					
150	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Proposta VIP leiloes atestada.pdf (Descrição: PROPOSTA VIP LEILÕES - ATESTADA)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Proposta VIP leiloes atestada.pdf (Descrição: PROPOSTA VIP LEILÕES - ATESTADA)					
151	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : OFC_AVALIACAO LEILAO.pdf (Descrição: OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : OFC_AVALIACAO LEILAO.pdf (Descrição: OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA)					
152	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : email - GR Leiloes.pdf (Descrição: E-MAIL GR LEILÕES)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : email - GR Leiloes.pdf (Descrição: E-MAIL GR LEILÕES)					
153	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : E-mail - JH LEILOES.pdf (Descrição: E-MAIL JH LEILÕES)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : E-mail - JH LEILOES.pdf (Descrição: E-MAIL JH LEILÕES)					
154	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : E-mail - VIP LEILOES.pdf (Descrição: E-MAIL VIP LEILÕES)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : E-mail - VIP LEILOES.pdf (Descrição: E-MAIL VIP LEILÕES)					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
155	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : MAPA DE PRECO atualizado Atestado.pdf (Descrição: MAPA DE PREÇO - ATESTADO)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : MAPA DE PRECO atualizado Atestado.pdf (Descrição: MAPA DE PREÇO - ATESTADO)					
156	7793902	01/02/2024 14:44:26	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : MEDIA PROPOSTAS sem a mavel Atestada.pdf (Descrição: MÉDIA PROPOSTAS - ATESTADA)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : MEDIA PROPOSTAS sem a mavel Atestada.pdf (Descrição: MÉDIA PROPOSTAS - ATESTADA)					
157	7793899	01/02/2024 14:44:25	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
158	7793897	01/02/2024 14:44:24	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
159	7793895	01/02/2024 14:44:23	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
160	7793893	01/02/2024 14:44:22	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
161	7793891	01/02/2024 14:44:21	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
162	7793889	01/02/2024 14:44:19	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
163	7793887	01/02/2024 14:44:18	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
164	7793885	01/02/2024 14:44:17	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
165	7793882	01/02/2024 14:44:16	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
166	7793880	01/02/2024 14:44:15	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
167	7793878	01/02/2024 14:44:14	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
168	7793876	01/02/2024 14:44:12	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
169	7788431	31/01/2024 11:39:54	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
170	7788431	31/01/2024 11:39:54	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 2372024	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 2372024					
171	7788159	31/01/2024 11:11:17	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
172	7788159	31/01/2024 11:11:17	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PTC-ACI - 572024	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA
Anexo da Movimentação com documento : PTC-ACI - 572024					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
173	7778386	30/01/2024 11:06:40	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
174	7778386	30/01/2024 11:06:40	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 2192024	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 2192024					
175	7777495	30/01/2024 09:57:03	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
176	7777495	30/01/2024 09:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-ST - 22024	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-ST - 22024					
177	7777495	30/01/2024 09:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO sem mavel Atestado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO sem mavel Atestado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO)					
178	7777495	30/01/2024 09:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : ETP3_2023 ATUALIZADO atestado.pdf (Descrição: ETP ATESTADO)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : ETP3_2023 ATUALIZADO atestado.pdf (Descrição: ETP ATESTADO)					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
179	7777495	30/01/2024 09:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : MAPA DE PRECO atualizado Atestado.pdf (Descrição: MAPA DE PREÇO)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : MAPA DE PRECO atualizado Atestado.pdf (Descrição: MAPA DE PREÇO)					
180	7777495	30/01/2024 09:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : MEDIA PROPOSTAS sem a mavel Atestada.pdf (Descrição: MÉDIA PROPOSTA)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : MEDIA PROPOSTAS sem a mavel Atestada.pdf (Descrição: MÉDIA PROPOSTA)					
181	7777495	30/01/2024 09:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : E-mail de Ministerio Publico do Maranhao - Solicitacao de Avaliacao de Veiculos para Leilao - VIP LEILOES (1).pdf (Descrição: E-MAIL DE MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO - SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS PARA LEILÃO - VIP LEILÕES (1))	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : E-mail de Ministerio Publico do Maranhao - Solicitacao de Avaliacao de Veiculos para Leilao - VIP LEILOES (1).pdf (Descrição: E-MAIL DE MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO - SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS PARA LEILÃO - VIP LEILÕES (1))					
182	7777495	30/01/2024 09:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : email GR Leiloes (1).pdf (Descrição: EMAIL GR LEILÕES (1))	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : email GR Leiloes (1).pdf (Descrição: EMAIL GR LEILÕES (1))					
183	7777495	30/01/2024 09:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : JH leiloes e-mail (1).pdf (Descrição: JH LEILÕES E-MAIL (1))	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : JH leiloes e-mail (1).pdf (Descrição: JH LEILÕES E-MAIL (1))					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
184	7777495	30/01/2024 09:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Proposta Jose Henrique JH leiloes atualizada (1).pdf (Descrição: PROPOSTA JOSÉ HENRIQUE JH LEILÕES ATUALIZADA (1))	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Proposta Jose Henrique JH leiloes atualizada (1).pdf (Descrição: PROPOSTA JOSÉ HENRIQUE JH LEILÕES ATUALIZADA (1))					
185	7777495	30/01/2024 09:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : Proposta VIP leiloes atualizada (1).pdf (Descrição: PROPOSTA VIP LEILÕES ATUALIZADA (1))	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : Proposta VIP leiloes atualizada (1).pdf (Descrição: PROPOSTA VIP LEILÕES ATUALIZADA (1))					
186	7777495	30/01/2024 09:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : avaliacao atualizada GR atestada (1).pdf (Descrição: AVALIAÇÃO ATUALIZADA GR ATESTADA (1))	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : avaliacao atualizada GR atestada (1).pdf (Descrição: AVALIAÇÃO ATUALIZADA GR ATESTADA (1))					
187	7777493	30/01/2024 09:57:02	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
188	7777491	30/01/2024 09:57:01	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
189	7777489	30/01/2024 09:57:00	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
190	7777487	30/01/2024 09:56:59	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
191	7777485	30/01/2024 09:56:58	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
192	7777483	30/01/2024 09:56:56	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
193	7777481	30/01/2024 09:56:55	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
194	7777479	30/01/2024 09:56:54	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
195	7777477	30/01/2024 09:56:53	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
196	7777475	30/01/2024 09:56:52	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
197	7728308	16/01/2024 11:31:59	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
198	7728308	16/01/2024 11:31:59	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 1092024	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 1092024					
199	7727944	16/01/2024 10:37:44	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	SILVANA MARIA NASCIMENTO DE CARVALHO
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: SILVANA MARIA NASCIMENTO DE CARVALHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
200	7727944	16/01/2024 10:37:44	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PTC-ACI - 272024	SILVANA MARIA NASCIMENTO DE CARVALHO
Anexo da Movimentação com documento : PTC-ACI - 272024					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
201	7713748	11/01/2024 11:12:00	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	SILVANA MARIA NASCIMENTO DE CARVALHO
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: SILVANA MARIA NASCIMENTO DE CARVALHO Observação de Movimentação:					
202	7712696	11/01/2024 09:26:25	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA Observação de Movimentação: SEGUE AS PROPOSTAS DEVIDAMENTE ATUALIZADAS NOS MOLDES DO ANEXO ÚNICO DO ATO REGULAMENTAR Nº 13/2020, CONFORME SOLICITADO.					
203	7712696	11/01/2024 09:26:25	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	GR- LEILÕES	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : GR- LEILÕES					
204	7712696	11/01/2024 09:26:25	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	JH- LEILÕES	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : JH- LEILÕES					
205	7712696	11/01/2024 09:26:25	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	VIP- LEILÕES	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : VIP- LEILÕES					
206	7712696	11/01/2024 09:26:25	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	MAVEL	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : MAVEL					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
207	7686303	26/12/2023 08:51:14	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA Observação de Movimentação: PARA APRESENTAR PROPOSTAS COMERCIAIS NOS MOLDES DO ANEXO ÚNICO DO ATO REGULAMENTAR Nº 13/2020 - GPGJ, QUE SOBRE OS PROCEDIMENTOS E ROTINAS PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA PREÇOS					
208	7626074	07/12/2023 09:00:16	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA Observação de Movimentação:					
209	7623849	06/12/2023 13:50:56	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA Observação de Movimentação: SEGUE AS COTAÇÕES DEVIDAMENTE ATESTADAS					
210	7623849	06/12/2023 13:50:56	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	VIP LEILÕES	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : VIP LEILÕES					
211	7623849	06/12/2023 13:50:56	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	GR LEILÕES	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : GR LEILÕES					
212	7623849	06/12/2023 13:50:56	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	JH LEILÕES	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : JH LEILÕES					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
213	7623849	06/12/2023 13:50:56	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	MAVEL	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA
Anexo : MAVEL					
214	7623253	06/12/2023 12:35:12	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA Observação de Movimentação: PARA ANEXAR DOCUMENTOS DE COTAÇÕES					
215	7620566	06/12/2023 10:24:39	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA Observação de Movimentação:					
216	7620551	06/12/2023 10:24:19	MOVIMENTAÇÃO	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE MOVIMENTACAO: Corrigindo.					
217	7619721	06/12/2023 09:09:07	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA Observação de Movimentação:					
218	7616260	05/12/2023 11:50:36	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
219	7616260	05/12/2023 11:50:36	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 51092023	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 51092023					
220	7612648	04/12/2023 15:02:48	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
221	7612648	04/12/2023 15:02:48	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-ST - 1102023	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-ST - 1102023					
222	7612648	04/12/2023 15:02:48	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : TERMO DE REFERENCIA ASSINADO.pdf (Descrição: TERMO DE REFERÊNCIA	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : TERMO DE REFERENCIA ASSINADO.pdf (Descrição: TERMO DE REFERÊNCIA ASSINADO)					
223	7612648	04/12/2023 15:02:48	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : ETP3_2023 ASSINADO.pdf (Descrição: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : ETP3_2023 ASSINADO.pdf (Descrição: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)					
224	7612648	04/12/2023 15:02:48	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : MAPA DE PRECO ASSINADO.pdf (Descrição: MAPA DE PREÇO)	RAQUEL JATAY CASANOVAS
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : MAPA DE PRECO ASSINADO.pdf (Descrição: MAPA DE PREÇO)					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
225	7612646	04/12/2023 15:02:47	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
226	7612644	04/12/2023 15:02:46	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
227	7612642	04/12/2023 15:02:44	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RAQUEL JATAY CASANOVAS
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RAQUEL JATAY CASANOVAS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
228	7595643	29/11/2023 10:09:34	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES Observação de Movimentação:					
229	7130913	07/07/2023 12:14:51	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
ORIGEM: Coordenadoria de Serviços Gerais --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES Observação de Movimentação:					
230	7129779	07/07/2023 10:05:29	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Coordenadoria de Serviços Gerais Responsável pela Movimentação: CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA Observação de Movimentação: PARA ATUALIZAR COTAÇÃO DE PREÇOS TENDO EM VISTA AS DISPOSIÇÕES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
231	7052682	14/06/2023 15:37:54	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JADIEL FERNANDES FRANÇA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: JADIEL FERNANDES FRANÇA Observação de Movimentação:					
232	7033366	07/06/2023 09:54:21	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: DIEGO SANTOS FRIAS Observação de Movimentação: ENCAMINHO PARA ASSESSORIA TÉCNICA DA ADMINISTRAÇÃO COM VALOR DE CADA BEM INCLUSO NO TERMO DE REFERÊNCIA.					
233	7033366	07/06/2023 09:54:21	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERÊNCIA CORRIGIDO E ASSINADO	
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA CORRIGIDO E ASSINADO					
234	6970370	22/05/2023 16:39:49	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
ORIGEM: Coordenadoria de Serviços Gerais --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES Observação de Movimentação:					
235	6931671	10/05/2023 11:41:09	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Coordenadoria de Serviços Gerais Responsável pela Movimentação: CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA Observação de Movimentação: A PEDIDO DO COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS PARA INCLUIR NO TERMO DE REFERÊNCIA VALOR DE CADA BEM.					
236	6924646	08/05/2023 15:55:03	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JADIEL FERNANDES FRANÇA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: JADIEL FERNANDES FRANÇA Observação de Movimentação:					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
237	6763818	17/03/2023 12:02:23	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	TATIANA ALVES DE PAULA
ORIGEM: Coordenadoria de Orçamento e Finanças --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: TATIANA ALVES DE PAULA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
238	6763818	17/03/2023 12:02:23	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-COF - 6662023	TATIANA ALVES DE PAULA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-COF - 6662023					
239	6759731	17/03/2023 08:02:18	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	LETÍCIA DE CÁSSIA CANTANHEDE FONSECA
ORIGEM: Coordenadoria de Orçamento e Finanças --> DESTINO: Coordenadoria de Orçamento e Finanças Responsável pela Movimentação: LETÍCIA DE CÁSSIA CANTANHEDE FONSECA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO EM LOTE.					
240	6759530	16/03/2023 17:21:55	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Coordenadoria de Orçamento e Finanças Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
241	6759530	16/03/2023 17:21:55	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 9882023	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 9882023					
242	6754373	16/03/2023 10:45:28	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: LARA MESQUITA DE MACEDO Observação de Movimentação: SEGUE DOCUMENTAÇÃO CORRIGIDA.					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
243	6754373	16/03/2023 10:45:28	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	ETP	
Anexo : ETP					
244	6754373	16/03/2023 10:45:28	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERÊNCIA	
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA					
245	6754373	16/03/2023 10:45:28	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA	
Anexo : CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA					
246	6749004	15/03/2023 11:53:58	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	DAIRE MARCIA DE SOUSA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: DAIRE MARCIA DE SOUSA Observação de Movimentação: A PEDIDO					
247	6745790	14/03/2023 14:18:01	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: LARA MESQUITA DE MACEDO Observação de Movimentação: SEGUE NOVO TERMO DE REFERÊNCIA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTAS ATESTADAS.					
248	6745790	14/03/2023 14:18:01	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERÊNCIA	
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
249	6745790	14/03/2023 14:18:01	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA	
Anexo : CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA					
250	6745790	14/03/2023 14:18:01	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	ETP_ALIENACAO	
Anexo : ETP_ALIENACAO					
251	6745790	14/03/2023 14:18:01	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	AVALIAÇÃO ATESTADA VIP	
Anexo : AVALIAÇÃO ATESTADA VIP					
252	6745790	14/03/2023 14:18:01	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	AVALIAÇÃO ATESTADA MAVEL	
Anexo : AVALIAÇÃO ATESTADA MAVEL					
253	6745790	14/03/2023 14:18:01	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	AVALIAÇÃO ATESTADA AUTO CAR ROUXINOL	
Anexo : AVALIAÇÃO ATESTADA AUTO CAR ROUXINOL					
254	6371439	14/11/2022 08:36:34	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA Observação de Movimentação: A PEDIDO DO COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
255	6316345	25/10/2022 10:44:48	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JADIEL FERNANDES FRANÇA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: JADIEL FERNANDES FRANÇA Observação de Movimentação:					
256	6288421	17/10/2022 10:10:47	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
257	6288421	17/10/2022 10:10:47	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 40102022	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 40102022					
258	6288094	17/10/2022 09:26:25	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	ROBERT JOSÉ PEREIRA COSTA
ORIGEM: Setor de Transporte --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: ROBERT JOSÉ PEREIRA COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
259	6288094	17/10/2022 09:26:25	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-ST - 542022	ROBERT JOSÉ PEREIRA COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-ST - 542022					
260	2572087	14/10/2022 09:42:43	ANEXO - PROCESSO	AVALIAÇÃO MAVEL	LARA MESQUITA DE MACEDO
Anexo : AVALIAÇÃO MAVEL					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
261	2572086	14/10/2022 09:42:43	ANEXO - PROCESSO	AVALIAÇÃO VIP LEILÕES	LARA MESQUITA DE MACEDO
Anexo : AVALIAÇÃO VIP LEILÕES					
262	1930245	14/10/2022 09:15:41	DOCUMENTO DIGIDOC ANEXADO	TREF-ST - 22022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO)	
Anexo : TREF-ST - 22022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO)					
263	2566586	10/10/2022 10:35:37	ANEXO - PROCESSO	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ALIENAÇÃO	LARA MESQUITA DE MACEDO
Anexo : ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ALIENAÇÃO					
264	6021111	22/07/2022 15:28:34	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Setor de Transporte Responsável pela Movimentação: JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
265	6021111	22/07/2022 15:28:34	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SAF - 28912022	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SAF - 28912022					
266	6019810	22/07/2022 11:19:21	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
267	6019810	22/07/2022 11:19:21	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 39572022	
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 39572022					
268	6016005	21/07/2022 11:47:55	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA Observação de Movimentação: AUTUE-SE.					
269	6016004	21/07/2022 11:47:49	MOVIMENTAÇÃO	ACEITAR REQUISIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA Observação de Movimentação: AUTUE-SE.					
270	1839869	21/07/2022 11:39:39	DOCUMENTO DIGIDOC ANEXADO	MEMO-ST - 182022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO)	
Anexo : MEMO-ST - 182022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO)					
271	0	21/07/2022 11:39:39	PROCESSO	ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO	
ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO					

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
05/11/2024 15:21:02	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	05/11/2024 15:21:02	ARQUIVAR	ARQUIVADO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
05/11/2024 14:26:37	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	05/11/2024 14:37:41	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
05/11/2024 09:07:03	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	05/11/2024 14:25:59	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

- Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 1432024
- Anexo de movimentação: DUT E CARTA ASSINADA - SCHMITT
- Anexo de movimentação: DUT E CARTA ASSINADA - DORIVAL
- Anexo de movimentação: DUT E CARTA ASSINADA - LUCYMEIRE

05/11/2024 09:07:01	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Comissão Permanente de Licitação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
05/11/2024 09:07:00	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Comissão Permanente de Licitação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
05/11/2024 09:06:59	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Comissão Permanente de Licitação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
04/11/2024 15:04:39	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	04/11/2024 15:05:06	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
14/10/2024 09:49:26	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	14/10/2024 13:14:18	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
14/10/2024 08:04:25	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	14/10/2024 09:49:13	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

- Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 8142024

09/10/2024 09:42:45	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	12/10/2024 10:09:58	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
08/10/2024 22:35:29	Diretoria Geral	PAULO GONÇALVES ARRAIS	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	09/10/2024 08:42:56	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 76842024

08/10/2024 10:16:05	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	ANNA VALÉRIA PINHEIRO ANTUNES RÊGO	08/10/2024 17:15:27	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
07/10/2024 14:14:19	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	TATIANA ALVES DE PAULA	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	08/10/2024 10:15:48	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-COF - 32302024

07/10/2024 13:54:06	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	TATIANA ALVES DE PAULA	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	ANA CLÁUDIA REIS GODINHO SANTOS	07/10/2024 14:02:13	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
07/10/2024 10:40:45	Diretoria Geral	PAULO GONÇALVES ARRAIS	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	TATIANA ALVES DE PAULA	07/10/2024 13:53:13	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 75862024

04/10/2024 09:41:20	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	ANNA VALÉRIA PINHEIRO ANTUNES RÊGO	04/10/2024 12:13:20	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
04/10/2024 09:34:45	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	04/10/2024 09:41:06	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CSG - 17652024

03/10/2024 14:16:01	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	04/10/2024 09:27:08	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 7902024

05/09/2024 13:53:39	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	09/09/2024 10:06:58	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
05/09/2024 13:16:59	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	05/09/2024 13:53:22	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

TERMO DE REFERENCIA ATESTADO

05/09/2024 13:15:11	Comissão Permanente de Licitação	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	05/09/2024 13:15:11	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	TRAMITANDO
05/09/2024 12:57:16	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	Comissão Permanente de Licitação	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	05/09/2024 13:15:11	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

TERMO DE REFERENCIA ATESTADO

05/09/2024 11:57:18	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	05/09/2024 12:21:15	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
30/08/2024 11:06:44	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	05/09/2024 11:56:26	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
30/08/2024 10:58:42	Diretoria Geral	PAULO GONÇALVES ARRAIS	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	30/08/2024 11:03:07	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 63112024

27/08/2024 13:53:38	Secretaria Administrativo-Financeira	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA	Diretoria Geral	MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA	29/08/2024 08:56:03	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 37102024

27/08/2024 12:45:38	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	27/08/2024 12:45:38	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	TRAMITANDO
27/08/2024 12:30:37	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	27/08/2024 12:31:39	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

EDITAL ALTERADO

27/08/2024 11:57:38	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	27/08/2024 12:30:00	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
27/08/2024 11:21:53	Setor de Transporte	DAIRE MARCIA DE SOUSA	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	27/08/2024 11:21:53	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	TRAMITANDO
27/08/2024 10:46:54	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	Setor de Transporte	DAIRE MARCIA DE SOUSA	27/08/2024 11:21:53	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
22/08/2024 10:52:18	Setor de Transporte	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	22/08/2024 11:06:40	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CSG - 14832024

22/08/2024 09:53:25	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA MAGDDALENA RODRIGUES DA SILVA	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	22/08/2024 10:43:51	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
21/08/2024 15:38:35	Setor de Transporte	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	22/08/2024 08:09:01	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 1052024

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
Anexos							
Anexo de movimentação: NADA CONSTA E LICENCIAMENTOS 2024							
21/08/2024 15:38:34	Setor de Transporte	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
11/06/2024 12:30:24	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Setor de Transporte	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	21/08/2024 15:19:57	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 25262024							
10/06/2024 15:19:36	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA	11/06/2024 06:53:50	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
10/06/2024 15:19:35	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
10/06/2024 14:53:36	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	10/06/2024 15:18:23	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
10/06/2024 08:26:55	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	10/06/2024 14:53:14	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
07/06/2024 15:16:53	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	10/06/2024 08:26:19	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 24282024							
05/06/2024 14:33:55	Diretoria Geral	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIANA ROSE SILVA GOMES	05/06/2024 14:53:15	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 37712024							

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
03/06/2024 10:49:53	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Diretoria Geral	RAFAEL ROCHA RIBEIRO	03/06/2024 13:29:15	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 23352024

29/05/2024 15:01:03	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA	29/05/2024 15:07:33	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4852024

29/05/2024 14:50:23	Secretaria Administrativo-Financeira	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	29/05/2024 14:50:23	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	TRAMITANDO
29/05/2024 14:49:54	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Secretaria Administrativo-Financeira	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	29/05/2024 14:50:23	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
29/05/2024 13:13:25	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	29/05/2024 14:28:19	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CSG - 10172024

Anexo de movimentação: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO

29/05/2024 13:13:23	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Comissão Permanente de Licitação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
29/05/2024 09:09:49	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	29/05/2024 12:29:02	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 23102024

28/05/20	Assessoria Jurídica da	MARIA DO SOCORRO QUADROS	Secretaria	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	29/05/2024	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
24 15:12:47	Administração	DE ABREU	Administrativo-Financeira	COSTA	07:52:11		
28/05/2024 15:11:39	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	28/05/2024 15:12:29	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 2322024

17/05/2024 11:02:14	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO	20/05/2024 08:17:49	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
08/05/2024 10:54:08	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	10/05/2024 11:43:37	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 19182024

07/05/2024 15:24:27	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	08/05/2024 07:59:48	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 622024

03/05/2024 12:23:29	Secretaria Administrativo-Financeira	TIAGO SERRA COELHO	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	07/05/2024 11:22:49	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 18582024

03/05/2024 11:19:53	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	03/05/2024 11:26:09	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4092024

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
03/05/2024 09:54:41	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	03/05/2024 10:40:54	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

TERMO DE REFERENCIA- ASSINADO

03/05/2024 08:34:18	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	03/05/2024 09:50:36	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
29/04/2024 13:26:41	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	03/05/2024 08:33:51	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
29/04/2024 13:11:32	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	29/04/2024 13:26:28	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

TERMO DE REFERENCIA E ANEXO I - ATESTADO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR- ATESTADO

19/04/2024 13:08:13	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	29/04/2024 13:08:31	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
18/03/2024 10:11:50	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	04/04/2024 13:56:10	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
15/03/2024 10:53:28	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	18/03/2024 10:11:35	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR- LEILÃO

TERMO DE REFERÊNCIA- LEILÃO

ANEXO I - ATESTADO- LEILÃO

13/03/2024 16:41:	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	14/03/2024 13:41:07	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
50							
13/03/2024 11:57:06	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	13/03/2024 16:41:36	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
29/02/2024 13:43:09	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	13/03/2024 11:55:28	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 2012024

15/02/2024 09:06:49	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	29/02/2024 13:31:25	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
08/02/2024 12:56:13	Diretoria Geral	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	15/02/2024 09:04:42	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 8572024

07/02/2024 18:07:09	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Diretoria Geral	RAFAEL ROCHA RIBEIRO	08/02/2024 11:02:02	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 3872024

07/02/2024 14:37:09	Secretaria Administrativo-Financeira	TIAGO SERRA COELHO	Secretaria Administrativo-Financeira	TIAGO SERRA COELHO	07/02/2024 14:37:09	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	TRAMITANDO
07/02/2024 14:36:52	Secretaria Administrativo-Financeira	TIAGO SERRA COELHO	Secretaria Administrativo-Financeira	TIAGO SERRA COELHO	07/02/2024 14:36:52	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	TRAMITANDO
07/02/2024 08:41:36	Setor de Transporte	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA	07/02/2024 08:41:36	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	TRAMITANDO
06/02/2024 13:48:09	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Setor de Transporte	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA	07/02/2024 08:41:36	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
02/02/2024 11:23:53	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	02/02/2024 11:27:45	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

- Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 42024
- Anexo de movimentação: PROPOSTA JH LEILÕES - ATESTADA

02/02/2024 11:23:52	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
02/02/2024 09:38:01	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	02/02/2024 11:07:51	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:26	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	01/02/2024 14:55:07	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

- Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 32024
- Anexo de movimentação: PROPOSTA GR LEILÕES - ATESTADA
- Anexo de movimentação: JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR
- Anexo de movimentação: TERMO DE REFERÊNCIA - ATESTADO
- Anexo de movimentação: ETP - ATESTADO
- Anexo de movimentação: PROPOSTA JH LEILÕES - ATESTADA
- Anexo de movimentação: PROPOSTA VIP LEILÕES - ATESTADA
- Anexo de movimentação: OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA
- Anexo de movimentação: E-MAIL GR LEILÕES
- Anexo de movimentação: E-MAIL JH LEILÕES
- Anexo de movimentação: E-MAIL VIP LEILÕES
- Anexo de movimentação: MAPA DE PREÇO - ATESTADO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
	Anexos						
	Anexo de movimentação: MÉDIA PROPOSTAS - ATESTADA						
01/02/2024 14:44:25	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:24	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:23	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:22	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:21	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:19	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:18	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:17	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:16	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:15	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:14	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
01/02/2024 14:44:12	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
31/01/20	Secretaria Administrativo-	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO	01/02/2024	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
24 11:39:54	Financeira			CARDOSO DE ALMEIDA	14:04:11		

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 2372024

31/01/2024 11:11:17	Assessoria Técnica da Administração	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA	31/01/2024 11:17:07	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: PTC-ACI - 572024

30/01/2024 11:06:40	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	30/01/2024 12:16:46	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 2192024

30/01/2024 09:57:03	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	30/01/2024 10:08:32	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 22024

Anexo de movimentação: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO

Anexo de movimentação: ETP ATESTADO

Anexo de movimentação: MAPA DE PREÇO

Anexo de movimentação: MÉDIA PROPOSTA

Anexo de movimentação: E-MAIL DE MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO - SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS PARA LEILÃO - VIP LEILÕES (1)

Anexo de movimentação: EMAIL GR LEILÕES (1)

Anexo de movimentação: JH LEILÕES E-MAIL (1)

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
	Anexos						
	Anexo de movimentação: PROPOSTA JOSÉ HENRIQUE JH LEILÕES ATUALIZADA (1)						
	Anexo de movimentação: PROPOSTA VIP LEILÕES ATUALIZADA (1)						
	Anexo de movimentação: AVALIAÇÃO ATUALIZADA GR ATESTADA (1)						
30/01/2024 09:57:02	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
30/01/2024 09:57:01	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
30/01/2024 09:57:00	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
30/01/2024 09:56:59	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
30/01/2024 09:56:58	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
30/01/2024 09:56:56	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
30/01/2024 09:56:55	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
30/01/2024 09:56:54	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
30/01/2024 09:56:53	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
30/01/2024 09:56:52	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
16/01/2024 11:31:59	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	29/01/2024 15:13:37	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
	Anexos						
	Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 1092024						
16/01/2024 10:37:44	Assessoria Técnica da Administração	SILVANA MARIA NASCIMENTO DE CARVALHO	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	16/01/2024 10:47:41	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	Documento Administrativo: PTC-ACI - 272024						
11/01/2024 11:12:00	Assessoria Técnica da Administração	SILVANA MARIA NASCIMENTO DE CARVALHO	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	11/01/2024 12:31:21	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
11/01/2024 09:26:25	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	Assessoria Técnica da Administração	SILVANA MARIA NASCIMENTO DE CARVALHO	11/01/2024 10:55:12	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	GR- LEILÕES						
	JH- LEILÕES						
	VIP- LEILÕES						
	MAVEL						
26/12/2023 08:51:14	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	11/01/2024 09:16:46	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
07/12/2023 09:00:16	Assessoria Técnica da Administração	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	07/12/2023 09:03:15	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
06/12/2023 13:50:56	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	Assessoria Técnica da Administração	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA	07/12/2023 08:40:04	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	VIP LEILÕES						

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status

Anexos

GR LEILÕES

JH LEILÕES

MAVEL

06/12/2023 12:35:12	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	06/12/2023 13:46:09	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
06/12/2023 10:24:39	Assessoria Técnica da Administração	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	06/12/2023 11:52:04	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
06/12/2023 10:24:19	Assessoria Técnica da Administração	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA	Assessoria Técnica da Administração	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA	06/12/2023 10:24:19	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUÍDO
06/12/2023 09:09:07	Assessoria Técnica da Administração	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA	Assessoria Técnica da Administração	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA	06/12/2023 10:24:19	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
05/12/2023 11:50:36	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Assessoria Técnica da Administração	MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA	05/12/2023 14:59:05	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 51092023

04/12/2023 15:02:48	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA	04/12/2023 18:21:25	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 1102023

Anexo de movimentação: TERMO DE REFERÊNCIA ASSINADO

Anexo de movimentação: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Anexo de movimentação: MAPA DE PREÇO

04/12/2023 15:02:	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
47			Financeira				
04/12/2023 15:02:46	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
04/12/2023 15:02:44	Setor de Transporte	RAQUEL JATAY CASANOVAS	Secretaria Administrativo-Financeira			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
29/11/2023 10:09:34	Setor de Transporte	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	Setor de Transporte	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	29/11/2023 10:14:33	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
07/07/2023 12:14:51	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	Setor de Transporte		10/07/2023 07:31:55	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
07/07/2023 10:05:29	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	07/07/2023 12:14:35	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
14/06/2023 15:37:54	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	15/06/2023 08:36:05	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
07/06/2023 09:54:21	Setor de Transporte	DIEGO SANTOS FRIAS	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	09/06/2023 09:55:49	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

TERMO DE REFERÊNCIA CORRIGIDO E ASSINADO

22/05/2023 16:39:49	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	Setor de Transporte		22/05/2023 16:48:10	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
10/05/2023 11:41:09	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	Coordenadoria de Serviços Gerais	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES	22/05/2023 16:39:06	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
08/05/2023 15:55:03	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	09/05/2023 08:00:56	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
17/03/2023 12:02:23	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	TATIANA ALVES DE PAULA	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	17/03/2023 15:02:41	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
	Anexos						
	Documento Administrativo: DESPACHO-COF - 6662023						
17/03/2023 08:02:18	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	LETÍCIA DE CÁSSIA CANTANHEDE FONSECA	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	ELISABETH JARDIM PEDRAÇA CARDOSO	17/03/2023 09:47:08	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
16/03/2023 17:21:55	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	LETÍCIA DE CÁSSIA CANTANHEDE FONSECA	17/03/2023 08:00:35	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 9882023						
16/03/2023 10:45:28	Setor de Transporte	LARA MESQUITA DE MACEDO	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	16/03/2023 10:55:42	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	ETP						
	TERMO DE REFERÊNCIA						
	CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA						
15/03/2023 11:53:58	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	Setor de Transporte		16/03/2023 10:42:39	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
14/03/2023 14:18:01	Setor de Transporte	LARA MESQUITA DE MACEDO	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	14/03/2023 14:28:32	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	TERMO DE REFERÊNCIA						
	CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA						
	ETP_ALIENACAO						
	AVALIAÇÃO ATESTADA VIP						

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
	Anexos						
	AVALIAÇÃO ATESTADA MAVEL						
	AVALIAÇÃO ATESTADA AUTO CAR ROUXINOL						
14/11/2022 08:36:34	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	Setor de Transporte		03/02/2023 11:08:07	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
25/10/2022 10:44:48	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	Assessoria Técnica da Administração	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	25/10/2022 12:24:17	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
17/10/2022 10:10:47	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	17/10/2022 10:56:30	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 40102022						
17/10/2022 09:26:25	Setor de Transporte	ROBERT JOSÉ PEREIRA COSTA	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	17/10/2022 09:30:31	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 542022						
22/07/2022 15:28:34	Secretaria Administrativo-Financeira	JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO	Setor de Transporte		10/10/2022 09:51:23	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 28912022						
22/07/2022 11:19:21	Diretoria Geral	JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	22/07/2022 11:24:40	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 39572022						

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
21/07/2022 11:47:55	Diretoria Geral	MEIRIVANE ROSE DA SILVA	Diretoria Geral	MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA	21/07/2022 11:47:55	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
21/07/2022 11:47:49		MEIRIVANE ROSE DA SILVA	Diretoria Geral	MEIRIVANE ROSE DA SILVA LIMA	21/07/2022 11:47:49	ACEITAR REQUISIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	TRAMITANDO

Anexos

Descrição do Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo
ANEXO DE MOVIMENTACAO : ANEXO I - ATESTADO- LEILÃO	ANEXO I Atestado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : AVALIAÇÃO ATESTADA VIP	Avaliacao Atestada Vip.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : AVALIAÇÃO ATESTADA AUTO CAR ROUXINOL	Avaliacao Atestada Auto Car Rouxinol.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : AVALIAÇÃO ATESTADA MAVEL	Avaliacao Atestada Mavel.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA	CHECKLIST DO TERMO DE REFERENCIA.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA	3 CHECKLIST DO TERMO DE REFERENCIA.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : EDITAL ALTERADO	LE_90001_2024 - Alienacao de Veiculos_PA_11956_2022.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR-ATESTADO	ETP_ LEILAO 2024.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR-LEILÃO	ETP-CSG42024_ASSINADO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : ETP	1 ETP - ALIENACAO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : ETP_ALIENACAO	ETP_ALIENACAO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : GR LEILÕES	AVALIALCAO GR LEILOES - Atestada.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : GR- LEILÕES	Proposta GR Leiloes atualizada.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : JH LEILÕES	AVALIACAO JH LEILOES - Atestada.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : JH- LEILÕES	Proposta Jose Henrique JH leiloes atualizada.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : MAVEL	AVALIACAO MAVEL - Atestada.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : MAVEL	Proposta Mavel.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA	2 TERMO DE REFERENCIA.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexos

Descrição do Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA	TERMO DE REFERENCIA.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA E ANEXO I - ATESTADO	TERMO DE REFERENCIA - ANEXO I - LEILAO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA-	Termo de Referencia - Leilao - Anexo I Assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA	TR - LEILAO 05.09.2024 Assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA	TR - LEILAO 05.09.2024 Assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA CORRIGIDO E ASSINADO	TERMO DE REFERENCIA assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA- LEILÃO	TERMO DE REFERENCIA - CSG12024_ASSINADO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : VIP- LEILÕES	Proposta VIP leiloes atualizada.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : VIP LEILÕES	AVALIACAO VIP LEILOES - Atestada.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ATA PARCIAL	AtaParcial_334399.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
AVALIAÇÃO MAVEL	MAVEL.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
AVALIAÇÃO VIP LEILÕES	AVALIACAO VIP LEILOES.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
CÁLCULOS DESVIO PADRÃO	MAPA DE PRECOS - CALCULOS DESVIO PADRAO - ASSINADO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
CERTIFICADO MEI - LUCYMERE	CCMEI-48919089000110_LUCYMEIRE.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
CNH CC SCHMITT	cnh png_CC_SCHIMIT.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
CNH DE DORIVAL ANTONIO LEMOS	CNH_Dorival Antonio Lemos.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
COMPROVANTES DE PAGAMENTO	comprovantes_de_pagamento.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
CONTRATO CC SCHIMIT	REQUERIMENTO EMPRESARIO_cc schimitt PDF.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
DOCUMENTO ADMINISTRATIVO : MEMO-ST-182022	online.html	DOCUMENTO DIGIDOC ANEXADO
DOCUMENTO ADMINISTRATIVO : TREF-ST-22022	online.pdf	DOCUMENTO DIGIDOC ANEXADO
EDITAL ASSINADO	LE_90001_2024 - Alienacao de Veiculos_PA_11956_2022.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
EDITAL DO LEILÃO	LE_90001_2024 - Alienacao de Veiculos_PA_11956_2022.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ESCLARECIMENTOS	Esclarecimentos_334399.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ALIENAÇÃO	ETP3_2022 ALIENACAO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
EXTRATO_SINC_LICITANTE	extrato_licitante.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
EXTRATO_SINC_RESULTADO	extrato_resultado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexos

Descrição do Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo
MINUTA - LE_90001_2024 - ALIENAÇÃO DE VEICULOS	LE_90001_2024 - Alienacao de Veiculos_PA_11956_2022.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
MODELOS DE CARTAS DE ARREMATE PREENCHIDAS	cartas de arremate.zip	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PORTARIA DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO	Portaria de Agente de Contratacao - 42023 - GPGJ.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PORTARIA DE DESIGNAÇÃO	NOVA PORTARIA DESIGNACAO AGENTES DE CONTRATACAO_4511_2024.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PROPOSTAS INICIAIS	PropostasEletronicas_334399.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PUBLICAÇÕES ABERTURA	publicacoes_abertura.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
RANKING CLASSIFICATÓRIO	Ranking_334399.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
RELATÓRIO DE PROPOSTA COMERCIAL	RelatorioPropostaComercial_334399.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
RELATÓRIO DE VENCEDORES	Vencedores_334399.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
SEAF - PLANILHA ATUALIZADA	MAPA DE PRECOS ATUALIZADO SEAF - ASSINADO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO	Adjudicacao_334399.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	Homologacao_334399.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Setor de Transporte	04/11/2024 15:07:01	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	04/11/2024 15:07:01	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	04/11/2024 15:07:01	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	04/11/2024 15:07:01	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	12/10/2024 11:22:40	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	08/10/2024 17:17:45	ANNA VALÉRIA PINHEIRO ANTUNES	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	07/10/2024 14:06:30	ANA CLÁUDIA REIS GODINHO SANTOS	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	04/10/2024 12:16:12	ANNA VALÉRIA PINHEIRO ANTUNES	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Serviços Gerais	04/10/2024 09:27:50	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Comissão Permanente de Licitação	03/10/2024 14:14:56	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	29/08/2024 08:56:56		DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	27/08/2024 13:19:30	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	22/08/2024 10:45:54	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	21/08/2024 15:20:52	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	21/08/2024 15:20:52	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	11/06/2024 11:43:00	TIAGO SERRA COELHO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	07/06/2024 13:35:22	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	05/06/2024 14:32:39	RAFAEL ROCHA RIBEIRO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	03/06/2024 10:29:56	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	29/05/2024 14:58:31	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/05/2024 12:31:07	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/05/2024 12:31:07	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	29/05/2024 08:47:20	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Jurídica da Administração	28/05/2024 15:02:18	HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO	PARECER	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	08/05/2024 08:53:43	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	07/05/2024 11:35:23	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	03/05/2024 11:51:15	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	03/05/2024 11:01:08	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	29/02/2024 13:32:52	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Diretoria Geral	08/02/2024 11:02:33	RAFAEL ROCHA RIBEIRO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	07/02/2024 14:53:09	TIAGO SERRA COELHO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	02/02/2024 11:10:23	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	02/02/2024 11:10:23	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	01/02/2024 14:10:44	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	31/01/2024 11:29:54	DAIANA ROSE SILVA GOMES	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Técnica da Administração	30/01/2024 13:53:47	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	PARECER TÉCNICO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	30/01/2024 10:26:01	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Setor de Transporte	29/01/2024 15:30:24	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/01/2024 15:30:24	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/01/2024 15:30:24	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/01/2024 15:30:24	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/01/2024 15:30:24	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/01/2024 15:30:24	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/01/2024 15:30:24	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/01/2024 15:30:24	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/01/2024 15:30:24	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/01/2024 15:30:24	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	29/01/2024 15:30:24	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	16/01/2024 11:04:56	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Técnica da Administração	16/01/2024 09:35:23	CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA	PARECER TÉCNICO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	05/12/2023 10:31:53	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	04/12/2023 08:50:43	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	04/12/2023 08:50:43	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	04/12/2023 08:50:43	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	04/12/2023 08:50:43	NATÁLIA CONCEIÇÃO CARDOSO DE ALMEIDA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	17/03/2023 09:48:08	ELISABETH JARDIM PEDRAÇA CARDOSO	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	16/03/2023 11:19:23	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Secretaria Administrativo-Financeira	17/10/2022 10:04:49	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	14/10/2022 15:36:32		DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	11/10/2022 16:44:38		TERMO DE REFERÊNCIA	RECEBIDO	DOCUMENTO DIGIDOC ANEXADO
Secretaria Administrativo-Financeira	22/07/2022 14:13:06	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	22/07/2022 10:23:03	LUIZ GUSTAVO ARRUDA MORAES	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Setor de Transporte	21/07/2022 11:31:34		MEMORANDO	RECEBIDO	DOCUMENTO DIGIDOC ANEXADO

Processos Anexados e Apensados

Data de Vínculo	Status	Tipo de Relação

Anexos Físicos

Descrição do Anexo	Anexo de

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: DUT E CARTA ASSINADA - LUCYMEIRE

CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e a arrematante **48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES,** inscrita no CNPJ nº 48.919.089/0001-10, sediada residente na Rua Vinte e Um, 23, Bairro Parque Buriti, Imperatriz-MA, nesta ato representada por **LUCYMEIRE SOUSA NUNES**, CPF n. 024.832.403-99, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº **90001/2024**, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) A arrematante 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES, foi vencedora do **Item 25**, do **Leilão nº 01/2024**, realizado no dia 1º de outubro de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), pago por meio de depósito na conta corrente do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o **item 24**, com a seguinte descrição e detalhamento:

ITEM	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO
25	9C2KC08305R000174	837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do descrito no item 03 deste documento, a arrematante **48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

São Luís-MA, 15 de outubro de 2024.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador Geral de Justiça

Por Procuração Juan Gabriel Alves de Lima Sousa

48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES
LUCYMEIRE SOUSA NUNES
Representante Legal

CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e a arrematante **48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES,** inscrita no CNPJ nº 48.919.089/0001-10, sediada residente na Rua Vinte e Um, 23, Bairro Parque Buriti, Imperatriz-MA, nesta ato representada por **LUCYMEIRE SOUSA NUNES**, CPF n. 024.832.403-99, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº **90001/2024**, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) A arrematante 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES, foi vencedora do **Item 24**, do **Leilão nº 01/2024**, realizado no dia 1º de outubro de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi R$ 400,00 (quatrocentos reais), pago por meio de depósito na conta corrente do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o **item 24**, com a seguinte descrição e detalhamento:

ITEM	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO
24	9C2JC30301R001704	756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do descrito no item 03 deste documento, a arrematante **48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

São Luís-MA, 15 de outubro de 2024.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador Geral de Justiça

Por Procuração João Gabriel Alves de Lima Soares

48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES
LUCYMEIRE SOUSA NUNES
Representante Legal

AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA DE VEÍCULOS POR TERCEIROS

Eu, Lucymeire Sousa Nunes , inscrito no CPF sob o nº 024.832.403-99 e no RG nº MG-19.098.882, responsável legal do CNPJ sob o nº 48.919.089/0001-10 e Razão Social 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES, residente e domiciliado à Rua Vinte e Um nº 24, Parque Buriti, Imperatriz-MA CEP: 65916-455 autorizo o Sr. João Gabriel Alves de Lima Soares, inscrito no CPF sob o nº 062.100.043-42 e no RG nº 3592687 , a retirar da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA o(s) veículo(s) sendo eles: Lote(s): 0024 HONDA CG 125 CARGO 2000/2001 e 0025 HONDA CG 150 JOB 2004/2005 arrematado(s) no LEILÃO ELETRÔNICO Nº. 9001/2024 realizado no dia 01/10/2024.

Imperatriz/MA, 01 de OUTUBRO de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCYMEIRE SOUSA NUNES
Data: 02/10/2024 14:42:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Lucymeire Sousa Nunes
CPF 024.832.403-99

AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA DE DOCUMENTOS POR TERCEIROS

Eu, Lucymeire Sousa Nunes , inscrito no CPF sob o nº 024.832.403-99 e no RG nº MG-19.098.882, responsável legal do CNPJ sob o nº 48.919.089/0001-10 e Razão Social 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES, residente e domiciliado à Rua Vinte e Um nº 24, Parque Buriti, Imperatriz-MA CEP: 65916-455 autorizo o Sr. João Gabriel Alves de Lima Soares, inscrito no CPF sob o nº 062.100.043-42 e no RG nº 3592687 , a retirar da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA o(s) documento(s) do(s) lote(s): 0024 HONDA CG 125 CARGO 2000/2001 e 0025 HONDA CG 150 JOB 2004/2005 arrematado(s) no LEILÃO ELETRÔNICO Nº. 9001/2024 realizado no dia 01/10/2024.

Imperatriz/MA, 01 de OUTUBRO de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCYMEIRE SOUSA NUNES
Data: 02/10/2024 14:42:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Lucymeire Sousa Nunes
CPF 024.832.403-99

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
48.919.089/0001-10 **MATRIZ**		**17/12/2022**

NOME EMPRESARIAL
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
32.99-0-03 - Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos
32.99-0-05 - Fabricação de aviamentos para costura
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R VINTE E UM	**24**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.916-455	**PARQUE BURITI**	**IMPERATRIZ**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONECTCOMUNICACAOVISUALADM@GMAIL.COM	**(99) 8498-4342**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**17/12/2022**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **02/09/2024** às **08:41:34** (data e hora de Brasília).

Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - SENATRAN

QR CODE





DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

Verifique autenticidade do QR Code com o app Vio.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2777192532

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOAO GABRIEL ALVES DE LIMA SOARES

1ª HABILITAÇÃO
13/05/2024

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
06/09/2001, TERESINA, PI

4a DATA EMISSÃO
13/05/2024

4b VALIDADE
13/05/2025

ACC

P

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
3592687 SSP PI

4d CPF
062.100.043-42

5 Nº REGISTRO
08638475805

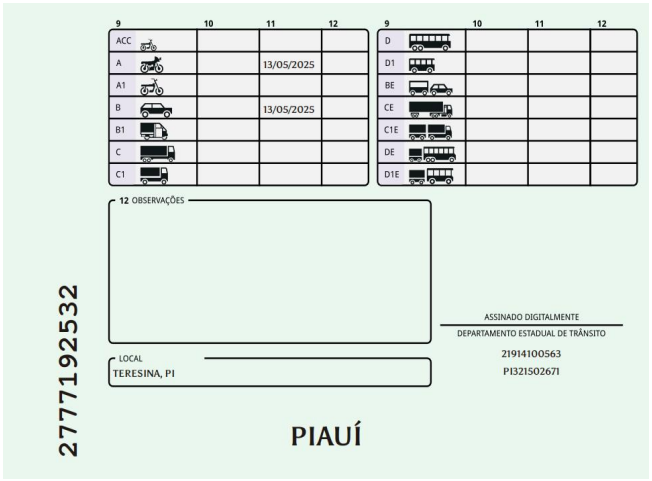
9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
JOAO PAULO ALVES DE LIMA

FRANCISCA NUBIA DA SILVA SOARES LIMA

7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A		13/05/2025	
A1			
B		13/05/2025	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
21914100563
PI321502671

LOCAL
TERESINA, PI

2777192532

PIAUÍ

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA086384758<056<<<<<<<<<<<<
0109062M2505130BRA<<<<<<<<<<<6
JOAO<<GAB<ALVES<DE<LIMA<SOARES

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DENATRAN

100756 87722423 11110 0098 412485845

DETRAN - MA

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA	CÓD. RENAVAM	R.T.B.
1	75688722-4	

NOME/ENDEREÇO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA
RUA OSVALDO CRUZ NR 1396 CENTRO

SAO LUIS 65010-120

CPF/CGC	PLACA
05.483.912/0001-85	HOO1569

NOME ANTERIOR

ILHA MOTOCENTER LTDA

PLACA ANT/UF	CHASSI
V NOVO MA	9C2JC30301R001704

ESPÉCIE TIPO	COMBUSTÍVEL
PAS/MOTOCICLETA/	GASOLINA

MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.
HONDA/CG 125 CARGO	2000	2001

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
1P/124 CI	OFICIAL	BRANCA

OBSERVAÇÕES

S/R /SEM RESERVA DE DOMINIO

DOCUMENTO VALIDO SOMENTE PARA TRANSFERENCIA
GUARDE EM LOCAL SEGURO

ESTADO DO MARANHÃO

DETRAN/MA

LOCAL	DATA
SAO LUIS-MA	09/05/01

ALFREDO QUINTO MUCENO
DETRAN-MA
EXPEDIDOR

CONTRAN

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VALOR-R$ _____

NOME DO COMPRADOR _____

_____

RG: _____ CPF/CGC: _____

ENDEREÇO: _____

_____

LOCAL E DATA: _____

_____
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

ATENÇÃO:

a) O **VENDEDOR** SE ISENTA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL OU CRIMINAL A PARTIR DA DATA ACIMA, CABENDO AO **COMPRADOR** A IMEDIATA TRANSFERÊNCIA REGISTRO DO VEÍCULO PARA O SEU NOME.

b) A TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO PODERÁ SER COMUNICADA PELO **VENDEDOR**, REMETENDO CÓPIA DESTE DOCUMENTO AO **DETRAN,** APÓS DEVIDAMENTE PREENCHIDO E FIRMADO.

DE ACORDO: _____
ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

10483733927880 11110 0092 5550306375

DETRAN - MA N.

DENATRAN

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA	COD RENAVAM	R.T.B.
1	83733927-8	

NOME/ENDEREÇO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA
RUA OSVALDO CRUZ NR 1396 CENTRO

65020-910 SAO LUIS

CPF/CGC	PLACA
05.483.912/0001-85	HPU5308

NOME ANTERIOR
ALVORADA MOTOCICLETAS LTDA

PLACA ANT/UF	CHASSI
V NOVO MA	9C2KC08305R000174

ESPECIE/TIPO	COMBUSTIVEL
CAR/MOTOCICLETA/	GASOLINA

MARCA/MODELO	ANO FAB	ANO MOD
HONDA/CG 150 JOB	2004	2005

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
150 /149 CI	OFICIAL	BRANCA

OBSERVAÇÕES
S/R /SEM RESERVA DE DOMINIO

DOCUMENTO HABILITANTE PARA TRANSFERÊNCIA

GILMAR DE CARVALHO FERREIRA
Diretor Geral
DETRAN-MA

LOCAL	DATA
SAO LUIS-MA	06/10/04

CONTRAN

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO - **DAR - IPVA**
IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

COD. REC.	NUMERO DO TPAR	SEQUÊNCIA
1601		

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

PLACA	CONTROLE DAR

	VENC. 1.ª COTA	VALOR 1.ª COTA	
1.ª COTA OU ÚNICA			2

EXERC.	VENC. INTEGRAL	VALOR INTEGRAL	
			3

ATENÇÃO			
CÁLCULO VÁLIDO PARA PAGAMENTO ATÉ:	MULTA E JUROS DE MORA		4
	CORREÇÃO MONETÁRIA		5
	TOTAL		6

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: DUT E CARTA ASSINADA - DORIVAL

CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e o arrematante **DORIVAL ANTONIO LEMOS FILHO,** CPF nº 098.136.081-53, residente na Rua do Alecrim, CEP: 65010-040, São Luís-MA, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº **90001/2024**, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) O arrematante DORIVAL ANTONIO LEMOS FILHO, foi vencedor do **item 22**, do **Leilão nº 01/2024**, realizado no dia 1º de outubro de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi **R$ 7.180,00 (sete mil, cento e oitenta reais)**, pago por meio de depósito na conta corrente do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o **item 22**, com a seguinte descrição e detalhamento:

ITEM	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO
22	9BD15822A96180579	985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do bem, descrito no item 03 deste documento, ao arrematante **DORIVAL ANTONIO LEMOS FILHO.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

São Luís-MA, 15 de outubro de 2024.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador Geral de Justiça

DORIVAL ANTONIO LEMOS FILHO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

DETRAN - MA

Nº 7880136054
90515485204

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEICULO

VIA	COD. RENAVAM	RNTRC
1	985401680	

NOME/ENDEREÇO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA
RUA OSWALDO CRUZ 1396
CENTRO
65010690 SAO LUIS - MA

CPF/CGC	PLACA
05483912000185	NHP5268

NOME ANTERIOR
FIAT AUTOMOVEIS SA

PLACA ANT/UF	CHASSI
V.NOVO MG	9BD15822A96180579

ESPECIE/TIPO	COMBUSTIVEL
PAS/AUTOMOVEL/	ALCO/GASOL

MARCA/MODELO	ANO FAB	ANO MOD
FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2008	2009

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
5P/66 HP	OFICIAL	BRANCA

OBSERVAÇÕES
MOTOR: 146E1011*8450297*
S/R /SEM RESERVA DE DOMINIO
DOCUMENTO VALIDO SOMENTE PARA TRANSFERENCIA
GUARDE EM LOCAL SEGURO

	DATA
SAO LUIS-MA	25/09/08

Carlos Fernando d'Aguiar Silva Palacio
Diretor Geral / DETRAN - MA

ASSINATURA DO COMPRADOR

CONTRAN

Abrir

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VALOR-R$ _____

NOME DO COMPRADOR _____

_____

RG: _____ CPF/CGC: _____

ENDEREÇO: _____

_____

LOCAL E DATA: _____

_____
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

ATENÇÃO:

a) O **VENDEDOR** SE ISENTA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL OU CRIMINAL A PARTIR DA DATA ACIMA, CABENDO AO **COMPRADOR** A IMEDIATA TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO DO VEÍCULO PARA O SEU NOME.

b) A TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO PODERÁ SER COMUNICADA PELO **VENDEDOR**, REMETENDO CÓPIA DESTE DOCUMENTO AO **DETRAN,** APÓS DEVIDAMENTE PREENCHIDO E FIRMADO.

DE ACORDO: _____
ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: DUT E CARTA ASSINADA - SCHMITT

CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e a arrematante **C. C. SCHMITT,** inscrita no CNPJ nº 15.808.752/0001-50, sediada na Rua Guilherme Lahm, n. 2991, Bairro Jardim do Prado, Taquara-RS, nesta ato representada por **CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT**, CPF n. 370.612.910-87, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº **90001/2024**, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) A arrematante C. C. SCHMITT, foi vencedora do **item 1**, do **Leilão nº 01/2024**, realizado no dia 1º de outubro de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi **R$ 32.600,00 (trinta e dois mil e seiscentos reais)**, pago por meio de depósito na conta corrente do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o **item 1**, com a seguinte descrição e detalhamento:

ITEM	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO
1	8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ4893	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETO	2013/2014

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do bem, descrito no item 03 deste documento, a arrematante **C. C. SCHMITT.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

São Luís-MA, 15 de outubro de 2024.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador Geral de Justiça

por procuração

C. C. SCHMITT
CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT
Representante Legal

CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e a arrematante **C. C. SCHMITT,** inscrita no CNPJ nº 15.808.752/0001-50, sediada na Rua Guilherme Lahm, n. 2991, Bairro Jardim do Prado, Taquara-RS, nesta ato representada por **CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT**, CPF n. 370.612.910-87, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº **90001/2024**, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) A arrematante C. C. SCHMITT, foi vencedora do **item 3**, do **Leilão nº 01/2024**, realizado no dia 1º de outubro de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi **R$ 25.100,00 (vinte e cinco mil e cem reais)**, pago por meio de depósito na conta corrente do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o **item 3**, com a seguinte descrição e detalhamento:

ITEM	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO
3	8AFAR23L2EJ161536	587404124	OJJ1794	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETO	2013/2014

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do bem, descrito no item 03 deste documento, a arrematante **C. C. SCHMITT.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

São Luís-MA, 15 de outubro de 2024.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador Geral de Justiça

C. C. SCHMITT
CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT
Representante Legal

CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e a arrematante **C. C. SCHMITT,** inscrita no CNPJ nº 15.808.752/0001-50, sediada na Rua Guilherme Lahm, n. 2991, Bairro Jardim do Prado, Taquara-RS, nesta ato representada por **CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT**, CPF n. 370.612.910-87, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº **90001/2024**, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) A arrematante C. C. SCHMITT, foi vencedora do **item 6**, do **Leilão nº 01/2024**, realizado no dia 1º de outubro de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi **R$ 9.260,00 (nove mil, duzentos e sessenta reais)**, pago por meio de depósito na conta corrente do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o **item 6**, com a seguinte descrição e detalhamento:

ITEM	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO
6	9BD373154E5035825	552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED TREKK 1.6	BRANCO	2013/2014

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do bem, descrito no item 03 deste documento, a arrematante **C. C. SCHMITT.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

São Luís-MA, 15 de outubro de 2024.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador Geral de Justiça

C. C. SCHMITT
CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT
Representante Legal

CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e a arrematante **C. C. SCHMITT,** inscrita no CNPJ nº 15.808.752/0001-50, sediada na Rua Guilherme Lahm, n. 2991, Bairro Jardim do Prado, Taquara-RS, nesta ato representada por **CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT**, CPF n. 370.612.910-87, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº **90001/2024**, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) A arrematante C. C. SCHMITT, foi vencedora do **item 7**, do **Leilão nº 01/2024**, realizado no dia 1º de outubro de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi **R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)**, pago por meio de depósito na conta corrente do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o **item 7**, com a seguinte descrição e detalhamento:

ITEM	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO
7	9BD17140MA5504495	170671089	NMU7434	FIAT	PALIO ELX FLEX	BRANCO	2009/2010

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do bem, descrito no item 03 deste documento, a arrematante **C. C. SCHMITT.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

São Luís-MA, 15 de outubro de 2024.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador Geral de Justiça

por procuração

C. C. SCHMITT
CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT
Representante Legal

CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e a arrematante **C. C. SCHMITT,** inscrita no CNPJ nº 15.808.752/0001-50, sediada na Rua Guilherme Lahm, n. 2991, Bairro Jardim do Prado, Taquara-RS, nesta ato representada por **CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT**, CPF n. 370.612.910-87, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº **90001/2024**, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) A arrematante C. C. SCHMITT, foi vencedora do **item 9**, do **Leilão nº 01/2024**, realizado no dia 1º de outubro de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi **R$ 4.550,00 (quatro mil, quinhentos e cinquenta reais)**, pago por meio de depósito na conta corrente do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o **item 9**, com a seguinte descrição e detalhamento:

ITEM	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO
9	9BGAD69W09B143139	977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA SD EXPRESSION	PRETO	2008/2009

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do bem, descrito no item 03 deste documento, a arrematante **C. C. SCHMITT.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

São Luís-MA, 15 de outubro de 2024.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador Geral de Justiça

por procuração

C. C. SCHMITT
CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT
Representante Legal

CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e a arrematante **C. C. SCHMITT,** inscrita no CNPJ nº 15.808.752/0001-50, sediada na Rua Guilherme Lahm, n. 2991, Bairro Jardim do Prado, Taquara-RS, nesta ato representada por **CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT**, CPF n. 370.612.910-87, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº **90001/2024**, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) A arrematante C. C. SCHMITT, foi vencedora do **item 18**, do **Leilão nº 01/2024**, realizado no dia 1º de outubro de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi **R$ 6.210,00 (seis mil, duzentos e dez reais)**, pago por meio de depósito na conta corrente do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o **item 18**, com a seguinte descrição e detalhamento:

ITEM	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO
18	9BD15822A96178471	985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do bem, descrito no item 03 deste documento, a arrematante **C. C. SCHMITT.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

São Luís-MA, 15 de outubro de 2024.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador Geral de Justiça

por procuração

C. C. SCHMITT
CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT
Representante Legal

CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e a arrematante **C. C. SCHMITT,** inscrita no CNPJ nº 15.808.752/0001-50, sediada na Rua Guilherme Lahm, n. 2991, Bairro Jardim do Prado, Taquara-RS, nesta ato representada por **CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT**, CPF n. 370.612.910-87, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº **90001/2024**, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) A arrematante C. C. SCHMITT, foi vencedora do **item 19**, do **Leilão nº 01/2024**, realizado no dia 1º de outubro de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi **R$ 4.170,00 (quatro mil, centos e setenta reais)**, pago por meio de depósito na conta corrente do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o **item 19**, com a seguinte descrição e detalhamento:

ITEM	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO
19	9BD15822A96179487	985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do bem, descrito no item 03 deste documento, a arrematante **C. C. SCHMITT.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

São Luís-MA, 15 de outubro de 2024.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador Geral de Justiça

C. C. SCHMITT
CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT
Representante Legal

CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e a arrematante **C. C. SCHMITT,** inscrita no CNPJ nº 15.808.752/0001-50, sediada na Rua Guilherme Lahm, n. 2991, Bairro Jardim do Prado, Taquara-RS, nesta ato representada por **CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT**, CPF n. 370.612.910-87, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº **90001/2024**, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) A arrematante C. C. SCHMITT, foi vencedora do **item 21**, do **Leilão nº 01/2024**, realizado no dia 1º de outubro de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi **R$ 5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais)**, pago por meio de depósito na conta corrente do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o **item 21**, com a seguinte descrição e detalhamento:

ITEM	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO
21	9BD15822A96179704	985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do bem, descrito no item 03 deste documento, a arrematante **C. C. SCHMITT.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

São Luís-MA, 15 de outubro de 2024.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador Geral de Justiça

C. C. SCHMITT
CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT
Representante Legal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
15.808.752/0001-50 **MATRIZ**		**28/06/2012**

NOME EMPRESARIAL
C. C. SCHMITT

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
45.12-9-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores
49.22-1-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R GUILHERME LAHM	**2991**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
95.600-478	**JARDIM DO PRADO**	**TAQUARA**	**RS**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(51) 8419-4618

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**28/06/2012**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/09/2024** às **13:35:12** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
4310867479-2	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M [X] F [ ]	COMUNHAO PARCIAL

FILIAÇÃO	(mãe)
ADAO ARMINDO SCHMITT	NAIR IVONE CAUER SCHMITT

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
09/04/1965	1029959416	SSP	RS	370.612.910-87

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	assesso@tca.com.br

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA FRANCISCO EMILIO MULLER	1828

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	JARDIM DO PRADO	95600458

MUNICÍPIO	UF
TAQUARA	RS

Declaro que a atividade se

[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA

Porte

[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2211	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2015	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
C. C. SCHMITT - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA GUILHERME LAHM	2991

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	JARDIM DO PRADO	95600538

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TAQUARA	RS	BRASIL	assesso@tca.com.br

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
100.000,00	CEM MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4511102 Atividades secundárias 4512901 4922101	COMERCIO VAREJISTA DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS USADOS, REPRESENTACOES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES E TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERARIO FIXO, INTERMUNICIPAL, EXCETO REGIAO METROPOLITANA

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO
02/07/2012	15808752000150			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
25/07/2019	Claudomiro C. Schmitt

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE. _____ ___/___/_____	AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: RSP1900166732

RS53970969

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5095921 em 26/07/2019 da Empresa C. C. SCHMITT - ME, Nire 43108674792 e protocolo 193089203 - 25/07/2019. Autenticação: 5299723E73AFAEA7FAD1540C53D9DA6DDEB4849. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/308.920-3 e o código de segurança 4Dj6 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

PROCURAÇÃO

Eu, C.C.SCHMITT-ME, CNPJ 15.808.752/0001-50, estabelecido na Rua Guilherme Lahm 2991,na cidade de Taquara-RS, nomeio meu procurador o Sr. JADIEL BARBOSA, CPF 601.926.453-07 e RG 0319136920066 SSP-MA, para me representar junto à PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, na Av. Prof.Carlos Cunha,3261,bairro Calhau, na cidade de São Luis-MA, com o fim específico de retirar os veículos e assinar documentos necessários, referente aos veículos que arrematei no Leilão 90001/2024 do dia 01/10/2024, através do portal de Compras Públicas, conforme descritos abaixo:

ITEM 1 FORD RANGER PRETA 13/14 PLACAS OJJ4893

ITEM 3 FORD RANGER PRETA 13/14 PLACAS OJJ 1794

ITEM 6 FIAT PALIO WK BRANCA 13/14 PLACAS OJF 4075

ITEM 7 FIAT PALIO BRANCO 09/10 PLACAS NMU 7434

ITEM 9 GM VECTRA BRANCO 08/09 PLACAS NHO 1230

ITEM18 FIAT UNO BRANCO 08/09 PLACAS NHP 5107

ITEM19 FIAT UNO BRANCO 08/09 PLACAS NHP 3132

ITEM 21 FIAT UNO BRANCO 08/09 PLACAS NHP 4374

TAQUARA

Taquara-RS, 14 de Outubro de 2024

Claudomiro C. Schmitt

TAB. TAQUARA

SERVIÇOS NOTARIAIS
Rua Guilherme Lahm, 1777 - sl. 1 - Jardim do Prado - Taquara - RS - CEP 95600-478 - Fone/Fax: (51) 3542-1326 - E-mail: delcia@tca.com.br
Tabeliã: Delcia da Silva

Reconheço AUTENTICA a firma de CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT por C.C. SCHMITT - ME. Dou fé
EM TESTEMUNHO 14 DA VERDADE 14
Taquara, segunda-feira, 14 de outubro de 2024
Delcia da Silva - Tabeliã
Emol: R$ 25,80 + Selo digital: R$ 4,00 - 0661.03.2100001.41363

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Valid
24273637740

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JADIEL BARBOSA

1ª HABILITAÇÃO
05/03/2012



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
12/10/1987 SAO LUIS/MA

4a DATA EMISSÃO
05/08/2022

4b VALIDADE
18/11/2025

ACC
[redacted]

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
0319136920066 SSP MA

4d CPF
601.926.453-07

5 Nº REGISTRO
05435358335

9 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
SILVANA BARBOSA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		18/11/2025	
A1			
B		18/11/2025	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

PROIBIDO PLASTIFICAR
Valid
24273637740

12 OBSERVAÇÕES

HEWERTON CARLOS RODRIGUES PEREIRA
DIRETOR GERAL - MA

ASSINATURA DO EMISSOR

LOCAL
SAO LUIS, MA

34364059406
MA046700919

MARANHÃO

Scanned with CamScanner Digitalizado com CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JADIEL BARBOSA

1ª HABILITAÇÃO
05/03/2012



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
12/10/1987 SAO LUIS/MA

4a DATA EMISSÃO
05/08/2022

4b VALIDADE
18/11/2025

ACC
[redacted]

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
0319136920066 SSP MA

4d CPF
601.926.453-07

5 Nº REGISTRO
05435358335

9 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
SILVANA BARBOSA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
24273637740

9	10	11	12
ACC			
A		18/11/2025	
A1			
B		18/11/2025	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

HEWERTON CARLOS RODRIGUES PEREIRA
DIRETOR GERAL - MA

ASSINATURA DO EMISSOR

LOCAL
SAO LUIS, MA

34364059406
MA046700919

PROIBIDO PLASTIFICAR
24273637740

MARANHÃO

Scanned with CamScanner Digitalizado com CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - MA

Nº 9814490429
59441295468

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

A00000OTZA4F

VIA: 1
COD. RENAVAM: 387405660
RNTRC:

NOME/ENDEREÇO:
ESTADO DO MA PROC G DA JUSTICA
RUA GRANDE N 1396
CENTRO
65020251 SAO LUIS - MA

CPF/CNPJ: 05483912000185
PLACA: OOJ4893

NOME ANTERIOR:
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

PLACA ANT/UF: V.NOVO BA
CHASSI: 8AFAR23L7EJ163847

ESPÉCIE TIPO: ESP/CAMNHTE/ABER/C.DUP
COMBUSTÍVEL: DIESEL

MARCA/MODELO: I/FORD RANGER XLS CD4M32
ANO FAB: 2013
ANO MOD: 2014

CAP/POT/CIL: 000,80T/0200HP
CATEGORIA: OFICIAL
COR PREDOMINANTE: PRETA

OBSERVAÇÕES:
MOTOR: SA2TEJ163847
S/R /SEM RESERVA DE DOMINIO
DOCUMENTO VALIDO SOMENTE PARA TRANSFERENCIA
GUARDE EM LOCAL SEGURO

Marco André Campos da Silva
Diretor Geral

SAO LUIS-MA DETRAN/MA
DATA: 14/11/13

EMPEDIDOR

DENATRAN
CONTRAN

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO ATPV

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VALOR R$ _____

NOME DO COMPRADOR: _____

_____

RG: _____ CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

_____

LOCAL E DATA: _____

_____
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

a) O **vendedor** tem a obrigação legal de comunicar a venda do veículo ao DETRAN no prazo máximo de 30 dias, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação (lei Federal nº 9.503 - Art. 134 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB).

b) O adquirente terá prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da data da aquisição para providenciar a transferência do veículo para o seu nome, sob pena de incorrer em infração de trânsito (Art. 233 do CTB).

c) É obrigatório o reconhecimento de firmas do adquirente e do vendedor, exclusivamente na modalidade por AUTENTICIDADE.

DE ACORDO: _____
ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

DETRAN - MA

N.º 01529044430460098430078

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA	COD. RENAVAM	RNTRC
1	00587404124	

NOME/ENDEREÇO
ESTADO MA PROC GERAL DA JUSTICA
R OSWALDO CRUZ
CENTRO
65020251 SAO LUIS MA

CPF/CNPJ	PLACA
05483912000185	OJJ1794

NOME ANTERIOR
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

PLACA ANT/UF	CHASSI
OJJ1794 BA	8AFAR23L2EJ161536

ESPECIE TIPO	COMBUSTÍVEL
ESP/CAMNHTE/ABER/C.DUP	DIESEL

MARCA/MODELO	ANO FAB	ANO MOD.
I/FORD RANGER XLS CD4M32	2013	2014

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
001,08T/0200HP	OFICIAL	PRETA

OBSERVAÇÕES
MOTOR: 9G3200187
S/RCUME/SEM RESERVA DE DOMINIO/FERENCIA
GUARDE EM LOCAL SEGURO

CIDADE		DATA
SAO LUIS-MA	Larissa Abdalla Britto Diretora Geral - DETRAN-MA	19/12/19

DENATRAN

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO ATPV

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VALOR R$ _____

NOME DO COMPRADOR: _____

_____

RG: _____ CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

_____

LOCAL E DATA: _____

_____
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

a) O **vendedor** tem a obrigação legal de comunicar a venda do veículo ao DETRAN no prazo máximo de 30 dias, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação (lei Federal nº 9.503 - Art. 134 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB).

b) O adquirente terá prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da data da aquisição para providenciar a transferência do veículo para o seu nome, sob pena de incorrer em infração de trânsito (Art. 233 do CTB).

c) É obrigatório o reconhecimento de firmas do adquirente e do vendedor, exclusivamente na modalidade por AUTENTICIDADE.

DE ACORDO: _____
ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - MA

Nº 9753905438
15747485364

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA	COD. RENAVAM	RNTRC
1	552051535	

NOME/ENDEREÇO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA
RUA GRANDE 1396
NR 1396 CENTRO
65020251 SAO LUIS - MA

CPF/CNPJ	PLACA
05483912000185	DJF4075

NOME ANTERIOR
FIAT AUTOMOVEIS SA

PLACA ANT./UF	CHASSI
V.NOVO MG	9BD373154E5035825

ESPÉCIE/TIPO	COMBUSTÍVEL
PAS/AUTOMOVEL/	ALCO/GASOL

MARCA/MODELO	ANO FAB	ANO MOD.
FIAT/PALIO WK TREKK 1.6	2013	2014

CAP./POT./CIL.	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
00005P/0117 HF	OFICIAL	BRANCA

OBSERVAÇÕES
MOTOR: 310A501124667 39
S/R /SEM RESERVA DE DOMINIO

DOCUMENTO VALIDO SOMENTE PARA TRANSFERENCIA
GUARDE EM LOCAL SEGURO

LOCAL	DATA
SAO LUIS-MA	19/07/13

Marco André Campos da Silva
Diretor Geral
DETRAN/MA

DENATRAN
CONTRAN
VALID

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO ATPV

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VALOR R$ _____

NOME DO COMPRADOR: _____

_____

RG: _____ CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

_____

LOCAL E DATA: _____

_____
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

a) O **vendedor** tem a obrigação legal de comunicar a venda do veículo ao DETRAN no prazo máximo de 30 dias, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação (lei Federal nº 9.503 - Art. 134 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB).

b) O adquirente terá prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da data da aquisição para providenciar a transferência do veículo para o seu nome, sob pena de incorrer em infração de trânsito (Art. 233 do CTB).

c) É obrigatório o reconhecimento de firmas do adquirente e do vendedor, exclusivamente na modalidade por AUTENTICIDADE.

DE ACORDO: _____
ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

DETRAN - MA

N.º 8318397230
3422205299

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA	COD. RENAVAM	RNTRC
1	170671089	

NOME/ENDEREÇO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA
RUA OSWALDO CRUZ
NR 1396 CENTRO
65020251 SAO LUIS - MA

CPF/CNPJ	PLACA
05483912000185	NMJ7434

NOME ANTERIOR
FIAT AUTOMOVEIS SA

PLACA ANT/UF	CHASSI
V.NOVO MG	9BD17140MA5504495

ESPÉCIE TIPO	COMBUSTÍVEL
PAS/AUTOMOVEL/	ALCO/GASOL

MARCA/MODELO	ANO FAB	ANO MOD.
FIAT/PALIO ELX FLEX	2009	2010

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
00005P/0086 HP	OFICIAL	BRANCA

OBSERVAÇÕES
MOTOR: 310A2011*9044534*
S/R /SEM RESERVA DE DOMINIO
DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE PARA TRANSFERÊNCIA
GUARDE EM LOCAL SEGURO

Flávio Trindade Jerônimo

LOCAL	DATA
SAO LUIS-MA	15/10/09

Flávio Trindade Jerônimo
Diretor Geral
DETRAN/MA

EXPEDIDOR

CONTRAN

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO ATPV

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VALOR R$ _____

NOME DO COMPRADOR: _____

_____

RG: _____ CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

_____

LOCAL E DATA: _____

_____
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

a) O **vendedor** tem a obrigação legal de comunicar a venda do veículo ao DETRAN no prazo máximo de 30 dias, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação (lei Federal nº 9.503 - Art. 134 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB).

b) O adquirente terá prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da data da aquisição para providenciar a transferência do veículo para o seu nome, sob pena de incorrer em infração de trânsito (Art. 233 do CTB).

c) É obrigatório o reconhecimento de firmas do adquirente e do vendedor, exclusivamente na modalidade por AUTENTICIDADE.

DE ACORDO: _____
ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DETRAN - MA

N.º 6000506949
35905918412

DENATRAN

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA	COD. RENAVAM	R.T.B.
1	977382613	

NOME/ENDEREÇO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA
RUA OSWALDO CRUZ 1396
CENTRO
65020910 SAO LUIS - MA

CPF/CGC	PLACA
05483912000185	NHO1230

NOME ANTERIOR
CAUE VEICULOS LTDA

PLACA ANT/UF	CHASSI
V.NOVO MA	9BGAD69W09B143139

ESPÉCIE TIPO	COMBUSTÍVEL
PAS/AUTOMOVEL/	ALCO/GASOL

MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.
GM/VECTRA SD EXPRESSION	2008	2009

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
5P/121 HP	OFICIAL	BRANCA

OBSERVAÇÕES
MOTOR: R80042305
S/R /SEM RESERVA DE DOMINIO
DOCUMENTO VALIDO SOMENTE PARA TRANSFERENCIA
GUARDE EM LOCAL SEGURO

LOCAL	DATA
SAO LUIS	01/08/08

Carlos Fernando d'Aguiar Silva Palácio
DIRETOR - DETRAN - MA

CONTRAN

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VALOR-R$_____

NOME DO COMPRADOR_____

_____

RG:_____ CPF/CGC:_____

ENDEREÇO:_____

_____

LOCAL E DATA:_____

_____

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

ATENÇÃO:

a) O **VENDEDOR** SE ISENTA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL OU CRIMINAL A PARTIR DA DATA ACIMA, CABENDO AO **COMPRADOR** A IMEDIATA TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO DO VEÍCULO PARA O SEU NOME.

b) A TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO PODERÁ SER COMUNICADA PELO **VENDEDOR**, REMETENDO COPIA DESTE DOCUMENTO AO **DETRAN,** APÓS DEVIDAMENTE PREENCHIDO E FIRMADO.

DE ACORDO:_____

ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

DETRAN - MA

Nº 7880136100
35810826718

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA	COD. RENAVAM	RNTRC
1	985171928	

NOME/ENDEREÇO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA
RUA OSVALDO CRUZ N1396
CENTRO
65020251 SAO LUIS - MA

CPF/CGC	PLACA
05483912000185	NHP5107

NOME ANTERIOR
FIAT AUTOMOVEIS SA

PLACA ANT/UF	CHASSI
V.NOVO MG	9BD15822A96178471

ESPECIE TIPO	COMBUSTÍVEL
PAS/AUTOMOVEL/	ALCO/GASOL

MARCA/MODELO	ANO FAB	ANO MOD
FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2008	2009

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
5P/66 HP	OFICIAL	BRANCA

OBSERVAÇÕES
MOTOR: 146E1011*8443230*
S/R /SEM RESERVA DE DOMINIO

DOCUMENTO VALIDO SOMENTE PARA TRANSFERÊNCIA
GUARDA EM LOCAL SEGURO

LOCAL	DATA
SAO LUIS-MA	25/09/08

Carlos Fernando d'Aguiar Silva Palácio
Diretor Geral / DETRAN - MA

EXPEDIDOR

CONTRAN

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VALOR-R$_____

NOME DO COMPRADOR_____

_____

RG:_____ CPF/CGC:_____

ENDEREÇO:_____

_____

LOCAL E DATA:_____

_____
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

ATENÇÃO:

a) O **VENDEDOR** SE ISENTA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL OU CRIMINAL A PARTIR DA DATA ACIMA, CABENDO AO **COMPRADOR** A IMEDIATA TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO DO VEÍCULO PARA O SEU NOME.

b) A TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO PODERÁ SER COMUNICADA PELO **VENDEDOR**, REMETENDO CÓPIA DESTE DOCUMENTO AO **DETRAN,** APÓS DEVIDAMENTE PREENCHIDO E FIRMADO.

DE ACORDO:_____
ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN

DETRAN - MA

Nº 9753905438
1574798564

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA	COD. RENAVAM	RNTRC
1	552051535	

NOME/ENDEREÇO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA
RUA GRANDE 1396
NR 1396 CENTRO
65020251 SAO LUIS - MA

CPF/CNPJ	PLACA
05483912000185	OJF4075

NOME ANTERIOR
FIAT AUTOMOVEIS SA

PLACA ANT/UF	CHASSI
V.NOVO MG	9BD373154E5035825

ESPÉCIE/TIPO	COMBUSTÍVEL
PAS/AUTOMOVEL/	ALCO/GASOL

MARCA/MODELO	ANO FAB	ANO MOD.
FIAT/PALIO WK TREKK 1.6	2013	2014

CAP./POT./CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
00005P/0117 HF	OFICIAL	BRANCA

OBSERVAÇÕES
MOTOR: 310A50112466739
S/R /SEM RESERVA DE DOMINIO
DOCUMENTO VALIDO SOMENTE PARA TRANSFERENCIA
GUARDE EM LOCAL SEGURO

LOCAL	DATA
SAO LUIS-MA	19/07/13

Marco André Campos da Silva
Diretor Geral
DETRAN/MA

CONTRAN
CMYK

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO ATPV

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VALOR R$ _____

NOME DO COMPRADOR: _____

_____

RG: _____ CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

_____

LOCAL E DATA: _____

_____

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

a) O **vendedor** tem a obrigação legal de comunicar a venda do veículo ao DETRAN no prazo máximo de 30 dias, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação (lei Federal nº 9.503 - Art. 134 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB).

b) O adquirente terá prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da data da aquisição para providenciar a transferência do veículo para o seu nome, sob pena de incorrer em infração de trânsito (Art. 233 do CTB).

c) É obrigatório o reconhecimento de firmas do adquirente e do vendedor, exclusivamente na modalidade por AUTENTICIDADE.

DE ACORDO: _____

ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

DETRAN - MA

Nº 7880238000
68058744911

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA	COD RENAVAM	RNTRC
1	985776560	

NOME/ENDEREÇO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA
RUA GRANDE
NR 1396 CENTRO
65020251 SAO LUIS - MA

CPF/CGC	PLACA
05483912000185	NHF4374

NOME ANTERIOR
FIAT AUTOMOVEIS SA

PLACA ANT/UF	CHASSI
V.NOVO MG	9BD15822A96179500

ESPECIE TIPO	COMBUSTIVEL
PAS/AUTOMOVEL/	ALCO/GASOL

MARCA/MODELO	ANO FAB	ANO MOD.
FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2008	2009

CAP/POT/CIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE
5P/66 HP	OFICIAL	BRANCA

OBSERVAÇÕES
MOTOR: 146E1011*84491 41*
SR /SEM RESERVA DE DOMINIO
DOCUMENTO VALIDO SOMENTE PARA TRANSFERENCIA
NR MOTOR 146E1011*84491 41*

LOCAL	DATA
SAO LUIS-MA	10/10/08

Carlos Fernando d' Aguiar Silva Palácio
Diretor Geral / DETRAN - MA

EXPEDIDOR

CONTRAN

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO

AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN, TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VALOR-R$_____

NOME DO COMPRADOR_____

_____

RG:_____ CPF/CGC:_____

ENDEREÇO:_____

_____

LOCAL E DATA:_____

_____

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

ATENÇÃO:

a) O **VENDEDOR** SE ISENTA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL OU CRIMINAL A PARTIR DA DATA ACIMA, CABENDO AO **COMPRADOR** A IMEDIATA TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO DO VEÍCULO PARA O SEU NOME.

b) A TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO PODERÁ SER COMUNICADA PELO **VENDEDOR**, REMETENDO CÓPIA DESTE DOCUMENTO AO **DETRAN,** APÓS DEVIDAMENTE PREENCHIDO E FIRMADO.

DE ACORDO:_____

ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
CONFORME ART. 369 C.P.C.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 1432024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **05 de Novembro de 2024 às 09:06 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-ST-1432024, **Código de Validação**: 7CDE3CD9DD.

Ministério Público
do Estado do Maranhão

Setor de Transporte

DESPACHO-ST - 1432024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 7CDE3CD9DD

Assunto: Alienação de Veículos.

Interessado: Setor de Transporte.

À Comissão Permanente de Licitação,

Nos autos do presente processo, informamos que foram anexados o Documento Único de Transferência (DUT) e a Carta de Arremate e Ordem de Entrega de Bem Leiloado devidamente assinados, conforme solicitado.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 05/11/2024 às 08:43 h (*)
EDUARDO FILIPE BEZERRA TEIXEIRA
CHEFE DE SEÇÃO
COORDENADOR

assinado eletronicamente em 05/11/2024 às 09:06 h (*)
RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 8142024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **14 de Outubro de 2024 às 08:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-8142024, **Código de Validação**: 8EA5ECF841.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 8142024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 8EA5ECF841

À Coordenadoria de Serviços Gerais.

Senhor Coordenador,

Encaminhamos o processo administrativo, acima epigrafado, que trata da licitação na modalidade **Leilão n°. 90028/2024**, cujo objeto é a "Alienação de bens móveis inservíveis (veículos)", nos termos do resultado da homologação, em favor das licitantes arrematantes relacionadas na tabela abaixo, constante do anexo termo de homologação, para que seja realizada a entrega dos referidos bens.

Visando tornar a entrega mais ágil, anexamos no detalhe n. 3491765, as cartas de arrematação preenchida, pendente de assinatura do Procurador Geral e da arrematante.

ITEM	RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	FONE E EMAIL	VALOR TOTAL
1,3,6,7,9,18,19 e 21	C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	(51) 98419-4618 e s.claudomiro@yahoo.com.br	90.740
22	DORIVAL ANTONIO LEMOS FILHO	098.136.081-53	(98) 98101-9006 e dalflemosfilho@gmail.com	7.180
24 e 25	48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	(99) 98498-4342 e conectcomunicacaovisualadm@gmail.com	550,0
TOTAL				**98.470**

Informamos que para os itens 2, 4, 5, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20 e 23 não foram oferecidas propostas, resultando assim, em fracasso para referidos itens.
Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 12/10/2024 às 11:29 h (*)

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ANALISTA MINISTERIAL
LEILOEIRO ADMINISTRATIVO

Comissão Permanente de Licitação

assinado eletronicamente em 14/10/2024 às 08:04 h (*)

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ANALISTA MINISTERIAL
PRESIDENTE CPL

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **14 de Outubro de 2024 às 08:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-8142024, **Código de Validação**: 8EA5ECF841.

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1645 e-mail: cpl@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

EXTRATO_SINC_LICITANTE

ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE CONTAS

EXTRATO DE ENVIO

PERÍODO: 12/10/2024 - 12/10/2024
ENTIDADE: FUNDO ESPECIAL DO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (FEMPE) - 08772136000121
DATA DE CRIAÇÃO: 12/10/2024 10:50:21
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 276b9e77-9f03-40c7-b93f-7859da5c11d1

Licitante

cnpj procedimento	id procedimento	licitante	cpf envio	data envio	cpf exclusao	data exclusao	status
08772136000121	LE900312024	48919089000110	86017209353	12/10/2024	-	-	ENVIADO
08772136000121	LE900312024	15808752000150	86017209353	12/10/2024	-	-	ENVIADO
08772136000121	LE900312024	09813608153	86017209353	12/10/2024	-	-	ENVIADO

Total Licitante: 3

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

EXTRATO_SINC_RESULTADO

ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE CONTAS

EXTRATO DE ENVIO

PERÍODO: 12/10/2024 - 12/10/2024
ENTIDADE: FUNDO ESPECIAL DO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (FEMPE) - 08772136000121
DATA DE CRIAÇÃO: 12/10/2024 10:29:03
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 33c70696-3279-4aa3-aab2-45c3185ea1d4

RESULTADO

cnpj procedimento	id procedimento	tipo resultado	cpf envio	data envio	cpf exclusao	data exclusao	status
08772136000121	LE900012024	1	86017209353	12/10/2024	-	-	ENVIADO

Total Resultado: 1

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Leilão Eletrônico - 90001/2024

Resultado da Homologação

0001 - RANGER XLS CD4M32 2013/2014 - N/C - Preço Mínimo:: 32.500,00

Participante	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
C. C. SCHMITT	N/C	1 Unidade	32.600,00	32.600,00	Homologado em 11/10/2024 11:15:54 Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS

0003 - FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014 - N/C - Preço Mínimo:: 25.000,00

Participante	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
C. C. SCHMITT	N/C	1 Unidade	25.100,00	25.100,00	Homologado em 11/10/2024 11:15:54 Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS

0006 - FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014 - OJF4075 - N/C - Preço Mínimo:: 9.250,00

Participante	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
C. C. SCHMITT	N/C	1 Unidade	9.260,00	9.260,00	Homologado em 11/10/2024 11:15:54 Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS

0007 - FIAT PALIO ELX FLEX 2009/2010 - N/C - Preço Mínimo:: 3.750,00

Participante	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
C. C. SCHMITT	N/C	1 Unidade	3.800,00	3.800,00	Homologado em 11/10/2024 11:15:54 Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS

0009 - CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009 - NHO1230 - N/C - Preço Mínimo:: 4.500,00

Participante	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
C. C. SCHMITT	N/C	1 Unidade	4.550,00	4.550,00	Homologado em 11/10/2024 11:15:54 Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS

0018 - FIAT UNO MILLE ECONOMY - 2008/2009 - NHP5107 - N/C - Preço Mínimo:: 3.750,00

Participante	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
C. C. SCHMITT	N/C	1 Unidade	6.210,00	6.210,00	Homologado em 11/10/2024 11:15:54 Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS

0019 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP3132 - N/C - Preço Mínimo:: 3.750,00

Participante	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
C. C. SCHMITT	N/C	1 Unidade	4.170,00	4.170,00	Homologado em 11/10/2024 11:15:54 Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS

0021 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4374 - N/C - Preço Mínimo:: 5.000,00

Participante	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
C. C. SCHMITT	N/C	1 Unidade	5.050,00	5.050,00	Homologado em 11/10/2024 11:15:54 Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS

0022 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP5268 - N/C - Preço Mínimo:: 5.000,00

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 12/10/2024 às 10:16:49.
Código verificador: A77E15

Participante	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
Dorival Antonio Lemos Filho	N/C	1 Unidade	7.180,00	7.180,00	Homologado em 11/10/2024 11:15:54 Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS

0024 - HONDA CG 125 CARGO 2000/2001 - N/C - Preço Mínimo:: 400,00

Participante	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	N/C	1 Unidade	400,00	400,00	Homologado em 11/10/2024 11:15:54 Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS

0025 - HONDA CG 150 JOB 2004/2005 - N/C - Preço Mínimo:: 150,00

Participante	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	N/C	1 Unidade	150,00	150,00	Homologado em 11/10/2024 11:15:54 Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS

PAULO GONÇALVES ARRAIS

Autoridade Competente

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 12/10/2024 às 10:16:49.
Código verificador: A77E15

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Leilão Eletrônico - 90001/2024

Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - RANGER XLS CD4M32 2013/2014 - Quantidade: 1 Unidade - Valor Referência: 32.500,00

Participante	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
C. C. SCHMITT (15.808.752/0001-50)	Adjudicado em: 11/10/2024 - 11:15:45 - Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS	N/C	N/C	1	32.600,00

Item: 0003 - FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014 - Quantidade: 1 Unidade - Valor Referência: 25.000,00

Participante	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
C. C. SCHMITT (15.808.752/0001-50)	Adjudicado em: 11/10/2024 - 11:15:45 - Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS	N/C	N/C	1	25.100,00

Item: 0006 - FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014 - OJF4075 - Quantidade: 1 Unidade - Valor Referência: 9.250,00

Participante	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
C. C. SCHMITT (15.808.752/0001-50)	Adjudicado em: 11/10/2024 - 11:15:45 - Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS	N/C	N/C	1	9.260,00

Item: 0007 - FIAT PALIO ELX FLEX 2009/2010 - Quantidade: 1 Unidade - Valor Referência: 3.750,00

Participante	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
C. C. SCHMITT (15.808.752/0001-50)	Adjudicado em: 11/10/2024 - 11:15:45 - Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS	N/C	N/C	1	3.800,00

Item: 0009 - CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009 - NHO1230 - Quantidade: 1 Unidade - Valor Referência: 4.500,00

Participante	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
C. C. SCHMITT (15.808.752/0001-50)	Adjudicado em: 11/10/2024 - 11:15:45 - Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS	N/C	N/C	1	4.550,00

Item: 0018 - FIAT UNO MILLE ECONOMY - 2008/2009 - NHP5107 - Quantidade: 1 Unidade - Valor Referência: 3.750,00

Participante	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
C. C. SCHMITT (15.808.752/0001-50)	Adjudicado em: 11/10/2024 - 11:15:45 - Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS	N/C	N/C	1	6.210,00

Item: 0019 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP3132 - Quantidade: 1 Unidade - Valor Referência: 3.750,00

Participante	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
C. C. SCHMITT (15.808.752/0001-50)	Adjudicado em: 11/10/2024 - 11:15:45 - Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS	N/C	N/C	1	4.170,00

Item: 0021 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4374 - Quantidade: 1 Unidade - Valor Referência: 5.000,00

Participante	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
C. C. SCHMITT (15.808.752/0001-50)	Adjudicado em: 11/10/2024 - 11:15:45 - Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS	N/C	N/C	1	5.050,00

Item: 0022 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP5268 - Quantidade: 1 Unidade - Valor Referência: 5.000,00

Participante	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Dorival Antonio Lemos Filho (098.136.081-53)	Adjudicado em: 11/10/2024 - 11:15:45 - Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS	N/C	N/C	1	7.180,00

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 12/10/2024 às 10:16:08.
Código verificador: A77E14

Item: 0024 - HONDA CG 125 CARGO 2000/2001 - Quantidade: 1 Unidade - Valor Referência: 400,00

Participante	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES (48.919.089/0001-10)	Adjudicado em: 11/10/2024 - 11:15:45 - Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS	N/C	N/C	1	400,00

Item: 0025 - HONDA CG 150 JOB 2004/2005 - Quantidade: 1 Unidade - Valor Referência: 150,00

Participante	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES (48.919.089/0001-10)	Adjudicado em: 11/10/2024 - 11:15:45 - Por: PAULO GONÇALVES ARRAIS	N/C	N/C	1	150,00

PAULO GONÇALVES ARRAIS

Autoridade Competente

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 12/10/2024 às 10:16:08.
Código verificador: A77E14

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

CNH CC SCHMITT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

23454822260

NOME
CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
1029959416 SSP/PC RS

CPF
370.612.910-87

DATA NASCIMENTO
09/04/1965

FILIAÇÃO
ADAO ARMINDO SCHMITT

NAIR IVONE CAUER SCHMITT

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AD

Nº REGISTRO
02313707900

VALIDADE
04/02/2027

1ª HABILITAÇÃO
13/04/1983

OBSERVAÇÕES

Claudomiro C. Schmitt
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PORTO ALEGRE, RS

DATA EMISSÃO
04/02/2022

Enio Bacci
ENIO BACCI
Diretor-Geral
ASSINATURA DO EMISSOR

35854688994
RS254044859

PROIBIDO PLASTIFICAR

23454822260

RIO GRANDE DO SUL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

CONTRATO CC SCHIMIT

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
4310867479-2	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
CLAUDOMIRO CAUER SCHMITT

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M [X] F [ ]	COMUNHAO PARCIAL

FILIAÇÃO	(mãe)
ADAO ARMINDO SCHMITT	NAIR IVONE CAUER SCHMITT

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
09/04/1965	1029959416	SSP	RS	370.612.910-87

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	assesso@tca.com.br

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA FRANCISCO EMILIO MULLER	1828

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	JARDIM DO PRADO	95600458

MUNICÍPIO	UF
TAQUARA	RS

Declaro que a atividade se

[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA

Porte

[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2211	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2015	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
C. C. SCHMITT - ME

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA GUILHERME LAHM	2991

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	JARDIM DO PRADO	95600538

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TAQUARA	RS	BRASIL	assesso@tca.com.br

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
100.000,00	CEM MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4511102 Atividades secundárias 4512901 4922101	COMERCIO VAREJISTA DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS USADOS, REPRESENTACOES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES E TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERARIO FIXO, INTERMUNICIPAL, EXCETO REGIAO METROPOLITANA

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO
02/07/2012	15808752000150			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
25/07/2019	Claudomiro C. Schmitt

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE. _____ ___/___/_____	AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: RSP1900166732

RS53970969

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
Certifico registro sob o nº 5095921 em 26/07/2019 da Empresa C. C. SCHMITT - ME, Nire 43108674792 e protocolo 193089203 - 25/07/2019. Autenticação: 5299723E73AFAEA7FAD1540C53D9DA6DDEB4849. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 19/308.920-3 e o código de segurança 4Dj6 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/07/2019 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO-GERAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

CNH DE DORIVAL ANTONIO LEMOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MA

VALID

NOME
DORIVAL ANTONIO LEMOS FILHO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
0385876020090 SESP MA



CPF
098.136.081-53

DATA NASCIMENTO
23/02/1951

FILIAÇÃO
DORIVAL ANTONIO LEMOS

MARIA DA CONCEICAO
ARAUJO LEMOS

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
00195818057

VALIDADE
02/09/2024

1ª HABILITAÇÃO
10/04/1978

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

22213894482

OBSERVAÇÕES
A

VALID

Donival Antonio Lemos Filho
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO LUIS, MA

DATA EMISSÃO
06/09/2021

Francisco Nagib Buzar de Oliveira
Diretor Geral - Detran / MA
ASSINATURA DO EMISSOR

06068658081
MA045228736

PROIBIDO PLASTIFICAR

22213894482

MARANHÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

CERTIFICADO MEI - LUCYMERE

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
LUCYMEIRE SOUSA NUNES

CPF
024.832.403-99

CNPJ
48.919.089/0001-10

Data de Abertura
17/12/2022

Nome Empresarial
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES

Capital Social
20.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
17/12/2022

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número
65916-455	RUA VINTE E UM	24
Bairro	**Munícipio**	**UF**
PARQUE BURITI	IMPERATRIZ	MA

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	17/12/2022	-

Atividades

Forma de Atuação
Estabelecimento fixo, Em local fixo fora da loja, Internet

Ocupação Principal
Serigrafista publicitário independente

Atividade Principal (CNAE)
1813-0/01 - Impressão de material para uso publicitário

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Comerciante independente de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
Fabricante de letreiros, placas e painéis não luminosos, sob encomenda ou não, independente	3299-0/03 - Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos
Comerciante independente de ferragens e ferramentas	4744-0/01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
Comerciante independente de material elétrico	4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico

Comerciante independente de materiais de construção em geral	4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
Comerciante independente de equipamentos e suprimentos de informática	4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
Comerciante independente de produtos de limpeza	4789-0/05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
Fabricante de aviamentos para costura independente	3299-0/05 - Fabricação de aviamentos para costura
Comerciante independente de peças e acessórios novos para veículos automotores	4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
Comerciante independente de artigos de cama, mesa e banho	4755-5/03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 76842024

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **08 de Outubro de 2024 às 22:35 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-76842024, **Código de Validação**: ADFB32C698.

DESPACHO-DG - 76842024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: ADFB32C698

Assunto: Alienação de veículos.
Interessado: Setor de Transporte da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

À Comissão Permanente de Licitação,

Tendo em vista a confirmação do pagamento dos veículos objeto do Leilão Eletrônico nº 90001/2024, realizado no dia 01/10/2024, conforme informações prestadas pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças, DESPACHO-CSG–17652024, encaminho os autos para a CPL, para adoção das medidas cabíveis quanto ao prosseguimento do certame licitatório objetivando sua conclusão, tudo em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021).

assinado eletronicamente em 08/10/2024 às 22:35 h (*)
PAULO GONÇALVES ARRAIS
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-COF - 32302024

(*) Documento assinado eletronicamente por **TATIANA ALVES DE PAULA** em **07 de Outubro de 2024 às 14:14 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-COF-32302024, **Código de Validação**: 7E1A703842.

Coordenadoria de Orçamento e Finanças

DESPACHO-COF - 32302024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 7E1A703842

Assunto: Alienação de veículos.

Interessado: Setor de Transporte da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

À Diretoria Geral,

Em atenção ao Despacho-DG-75862024, temos a informar que os valores dos depósitos mencionados foram creditados na conta corrente do FEMPE, em 02.10.2024.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 07/10/2024 às 14:14 h (*)

TATIANA ALVES DE PAULA
ANALISTA MINISTERIAL
COORDENADORA

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1658/1694 e-mail: cof@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 75862024

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **07 de Outubro de 2024 às 10:40 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-75862024, **Código de Validação**: F666C2C5CD.

DESPACHO-DG - 75862024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: F666C2C5CD

Assunto: Alienação de veículos.
Interessado: Setor de Transporte da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

À Coordenadoria de Orçamento e Finanças,

Tendo em vista a solicitação contida no DESPACHO-CPL-7902024, encaminhe-se à COF para que ateste o efetivo pagamento dos veículos objeto do leilão. Ressalta-se que a lista de arrematantes consta no anexo n. 3479967 e os comprovantes de pagamento estão no ID 3479976.

assinado eletronicamente em 07/10/2024 às 10:40 h (*)
PAULO GONÇALVES ARRAIS
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-CSG - 17652024

(*) Documento assinado eletronicamente por **ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES** em **04 de Outubro de 2024 às 09:34 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CSG-17652024, **Código de Validação**: E633607A07.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Coordenadoria de Serviços Gerais

DESPACHO-CSG - 17652024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: E633607A07

Em atenção ao DESPACHO-CPL - 7902024, solicitamos que o presente procedimento seja encaminhado à COF, para que seja atestado o efetivo pagamento dos veículos objeto deste leilão.

assinado eletronicamente em 04/10/2024 às 09:34 h (*)

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL
COORDENADOR

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1649/1650/1651 e-mail: csg@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 7902024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ LINDSTRON PACHECO** em **03 de Outubro de 2024 às 14:16 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-7902024, **Código de Validação**: 23995B9BD9.

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 7902024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 23995B9BD9

À Coordenadoria de Serviços Gerais.

Sr. Coordenador,

Encaminhamos, em anexo, os comprovantes de pagamento, no anexo n. 3479976, dos veículos objeto deste leilão, para que seja atestado o efetivo pagamento nos setores competentes desta Procuradoria.

Ressaltamos que a lista de arrematantes consta no anexo n. 3479967.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 03/10/2024 às 14:16 h (*)

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ANALISTA MINISTERIAL
LEILOEIRO ADMINISTRATIVO

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1645 e-mail: cpl@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

COMPROVANTES DE PAGAMENTO

ITEM 1 RANGER OJJ 4893

SICOOB
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB - SISBR

02/10/2024 **EFETIVAÇÃO DE TED** 11:17:52

N.º agendamento:	16153105
TED agendado p/:	02/10/2024
Data agendamento:	02/10/2024
Finalidade:	10-Crédito em Conta
Valor:	32.600,00
REMETENTE	
Cooperativa:	4342
Conta:	58.782-6
Nome:	C. C. SCHMITT
CPF/CNPJ:	15.808.752/0001-50
FAVORECIDO	
Banco:	1-BANCO DO BRASIL S.A.
N.º ISPB:	00000000
Agência:	3846-SETOR PUBLICO SAO LUIZ MA
Conta:	5.879-3
Tipo conta:	CC-CONTA CORRENTE
Nome:	FEMPE
CPF/CNPJ:	08.772.136/0001-21
Autenticação:	434224100216153105

OUVIDORIA SICOOB: 08007250996

ITEM 3 RANGER OJJ 1794

SICOOB
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB - SISBR

02/10/2024 **EFETIVAÇÃO DE TED** 12:12:35

N.º agendamento:	16153828
TED agendado p/:	02/10/2024
Data agendamento:	02/10/2024
Finalidade:	10-Crédito em Conta
Valor:	25.100,00
REMETENTE	
Cooperativa:	4342
Conta:	58.782-6
Nome:	C. C. SCHMITT
CPF/CNPJ:	15.808.752/0001-50
FAVORECIDO	
Banco:	1-BANCO DO BRASIL S.A.
N.º ISPB:	00000000
Agência:	3846-SETOR PUBLICO SAO LUIZ MA
Conta:	5.879-3
Tipo conta:	CC-CONTA CORRENTE
Nome:	FEMPE
CPF/CNPJ:	08.772.136/0001-21
Autenticação:	434224100216153828

OUVIDORIA SICOOB: 08007250996

ITEM 6 PALIO WK OJF 4075

SICOOB
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB - SISBR

02/10/2024 **EFETIVAÇÃO DE TED** 12:16:05

N.º agendamento:	16153848
TED agendado p/:	02/10/2024
Data agendamento:	02/10/2024
Finalidade:	10-Crédito em Conta
Valor:	9.260,00
REMETENTE	
Cooperativa:	4342
Conta:	58.782-6
Nome:	C. C. SCHMITT
CPF/CNPJ:	15.808.752/0001-50
FAVORECIDO	
Banco:	1-BANCO DO BRASIL S.A.
N.º ISPB:	00000000
Agência:	3846-SETOR PUBLICO SAO LUIZ MA
Conta:	5.879-3
Tipo conta:	CC-CONTA CORRENTE
Nome:	FEMPE
CPF/CNPJ:	08.772.136/0001-21
Autenticação:	434224100216153848

OUVIDORIA SICOOB: 08007250996

ITEM 7 PALIO NMU7434

SICOOB
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB - SISBR

02/10/2024 **EFETIVAÇÃO DE TED** 12:18:53

N.º agendamento:	16153875
TED agendado p/:	02/10/2024
Data agendamento:	02/10/2024
Finalidade:	10-Crédito em Conta
Valor:	3.800,00
REMETENTE	
Cooperativa:	4342
Conta:	58.782-6
Nome:	C. C. SCHMITT
CPF/CNPJ:	15.808.752/0001-50
FAVORECIDO	
Banco:	1-BANCO DO BRASIL S.A.
N.º ISPB:	00000000
Agência:	3846-SETOR PUBLICO SAO LUIZ MA
Conta:	5.879-3
Tipo conta:	CC-CONTA CORRENTE
Nome:	FEMPE
CPF/CNPJ:	08.772.136/0001-21
Autenticação:	434224100216153875

OUVIDORIA SICOOB: 08007250996

ITEM 9 VECTRA NHO 1230

SICOOB
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB - SISBR

02/10/2024 **EFETIVAÇÃO DE TED** 12:23:29

N.º agendamento:	16153925
TED agendado p/:	02/10/2024
Data agendamento:	02/10/2024
Finalidade:	10-Crédito em Conta
Valor:	4.550,00
REMETENTE	
Cooperativa:	4342
Conta:	58.782-6
Nome:	C. C. SCHMITT
CPF/CNPJ:	15.808.752/0001-50
FAVORECIDO	
Banco:	1-BANCO DO BRASIL S.A.
N.º ISPB:	00000000
Agência:	3846-SETOR PUBLICO SAO LUIZ MA
Conta:	5.879-3
Tipo conta:	CC-CONTA CORRENTE
Nome:	FEMPE
CPF/CNPJ:	08.772.136/0001-21
Autenticação:	434224100216153925

OUVIDORIA SICOOB: 08007250996

ITEM 18 UNO NHP5107

SICOOB
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB - SISBR

02/10/2024 **EFETIVAÇÃO DE TED** 12:25:55

N.º agendamento:	16153946
TED agendado p/:	02/10/2024
Data agendamento:	02/10/2024
Finalidade:	10-Crédito em Conta
Valor:	6.210,00
REMETENTE	
Cooperativa:	4342
Conta:	58.782-6
Nome:	C. C. SCHMITT
CPF/CNPJ:	15.808.752/0001-50
FAVORECIDO	
Banco:	1-BANCO DO BRASIL S.A.
N.º ISPB:	00000000
Agência:	3846-SETOR PUBLICO SAO LUIZ MA
Conta:	5.879-3
Tipo conta:	CC-CONTA CORRENTE
Nome:	FEMPE
CPF/CNPJ:	08.772.136/0001-21
Autenticação:	434224100216153946

OUVIDORIA SICOOB: 08007250996

ITEM 19 UNO NHP 3132

SICOOB
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB - SISBR

02/10/2024 **EFETIVAÇÃO DE TED** 12:30:29

N.º agendamento:	16153971
TED agendado p/:	02/10/2024
Data agendamento:	02/10/2024
Finalidade:	10-Crédito em Conta
Valor:	4.170,00
REMETENTE	
Cooperativa:	4342
Conta:	58.782-6
Nome:	C. C. SCHMITT
CPF/CNPJ:	15.808.752/0001-50
FAVORECIDO	
Banco:	1-BANCO DO BRASIL S.A.
N.º ISPB:	00000000
Agência:	3846-SETOR PUBLICO SAO LUIZ MA
Conta:	5.879-3
Tipo conta:	CC-CONTA CORRENTE
Nome:	FEMPE
CPF/CNPJ:	08.772.136/0001-21
Autenticação:	434224100216153971

OUVIDORIA SICOOB: 08007250996

ITEM 21 UNO NHP 4374

SICOOB
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB - SISBR

02/10/2024 **EFETIVAÇÃO DE TED** 12:34:51

N.º agendamento:	16154006
TED agendado p/:	02/10/2024
Data agendamento:	02/10/2024
Finalidade:	10-Crédito em Conta
Valor:	5.050,00
REMETENTE	
Cooperativa:	4342
Conta:	58.782-6
Nome:	C. C. SCHMITT
CPF/CNPJ:	15.808.752/0001-50
FAVORECIDO	
Banco:	1-BANCO DO BRASIL S.A.
N.º ISPB:	00000000
Agência:	3846-SETOR PUBLICO SAO LUIZ MA
Conta:	5.879-3
Tipo conta:	CC-CONTA CORRENTE
Nome:	FEMPE
CPF/CNPJ:	08.772.136/0001-21
Autenticação:	434224100216154006

OUVIDORIA SICOOB: 08007250996

02/10/2024 - BANCO DO BRASIL - 11:08:53

839270145 SEGUNDA VIA 0035

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: DORIVAL ANTONIO LEMOS FH

AGENCIA: 8618-5 CONTA: 106.084-8

==========

DATA DA TRANSFERENCIA 02/10/2024

NR. DOCUMENTO 223.846.000.005.879

VALOR TOTAL 7.180,00

****** TRANSFERIDO PARA:

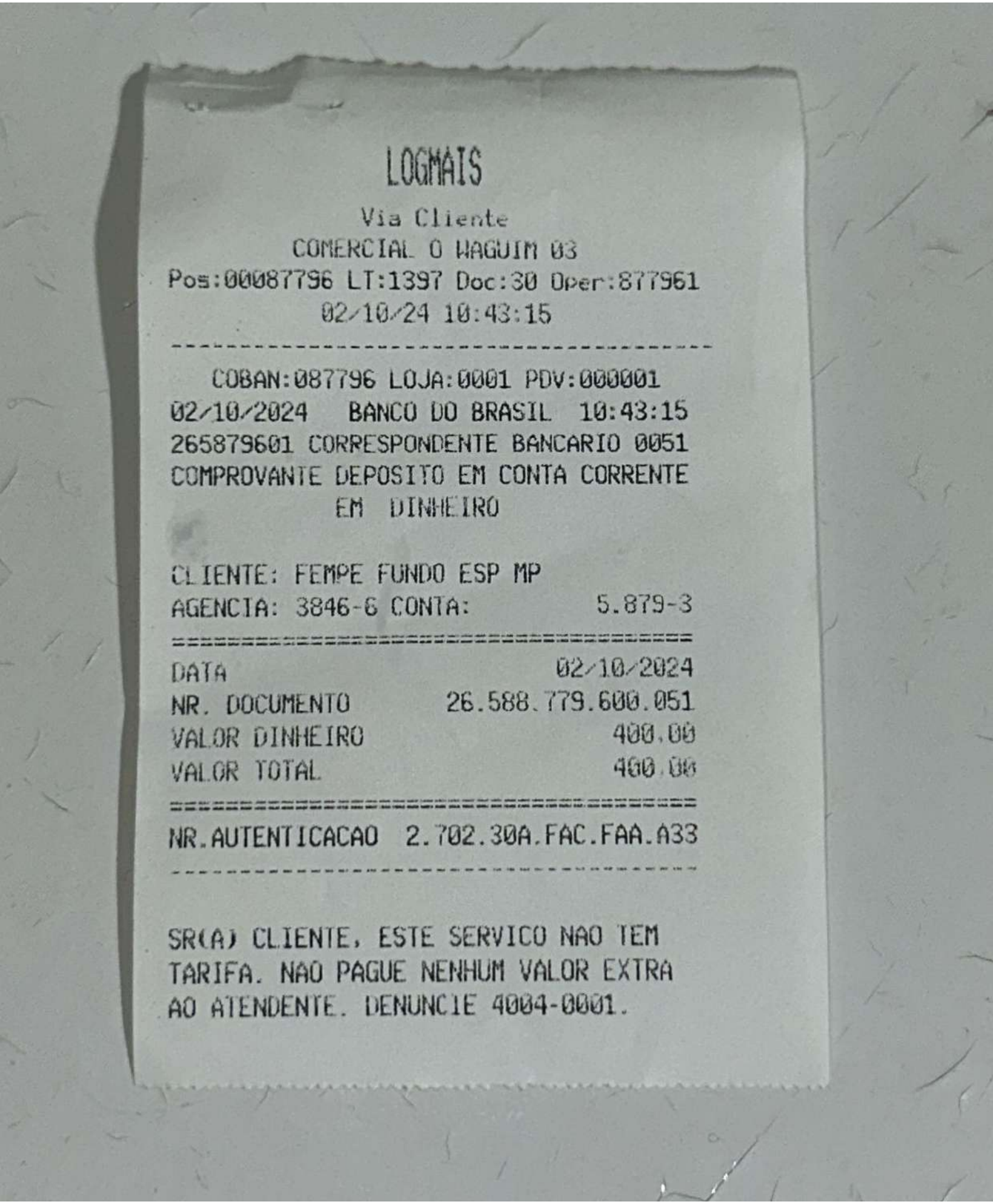
CLIENTE: FEMPE FUNDO ESP MP

AGENCIA: 3846-6 CONTA: 5.879-3

NR. DOCUMENTO 228.618.000.106.084

==========

NR.AUTENTICACAO 9.A32.B25.377.AA4.B27



LOGMAIS

Via Cliente

COMERCIAL O WAGUIM 03

Pos:00087796 LT:1397 Doc:30 Oper:877961

02/10/24 10:43:15

COBAN:087796 LOJA:0001 PDV:000001

02/10/2024 BANCO DO BRASIL 10:43:15

265879601 CORRESPONDENTE BANCARIO 0051

COMPROVANTE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE

EM DINHEIRO

CLIENTE: FEMPE FUNDO ESP MP

AGENCIA: 3846-6 CONTA: 5.879-3

==========

DATA 02/10/2024

NR. DOCUMENTO 26.588.779.600.051

VALOR DINHEIRO 400,00

VALOR TOTAL 400,00

==========

NR.AUTENTICACAO 2.702.30A.FAC.FAA.A33

SR(A) CLIENTE, ESTE SERVICO NAO TEM TARIFA. NAO PAGUE NENHUM VALOR EXTRA AO ATENDENTE. DENUNCIE 4004-0001.

Confirma Dados?

BANCO: 0001
TIPO DE CONTA: CORRENTE
AGENCIA: 03846
CONTA: 5879-3
FAVORECIDO: FEMPE FUNDO ESP MP
VALOR DEPOSITO: R$150,00

LOGMAIS

Via Cliente
COMERCIAL O WAGUIM 03
Pos:00087796 LT:1397 Doc:31 Oper:877961
02/10/24 11:12:23

COBAN:087796 LOJA:0001 PDV:000001
02/10/2024 BANCO DO BRASIL 11:12:22
265879601 CORRESPONDENTE BANCARIO 0053
COMPROVANTE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: FEMPE FUNDO ESP MP
AGENCIA: 3846-6 CONTA: 5.879-3

==========

DATA	02/10/2024
NR. DOCUMENTO	26.588.779.600.053
VALOR DINHEIRO	150,00
VALOR TOTAL	150,00

==========

NR.AUTENTICACAO 3.B9A.9F3.194.23B.74B

SR(A) CLIENTE, ESTE SERVICO NAO TEM
TARIFA. NAO PAGUE NENHUM VALOR EXTRA
AO ATENDENTE. DENUNCIE 4004-0001.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

RELATÓRIO DE VENCEDORES

VENCEDORES DO PROCESSO

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Leilão Eletrônico - 90001/2024

48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES | Tipo: ME - LC123: Não - Documento 48.919.089/0001-10 - Endereço: rua vinte e um - CEP: 65916455 - UF: MA - Município: Imperatriz - Telefone: (99) 98498-4342

Código	Produto	Unidade	Valor Unitário
0024	HONDA CG 125 CARGO 2000/2001	1 UND	R$ 400,00
0025	HONDA CG 150 JOB 2004/2005	1 UND	R$ 150,00
		TOTAL DO VENCEDOR	R$ 550,00

C. C. SCHMITT | Tipo: ME - LC123: Não - Documento 15.808.752/0001-50 - Endereço: Rua Guilherme Lahm - CEP: 95600538 - UF: RS - Município: Taquara - Telefone: (51) 98419-4618

Código	Produto	Unidade	Valor Unitário
0001	RANGER XLS CD4M32 2013/2014	1 UND	R$ 32.600,00
0003	FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014	1 UND	R$ 25.100,00
0006	FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014 - OJF4075	1 UND	R$ 9.260,00
0007	FIAT PALIO ELX FLEX 2009/2010	1 UND	R$ 3.800,00
0009	CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009 - NHO1230	1 UND	R$ 4.550,00
0018	FIAT UNO MILLE ECONOMY - 2008/2009 - NHP5107	1 UND	R$ 6.210,00
0019	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP3132	1 UND	R$ 4.170,00
0021	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4374	1 UND	R$ 5.050,00
		TOTAL DO VENCEDOR	R$ 90.740,00

Dorival Antonio Lemos Filho | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 098.136.081-53 - Endereço: Rua do alecrim - CEP: 65010040 - UF: MA - Município: São Luís - Telefone: (98) 98101-9006

Código	Produto	Unidade	Valor Unitário
0022	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP5268	1 UND	R$ 7.180,00
		TOTAL DO VENCEDOR	R$ 7.180,00

Valor Total: R$ 98.470,00

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:42.
Código verificador: A5CE6D

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

RELATÓRIO DE PROPOSTA COMERCIAL

Relatório de Proposta Comercial

48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES

CPF/CNPJ:	48.919.089/0001-10
Telefone:	(99) 98498-4342
E-mail:	conectcomunicacaovisualadm@gmail.com
Prazo de validade da proposta:	0 dias
Nome representante legal:	LUCYMEIRE SOUSA NUNES
CPF representante legal:	02483240399
E-mail representante legal:	conectcomunicacaovisualadm@gmail.com

Propostas Definitivas

48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES

Item	Descrição	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
0024	HONDA CG 125 CARGO 2000/2001	N/C	N/C	1	R$ 400,00	R$ 400,00
0025	HONDA CG 150 JOB 2004/2005	N/C	N/C	1	R$ 150,00	R$ 150,00
			TOTAL	2		R$ 150,00

C. C. SCHMITT

CPF/CNPJ:	15.808.752/0001-50
Telefone:	(51) 98419-4618
E-mail:	s.claudomiro@yahoo.com.br
Prazo de validade da proposta:	0 dias
Nome representante legal:	Claudomiro Cauer Schmitt
CPF representante legal:	37061291087
E-mail representante legal:	s.claudomiro@yahoo.com.br

Propostas Definitivas

C. C. SCHMITT

Item	Descrição	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
0001	RANGER XLS CD4M32 2013/2014	N/C	N/C	1	R$ 32.600,00	R$ 32.600,00
0003	FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014	N/C	N/C	1	R$ 25.100,00	R$ 25.100,00
0006	FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014 - OJF4075	N/C	N/C	1	R$ 9.260,00	R$ 9.260,00
0007	FIAT PALIO ELX FLEX 2009/2010	N/C	N/C	1	R$ 3.800,00	R$ 3.800,00
0009	CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009 - NHO1230	N/C	N/C	1	R$ 4.550,00	R$ 4.550,00
0018	FIAT UNO MILLE ECONOMY - 2008/2009 - NHP5107	N/C	N/C	1	R$ 6.210,00	R$ 6.210,00
0019	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP3132	N/C	N/C	1	R$ 4.170,00	R$ 4.170,00
0021	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4374	N/C	N/C	1	R$ 5.050,00	R$ 5.050,00
			TOTAL	8		R$ 5.050,00

Dorival Antonio Lemos Filho

CPF/CNPJ:	098.136.081-53
Telefone:	(98) 98101-9006
E-mail:	dalflemosfilho@gmail.com
Prazo de validade da proposta:	0 dias
Nome representante legal:	Dorival Antonio Lemos Filho
CPF representante legal:	09813608153
E-mail representante legal:	dalflemosfilho@gmail.com

Propostas Definitivas

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:45:52.
Código verificador: A5CF04

Dorival Antonio Lemos Filho

Item	Descrição	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
0022	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP5268	N/C	N/C	1	R$ 7.180,00	R$ 7.180,00
			TOTAL	1		R$ 7.180,00

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:45:52.
Código verificador: A5CF04

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

RANKING CLASSIFICATÓRIO

RANKING DO PROCESSO

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Leilão Eletrônico - 90001/2024

0001 - RANGER XLS CD4M32 2013/2014 | Valor de Referência: 32.500,00

Participante	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	R$ 32.600,00	1	N/C	N/C	ME	Não

0003 - FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014 | Valor de Referência: 25.000,00

Participante	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	R$ 25.100,00	1	N/C	N/C	ME	Não

0006 - FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014 - OJF4075 | Valor de Referência: 9.250,00

Participante	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	R$ 9.260,00	1	N/C	N/C	ME	Não

0007 - FIAT PALIO ELX FLEX 2009/2010 | Valor de Referência: 3.750,00

Participante	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	R$ 3.800,00	1	N/C	N/C	ME	Não

0009 - CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009 - NHO1230 | Valor de Referência: 4.500,00

Participante	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	R$ 4.550,00	1	N/C	N/C	ME	Não

0018 - FIAT UNO MILLE ECONOMY - 2008/2009 - NHP5107 | Valor de Referência: 3.750,00

Participante	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	R$ 6.210,00	1	N/C	N/C	ME	Não
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	R$ 6.200,00	1	N/C	N/C	ME	Não

0019 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP3132 | Valor de Referência: 3.750,00

Participante	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	R$ 4.170,00	1	N/C	N/C	ME	Não
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	R$ 4.141,00	1	N/C	N/C	ME	Não

0021 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4374 | Valor de Referência: 5.000,00

Participante	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	R$ 5.050,00	1	N/C	N/C	ME	Não

0022 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP5268 | Valor de Referência: 5.000,00

Participante	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
Dorival Antonio Lemos Filho	098.136.081-53	R$ 7.180,00	1	N/C	N/C	CPF	Não
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	R$ 7.150,00	1	N/C	N/C	ME	Não
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	R$ 7.085,00	1	N/C	N/C	ME	Não

0024 - HONDA CG 125 CARGO 2000/2001 | Valor de Referência: 400,00

Participante	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	R$ 400,00	1	N/C	N/C	ME	Não

0025 - HONDA CG 150 JOB 2004/2005 | Valor de Referência: 150,00

Participante	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:45:35.
Código verificador: A5CEFF

48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	R$ 150,00	1	N/C	N/C	ME	Não

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:45:35.
Código verificador: A5CEFF

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

PROPOSTAS INICIAIS

ATA DE PROPOSTAS

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Leilão Eletrônico - 90001/2024

Declarações obrigatórias

Titulo	Descricao
Declaração de Inexistência de Impeditivos	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de Responsabilidade sobre propostas	Declaro para os devidos fins legais, manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, conforme art. 155, inciso V, da Lei 14.133/2021.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - RANGER XLS CD4M32 2013/2014

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:51:02	R$32.600,00	R$ 32.600,00	Não

0002 - FORD RANGER XLS CD4M32 2014/2014

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0003 - FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:52:04	R$25.100,00	R$ 25.100,00	Não

0004 - FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014 - OJJ5188

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0005 - FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0006 - FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014 - OJF4075

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:52:38	R$9.260,00	R$ 9.260,00	Não

0007 - FIAT PALIO ELX FLEX 2009/2010

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:53:04	R$3.800,00	R$ 3.800,00	Não

0008 - CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:05.
Código verificador: A5CE5D

0009 - CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009 - NHO1230

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:53:42	R$4.550,00	R$ 4.550,00	Não

0010 - NISSAN LIVINA 16 2011/2012

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0011 - NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2444

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0012 - NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2454

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0013 - NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM7728

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0014 - NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2314

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0015 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4394

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0016 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4469

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0017 - FIAT UNO MILLE ECONOMY BRANCO 2008/2009 - NHP4818

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0018 - FIAT UNO MILLE ECONOMY - 2008/2009 - NHP5107

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:54:18	R$3.800,00	R$ 3.800,00	Não
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	13/09/2024 - 11:26:03	R$3.750,00	R$ 3.750,00	Não

0019 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP3132

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:54:47	R$3.800,00	R$ 3.800,00	Não
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	13/09/2024 - 11:26:38	R$3.750,00	R$ 3.750,00	Não

0020 - FIAT UNO MILLE FIRE FLEX 2007/2008-NHF0293

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:05.
Código verificador: A5CE5D

Deserto

0021 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4374

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:55:31	R$5.050,00	R$ 5.050,00	Não

0022 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP5268

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:56:23	R$5.050,00	R$ 5.050,00	Não
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	10/09/2024 - 13:10:13	R$5.000,00	R$ 5.000,00	Não
Dorival Antonio Lemos Filho	098.136.081-53	30/09/2024 - 16:48:54	R$5.000,00	R$ 5.000,00	Não

0023 - MITSUBISHI L-200 OUTDOOR 2008/2009

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0024 - HONDA CG 125 CARGO 2000/2001

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	10/09/2024 - 12:51:22	R$400,00	R$ 400,00	Não

0025 - HONDA CG 150 JOB 2004/2005

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	10/09/2024 - 12:51:30	R$150,00	R$ 150,00	Não

Validade das Propostas

Participante	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	0 dias
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	0 dias
Dorival Antonio Lemos Filho	098.136.081-53	0 dias

Participantes divulgados.

JOSE LINDSTRON PACHECO

Leiloeiro

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:05.
Código verificador: A5CE5D

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ATA PARCIAL

ATA PARCIAL

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Leilão Eletrônico - 90001/2024

Dúvidas

Data Dúvida	Assunto	Data Resposta
26/09/2024 - 14:57:44	Local	26/09/2024 - 14:57:44

Dúvida: Aonde estão os veículos, eu posso fazer vistoria.Sou de caxias ma

Resposta: Boa tarde.

Essa informação consta no item 2.3 do Edital, o qual, transcrevo abaixo:
"2 PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:
2.1 Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visitados de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos.
2.2 A Administração disponibilizará todos os dados técnicos, bem como fotos dos lotes a serem leiloados.
2.3 Os bens estarão expostos para visitação pública no estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão."

Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Observações
0001	RANGER XLS CD4M32 2013/2014	32.500,00	1	UND	Aceito
0002	FORD RANGER XLS CD4M32 2014/2014	25.000,00	1	UND	Deserto
0003	FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014	25.000,00	1	UND	Aceito
0004	FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014 - OJJ5188	18.000,00	1	UND	Deserto
0005	FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014	8.250,00	1	UND	Deserto
0006	FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014 - OJF4075	9.250,00	1	UND	Aceito
0007	FIAT PALIO ELX FLEX 2009/2010	3.750,00	1	UND	Aceito
0008	CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009	4.000,00	1	UND	Deserto
0009	CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009 - NHO1230	4.500,00	1	UND	Aceito
0010	NISSAN LIVINA 16 2011/2012	8.250,00	1	UND	Deserto
0011	NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2444	8.500,00	1	UND	Deserto
0012	NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2454	8.500,00	1	UND	Deserto
0013	NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM7728	9.500,00	1	UN	Deserto
0014	NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2314	4.500,00	1	UND	Deserto
0015	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4394	6.000,00	1	UN	Deserto
0016	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4469	6.000,00	1	UND	Deserto
0017	FIAT UNO MILLE ECONOMY BRANCO 2008/2009 - NHP4818	6.000,00	1	UND	Deserto
0018	FIAT UNO MILLE ECONOMY - 2008/2009 - NHP5107	3.750,00	1	UND	Aceito
0019	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP3132	3.750,00	1	UND	Aceito
0020	FIAT UNO MILLE FIRE FLEX 2007/2008-NHF0293	4.250,00	1	UND	Deserto
0021	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4374	5.000,00	1	UND	Aceito
0022	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP5268	5.000,00	1	UND	Aceito
0023	MITSUBISHI L-200 OUTDOOR 2008/2009	20.000,00	1	UND	Deserto
0024	HONDA CG 125 CARGO 2000/2001	400,00	1	UND	Aceito
0025	HONDA CG 150 JOB 2004/2005	150,00	1	UND	Aceito

Documentos Anexados ao Processo

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

Data	Documento
09/09/2024 - 09:40	LE_90001_2024 - Alienação de Veiculos_PA_11956_2022.pdf
09/09/2024 - 09:40	ETP__LEILAO_2024.pdf
09/09/2024 - 09:40	Termo_de_Referencia_-_Leilao.pdf

Mensagens Enviadas pelo Leiloeiro

Data	Assunto	Frase
01/10/2024 - 10:31:14	Negociação aberta para o processo 90001/2024	Você recebeu um novo pedido de negociação nos itens 1,3,6,7,9,18,19,21 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
01/10/2024 - 10:31:14	Negociação aberta para o processo 90001/2024	Você recebeu um novo pedido de negociação no item 22 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
01/10/2024 - 10:31:14	Negociação aberta para o processo 90001/2024	Você recebeu um novo pedido de negociação nos itens 24,25 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
01/10/2024 - 11:08:13	Documentos solicitados para o processo	Foram solicitadas diligências nos itens 1,3,6,7,9,18,19,21 do processo . Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
01/10/2024 - 11:08:15	Documentos solicitados para o processo 90001/2024	Foram solicitadas diligências no item 22 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
01/10/2024 - 11:08:15	Documentos solicitados para o processo 90001/2024	Foram solicitadas diligências nos itens 24,25 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2024 - 11:45:09		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0022 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2024 - 12:38:44		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0024 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2024 - 12:39:44		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0025 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2024 - 19:26:55		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2024 - 19:28:00		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0003 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2024 - 19:28:38		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0006 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2024 - 19:29:08		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0007 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2024 - 19:29:35		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0009 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2024 - 19:30:09		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0018 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2024 - 19:30:35		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0019 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
02/10/2024 - 19:31:05		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0021 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
03/10/2024 - 09:23:15		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0024 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
03/10/2024 - 09:23:33		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0025 do processo 90001/2024. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

Vencedores

Código	Produto	Participante	Modelo	Marca/ Fabricante	Valor de Referência	Quantidade	Valor Total
0001	RANGER XLS CD4M32 2013/2014	C. C. SCHMITT	N/C	N/C	32.600,00	1	32.600,00
0002	FORD RANGER XLS CD4M32 2014/2014				0,00	1	0,00
0003	FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014	C. C. SCHMITT	N/C	N/C	25.100,00	1	25.100,00
0004	FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014 - OJJ5188				0,00	1	0,00
0005	FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014				0,00	1	0,00
0006	FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014 - OJF4075	C. C. SCHMITT	N/C	N/C	9.260,00	1	9.260,00
0007	FIAT PALIO ELX FLEX 2009/2010	C. C. SCHMITT	N/C	N/C	3.800,00	1	3.800,00
0008	CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009				0,00	1	0,00
0009	CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009 - NHO1230	C. C. SCHMITT	N/C	N/C	4.550,00	1	4.550,00
0010	NISSAN LIVINA 16 2011/2012				0,00	1	0,00
0011	NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2444				0,00	1	0,00
0012	NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2454				0,00	1	0,00
0013	NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM7728				0,00	1	0,00
0014	NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2314				0,00	1	0,00
0015	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4394				0,00	1	0,00
0016	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4469				0,00	1	0,00
0017	FIAT UNO MILLE ECONOMY BRANCO 2008/2009 - NHP4818				0,00	1	0,00
0018	FIAT UNO MILLE ECONOMY - 2008/2009 - NHP5107	C. C. SCHMITT	N/C	N/C	6.210,00	1	6.210,00
0019	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP3132	C. C. SCHMITT	N/C	N/C	4.170,00	1	4.170,00
0020	FIAT UNO MILLE FIRE FLEX 2007/2008- NHF0293				0,00	1	0,00
0021	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4374	C. C. SCHMITT	N/C	N/C	5.050,00	1	5.050,00
0022	FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP5268	Dorival Antonio Lemos Filho	N/C	N/C	7.180,00	1	7.180,00
0023	MITSUBISHI L-200 OUTDOOR 2008/2009				0,00	1	0,00
0024	HONDA CG 125 CARGO 2000/2001	48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	N/C	N/C	400,00	1	400,00
0025	HONDA CG 150 JOB 2004/2005	48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	N/C	N/C	150,00	1	150,00

Itens marcados com "**" estão cancelados.

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de Inexistência de Impeditivos	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

Declaração de conhecimento do Edital	Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
Declaração de Responsabilidade sobre propostas	Declaro para os devidos fins legais, manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, conforme art. 155, inciso V, da Lei 14.133/2021.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante	Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - RANGER XLS CD4M32 2013/2014

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:51:02	R$32.600,00	R$ 32.600,00	Não

0002 - FORD RANGER XLS CD4M32 2014/2014

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0003 - FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:52:04	R$25.100,00	R$ 25.100,00	Não

0004 - FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014 - OJJ5188

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0005 - FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0006 - FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014 - OJF4075

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:52:38	R$9.260,00	R$ 9.260,00	Não

0007 - FIAT PALIO ELX FLEX 2009/2010

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:53:04	R$3.800,00	R$ 3.800,00	Não

0008 - CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0009 - CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009 - NHO1230

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:53:42	R$4.550,00	R$ 4.550,00	Não

0010 - NISSAN LIVINA 16 2011/2012

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0011 - NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2444

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0012 - NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2454

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0013 - NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM7728

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0014 - NISSAN LIVINA 16 2011/2012 - NXM2314

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0015 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4394

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0016 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4469

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0017 - FIAT UNO MILLE ECONOMY BRANCO 2008/2009 - NHP4818

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0018 - FIAT UNO MILLE ECONOMY - 2008/2009 - NHP5107

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:54:18	R$3.800,00	R$ 3.800,00	Não
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	13/09/2024 - 11:26:03	R$3.750,00	R$ 3.750,00	Não

0019 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP3132

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:54:47	R$3.800,00	R$ 3.800,00	Não
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	13/09/2024 - 11:26:38	R$3.750,00	R$ 3.750,00	Não

0020 - FIAT UNO MILLE FIRE FLEX 2007/2008-NHF0293

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0021 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4374

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:55:31	R$5.050,00	R$ 5.050,00	Não

0022 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP5268

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	30/09/2024 - 09:56:23	R$5.050,00	R$ 5.050,00	Não
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	10/09/2024 - 13:10:13	R$5.000,00	R$ 5.000,00	Não

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

Dorival Antonio Lemos Filho	098.136.081-53	30/09/2024 - 16:48:54	R$5.000,00	R$ 5.000,00	Não

0023 - MITSUBISHI L-200 OUTDOOR 2008/2009

Participante	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

0024 - HONDA CG 125 CARGO 2000/2001

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	10/09/2024 - 12:51:22	R$400,00	R$ 400,00	Não

0025 - HONDA CG 150 JOB 2004/2005

Participante	CNPJ/CPF	Data	Lance	Valor Total	LC 123/2006
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	10/09/2024 - 12:51:30	R$150,00	R$ 150,00	Não

Validade das Propostas

Participante	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
C. C. SCHMITT	15.808.752/0001-50	0 dias
48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	48.919.089/0001-10	0 dias
Dorival Antonio Lemos Filho	098.136.081-53	0 dias

Lances Enviados

0001 - RANGER XLS CD4M32 2013/2014

Data	Valor	CNPJ	Situação
30/09/2024 - 09:51:02	32.600,00 (proposta)	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

0003 - FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014

Data	Valor	CNPJ	Situação
30/09/2024 - 09:52:04	25.100,00 (proposta)	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

0006 - FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014 - OJF4075

Data	Valor	CNPJ	Situação
30/09/2024 - 09:52:38	9.260,00 (proposta)	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

0007 - FIAT PALIO ELX FLEX 2009/2010

Data	Valor	CNPJ	Situação
30/09/2024 - 09:53:04	3.800,00 (proposta)	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

0009 - CHEVROLET VECTRA SD EXPRESSION 2008/2009 - NHO1230

Data	Valor	CNPJ	Situação
30/09/2024 - 09:53:42	4.550,00 (proposta)	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

0018 - FIAT UNO MILLE ECONOMY - 2008/2009 - NHP5107

Data	Valor	CNPJ	Situação
13/09/2024 - 11:26:03	3.750,00 (proposta)	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
30/09/2024 - 09:54:18	3.800,00 (proposta)	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:14:39	3.850,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:18:58	3.900,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:19:47	3.910,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:20:54	3.920,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:21:17	3.930,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

01/10/2024 - 09:21:37	3.950,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:22:37	3.960,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:23:06	3.980,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:23:38	3.990,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:23:43	3.990,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:24:31	4.010,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:25:11	4.020,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:25:36	4.050,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:26:29	4.060,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:27:01	4.080,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:27:39	4.100,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:28:02	4.120,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:29:06	4.130,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:29:23	4.150,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:29:58	4.151,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:30:14	4.160,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:30:56	4.161,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:31:41	4.185,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:32:36	4.190,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:32:57	4.200,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:33:32	4.201,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:34:21	4.202,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:34:54	4.250,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:35:44	4.260,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:35:57	4.270,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:37:05	4.271,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:37:19	4.280,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:37:42	4.281,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:37:55	4.290,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:38:08	4.291,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:38:27	4.300,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:39:19	4.350,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:40:22	4.360,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:42:01	4.370,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:42:25	4.380,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:43:32	4.390,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:44:18	4.400,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:44:41	4.450,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:46:01	4.470,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:46:26	4.475,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:47:19	4.500,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:47:37	4.501,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:47:55	4.510,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:49:47	4.515,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:50:00	4.520,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

01/10/2024 - 09:50:41	4.525,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:50:54	4.530,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:51:25	4.600,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:51:49	4.610,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:52:02	4.650,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:52:24	4.660,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:52:58	4.700,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:53:27	4.710,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:54:21	4.720,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:55:00	4.730,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:55:42	4.750,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:56:10	4.760,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:56:22	4.800,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:56:42	4.810,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:57:06	4.815,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:57:28	4.850,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:58:22	4.855,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:58:37	4.900,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:58:55	4.905,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:59:13	4.950,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:00:49	5.010,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:01:52	5.015,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:02:05	5.050,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:02:54	5.080,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:03:33	5.100,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:04:09	5.150,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:04:29	5.160,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:05:03	5.170,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:05:26	5.180,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:05:46	5.185,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:05:56	5.190,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:06:31	5.200,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:06:48	5.210,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:08:20	5.220,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:08:30	5.230,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:08:45	5.235,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:09:05	5.245,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:09:45	5.250,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:10:03	5.255,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:10:22	5.400,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:10:45	5.410,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:11:22	5.450,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:11:41	5.459,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:12:03	5.460,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:12:36	5.467,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

01/10/2024 - 10:13:11	5.481,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:13:42	5.500,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:14:03	5.510,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:14:50	5.515,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:14:54	5.550,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:15:39	5.560,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:16:22	5.570,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:17:25	5.575,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:17:49	5.580,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:18:09	6.000,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:18:30	6.010,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:19:55	6.050,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:20:10	6.065,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:20:45	6.070,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:21:04	6.080,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:21:32	6.080,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:22:07	6.085,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:22:08	6.100,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:23:07	6.105,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:24:01	6.120,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:24:40	6.200,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:25:01	6.210,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

0019 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP3132

Data	Valor	CNPJ	Situação
13/09/2024 - 11:26:38	3.750,00 (proposta)	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
30/09/2024 - 09:54:47	3.800,00 (proposta)	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:15:11	3.810,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:19:26	3.900,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:20:00	3.910,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:21:07	3.920,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:21:29	3.930,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:21:49	3.950,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:23:31	3.960,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:23:55	3.990,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:24:18	4.000,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:24:46	4.010,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:25:16	4.020,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:25:44	4.050,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:26:34	4.060,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:26:56	4.080,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:27:50	4.100,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:28:11	4.120,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:29:15	4.125,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:29:36	4.130,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

01/10/2024 - 09:30:07	4.131,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:30:25	4.140,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:31:05	4.141,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:31:59	4.165,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:32:19	4.170,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

0021 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP4374

Data	Valor	CNPJ	Situação
30/09/2024 - 09:55:31	5.050,00 (proposta)	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

0022 - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 - NHP5268

Data	Valor	CNPJ	Situação
10/09/2024 - 13:10:13	5.000,00 (proposta)	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
30/09/2024 - 09:56:23	5.050,00 (proposta)	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
30/09/2024 - 16:48:54	5.000,00 (proposta)	098.136.081-53 - Dorival Antonio Lemos Filho	Válido
01/10/2024 - 09:15:36	5.060,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:19:43	5.100,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:20:18	5.110,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:21:21	5.150,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:21:50	5.160,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:22:23	5.200,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:22:58	5.210,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:24:08	5.250,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:24:34	5.260,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:25:07	5.280,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:25:34	5.290,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:26:00	5.310,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:26:45	5.320,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:27:16	5.350,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:28:33	5.360,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:28:47	5.380,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:29:24	5.385,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:29:48	5.390,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:30:17	5.391,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:30:36	5.400,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:31:20	5.401,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:32:29	5.410,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:32:53	5.411,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:33:45	5.420,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:34:34	5.421,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:35:10	5.430,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:36:10	5.440,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:36:35	5.450,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:37:24	5.451,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:37:41	5.460,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:37:57	5.461,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

01/10/2024 - 09:38:14	5.470,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:39:04	5.480,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:39:47	5.490,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:40:07	5.500,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:40:37	5.496,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:41:07	5.510,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:42:07	5.520,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:42:53	5.540,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:43:36	5.545,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:45:34	5.600,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:46:06	5.605,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:46:42	5.650,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:47:36	5.700,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:47:52	5.701,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:48:10	5.710,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:49:50	5.715,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:50:15	5.720,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:50:36	5.720,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:51:05	5.800,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:51:17	5.900,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:51:37	5.910,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:52:15	5.950,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:52:39	5.960,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:53:12	6.000,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:54:02	6.010,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:54:33	6.050,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:54:39	6.030,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:55:19	6.070,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:55:46	6.100,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:55:51	6.090,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:55:59	6.110,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:56:37	6.120,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:57:13	6.150,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:58:11	6.155,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 09:58:49	6.170,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 09:59:06	6.175,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:00:37	6.200,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:01:47	6.205,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:03:46	6.230,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:04:06	6.235,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:04:16	6.300,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:04:51	6.350,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:05:38	6.360,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:06:07	6.365,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:06:36	6.370,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

01/10/2024 - 10:07:22	6.380,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:07:56	6.390,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:08:40	6.400,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:08:41	6.410,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:08:56	6.415,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:09:18	6.420,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:10:03	6.430,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:10:19	6.435,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:10:40	6.500,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:11:07	6.515,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:11:24	6.550,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:11:55	6.555,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:12:24	6.560,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:12:58	6.570,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:13:45	6.580,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:14:26	6.590,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:15:00	6.600,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:16:10	6.610,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:17:16	6.620,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:17:39	6.640,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:18:13	7.000,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:19:09	7.010,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:19:41	7.050,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:20:32	7.075,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:21:17	7.080,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:22:19	7.085,00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	Válido
01/10/2024 - 10:23:26	7.090,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:23:50	7.100,00	098.136.081-53 - Dorival Antonio Lemos Filho	Válido
01/10/2024 - 10:25:00	7.150,00	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido
01/10/2024 - 10:26:00	7.180,00	098.136.081-53 - Dorival Antonio Lemos Filho	Válido

0024 - HONDA CG 125 CARGO 2000/2001

Data	Valor	CNPJ	Situação
10/09/2024 - 12:51:22	400,00 (proposta)	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido

0025 - HONDA CG 150 JOB 2004/2005

Data	Valor	CNPJ	Situação
10/09/2024 - 12:51:30	150,00 (proposta)	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Válido

Arquivos Enviados pelos Participantes

Item	Data/Hora	Enviado por	Arquivo
0022	02/10/2024 - 11:45:09	098.136.081-53 - Dorival Antonio Lemos Filho	Comprovante_02-10-2024_113123.pdf
0024	02/10/2024 - 12:38:44	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	comprovante 01 .pdf
0025	02/10/2024 - 12:39:44	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	comprovante 02 .pdf

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

0001	02/10/2024 - 19:26:55	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	comp pgto Ranger OJJ 4893.jpeg
0003	02/10/2024 - 19:28:00	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	comp pgto Ranger OJJ 1794.jpeg
0006	02/10/2024 - 19:28:38	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	comp pgto Palio WK OJF 4075.jpeg
0007	02/10/2024 - 19:29:07	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	comp pgto Palio NMU 7434.jpeg
0009	02/10/2024 - 19:29:35	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	comp pgto Vectra NHO 1230.jpeg
0018	02/10/2024 - 19:30:09	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	comp pgto Uno NHP5107.jpeg
0019	02/10/2024 - 19:30:35	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	comp pgto Uno NHP 3132.jpeg
0021	02/10/2024 - 19:31:05	15.808.752/0001-50 - C. C. SCHMITT	comp pgto Uno NHP 4374.jpeg
0024	03/10/2024 - 09:23:14	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	400.pdf
0025	03/10/2024 - 09:23:33	48.919.089/0001-10 - 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	150.pdf

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
01/10/2024 - 11:01	- -	- -

Chat

Data	Apelido	Frase
01/10/2024 - 09:01:57	Leiloeiro	Bom dia, senhores licitantes.
01/10/2024 - 09:02:05	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
01/10/2024 - 09:03:10	Leiloeiro	Meu nome é José Lindstron Pacheco
01/10/2024 - 09:03:35	Leiloeiro	Serei o Leiloeiro responsável por este certame.
01/10/2024 - 09:03:45	Leiloeiro	Vamos prosseguir.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0002 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0004 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0005 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0008 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0010 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0011 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0012 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0013 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0014 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0015 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0016 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0017 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0020 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	O item 0023 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
01/10/2024 - 09:05:20	Sistema	No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
01/10/2024 - 09:06:13	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:07:56	Sistema	O item 0003 foi aberto pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:08:07	Sistema	O item 0006 foi aberto pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:08:18	Sistema	O item 0007 foi aberto pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:09:08	Sistema	O item 0009 foi aberto pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:10:14	Sistema	O item 0018 foi aberto pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:10:18	Sistema	O item 0019 foi aberto pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:10:38	Sistema	O item 0021 foi aberto pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:10:45	Sistema	O item 0022 foi aberto pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:10:51	Sistema	O item 0024 foi aberto pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:10:55	Sistema	O item 0025 foi aberto pelo leiloeiro.
01/10/2024 - 09:16:15	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
01/10/2024 - 09:17:57	Sistema	O item 0003 foi encerrado.
01/10/2024 - 09:18:09	Sistema	O item 0006 foi encerrado.

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

01/10/2024 - 09:18:18	Sistema	O item 0007 foi encerrado.
01/10/2024 - 09:19:09	Sistema	O item 0009 foi encerrado.
01/10/2024 - 09:20:40	Sistema	O item 0021 foi encerrado.
01/10/2024 - 09:20:52	Sistema	O item 0024 foi encerrado.
01/10/2024 - 09:20:55	Sistema	O item 0025 foi encerrado.
01/10/2024 - 09:29:08	Leiloeiro	Vamos aguardar o encerramento de todos os itens.
01/10/2024 - 09:34:20	Sistema	O item 0019 foi encerrado.
01/10/2024 - 09:49:40	Leiloeiro	Srs licitantes, deêm lances substanciais!
01/10/2024 - 10:27:03	Sistema	O item 0018 foi encerrado.
01/10/2024 - 10:28:00	Sistema	O item 0022 foi encerrado.
01/10/2024 - 10:31:03	Leiloeiro	Vamos prosseguir.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	O item 0001 teve como arrematante C. C. SCHMITT - ME com lance de R$ 32.600,00.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	O item 0003 teve como arrematante C. C. SCHMITT - ME com lance de R$ 25.100,00.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	O item 0006 teve como arrematante C. C. SCHMITT - ME com lance de R$ 9.260,00.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	O item 0007 teve como arrematante C. C. SCHMITT - ME com lance de R$ 3.800,00.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	O item 0009 teve como arrematante C. C. SCHMITT - ME com lance de R$ 4.550,00.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	O item 0018 teve como arrematante C. C. SCHMITT - ME com lance de R$ 6.210,00.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	O item 0019 teve como arrematante C. C. SCHMITT - ME com lance de R$ 4.170,00.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	O item 0021 teve como arrematante C. C. SCHMITT - ME com lance de R$ 5.050,00.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	O item 0022 teve como arrematante Dorival Antonio Lemos Filho - CPF com lance de R$ 7.180,00.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	O item 0024 teve como arrematante 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES - ME com lance de R$ 400,00.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	O item 0025 teve como arrematante 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES - ME com lance de R$ 150,00.
01/10/2024 - 10:31:13	Sistema	Iniciada a fase de negociação.
01/10/2024 - 10:34:38	Sistema	A data limite para negociação foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 10:36.
01/10/2024 - 10:37:56	Leiloeiro	Srs licitantes.
01/10/2024 - 10:39:40	Leiloeiro	Declararei os vencedores do certame.
01/10/2024 - 10:40:37	Leiloeiro	Após, convocarei para apresentar o comprovante de pagamento dos lotes arrematados, no prazo de 02(dois) dias úteis, conforme item 10.1 do Edital.
01/10/2024 - 10:41:02	Sistema	Para o item 0001 o arrematante vencedor foi o participante C. C. SCHMITT.
01/10/2024 - 10:41:02	Sistema	Para o item 0003 o arrematante vencedor foi o participante C. C. SCHMITT.
01/10/2024 - 10:41:02	Sistema	Para o item 0006 o arrematante vencedor foi o participante C. C. SCHMITT.
01/10/2024 - 10:41:02	Sistema	Para o item 0007 o arrematante vencedor foi o participante C. C. SCHMITT.
01/10/2024 - 10:41:02	Sistema	Para o item 0009 o arrematante vencedor foi o participante C. C. SCHMITT.
01/10/2024 - 10:41:02	Sistema	Para o item 0018 o arrematante vencedor foi o participante C. C. SCHMITT.
01/10/2024 - 10:41:02	Sistema	Para o item 0019 o arrematante vencedor foi o participante C. C. SCHMITT.
01/10/2024 - 10:41:02	Sistema	Para o item 0021 o arrematante vencedor foi o participante C. C. SCHMITT.
01/10/2024 - 10:43:15	Sistema	Para o item 0022 o arrematante vencedor foi o participante Dorival Antonio Lemos Filho.
01/10/2024 - 10:43:40	Sistema	Para o item 0024 o arrematante vencedor foi o participante 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES.
01/10/2024 - 10:43:58	Sistema	Para o item 0025 o arrematante vencedor foi o participante 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES.
01/10/2024 - 10:44:25	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0021 foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 10:54.
01/10/2024 - 10:45:11	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:56.
01/10/2024 - 10:45:11	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0003 foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:56.
01/10/2024 - 10:45:11	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0006 foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:56.
01/10/2024 - 10:45:11	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0007 foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:56.
01/10/2024 - 10:45:11	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0009 foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:56.
01/10/2024 - 10:45:11	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0018 foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:56.
01/10/2024 - 10:45:11	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0019 foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:56.
01/10/2024 - 10:45:11	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0021 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:56.
01/10/2024 - 10:45:11	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0022 foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:56.
01/10/2024 - 10:45:11	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0024 foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:56.
01/10/2024 - 10:45:11	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0025 foi definida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:56.
01/10/2024 - 10:50:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:01.
01/10/2024 - 10:50:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0003 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:01.
01/10/2024 - 10:50:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0006 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:01.
01/10/2024 - 10:50:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0007 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:01.
01/10/2024 - 10:50:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0009 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:01.

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

01/10/2024 - 10:50:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0018 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:01.
01/10/2024 - 10:50:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0019 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:01.
01/10/2024 - 10:50:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0021 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:01.
01/10/2024 - 10:50:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0022 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:01.
01/10/2024 - 10:50:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0024 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:01.
01/10/2024 - 10:50:59	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0025 foi redefinida pelo leiloeiro para 01/10/2024 às 11:01.
01/10/2024 - 10:51:29	Leiloeiro	Corrigi o prazo para recurso.
01/10/2024 - 11:04:51	Leiloeiro	Convocarei para apresentação do comprovante de pagamento/transferência no sistema. no prazo de 2 dias úteis, conforme o item 10.1 do Edital:
01/10/2024 - 11:05:06	Leiloeiro	10.1 O pagamento dos itens correspondentes aos Lotes arrematados deverá ser à vista, devendo ser feito no prazo em até 02 (dois) dias úteis contados do término da sessão, através dos dados bancários: Agência Banco do Brasil: 3846-6, conta 5879-3, FEMPE.
01/10/2024 - 11:05:19	Leiloeiro	10.3 O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao servidor designado por meio do sistema.
01/10/2024 - 11:06:11	Leiloeiro	Aviso que aqueles que arremataram mais de um item, devem fazer as transferências individuais.
01/10/2024 - 11:06:26	Leiloeiro	Cada item deve ter seu comprovante de transferência/pagamento.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0003. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0006. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0007. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0009. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0018. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0019. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0021. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0022. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0024. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0025. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
01/10/2024 - 11:08:10	Sistema	Motivo: Solicito o comprovante de pagamento, conforme o item 10.1 do Edital. Observação: cada item deve ter seu comprovante de pagamento específico, acaso o sr tenha arrematado mais de um item.
01/10/2024 - 11:15:39	Leiloeiro	Senhores licitante.
01/10/2024 - 11:16:26	Leiloeiro	Suspenderemos a sessão, para aguardar o envio dos comprovantes de pagamento, e retornaremos no dia 04/10/2024, às 9h.
01/10/2024 - 11:16:45	Leiloeiro	Um bom dia a todos e até dia 04.10.2024.
02/10/2024 - 11:45:02	P. Dorival Antonio Lemos Filho	Documentação Item 0022: Comprovante de transferência referente ao item arrematado 0022
02/10/2024 - 11:45:09	Sistema	A diligência do item 0022 foi anexada ao processo.
02/10/2024 - 12:38:44	Sistema	A diligência do item 0024 foi anexada ao processo.
02/10/2024 - 12:39:22	P. 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Documentação Item 0024: Comprovante de pagamento referente ao lote 0024.
02/10/2024 - 12:39:44	Sistema	A diligência do item 0025 foi anexada ao processo.
02/10/2024 - 12:40:07	P. 48.919.089 LUCYMEIRE SOUSA NUNES	Documentação Item 0025: Comprovante de pagamento referente ao lote 0025.
02/10/2024 - 13:33:53	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0024. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
02/10/2024 - 13:33:53	Sistema	Motivo: Seus comprovantes estão ilegíveis. Solicito a comprovação legível.
02/10/2024 - 13:34:20	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0024. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
02/10/2024 - 13:34:20	Sistema	Motivo: Seus comprovantes estão ilegíveis. Solicito a comprovação legível.
02/10/2024 - 14:03:08	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0025. O prazo de envio é até às 23:59 do dia 03/10/2024.
02/10/2024 - 14:03:08	Sistema	Motivo: Seus comprovantes estão ilegíveis. Solicito a comprovação legível.
02/10/2024 - 19:26:55	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
02/10/2024 - 19:28:00	Sistema	A diligência do item 0003 foi anexada ao processo.
02/10/2024 - 19:28:38	Sistema	A diligência do item 0006 foi anexada ao processo.
02/10/2024 - 19:29:07	Sistema	A diligência do item 0007 foi anexada ao processo.
02/10/2024 - 19:29:35	Sistema	A diligência do item 0009 foi anexada ao processo.
02/10/2024 - 19:30:09	Sistema	A diligência do item 0018 foi anexada ao processo.
02/10/2024 - 19:30:35	Sistema	A diligência do item 0019 foi anexada ao processo.
02/10/2024 - 19:31:05	Sistema	A diligência do item 0021 foi anexada ao processo.
03/10/2024 - 09:23:14	Sistema	A diligência do item 0024 foi anexada ao processo.
03/10/2024 - 09:23:33	Sistema	A diligência do item 0025 foi anexada ao processo.

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

JOSE LINDSTRON PACHECO

Leiloeiro

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 11:40:29.
Código verificador: A5CE67

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ESCLARECIMENTOS

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Leilão Eletrônico - 90001/2024

Participante	CPF/CNPJ	Data	Assunto	Situação	Arquivo
Elismar costa rocha	000.000.000-00	26/09/2024 - 14:57:44	Local	26/09/2024 - 14:57:44	

Questionamento: Aonde estão os veículos, eu posso fazer vistoria.Sou de caxias ma

Resposta: Boa tarde.

Essa informação consta no item 2.3 do Edital, o qual, transcrevo abaixo:
"2 PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:
2.1 Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visitados de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos.
2.2 A Administração disponibilizará todos os dados técnicos, bem como fotos dos lotes a serem leiloados.
2.3 Os bens estarão expostos para visitação pública no estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão."

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 03/10/2024 às 10:46:36.
Código verificador: A5C8D6

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

PUBLICAÇÕES ABERTURA

Acessar Contratação

Última atualização 09/09/2024

Local: São Luís/MA **Órgão:** ESTADO DO MARANHAO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA **Unidade vendedora:** 01 - Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Modalidade da contratação: Leilão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, IV **Tipo:** Edital **Modo de disputa:** Aberto

Data de divulgação no PNCP: 09/09/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de lances:** 10/09/2024 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de lances: 01/10/2024 08:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 05483912000185-1-000027/2024 **Fonte:** ECustomize Consultoria em Software S.A

Objeto:

[Portal de Compras Públicas] - O objeto da presente licitação é a alienação de bens móveis inservíveis (veículos), conforme condições, quantidades e exigências previstas no edital.

VALOR TOTAL ESTIMADO DO LEILÃO

R$ 229.800,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	RANGER XLS CD4M32 2013/2014	1	R$ 32.500,00	R$ 32.500,00	
2	FORD RANGER XLS CD4M32 2014/2014	1	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	
3	FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014	1	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	
4	FORD RANGER XLS CD4M32 2013/2014 - OJJ5188	1	R$ 18.000,00	R$ 18.000,00	
5	FIAT PALIO WEENKED TREKK 1.6 2013/2014	1	R$ 8.250,00	R$ 8.250,00	

Exibir: 1-5 de 25 itens Página

Voltar

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

Enap Escola Nacional de Administração Pública

SERPRO

SEBRAE

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE CONTAS

EXTRATO DE ENVIO

PERÍODO: 10/09/2024 - 10/09/2024
ENTIDADE: FUNDO ESPECIAL DO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL (FEMPE) - 08772136000121
DATA DE CRIAÇÃO: 10/09/2024 14:20:03
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 2a8b9341-92cf-4df6-9fde-b2268d9e3ced

Procedimento Licitatório

cnpj procedimento	id procedimento	numero procedimento	ano procedimento	tipo procedimento	cpf envio	data envio	cpf exclusao	data exclusao	status
08772136000121	LE900012024	90001	2024	LL	86017209353	10/09/2024	-	-	ENVIADO

Total Procedimento Licitatório: 1

Extrato de Publicação

Leilão Eletrônico - 90001/2024
Nº PROCESSO ADM. 011956/2024

Extrato de processo gerado automaticamente pelo Portal de Compras Públicas,
torna público para conhecimento dos interessados que o órgão Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, de acordo com a
regulamentação especificada em edital, realizará Leilão sendo conduzido por JOSE LINDSTRON PACHECO,
Leiloeiro e tendo como autoridade PAULO GONÇALVES ARRAIS.

Data de publicação do processo:	09/09/2024 - 09:42
Data início das propostas:	10/09/2024 - 08:00
Data final das propostas:	01/10/2024 - 08:59
Data de abertura das propostas:	01/10/2024 - 09:00
Tipo de Julgamento:	Maior Preço
Modo de disputa:	Aberto
Processo exclusivo ME:	Não
Valor total do processo:	R$ 229.800,00

OBJETO DO PROCESSO

O objeto da presente licitação é a alienação de bens móveis inservíveis (veículos), conforme condições, quantidades e exigências previstas no edital.

Link público do processo:

https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/MA/Procuradoria-Geral-de-Justica-do-Estado-do-Maranhao-4672/LE-90001-2024-2024-334399

Leiloeiro

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 09/09/2024 às 09:43:12.
Código verificador: A16C24

Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico nº 90001/2024
Processo Administrativo n° 11956/2022

Objeto: alienação de bens móveis inservíveis (veículos), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos. Abertura: 01/10/2024, às 9h (nove horas) - horário de Brasília - DF; Local: Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br; Informações: Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís - MA. CEP: 65076-820; e-mail: esclarecimentos@mpma.mp.br; Fones: (98) 3219-1645 e 3219-1766.
São Luís - MA, 9 de setembro de 2024.

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Agente de Contratação - CPL
PGJ-MA

EXTRATO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS Nº 02/2024

PROCESSO N° 7072/2023: OBJETO: Doação de bens móveis, livre e desembaraçadamente de qualquer ônus, os bens móveis recuperáveis, de propriedade da Doadora à Donatária, a título gratuito que não estão sendo aproveitados pela entidade doadora, no valor total estimado de R$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais), conforme avaliação feita pela sua Comissão de Classificação e Avaliação de Materiais, no Processo Administrativo n° 7072/2023. Data da Assinatura do Termo: 30/08/2024. BASE LEGAL: Ordem de Serviço n° 01/2012, art. 4º, da PGJ/MA. Doadora: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, representado pelo Procurador-Geral de Justiça, DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA. Donatário: PARÓQUIA SÃO JOSÉ DA PROVIDÊNCIA DE LAGOA GRANDE-MA, representado pelo Pároco EDMAR GOMES LESSA FILHO.
São Luís, 9 de setembro de 2024.

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Escola Superior

EDITAL

EDT-ESMP – 22024
Código de validação: 93EFB38AAB
EDITAL ESMP/MPMA 2/2024
CHAMADA PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS
REVISTA LUMIAR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO.

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, comunica chamada para publicação de artigos científicos na Revista Lumiar da Escola Superior do Ministério Público do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, ano 6, n. 6, jan./dez.2024.
Este número da revista será uma edição especial comemorativa dos 200 ANOS DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL (1822-2022), podendo os interessados enviarem artigos sobre o tema na abordagem jurídica, histórica, político-social e filosófica, observando-se o prazo e as normas de submissão, de publicação e os parâmetros de editoração disponíveis abaixo:
1 CRONOGRAMA
Data limite para submissão de artigos – até 30.12.2024
Data da conclusão das avaliações pelo Conselho Editorial – 28.02.2025
Data prevista para publicação na revista Lumiar – junho de 2025
2 REGRAS DE SUBMISSÃO
2.1 Serão admitidos para fins de publicação trabalhos das áreas de Direito, História, Ciência Política, Sociologia e Filosofia desde que aborde sobre a instituição do Tribunal do Júri no Brasil.
2.2 O artigo científico deverá ser preferencialmente inédito;

Detalhes

Número do Edital: 90001/2024

Processo Administrativo: 11956/2022

Data de Publicação: 10/09/2024

Data de Abertura: 01/10/2024

Hora de Abertura: 09:00:00

CNPJ Unidade Gestora: 08.772.136/0001-21

Sistema pregão: Portal de Compras Públicas

Número da Lei: 14133

Ano da Lei: 2021

CPF da Autoridade: 859.809.942-20

Finalidade: Alienação de bens móveis ou imóveis

Data de Adesão:

Regime de execução: Empreitada por preço unitário

Valor Estimado: R$ 229.800,00

Local de Abertura: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

Objeto: O objeto da presente licitação é a alienação de bens móveis inservíveis (veículos), conforme condições, quantidades e exigências abaixo descritas:

Modalidade: Leilão

Tipo: Maior Lance ou Oferta

Situacao: Abertura

Resultado:

Aguardando

Arquivos anexados

#	Nome	Tipo	Descriçao	Ações
1	ETP__LEILAO_2024.pdf	Anexo de Edital	Estudo técnico preliminar	
2	Termo_de_Referencia_-_Leilao.pdf	Anexo de Edital	Termo de Referência	

Cadastrado por JOSÉ LINDSTRON PACHECO em 10/09/2024

Atualizado por JOSÉ LINDSTRON PACHECO em 10/09/2024

ESTADO DO MARANHÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Leilão Eletrônico nº 90001/2024
Processo Administrativo nº 11956/2022

Objeto: alienação de bens móveis inservíveis (veículos), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos. **Abertura: 01/10/2024, às 9h (nove horas) - horário de Brasília - DF; Local:** Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br; **Informações:** Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís - MA. **CEP:** 65076-820; **E-mail:** esclarecimentos@mpma.mp.br; **Fones:** (98) 3219-1645 e 3219-1766.

São Luís - MA, 9 de setembro de 2024.
JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Agente de Contratação - CPL
PGJ-MA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

EDITAL ASSINADO

LEILÃO ELETRÔNICO N. 90001/2024

CONTRATANTE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

OBJETO

Alienação de bens móveis inservíveis (veículos)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 229.800,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **01/10/2024** às **9h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MAIOR LANCE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

SUMÁRIO

1 DO OBJETO....3
2 PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:....3
3 DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO....4
4 DO CREDENCIAMENTO....5
5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA....5
6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES....6
7 DO JULGAMENTO....7
8 DOS RECURSOS:....8
9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO....8
10 DO PAGAMENTO....8
11 DA ENTREGA....8
12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES....9
13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO....12
14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS....12
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA....14
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO....15
ANEXO III - CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO....16

EDITAL

LEILÃO ELETRÔNICO Nº. 9001/2024

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Leiloeiro(a) Administrativo, designado(a) pela PORTARIA-GAB/PGJ - 4511/2024, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo **nº 11956/2024**, oriundo da Coordenadoria de Serviços Gerais, tornam público, que realizará licitação, na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

DATA: **01.10.2024**, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: **9h (nove horas)** – horário de Brasília-DF.

LOCAL: Portal de Compras Públicas – http://www.portaldecompraspublicas.com.br

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a alienação de bens móveis inservíveis (veículos), conforme condições, quantidades e exigências abaixo descritas:

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 **O critério de julgamento adotado será o de MAIOR LANCE por item.**

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Leilão descritas no **Portal de Compras Públicas**(www.portaldecompraspublicas.com.br) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:

2.1 Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visitados de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos.

2.2 A Administração disponibilizará todos os dados técnicos, bem como fotos dos lotes a serem leiloados.

2.3 Os bens estarão expostos para visitação pública no estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO

3.1 Poderão participar deste Leilão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2 Poderão oferecer lances pessoas físicas, inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, possuidoras de documentos de identificação e capazes nos termos da Lei Civil, bem como pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 Não poderão participar desta licitação:

3.4.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.3 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.6 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.4.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.8 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área

encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.5 O impedimento de que trata o item 3.4.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 Os interessados em participar deste Leilão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4.6 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA

5.1 O licitante interessado em participar do leilão encaminhará, exclusivamente, via sistema, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2 Ato contínuo, deverá ser declarado, em campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação:

5.2.1 A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;

5.2.2 O pleno conhecimento e a aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital; e

5.2.3 A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por intermédio de seu representante, assumidas como firmes e verdadeiras.

5.3 As informações declaradas no sistema na forma acima permitem a participação dos interessados no leilão e não constituem registro cadastral prévio.

5.4 O licitante, quando do registro da proposta, nos termos do disposto nessa cláusula, poderá parametrizar o seu valor final máximo e obedecerá às seguintes regras:

5.4.1 Aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, se houver, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto a lance que cobrir a melhor oferta; e

5.4.2 Envio automático de lances pelo sistema, respeitado o valor final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o item acima.

5.5 O valor final máximo de que trata o item 5.4 poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor inferior a lance já registrado por ele no sistema.

5.6 O valor máximo parametrizado na forma do item 5.4 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou para a entidade contratante e poderá ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Na data e horário estabelecidos no edital, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para envio de lances públicos e sucessivos, o prazo de lances será de 10 minutos, desde que não ocorra lances após o 8° minuto, caso ocorra esse será prorrogado por 02 minutos de forma sucessiva até que não haja mais lances.

6.2 Os lances ocorrerão exclusivamente por meio do sistema, indicado no item 3 desse edital.

6.3 O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, se houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, desde que superiores ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5 Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação dos participantes.

6.6 O licitante será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

6.7 Na hipótese de o sistema se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7.1 Caso a desconexão do sistema para o órgão ou a entidade promotora da licitação persista por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.8 Imediatamente após o encerramento do prazo da etapa de envio de lances estabelecido nos termos do item 6, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

6.9 A simples oferta de lance implica aceitação expressa pelo licitante de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital.

6.10 Os lances deverão ser iguais ou superiores ao valor da avaliação.

6.11 Os lances efetuados são irretratáveis e, se vencedores, geram uma obrigação contratual, na forma de promessa de compra, a qual deverá ser paga no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da finalização do certame, sob pena de cancelamento da venda, perda dos valores pagos e oferecimento do lote a outro alienante interessado, sem prejuízo de punição do arrematante faltoso em 20% do valor da arrematação.

6.12 Em caso de inobservância do disposto no item 6.11 poderá o bem voltar a ser apregoado em um novo leilão, desde que devidamente justificado pelo servidor designado.

7 DO JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances, o servidor designado verificará a conformidade da proposta e considerará vencedor aquele licitante que ofertou o maior lance, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem.

7.2 Definido o resultado do julgamento, o servidor designado poderá negociar condições mais vantajosas para a Administração com o primeiro colocado, por meio do sistema.

7.3 Os demais licitantes poderão acompanhar a negociação de que trata o item 7.2.

7.4 Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado no sistema.

7.5 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

7.6 Na hipótese de o procedimento restar fracassado, a PGJ/MA poderá:

7.6.1 Republicar o procedimento; ou

7.6.2 Fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.

8 DOS RECURSOS:

8.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata e após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

8.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.

8.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

8.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

8.6 Na hipótese de ocorrência da preclusão prevista no item 8.1, o processo será encaminhado à autoridade superior, que fica autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa do pagamento, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto licitado e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento dos itens correspondentes aos Lotes arrematados deverá ser à vista, devendo ser feito no prazo em até 02 (dois) dias úteis contados do término da sessão, através dos dados bancários: **Agência Banco do Brasil: 3846-6, conta 5879-3, FEMPE.**

10.2 Todas as despesas decorrentes das alienações, impostos de transmissão e demais encargos inerentes à transferência de propriedade, serão suportados pelos adquirentes, não podendo ser abatidos do valor da alienação

10.3 O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao servidor designado por meio do sistema.

10.4 Na hipótese de não realização do pagamento imediato pelo arrematante, o leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

10.5 Caso o arrematante não efetue o pagamento no prazo estipulado, perderá o direito sobre o bem.

11 DA ENTREGA

11.1 O arrematante retirará o(s) bem(ns) a ele adjudicados, obrigatória e concomitantemente após a confirmação do pagamento.

11.2 Os documentos respectivos, quando for o caso, serão entregues ao arrematante somente no momento de sua retirada.

11.3 Os bens alienados deverão ser retirados pelos arrematantes a quem foram adjudicados, no local da visitação dos lotes do Leilão, no prazo de 10 (dez) dias, nos horários das 08h30min e 13h00min, desde que não haja qualquer impedimento, com apresentação dos seguintes documentos:

11.3.1 Comprovante de quitação do valor do lance ofertado;

11.3.2 Cédula de identidade, e, se for o caso, Procuração Específica;

11.4 Os bens alienados serão entregues nas condições que se encontram em exposição.

11.5 Todas as despesas de transferências, remoção, documentos, bem como quaisquer outras correlatas, correrão por conta do arrematante.

11.6 Uma vez integralizado o pagamento, a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer no(s) bem(ns) arrematado(s) e não retirado(s) dentro do prazo, bem como multas futuras oriundas de transporte ou atraso em transferências de propriedade.

11.7 Ocorrendo força maior ou caso fortuito, no interregno de tempo entre a data de realização do leilão e da retirada do(s) bem(ns), que impeça sua entrega, fica resolvida a obrigação mediante a restituição do valor pago.

11.8 Estará sujeito à taxa de permanência diária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), aquele arrematante adjudicado que não retirar o bem alienado no prazo estabelecido no item 11.3 deste edital, se for interesse da Administração realizar novo leilão.

11.9 A não retirada do(s) lote(s) arrematados(s) do local do leilão, no prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da arrematação, implicará na declaração de abandono, retornando o bem ao depósito para ser leiloado em outra oportunidade.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 Não celebrar o contrato **ou não entregar a documentação exigida para a contratação**, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, **ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente** no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 Fraudar a licitação

12.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1.1 Advertência;

12.2.1.2 Multa;

12.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2.1.4.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão aplicadas, no que couber, na forma estabelecida no art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

12.2.1.4.2 Caso o arrematante não efetue o pagamento, ressalvadas as situações decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma da lei, devidamente comprovadas e aceitas pelo Leiloeiro, configurará a desistência do arrematante, relativamente ao lote leiloado, importando ainda no **pagamento de multa estipulada em 20% (vinte por cento) do valor da arrematação e sem prejuízo das demais sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, no que couber;**

12.2.1.4.3 A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

12.2.1.4.4 Durante toda a realização do leilão, o participante que impedir, perturbar, fraudar, afastar ou procurar afastar arrematantes por oferecimento de vantagens ou qualquer outro meio ilícito, estará sujeito às sanções previstas nos artigos 335, 337-F e 337-K do Código Penal.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 As peculiaridades do caso concreto

12.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato (ou instrumento equivalente ao contrato) licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato (ou instrumento equivalente ao contrato) licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato (ou instrumento equivalente ao contrato) licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, **ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente** no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item , caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo

de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente edital, por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente pelo seguinte endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Da sessão pública do Leilão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos https://www.portaldecompraspublicas.com.br e www.mpma.mp.br.

14.11 **A abertura da sessão deste Leilão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o** Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

14.12.2ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

14.12.3ANEXO III – CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

14.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Leiloeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

14.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: licitacoes@mpma.mp.br.

São Luís-MA., data da assinatura digital.

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Leiloeiro Administrativo
CPL/PGJ-MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(EM FORMATO DIGITAL)

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

LEILÃO Nº 90001/2024 – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 2024.

_____

(Assinatura Representante Legal da Empresa)

LEILÃO Nº 90001/2024 – PGJ/MA

ANEXO III - CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.
LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e o Sr. (NOME DO ARREMATANTE)**,** inscrito no CPF sob o nº _____, residente na Rua_____, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº 90001/2024, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1)O Senhor _____, foi vencedor do Item_, do Leilão nº 01/2024, realizado no dia ____ de _____ de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi de R$ (_____), foi pago por meio de guia de pagamento emitido pelo setor de tributos, diretamente na Conta do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o item, com a seguinte descrição e detalhamento:

_____

_____

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do descrito no item 03 deste documento, ao Senhor _____**.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Luís-MA, ___de_____ de 2024.

_____

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA

_____

NOME DO ARREMATANTE
CPF

Testemunhas:

NOME _____
CPF_____

NOME: _____
CPF: _____

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA ATESTADO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Alienação de veículos oficiais integrantes do patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, avaliados como bens móveis inservíveis, a ser realizada pela modalidade Leilão, mediante as Condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1.2.Os automóveis ora licitados serão vendidos no estado físico e jurídico em que se encontram, ficando a cargo e às expensas do vencedor qualquer eventual regularização que o mesmo julgue necessária, não cabendo, em hipótese alguma, reclamações posteriores.

1.3.Todas as despesas decorrentes da alienação dos bens, serão de responsabilidade do proponente vencedor.

1. 4.**DETALHAMENTO DO OBJETO:**

	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	LANCE MÍNIMO(R$)
1	8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ4893	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETO	2013/2014	**32.500,00**
2	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	OJP8633	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETO	2014/2014	**25.000,00**
3	8AFAR23L2EJ161536	587404124	OJJ1794	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETO	2013/2014	**25.000,00**
4	8AFAR23L7EJ167977	587402148	OJJ5188	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETO	2013/2014	**18.000,00**
5	9BD373154E5051207	996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED TREKK 1.6	BRANCO	2013/2014	**8.250,00**
6	9BD373154E5035825	552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED TREKK 1.6	BRANCO	2013/2014	**9.250,00**
7	9BD17140MA5504495	170671089	NMU7434	FIAT	PALIO ELX FLEX	BRANCO	2009/2010	**3.750,00**
8	9BGAD69W08B303293	977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA SD EXPRESSION	PRETO	2008/2009	**4.000,00**
9	9BGAD69W09B143139	977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA SD EXPRESSIO N	PRETO	2008/2009	**4.500,00**
10	94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	**8.250,00**
11	94DTAFL10CJ986856	459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	**8.500,00**
12	94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	**8.500,00**
13	94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	**9.500,00**
14	94DTAFL10CJ988776	459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	**4.500,00**
15	9BD15822A96179704	985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
16	9BD15822A96178439	985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
17	9BD15822A96178969	985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
18	9BD15822A96178471	985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**3.750,00**
19	9BD15822A96179487	985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**3.750,00**

20	9BD15822784987529	925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE FIRE FLEX	BRANCO	2007/2008	**4.250,00**
21	9BD15822A96179704	985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**5.000,00**
22	9BD15822A96180579	985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**5.000,00**
23	93XHNK7408C846286	977808971	NHN8746	MITSUBISHI	L-200 OUTDOOR	PRETO	2008/2009	**20.000,00**
24	9C2JC30301R001704	756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	**400,00**
25	9C2KC08305R000174	837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	**150,00**
								229.800,00

2. **JUSTIFICATIVA**

2.1.Os bens móveis constantes neste processo tornaram-se ao longo do tempo, e devido ao desgaste oriundo do uso, impróprios para os propósitos previstos. Em virtude de não servirem mais a uma finalidade pública ou administrativa, sua manutenção requer dispêndio adicional.

2.2.A alienação tem dois objetivos imediatos: desocupar os imóveis que têm sido utilizados para armazenar esses bens e permitir que os recursos financeiros obtidos possam ser direcionados para atender outras demandas de investimento que atendam às necessidades ou à utilidade pública e ao interesse social.

2. 3.Sobre a alienação, os bens públicos, em regra, são inalienáveis, isto é, enquanto tiverem afetação pública (destinação pública específica), como as praças, áreas institucionais e etc., não podem ser alienados. Entretanto, os bens públicos objeto deste processo passaram à condição de bens disponíveis e como tais podem sofrer alienação como qualquer bem de particular.

3. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3. 1.Esta alienação observará as normas e procedimentos administrativos do art. 74, do Ato Regulamentar 10/2023 e do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. **PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:**

4.1.Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visita- dos de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

4.2.A Administração disponibilizará todos os dados técnicos, bem como fotos dos lotes a serem leiloados.

4. 3.Os bens estarão expostos para visitação pública no estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão.

5. **DO PAGAMENTO**

5.1.O pagamento dos itens correspondentes aos Lotes arrematados deverá ser à vista, devendo ser feito no prazo em até 02 (dois) dias úteis contados do término da sessão, através dos dados bancários: agência Banco do Brasil: 3846-6, conta 5879-3, FEMPE.

5.2.Todas as despesas decorrentes das alienações, impostos de transmissão e demais encargos inerentes à transferência de propriedade, serão suportados pelos adquirentes, não podendo ser abatidos do valor da alienação

5.3.O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao servidor designado por meio do sistema.

5.4.Caso o arrematante não efetue o pagamento no prazo estipulado, perderá o direito sobre o bem.

5.4.1.O leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

5. 5.Os veículos disponibilizados para venda no presente leilão, são bens usados, inservíveis para a Administração Pública, sendo que, poderão estar danificados ou faltando peças, assim, serão vendidos no estado e nas condições em que se encontram, sem qualquer garantia de funcionamento, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto as suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

6. **DA ENTREGA DOS BENS**

6.1.O arrematante retirará o(s) bem(ns) a ele adjudicados, obrigatória e concomitantemente após a confirmação do pagamento.

6.2.Os documentos respectivos, quando for o caso, serão entregues ao arrematante somente no momento de sua retirada.

6.3.Os bens alienados deverão ser retirados pelos arrematantes a quem foram adjudicados, no local da visitação dos lotes do Leilão, no prazo de 10 (dez) dias, nos horários das 08h30min e 13h00min, desde que não haja qualquer impedimento, com apresentação dos seguintes documentos:

6.4.Comprovante de quitação do valor do lance ofertado;

6.5.Cédula de identidade, e, se for o caso, Procuração Específica;

6.6.Os bens alienados serão entregues nas condições que se encontram em exposição.

6. 7.Todas as despesas de transferências, remoção, documentos, bem como quaisquer outras correlatas, correrão por conta do arrematante.

6.8. Uma vez integralizado o pagamento, a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer no(s) bem(ns) arrematado(s) e não retirado(s) dentro do prazo, bem como multas futuras oriundas de transporte ou atraso em transferências de propriedade.

6.9. Ocorrendo força maior ou caso fortuito, no interregno de tempo entre a data de realização do leilão e da retirada do(s) bem(ns), que impeça sua entrega, fica resolvida a obrigação mediante a restituição do valor pago.

6.10. Estará sujeito à taxa de permanência diária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), aquele arrematante adjudicado que não retirar o bem alienado no prazo estabelecido no item 6.3 deste instrumento, se for interesse da Administração realizar novo leilão.

6.11.A não retirada do(s) lote(s) arrematados(s) do local do leilão, no prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da arrematação, implicará na declaração de abandono, retornando o bem ao depósito para ser leiloado em outra oportunidade.

6.12. Ficará por conta e responsabilidade do arrematante a retirada e o traslado do(s) veículo(s), bem como a transferência de propriedade, sua regularização documental junto ao DETRAN dentro do prazo legal, inclusive o pagamento de IPVA proporcional, bem como outras taxas, caso devidas.

7. **DO VALOR ESTIMADO DA ARRECADAÇÃO**

7.1.A estimativa do valor arrecadado dos bens levados a leilão possui avaliação de **R$ 229.800,00** (**duzentos e vinte e nove mil e oitocentos reais)**, esse valor evidencia a importância desse evento como fonte de receita, proporcionando oportunidades para possíveis compradores e contribuindo para otimizar a gestão financeira desta instituição.

São Luís - MA, 05 de setembro de 2024.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO I





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJP0647
CHASSI	9BD373154E5051211
RENAVAM	996712895
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJF4075
CHASSI	9BD373154E5035825
RENAVAM	552051535
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio ELX
Placa	NMU7434
CHASSI	9BD17140MA5504495
RENAVAM	170671089
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4394
CHASSI	9BD15822A96179704
RENAVAM	985780185
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4469
CHASSI	9BD15822A96178439
RENAVAM	985173920
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4818
CHASSI	9BD15822A96178969
RENAVAM	985175737
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5107
CHASSI	9BD17144JA5505107
RENAVAM	169441172
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP3132
CHASSI	9BD15822A96179487
RENAVAM	985781459
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHF0293
CHASSI	9BD15822784987529
RENAVAM	925475858
Ano	2007/2008
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4374
CHASSI	9BD15822A96179500
RENAVAM	985776560
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5268
CHASSI	9BD15822A96180579
RENAVAM	985401680
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ4893
CHASSI	8AFAR23L7EJ163847
RENAVAM	587405660
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJP8633
CHASSI	8AFAR23L4EJ208047
RENAVAM	1002186088
Ano	2014/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ1794
CHASSI	8AFAR23L2EJ161536
RENAVAM	587404124
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ5188
CHASSI	8AFAR23L7EJ167977
RENAVAM	587402148
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM8253
CHASSI	94DTAFL10CJ985711
RENAVAM	459473140
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2444
CHASSI	94DTAFL10CJ986856
RENAVAM	459374834
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2454
CHASSI	94DTAFL10CJ988566
RENAVAM	459375016
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM7728
CHASSI	9BRBD3HE4K0424937
RENAVAM	1184772808
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2314
CHASSI	94DTAFL10CJ988776
RENAVAM	459343831
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Mitsubishi L-200
Placa	NHN8746
CHASSI	93XHNK7408C846286
RENAVAM	977808971
Ano	2008/2008
Combustível	Diesel
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHN9393
CHASSI	9BGAD69W08B303293
RENAVAM	977370224
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHO1230
CHASSI	9BGAD69W09B143139
RENAVAM	977382613
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Honda CG 150 Job
Placa	HPU5308
CHASSI	9C2KC08305R000174
RENAVAM	837339278
Ano	2004/2005
Combustível	Gasolina
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Honda CG Cargo
Placa	HOO1569
CHASSI	9C2JC30301R001704
RENAVAM	756887224
Ano	2000/2001
Combustível	Gasolina
Cor	Branca

São Luís - MA, 05 de setembro de 2024.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA ATESTADO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Alienação de veículos oficiais integrantes do patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, avaliados como bens móveis inservíveis, a ser realizada pela modalidade Leilão, mediante as Condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1.2.Os automóveis ora licitados serão vendidos no estado físico e jurídico em que se encontram, ficando a cargo e às expensas do vencedor qualquer eventual regularização que o mesmo julgue necessária, não cabendo, em hipótese alguma, reclamações posteriores.

1.3.Todas as despesas decorrentes da alienação dos bens, serão de responsabilidade do proponente vencedor.

1. 4.**DETALHAMENTO DO OBJETO:**

	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	LANCE MÍNIMO(R$)
1	8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ4893	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETO	2013/2014	**32.500,00**
2	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	OJP8633	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETO	2014/2014	**25.000,00**
3	8AFAR23L2EJ161536	587404124	OJJ1794	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETO	2013/2014	**25.000,00**
4	8AFAR23L7EJ167977	587402148	OJJ5188	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETO	2013/2014	**18.000,00**
5	9BD373154E5051207	996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED TREKK 1.6	BRANCO	2013/2014	**8.250,00**
6	9BD373154E5035825	552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED TREKK 1.6	BRANCO	2013/2014	**9.250,00**
7	9BD17140MA5504495	170671089	NMU7434	FIAT	PALIO ELX FLEX	BRANCO	2009/2010	**3.750,00**
8	9BGAD69W08B303293	977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA SD EXPRESSION	PRETO	2008/2009	**4.000,00**
9	9BGAD69W09B143139	977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA SD EXPRESSIO N	PRETO	2008/2009	**4.500,00**
10	94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	**8.250,00**
11	94DTAFL10CJ986856	459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	**8.500,00**
12	94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	**8.500,00**
13	94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	**9.500,00**
14	94DTAFL10CJ988776	459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	**4.500,00**
15	9BD15822A96179704	985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
16	9BD15822A96178439	985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
17	9BD15822A96178969	985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
18	9BD15822A96178471	985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**3.750,00**
19	9BD15822A96179487	985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**3.750,00**

20	9BD15822784987529	925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE FIRE FLEX	BRANCO	2007/2008	**4.250,00**
21	9BD15822A96179704	985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**5.000,00**
22	9BD15822A96180579	985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	**5.000,00**
23	93XHNK7408C846286	977808971	NHN8746	MITSUBISHI	L-200 OUTDOOR	PRETO	2008/2009	**20.000,00**
24	9C2JC30301R001704	756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	**400,00**
25	9C2KC08305R000174	837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	**150,00**
								229.800,00

2. **JUSTIFICATIVA**

2.1.Os bens móveis constantes neste processo tornaram-se ao longo do tempo, e devido ao desgaste oriundo do uso, impróprios para os propósitos previstos. Em virtude de não servirem mais a uma finalidade pública ou administrativa, sua manutenção requer dispêndio adicional.

2.2.A alienação tem dois objetivos imediatos: desocupar os imóveis que têm sido utilizados para armazenar esses bens e permitir que os recursos financeiros obtidos possam ser direcionados para atender outras demandas de investimento que atendam às necessidades ou à utilidade pública e ao interesse social.

2. 3.Sobre a alienação, os bens públicos, em regra, são inalienáveis, isto é, enquanto tiverem afetação pública (destinação pública específica), como as praças, áreas institucionais e etc., não podem ser alienados. Entretanto, os bens públicos objeto deste processo passaram à condição de bens disponíveis e como tais podem sofrer alienação como qualquer bem de particular.

3. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3. 1.Esta alienação observará as normas e procedimentos administrativos do art. 74, do Ato Regulamentar 10/2023 e do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. **PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:**

4.1.Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visita- dos de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

4.2.A Administração disponibilizará todos os dados técnicos, bem como fotos dos lotes a serem leiloados.

4. 3.Os bens estarão expostos para visitação pública no estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão.

5. **DO PAGAMENTO**

5.1.O pagamento dos itens correspondentes aos Lotes arrematados deverá ser à vista, devendo ser feito no prazo em até 02 (dois) dias úteis contados do término da sessão, através dos dados bancários: agência Banco do Brasil: 3846-6, conta 5879-3, FEMPE.

5.2.Todas as despesas decorrentes das alienações, impostos de transmissão e demais encargos inerentes à transferência de propriedade, serão suportados pelos adquirentes, não podendo ser abatidos do valor da alienação

5.3.O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao servidor designado por meio do sistema.

5.4.Caso o arrematante não efetue o pagamento no prazo estipulado, perderá o direito sobre o bem.

5.4.1.O leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

5. 5.Os veículos disponibilizados para venda no presente leilão, são bens usados, inservíveis para a Administração Pública, sendo que, poderão estar danificados ou faltando peças, assim, serão vendidos no estado e nas condições em que se encontram, sem qualquer garantia de funcionamento, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto as suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

6. **DA ENTREGA DOS BENS**

6.1.O arrematante retirará o(s) bem(ns) a ele adjudicados, obrigatória e concomitantemente após a confirmação do pagamento.

6.2.Os documentos respectivos, quando for o caso, serão entregues ao arrematante somente no momento de sua retirada.

6.3.Os bens alienados deverão ser retirados pelos arrematantes a quem foram adjudicados, no local da visitação dos lotes do Leilão, no prazo de 10 (dez) dias, nos horários das 08h30min e 13h00min, desde que não haja qualquer impedimento, com apresentação dos seguintes documentos:

6.4.Comprovante de quitação do valor do lance ofertado;

6.5.Cédula de identidade, e, se for o caso, Procuração Específica;

6.6.Os bens alienados serão entregues nas condições que se encontram em exposição.

6. 7.Todas as despesas de transferências, remoção, documentos, bem como quaisquer outras correlatas, correrão por conta do arrematante.

6.8. Uma vez integralizado o pagamento, a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer no(s) bem(ns) arrematado(s) e não retirado(s) dentro do prazo, bem como multas futuras oriundas de transporte ou atraso em transferências de propriedade.

6.9. Ocorrendo força maior ou caso fortuito, no interregno de tempo entre a data de realização do leilão e da retirada do(s) bem(ns), que impeça sua entrega, fica resolvida a obrigação mediante a restituição do valor pago.

6.10. Estará sujeito à taxa de permanência diária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), aquele arrematante adjudicado que não retirar o bem alienado no prazo estabelecido no item 6.3 deste instrumento, se for interesse da Administração realizar novo leilão.

6.11.A não retirada do(s) lote(s) arrematados(s) do local do leilão, no prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da arrematação, implicará na declaração de abandono, retornando o bem ao depósito para ser leiloado em outra oportunidade.

6.12. Ficará por conta e responsabilidade do arrematante a retirada e o traslado do(s) veículo(s), bem como a transferência de propriedade, sua regularização documental junto ao DETRAN dentro do prazo legal, inclusive o pagamento de IPVA proporcional, bem como outras taxas, caso devidas.

7. **DO VALOR ESTIMADO DA ARRECADAÇÃO**

7.1.A estimativa do valor arrecadado dos bens levados a leilão possui avaliação de **R$ 229.800,00** (**duzentos e vinte e nove mil e oitocentos reais)**, esse valor evidencia a importância desse evento como fonte de receita, proporcionando oportunidades para possíveis compradores e contribuindo para otimizar a gestão financeira desta instituição.

São Luís - MA, 05 de setembro de 2024.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO I





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJP0647
CHASSI	9BD373154E5051211
RENAVAM	996712895
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJF4075
CHASSI	9BD373154E5035825
RENAVAM	552051535
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio ELX
Placa	NMU7434
CHASSI	9BD17140MA5504495
RENAVAM	170671089
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4394
CHASSI	9BD15822A96179704
RENAVAM	985780185
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4469
CHASSI	9BD15822A96178439
RENAVAM	985173920
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4818
CHASSI	9BD15822A96178969
RENAVAM	985175737
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5107
CHASSI	9BD17144JA5505107
RENAVAM	169441172
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP3132
CHASSI	9BD15822A96179487
RENAVAM	985781459
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHF0293
CHASSI	9BD15822784987529
RENAVAM	925475858
Ano	2007/2008
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4374
CHASSI	9BD15822A96179500
RENAVAM	985776560
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5268
CHASSI	9BD15822A96180579
RENAVAM	985401680
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ4893
CHASSI	8AFAR23L7EJ163847
RENAVAM	587405660
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJP8633
CHASSI	8AFAR23L4EJ208047
RENAVAM	1002186088
Ano	2014/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ1794
CHASSI	8AFAR23L2EJ161536
RENAVAM	587404124
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ5188
CHASSI	8AFAR23L7EJ167977
RENAVAM	587402148
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM8253
CHASSI	94DTAFL10CJ985711
RENAVAM	459473140
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2444
CHASSI	94DTAFL10CJ986856
RENAVAM	459374834
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2454
CHASSI	94DTAFL10CJ988566
RENAVAM	459375016
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM7728
CHASSI	9BRBD3HE4K0424937
RENAVAM	1184772808
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2314
CHASSI	94DTAFL10CJ988776
RENAVAM	459343831
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Mitsubishi L-200
Placa	NHN8746
CHASSI	93XHNK7408C846286
RENAVAM	977808971
Ano	2008/2008
Combustível	Diesel
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHN9393
CHASSI	9BGAD69W08B303293
RENAVAM	977370224
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHO1230
CHASSI	9BGAD69W09B143139
RENAVAM	977382613
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Honda CG 150 Job
Placa	HPU5308
CHASSI	9C2KC08305R000174
RENAVAM	837339278
Ano	2004/2005
Combustível	Gasolina
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Honda CG Cargo
Placa	HOO1569
CHASSI	9C2JC30301R001704
RENAVAM	756887224
Ano	2000/2001
Combustível	Gasolina
Cor	Branca

São Luís - MA, 05 de setembro de 2024.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 63112024

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **30 de Agosto de 2024 às 10:58 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-63112024, **Código de Validação**: F97F11FFAC.

Ministério Público do Estado do Maranhão

Diretoria Geral

DESPACHO-DG - 63112024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: F97F11FFAC

Assunto: Licitação – Alienação de bens móveis inservíveis – Veículos.
Interessado: Setor de Transporte.

Trata-se de processo administrativo instaurado com base no MEMO-ST – 182022, no qual o Setor de Transporte solicita autorização para avaliar os veículos de propriedade desta PGJ, visando analisar a possibilidade de alienação dos mesmos, através de **Licitação na modalidade Leilão**, tendo em vista que são veículos adquiridos no período de 2008 a 2014, e que têm apresentado frequentes defeitos, onerando sobremaneira as despesas com a manutenção e inviabilizando o andamento das atividades do Órgão, cuja estimativa do valor a ser arrecadado possui avaliação de **R$ 229.800,00 (duzentos e vinte e nove mil e oitocentos reais).**

Em atendimento ao parecer da Assessoria Jurídica da Administração, PARECER-DGAJA – 2322024, o Setor de Transporte realizou alterações no Termo de Referência, conforme Termo de Referencia – LEILAO.assinado.pdf, ao passo que a Comissão Permanente de Licitação adequou a Minuta do Edital, anexo EDITAL ALTERADO.

Ante o exposto, considerando a manifestação da Secretaria Administrativo-Financeira no DESPACHO-SEAF – 37102024:

1. **ACOLHO e ADOTO** o parecer da Assessoria Jurídica da Administração, anexo PARECER-DGAJA – 2322024;

2. **APROVO** o Novo Termo de Referência, anexo Termo de Referencia – LEILAO.assinado.pdf, na forma da lei;

3. Encaminhem-se os autos à **Comissão Permanente de Licitação** para adoção das medidas cabíveis quanto ao prosseguimento do certame licitatório objetivando sua conclusão, tudo

em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos.

assinado eletronicamente em 30/08/2024 às 10:58 h (*)

PAULO GONÇALVES ARRAIS
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **30 de Agosto de 2024 às 10:58 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-63112024, **Código de Validação**: F97F11FFAC.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 37102024

(*) Documento assinado eletronicamente por **LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA** em **27 de Agosto de 2024 às 13:53 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-37102024, **Código de Validação**: CBC6E54631.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 37102024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: CBC6E54631

Assunto: Licitação - Alienação de Bens Móveis Inservíveis – Veículos
Interessado: Setor de Transporte

Ao Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir dos MEMO-ST - 182022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO) e DESPACHO-ST - 542022, oriundos da Coordenadoria de Serviços Gerais – CSG – Setor de Transporte, por meio dos quais solicitou a instauração de processo licitatório, visando a contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, no valor total de **R$ 229.800,00 (duzentos e vinte e nove mil e oitocentos reais),** conforme quantidades e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, em anexo.

Considerando o PARECER-DGAJA - 2322024, no qual a Assessoria Jurídica se manifesta pela possibilidade jurídica de prosseguimento da Licitação, bem como pela aprovação da Minuta do Edital do Leilão Eletrônico N.90001/2024 e de seus anexos, anexo EDITAL ALTERADO;

Considerando as alterações realizadas no Termo de Referência e na Minuta do Edital, solicitadas no parecer supra, conforme DESPACHO-CSG - 10172024 e DESPACHO-CPL - 4852024, e considerando também a manifestação da CSG acerca das adequações no Termo de Referência em conformidade com o estabelecido no Edital de Licitação, conforme DESPACHO-CSG – 14832024;

Com posicionamento favorável desta Secretaria Administrativo-Financeira, submeto os autos à consideração de Vossa Senhoria para aprovação do Termo de Referência, Anexo do documento : Termo de Referencia - LEILAO.assinado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO), bem como para autorização, visando o prosseguimento do competente certame licitatório.

assinado eletronicamente em 27/08/2024 às 13:53 h (*)

LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
DIRETOR DE SECRETARIA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : EDITAL ALTERADO

LEILÃO ELETRÔNICO N. 90001/2024

CONTRATANTE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

OBJETO

Alienação de bens móveis inservíveis (veículos)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 229.800,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior lance

MODO DE DISPUTA:

Aberto

SUMÁRIO

1 DO OBJETO....3
2 PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:....3
3 DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO....4
4 DO CREDENCIAMENTO....5
5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA....5
6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES....6
7 DO JULGAMENTO....7
8 DOS RECURSOS:....8
9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO....8
10 DO PAGAMENTO....8
11 DA ENTREGA....8
12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES....9
13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO....12
14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS....12
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA....14
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO....15
ANEXO III - CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO....16

MINUTA DE EDITAL

LEILÃO ELETRÔNICO Nº. 9001/2024

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Leiloeiro(a) Administrativo, designado(a) pela PORTARIA-GAB/PGJ - 4511/2024, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo **nº 11956/2024**, oriundo da Coordenadoria de Serviços Gerais, tornam público, que realizará licitação, na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

DATA: __.__.20__, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: __:__h (____ horas) – horário de Brasília-DF.

LOCAL: Portal de Compras Públicas – http://www.portaldecompraspublicas.com.br

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a alienação de bens móveis inservíveis (veículos), conforme condições, quantidades e exigências abaixo descritas:

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 **O critério de julgamento adotado será o de MAIOR LANCE por item.**

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Leilão descritas no **Portal de Compras Públicas**(www.portaldecompraspublicas.com.br) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:

2.1 Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visitados de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos.

2.2 A Administração disponibilizará todos os dados técnicos, bem como fotos dos lotes a serem leiloados.

2.3 Os bens estarão expostos para visitação pública no estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO

3.1 Poderão participar deste Leilão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2 Poderão oferecer lances pessoas físicas, inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, possuidoras de documentos de identificação e capazes nos termos da Lei Civil, bem como pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 Não poderão participar desta licitação:

3.4.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.3 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.6 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.4.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.8 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área

encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.5 O impedimento de que trata o item 3.4.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 Os interessados em participar deste Leilão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4.6 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA

5.1 O licitante interessado em participar do leilão encaminhará, exclusivamente, via sistema, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2 Ato contínuo, deverá ser declarado, em campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação:

5.2.1 A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;

5.2.2 O pleno conhecimento e a aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital; e

5.2.3 A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por intermédio de seu representante, assumidas como firmes e verdadeiras.

5.3 As informações declaradas no sistema na forma acima permitem a participação dos interessados no leilão e não constituem registro cadastral prévio.

5.4 O licitante, quando do registro da proposta, nos termos do disposto nessa cláusula, poderá parametrizar o seu valor final máximo e obedecerá às seguintes regras:

5.4.1 Aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, se houver, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto a lance que cobrir a melhor oferta; e

5.4.2 Envio automático de lances pelo sistema, respeitado o valor final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o item acima.

5.5 O valor final máximo de que trata o item 5.4 poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor inferior a lance já registrado por ele no sistema.

5.6 O valor máximo parametrizado na forma do item 5.4 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou para a entidade contratante e poderá ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Na data e horário estabelecidos no edital, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para envio de lances públicos e sucessivos, o prazo de lances será de 10 minutos, desde que não ocorra lances após o 8° minuto, caso ocorra esse será prorrogado por 02 minutos de forma sucessiva até que não haja mais lances.

6.2 Os lances ocorrerão exclusivamente por meio do sistema, indicado no item 3 desse edital.

6.3 O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, se houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, desde que superiores ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5 Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação dos participantes.

6.6 O licitante será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

6.7 Na hipótese de o sistema se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7.1 Caso a desconexão do sistema para o órgão ou a entidade promotora da licitação persista por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.8 Imediatamente após o encerramento do prazo da etapa de envio de lances estabelecido nos termos do item 6, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

6.9 A simples oferta de lance implica aceitação expressa pelo licitante de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital.

6.10 Os lances deverão ser iguais ou superiores ao valor da avaliação.

6.11 Os lances efetuados são irretratáveis e, se vencedores, geram uma obrigação contratual, na forma de promessa de compra, a qual deverá ser paga no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da finalização do certame, sob pena de cancelamento da venda, perda dos valores pagos e oferecimento do lote a outro alienante interessado, sem prejuízo de punição do arrematante faltoso em 20% do valor da arrematação.

6.12 Em caso de inobservância do disposto no item 6.11 poderá o bem voltar a ser apregoado em um novo leilão, desde que devidamente justificado pelo servidor designado.

7 DO JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances, o servidor designado verificará a conformidade da proposta e considerará vencedor aquele licitante que ofertou o maior lance, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem.

7.2 Definido o resultado do julgamento, o servidor designado poderá negociar condições mais vantajosas para a Administração com o primeiro colocado, por meio do sistema.

7.3 Os demais licitantes poderão acompanhar a negociação de que trata o item 7.2.

7.4 Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado no sistema.

7.5 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

7.6 Na hipótese de o procedimento restar fracassado, a PGJ/MA poderá:

7.6.1 Republicar o procedimento; ou

7.6.2 Fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.

8 DOS RECURSOS:

8.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata e após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

8.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.

8.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

8.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

8.6 Na hipótese de ocorrência da preclusão prevista no item 8.1, o processo será encaminhado à autoridade superior, que fica autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa do pagamento, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto licitado e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento dos itens correspondentes aos Lotes arrematados deverá ser à vista, devendo ser feito no prazo em até 02 (dois) dias úteis contados do término da sessão, através dos dados bancários: **Agência Banco do Brasil: 3846-6, conta 5879-3, FEMPE.**

10.2 Todas as despesas decorrentes das alienações, impostos de transmissão e demais encargos inerentes à transferência de propriedade, serão suportados pelos adquirentes, não podendo ser abatidos do valor da alienação

10.3 O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao servidor designado por meio do sistema.

10.4 Na hipótese de não realização do pagamento imediato pelo arrematante, o leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

10.5 Caso o arrematante não efetue o pagamento no prazo estipulado, perderá o direito sobre o bem.

11 DA ENTREGA

11.1 O arrematante retirará o(s) bem(ns) a ele adjudicados, obrigatória e concomitantemente após a confirmação do pagamento.

11.2 Os documentos respectivos, quando for o caso, serão entregues ao arrematante somente no momento de sua retirada.

11.3 Os bens alienados deverão ser retirados pelos arrematantes a quem foram adjudicados, no local da visitação dos lotes do Leilão, no prazo de 10 (dez) dias, nos horários das 08h30min e 13h00min, desde que não haja qualquer impedimento, com apresentação dos seguintes documentos:

11.3.1 Comprovante de quitação do valor do lance ofertado;

11.3.2 Cédula de identidade, e, se for o caso, Procuração Específica;

11.4 Os bens alienados serão entregues nas condições que se encontram em exposição.

11.5 Todas as despesas de transferências, remoção, documentos, bem como quaisquer outras correlatas, correrão por conta do arrematante.

11.6 Uma vez integralizado o pagamento, a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer no(s) bem(ns) arrematado(s) e não retirado(s) dentro do prazo, bem como multas futuras oriundas de transporte ou atraso em transferências de propriedade.

11.7 Ocorrendo força maior ou caso fortuito, no interregno de tempo entre a data de realização do leilão e da retirada do(s) bem(ns), que impeça sua entrega, fica resolvida a obrigação mediante a restituição do valor pago.

11.8 Estará sujeito à taxa de permanência diária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), aquele arrematante adjudicado que não retirar o bem alienado no prazo estabelecido no item 11.3 deste edital, se for interesse da Administração realizar novo leilão.

11.9 A não retirada do(s) lote(s) arrematados(s) do local do leilão, no prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da arrematação, implicará na declaração de abandono, retornando o bem ao depósito para ser leiloado em outra oportunidade.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 Não celebrar o contrato **ou não entregar a documentação exigida para a contratação**, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, **ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente** no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 Fraudar a licitação

12.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1.1 Advertência;

12.2.1.2 Multa;

12.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2.1.4.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão aplicadas, no que couber, na forma estabelecida no art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

12.2.1.4.2 Caso o arrematante não efetue o pagamento, ressalvadas as situações decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma da lei, devidamente comprovadas e aceitas pelo Leiloeiro, configurará a desistência do arrematante, relativamente ao lote leiloado, importando ainda no **pagamento de multa estipulada em 20% (vinte por cento) do valor da arrematação e sem prejuízo das demais sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, no que couber;**

12.2.1.4.3 A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

12.2.1.4.4 Durante toda a realização do leilão, o participante que impedir, perturbar, fraudar, afastar ou procurar afastar arrematantes por oferecimento de vantagens ou qualquer outro meio ilícito, estará sujeito às sanções previstas nos artigos 335, 337-F e 337-K do Código Penal.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 As peculiaridades do caso concreto

12.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato (ou instrumento equivalente ao contrato) licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato (ou instrumento equivalente ao contrato) licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato (ou instrumento equivalente ao contrato) licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, **ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente** no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item , caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo

de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente edital, por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente pelo seguinte endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Da sessão pública do Leilão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos https://www.portaldecompraspublicas.com.br e www.mpma.mp.br.

14.11 **A abertura da sessão deste Leilão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o** Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

14.12.2ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

14.12.3ANEXO III – CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

14.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Leiloeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

14.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: licitacoes@mpma.mp.br.

São Luís-MA., data da assinatura digital.

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Leiloeiro Administrativo
CPL/PGJ-MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(EM FORMATO DIGITAL)

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

LEILÃO Nº 90001/2024 – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 2024.

_____

(Assinatura Representante Legal da Empresa)

LEILÃO Nº 90001/2024 – PGJ/MA

ANEXO III - CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.
LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** e o Sr. (NOME DO ARREMATANTE)**,** inscrito no CPF sob o nº _____, residente na Rua_____, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº 90001/2024, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1)O Senhor _____, foi vencedor do Item_, do Leilão nº 01/2024, realizado no dia ____ de _____ de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2)O valor do lance foi de R$ (_____), foi pago por meio de guia de pagamento emitido pelo setor de tributos, diretamente na Conta do FEMPE.

3)O bem arrematado constitui o item, com a seguinte descrição e detalhamento:

_____

_____

4)A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do descrito no item 03 deste documento, ao Senhor _____**.**

5)Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Luís-MA, ___de_____ de 2024.

_____

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA

_____

NOME DO ARREMATANTE
CPF

Testemunhas:

NOME _____
CPF_____

NOME: _____
CPF: _____

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-CSG - 14832024

(*) Documento assinado eletronicamente por **ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES** em **22 de Agosto de 2024 às 10:52 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CSG-14832024, **Código de Validação**: 052809E2B8.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Coordenadoria de Serviços Gerais

DESPACHO-CSG - 14832024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 052809E2B8

Assunto: Licitação - Alienação de Bens Móveis Inservíveis – Veículos
Interessado: Setor de Transporte
A Diretoria da SAF,

Senhora Diretora,

Em atenção ao DESPACHO-SAF 25262024, que solicita as devidas adequações no Termo de Referência em conformidade com o estabelecido no Edital de Licitação, informamos que todas as correções foram realizadas conforme o PARECER-DGAJA-2322024, especificamente no Subitem 1.1, Subitem 5.4, Subitem 5.5, Subitem 6.10, Subitem 4.1 e Item 6. Informamos, ainda, que foram anexados a este processo administrativo os documentos acordados em reunião realizada em 12.06.2024, incluindo Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito e Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo do ano de 2024.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 22/08/2024 às 10:52 h (*)
ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL
COORDENADOR

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: NADA CONSTA E LICENCIAMENTOS 2024

gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **HOO1569**

Renavam: **00756887224**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **HPU5308**

Renavam: **00837339278**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NHF0293**

Renavam: **00925475858**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NHN8746**

Renavam: **00977808971**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > Emissão de Certidão

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NHN9393**

Renavam: **00977370224**

Nova Consulta

gov.br

ORIENTAÇÕES

Indicação do Condutor Infrator

Indicação do Responsável pela Infração

Solicitação de Advertência

Defesa da Autuação

Recurso

Restituição

Nada Consta

INFORMAÇÕES

Equipamentos de Fiscalização

Editais de Publicação de Notificações

LINKS EXTERNOS

CONTRAN

SENATRAN

REDES SOCIAIS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Desenvolvido por **LabTrans/UFSC**



gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NHO1230**

Renavam: **00977382613**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NHP3132**

Renavam: **00985781459**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > Emissão de Certidão

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NHP4374**

Renavam: **00985776560**

Nova Consulta



Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NHP4394**

Renavam: **00985780185**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NHP4469**

Renavam: **00985173920**

Nova Consulta



CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros de infrações de trânsito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes disponíveis até 31/07/2024, **NADA CONSTA** para o VEÍCULO abaixo identificado. Cabe ressaltar que a qualquer tempo é conferido ao DNIT o direito de cobrança de débito apurado posteriormente.

Placa: **NHP4818**
Nº Renavam: **985175737**

Certidão emitida às 13:16:52 em 31/07/2024

Para mais informações acerca de débitos relativos à infrações de trânsito e geração de guias de pagamento, acesse o Portal de Multas de Trânsito do DNIT (servicos.dnit.gov.br/multas). Atendimento ao Cidadão: Telefone (61) 3315-4000 das 09h às 17h ou pelo e-mail multas@dnit.gov.br.

Esta **certidão de débitos relativos à infrações de trânsito** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada no Portal de Multas de Trânsito do DNIT (servicos.dnit.gov.br/multas), por meio do código:

FF97.FA8E.E14C.40B0

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NHP5107**

Renavam: **00985171928**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NHP5268**

Renavam: **00985401680**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NMU7434**

Renavam: **00170671089**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NXM2314**

Renavam: **00459343831**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > Emissão de Certidão

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NXM2444**

Renavam: **00459374834**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NXM2454**

Renavam: **00459375016**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > Emissão de Certidão

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NXM7728**

Renavam: **00459423320**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **NXM8253**

Renavam: **00459473140**

Nova Consulta



gov.br

Entrar

> Nada Consta > Emissão de Certidão

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **OJF4075**

Renavam: **00552051535**

Nova Consulta



CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros de infrações de trânsito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes disponíveis até 31/07/2024, **NADA CONSTA** para o VEÍCULO abaixo identificado. Cabe ressaltar que a qualquer tempo é conferido ao DNIT o direito de cobrança de débito apurado posteriormente.

Placa: **OJJ1794**
Nº Renavam: **587404124**

Certidão emitida às 13:26:51 em 31/07/2024

Para mais informações acerca de débitos relativos à infrações de trânsito e geração de guias de pagamento, acesse o Portal de Multas de Trânsito do DNIT (servicos.dnit.gov.br/multas). Atendimento ao Cidadão: Telefone (61) 3315-4000 das 09h às 17h ou pelo e-mail multas@dnit.gov.br.

Esta **certidão de débitos relativos à infrações de trânsito** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada no Portal de Multas de Trânsito do DNIT (servicos.dnit.gov.br/multas), por meio do código:

E699.1CCD.43A5.4D02

gov.br

Entrar

> Nada Consta > **Emissão de Certidão**

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **OJJ4893**

Renavam: **00587405660**

Nova Consulta



CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros de infrações de trânsito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes disponíveis até 31/07/2024, **NADA CONSTA** para o VEÍCULO abaixo identificado. Cabe ressaltar que a qualquer tempo é conferido ao DNIT o direito de cobrança de débito apurado posteriormente.

Placa: **OJJ5188**
Nº Renavam: **587402148**

Certidão emitida às 13:30:14 em 31/07/2024

Para mais informações acerca de débitos relativos à infrações de trânsito e geração de guias de pagamento, acesse o Portal de Multas de Trânsito do DNIT (servicos.dnit.gov.br/multas). Atendimento ao Cidadão: Telefone (61) 3315-4000 das 09h às 17h ou pelo e-mail multas@dnit.gov.br.

Esta **certidão de débitos relativos à infrações de trânsito** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada no Portal de Multas de Trânsito do DNIT (servicos.dnit.gov.br/multas), por meio do código:

E3BF.8BFC.1D82.43BD

Certidão de Débitos Relativos à Infrações de Trânsito

Emissão de Certidão

Os dados do veículo informado não conferem ou o veículo não possui histórico de infrações nos registros do DNIT.

Placa: **OJP0647**

Renavam: **00996712895**

Nova Consulta



CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros de infrações de trânsito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes disponíveis até 31/07/2024, **NADA CONSTA** para o VEÍCULO abaixo identificado. Cabe ressaltar que a qualquer tempo é conferido ao DNIT o direito de cobrança de débito apurado posteriormente.

Placa: **OJP8633**
Nº Renavam: **1002186088**

Certidão emitida às 13:34:40 em 31/07/2024

Para mais informações acerca de débitos relativos à infrações de trânsito e geração de guias de pagamento, acesse o Portal de Multas de Trânsito do DNIT (servicos.dnit.gov.br/multas). Atendimento ao Cidadão: Telefone (61) 3315-4000 das 09h às 17h ou pelo e-mail multas@dnit.gov.br.

Esta **certidão de débitos relativos à infrações de trânsito** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada no Portal de Multas de Trânsito do DNIT (servicos.dnit.gov.br/multas), por meio do código:

5A44.24D8.D1CA.4676

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00756887224

PLACA
HOO1569

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2000

ANO MODELO
2001

NÚMERO DO CRV
****

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
28443068574

CAT
****

MARCA / MODELO / VERSÃO
HONDA/CG 125 CARGO

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO MOTOCICLETA

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
9C2JC30301R001704

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:20:56.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
0CV/124

PESO BRUTO TOTAL
0.0

MOTOR
JC30E31001704

CMT
.

EIXOS
*****

LOTAÇÃO
01P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00837339278

PLACA
HPU5308

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2004

ANO MODELO
2005

NÚMERO DO CRV
****

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
57111015336

CAT
****

MARCA / MODELO / VERSÃO
HONDA/CG 150 JOB

ESPÉCIE / TIPO
CARGA MOTOCICLETA

PLACA ANTERIOR / UF
HPU5308/MA

CHASSI
9C2KC08305R000174

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:22:41.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
1.5

POTÊNCIA/CILINDRADA
0CV/149

PESO BRUTO TOTAL
17.9

MOTOR
KC08E35000174

CMT
.

EIXOS
*****

LOTAÇÃO
01P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00925475858

PLACA
NHF0293

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2007

ANO MODELO
2008

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
04027509314

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
9BD15822784987529

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:14:21.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
66CV/1000

PESO BRUTO TOTAL
0.0

MOTOR
146E1011*7612848*

CMT
2.0

EIXOS
*

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00977808971

PLACA
NHN8746

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2008

ANO MODELO
2008

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
24546318571

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
MMC/L200 OUTDOOR

ESPÉCIE / TIPO
ESPECIAL CAMINHONETE

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
93XHNK7408C846286

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
DIESEL

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:19:16.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
1.08

POTÊNCIA/CILINDRADA
121CV/2477

PESO BRUTO TOTAL
2.83

MOTOR
4D56CL0381

CMT
2.2

EIXOS
2

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
ABERTA/CABINE DUPLA

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
02/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00977370224

PLACA
NHN9393

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2008

ANO MODELO
2008

NÚMERO DO CRV
****

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
41719036289

CAT
****

MARCA / MODELO / VERSÃO
GM/VECTRA SD EXPRESSION

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
9BGAD69W08B303293

COR PREDOMINANTE
PRETA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 10:51:34.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
121CV/2000

PESO BRUTO TOTAL
1.8

MOTOR
R80035208

CMT
2.3

EIXOS
*****

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00977382613

PLACA	EXERCÍCIO
NHO1230	2024

ANO FABRICAÇÃO	ANO MODELO
2008	2009

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CATEGORIA	CAPACIDADE
OFICIAL	*.*

POTÊNCIA/CILINDRADA	PESO BRUTO TOTAL
121CV/2000	1.8

MOTOR	CMT	EIXOS	LOTAÇÃO
R80042305	2.3	*	05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA	CAT
15624542663	***

LOCAL	DATA
SAO LUIS MA	03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

MARCA / MODELO / VERSÃO
GM/VECTRA SD EXPRESSION

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF	CHASSI
NHO1230/MA	9BGAD69W09B143139

COR PREDOMINANTE	COMBUSTÍVEL
BRANCA	ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 10:50:05.

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00985781459

PLACA
NHP3132

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2008

ANO MODELO
2009

NÚMERO DO CRV
****

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
92995506738

CAT
****

MARCA / MODELO / VERSÃO
FIAT/UNO MILLE ECONOMY

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF
NHP3132/MG

CHASSI
9BD15822A96179487

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:12:32.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
66CV/1000

PESO BRUTO TOTAL
1.23

MOTOR
146E1011*8449159*

CMT
2.0

EIXOS
*****

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00985776560

PLACA
NHP4374

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2008

ANO MODELO
2009

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
05092113771

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
FIAT/UNO MILLE ECONOMY

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
9BD15822A96179500

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:15:52.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
66CV/1000

PESO BRUTO TOTAL
1.23

MOTOR
146E1011*8449141*

CMT
2.0

EIXOS
*

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
02/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00985780185

PLACA
NHP4394

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2008

ANO MODELO
2009

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
29459150198

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
FIAT/UNO MILLE ECONOMY

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
9BD15822A96179704

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:01:21.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
66CV/1000

PESO BRUTO TOTAL
1.23

MOTOR
146E1011*8445680*

CMT
2.0

EIXOS
*

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00985173920

PLACA
NHP4469

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2008

ANO MODELO
2009

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
29625600560

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
FIAT/UNO MILLE ECONOMY

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
9BD15822A96178439

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:05:24.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
66CV/1000

PESO BRUTO TOTAL
1.23

MOTOR
146E1011*8443227*

CMT
2.0

EIXOS
*

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00985175737

PLACA
NHP4818

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2008

ANO MODELO
2009

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
80461571060

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
FIAT/UNO MILLE ECONOMY

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
9BD15822A96178969

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:08:14.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
66CV/1000

PESO BRUTO TOTAL
1.23

MOTOR
146E1011*8444604*

CMT
2.0

EIXOS
*

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00985171928

PLACA
NHP5107

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2008

ANO MODELO
2009

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
90144175724

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
FIAT/UNO MILLE ECONOMY

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
9BD15822A96178471

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:10:38.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
66CV/1000

PESO BRUTO TOTAL
1.23

MOTOR
146E1011*8443230*

CMT
2.0

EIXOS
*

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00985401680

PLACA
NHP5268

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2008

ANO MODELO
2009

NÚMERO DO CRV
****

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
85913938884

CAT
****

MARCA / MODELO / VERSÃO
FIAT/UNO MILLE ECONOMY

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF
NHP5268/MG

CHASSI
9BD15822A96180579

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:17:41.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
66CV/1000

PESO BRUTO TOTAL
1.23

MOTOR
146E1011*8450297*

CMT
2.0

EIXOS
*****

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00170671089

PLACA
NMU7434

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2009

ANO MODELO
2010

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
14808607544

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
FIAT/PALIO ELX FLEX

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF
NMU7434/MG

CHASSI
9BD17140MA5504495

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 10:52:59.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
86CV/1400

PESO BRUTO TOTAL
1.38

MOTOR
310A2011*9044534*

CMT
2.3

EIXOS
*

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM	
00459473140	
PLACA	EXERCÍCIO
NXM8253	2024
ANO FABRICAÇÃO	ANO MODELO
2011	2012
NÚMERO DO CRV	
***	

Valide este QRCode com app Vio

CATEGORIA	CAPACIDADE
OFICIAL	*.*
POTÊNCIA/CILINDRADA	PESO BRUTO TOTAL
108CV/1598	1.58

MOTOR	CMT	EIXOS	LOTAÇÃO
K4MA260Q019636	1.58	2	05P

CARROCERIA
NÃO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA	CAT
77271305428	***

MARCA / MODELO / VERSÃO
NISSAN/LIVINA 16

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF	CHASSI
NXM8253/PR	94DTAFL10CJ985711

COR PREDOMINANTE	COMBUSTÍVEL
BRANCA	ALCOOL/GASOLINA

LOCAL	DATA
SAO LUIS MA	21/08/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 21/08/2024 às 10:06:54.

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

Google Play

App Store

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00996712895

PLACA
OJP0647

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2013

ANO MODELO
2014

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
117CV/1600

PESO BRUTO TOTAL
1.69

MOTOR
310A50112569722

CMT
2.09

EIXOS
*

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
45863041691

CAT
***

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
21/08/2024

MARCA / MODELO / VERSÃO
FIAT/PALIO WK TREKK 1.6

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

PLACA ANTERIOR / UF
OJP0647/MA

CHASSI
9BD373154E5051211

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 21/08/2024 às 10:07:03.

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

Google Play

App Store

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00459343831

PLACA
NXM2314

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2011

ANO MODELO
2012

NÚMERO DO CRV
****

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
44155789548

CAT
****

MARCA / MODELO / VERSÃO
NISSAN/LIVINA 16

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
94DTAFL10CJ988776

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 10:59:17.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
108CV/1598

PESO BRUTO TOTAL
1.58

MOTOR
K4MA260Q019145

CMT
1.58

EIXOS
2

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00459374834

PLACA
NXM2444

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2011

ANO MODELO
2012

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
66157003042

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
NISSAN/LIVINA 16

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
94DTAFL10CJ986856

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 10:54:29.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
108CV/1598

PESO BRUTO TOTAL
1.58

MOTOR
K4MA260019532

CMT
1.58

EIXOS
2

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
03/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00459375016

PLACA	EXERCÍCIO
NXM2454	**2023**

ANO FABRICAÇÃO	ANO MODELO
2011	**2012**

NÚMERO DO CRV
****

Valide este QRCode com app Vio

CATEGORIA	CAPACIDADE
OFICIAL	***.***

POTÊNCIA/CILINDRADA	PESO BRUTO TOTAL
108CV/1598	**1.58**

MOTOR	CMT	EIXOS	LOTAÇÃO
K4MA260Q019630	**1.58**	**2**	**05P**

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA	CAT
15520757026	*******

MARCA / MODELO / VERSÃO
NISSAN/LIVINA 16

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF	CHASSI
NXM2454/PR	**94DTAFL10CJ988566**

COR PREDOMINANTE	COMBUSTÍVEL
BRANCA	**ALCOOL/GASOLINA**

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:53:16.

LOCAL	DATA
SAO LUIS MA	**31/03/2023**

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

Recall não atendido

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00459423320

PLACA
NXM7728

EXERCÍCIO
2023

ANO FABRICAÇÃO
2011

ANO MODELO
2012

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
45016420878

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
NISSAN/LIVINA 16

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
94DTAFL10CJ986874

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 11:55:06.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
108CV/1598

PESO BRUTO TOTAL
1.58

MOTOR
K4MA260Q019541

CMT
1.58

EIXOS
2

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
31/03/2023

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

Recall não atendido

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00552051535

PLACA
OJF4075

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2013

ANO MODELO
2014

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
70975618811

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
FIAT/PALIO WK TREKK 1.6

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO AUTOMOVEL

PLACA ANTERIOR / UF

CHASSI
9BD373154E5035825

COR PREDOMINANTE
BRANCA

COMBUSTÍVEL
ALCOOL/GASOLINA

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 10:17:44.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
.

POTÊNCIA/CILINDRADA
117CV/1600

PESO BRUTO TOTAL
1.69

MOTOR
310A50112466739

CMT
2.09

EIXOS
*

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
NãO APLICAVEL

NOME
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
02/01/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00587404124

PLACA	EXERCÍCIO
OJJ1794	**2024**

ANO FABRICAÇÃO	ANO MODELO
2013	**2014**

NÚMERO DO CRV
****

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA	CAT
61115529449	*******

MARCA / MODELO / VERSÃO
I/FORD RANGER XLS CD4M32

ESPÉCIE / TIPO
ESPECIAL CAMINHONETE

PLACA ANTERIOR / UF	CHASSI
OJJ1794/BA	**8AFAR23L2EJ161536**

COR PREDOMINANTE	COMBUSTÍVEL
PRETA	**DIESEL**

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 10:12:16.

CATEGORIA	CAPACIDADE
OFICIAL	**1.08**

POTÊNCIA/CILINDRADA	PESO BRUTO TOTAL
200CV/3198	**3.2**

MOTOR	CMT	EIXOS	LOTAÇÃO
9G3200187	**5.0**	**2**	**05P**

CARROCERIA
ABERTA/CABINE DUPLA

NOME
ESTADO MA PROC GERAL DA JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL	DATA
SAO LUIS MA	**03/01/2024**

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00587405660

PLACA	EXERCÍCIO
OJJ4893	**2024**

ANO FABRICAÇÃO	ANO MODELO
2013	**2014**

NÚMERO DO CRV
****

Valide este QRCode com app Vio

CATEGORIA	CAPACIDADE
OFICIAL	**0.8**

POTÊNCIA/CILINDRADA	PESO BRUTO TOTAL
200CV/3198	**3.2**

MOTOR	CMT	EIXOS	LOTAÇÃO
SA2TEJ163847	**5.0**	**2**	**05P**

CARROCERIA
ABERTA/CABINE DUPLA

NOME
ESTADO DO MA PROC G DA JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL	DATA
SAO LUIS MA	**03/01/2024**

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA	CAT
67064860509	*******

MARCA / MODELO / VERSÃO
I/FORD RANGER XLS CD4M32

ESPÉCIE / TIPO
ESPECIAL CAMINHONETE

PLACA ANTERIOR / UF	CHASSI
OJJ4893/BA	**8AFAR23L7EJ163847**

COR PREDOMINANTE	COMBUSTÍVEL
PRETA	**DIESEL**

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 10:08:51.

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

PLACA DE SEGURANÇA OJN4893

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
00587402148

PLACA	EXERCÍCIO
OJJ5188	**2024**

ANO FABRICAÇÃO	ANO MODELO
2013	**2014**

NÚMERO DO CRV
****

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA	CAT
61816819505	*******

MARCA / MODELO / VERSÃO
I/FORD RANGER XLS CD4M32

ESPÉCIE / TIPO
ESPECIAL CAMINHONETE

PLACA ANTERIOR / UF	CHASSI
OJJ5188/BA	**8AFAR23L7EJ167977**

COR PREDOMINANTE	COMBUSTÍVEL
PRETA	**DIESEL**

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 12/06/2024 às 10:15:41.

CATEGORIA	CAPACIDADE
OFICIAL	**1.08**

POTÊNCIA/CILINDRADA	PESO BRUTO TOTAL
200CV/3198	**3.2**

MOTOR	CMT	EIXOS	LOTAÇÃO
SA2TEJ167977	**5.0**	**2**	**05P**

CARROCERIA
ABERTA/CABINE DUPLA

NOME
ESTADO MA PROC GERAL DA JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL	DATA
SAO LUIS MA	**03/01/2024**

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT *

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

PLACA DE SEGURANÇA PTB9818

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

DETRAN- MA

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM
01002186088

PLACA
OJP8633

EXERCÍCIO
2024

ANO FABRICAÇÃO
2014

ANO MODELO
2014

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
88055048604

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
I/FORD RANGER XLS CD4M32

ESPÉCIE / TIPO
ESPECIAL CAMINHONETE

PLACA ANTERIOR / UF
OJP8633/BA

CHASSI
8AFAR23L4EJ208047

COR PREDOMINANTE
PRETA

COMBUSTÍVEL
DIESEL

Documento emitido por DETRAN MA (47784B46B7B9ED8A423F856C) em 21/08/2024 às 12:13:18.

CATEGORIA
OFICIAL

CAPACIDADE
1.09

POTÊNCIA/CILINDRADA
200CV/3198

PESO BRUTO TOTAL
3.2

MOTOR
SA2TEJ208047

CMT
5.0

EIXOS
2

LOTAÇÃO
05P

CARROCERIA
ABERTA/CABINE DUPLA

NOME
PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

CPF / CNPJ
05.483.912/0001-85

LOCAL
SAO LUIS MA

DATA
21/08/2024

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R$)	CUSTO DO BILHETE (R$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R$)
*	*	*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R$)	VALOR DO IOF (R$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R$)
*	*	*

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

SEM OBSERVAÇÕES

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.

Google Play

App Store

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 1052024

(*) Documento assinado eletronicamente por **ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES** em **21 de Agosto de 2024 às 15:38 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-ST-1052024, **Código de Validação**: 075CE28153.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Setor de Transporte

DESPACHO-ST - 1052024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 075CE28153

Em atenção ao DESPACHO-SAF - 25262024, nesta data, considerando que foram realizadas as adequações no Termo de Referência, encaminho o referido processo para o prosseguimento do competente certame licitatório. Encaminho em anexo Certidão de Débitos Relativos à Infrações deTrânsito.

assinado eletronicamente em 21/08/2024 às 15:38 h (*)

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL
COORDENADOR

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 3219-1704 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 25262024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **11 de Junho de 2024 às 12:30 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-25262024, **Código de Validação**: 2867187F33.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 25262024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 2867187F33

Interessado (a): Coordenadoria de Serviços Gerais / Setor de Transporte
Assunto: Manifestação

Ao Setor de Transporte,

Após tratativas realizadas entre esta Secretaria Administrativo-Financeira e a Comissão Permanente de Licitação, encaminhem-se os autos para que sejam realizadas as devidas adequações no Termo de Referência em relação ao que consta no Edital de Licitação.

Após, retornem-se para prosseguimento.

assinado eletronicamente em 11/06/2024 às 12:30 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 24282024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **07 de Junho de 2024 às 15:16 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-24282024, **Código de Validação**: 5589349AF4.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 24282024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 5589349AF4

Assunto: Processo Licitatório - Leilão – Alienação de Veículos
Interessado: Serviços Gerais - Setor de Transporte

Tendo em vista o que consta no Processo Administraivo nº 11956/2022, que trata da venda/leilão de veículos, esta Secretaria Administrativo Financeira (SEAF), no intuito de uniformizar o entendimento quanto à forma de contratação, convoca as Unidades/Servidores abaixo relacionados para uma reunião no dia 12/06, às 08:30, na sala desta SEAF:

1 – Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG) - Coordenador;

2 – Setor de Transporte (ST) – Chefe;

3 – Comissão Permanente de Licitação (CPL) - Conceição de Maria Correa Amorim (Chef) e José Lindstron Pacheco (Pregoeiro).

Dessa forma, encaminhe-se os autos para ciência à CSG; após ao ST e em seguida à CPL.

Por fim, retornem-se.

assinado eletronicamente em 07/06/2024 às 15:16 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 37712024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **05 de Junho de 2024 às 14:33 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-37712024, **Código de Validação**: 27AA14D60B.

Diretoria Geral

DESPACHO-DG - 37712024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 27AA14D60B

Assunto: Licitação - Alienação de Bens Móveis Inservíveis – Veículos
Interessado: Setor de Transporte

Trata-se de processo administrativo instaurado com base no MEMO-ST - 182022, no qual a Coordenadoria de Serviços Gerais – Setor de Transporte, solicita à contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

Ante o exposto, encaminhem-se os autos à **Secretaria Administrativo-Financeira** para revisão do Termo de Referência e análise quanto à forma de contratação.

assinado eletronicamente em 05/06/2024 às 14:33 h (*)

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
DIRETOR GERAL

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1601/1602/1697 e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 23352024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **03 de Junho de 2024 às 10:49 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-23352024, **Código de Validação**: 4BCCEF33CD.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 23352024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 4BCCEF33CD

Processo Administrativo nº 11956/2022
Assunto: Licitação - Alienação de Bens Móveis Inservíveis – Veículos
Interessado: Setor de Transporte

Ao Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir dos MEMO-ST - 182022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO) e DESPACHO-ST - 542022, oriundos da Coordenadoria de Serviços Gerais – CSG – Setor de Transporte, por meio dos quais solicitou a instauração de processo licitatório, visando a contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, no valor total de **R$ 229.800,00 (duzentos e vinte e nove mil e oitocentos reais),** conforme quantidades e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, em anexo.

Considerando o PARECER-DGAJA - 2322024, no qual a Assessoria Jurídica se manifesta pela possibilidade jurídica de prosseguimento da Licitação, bem como pela aprovação da Minuta do Edital do Leilão Eletrônico N.90001/2024 e de seus anexos, anexo MINUTA - LE_90001_2024 - ALIENAÇÃO DE VEICULOS;

Considerando as alterações realizadas no Termo de Referência e na Minuta do Edital, solicitadas no parecer supra, conforme DESPACHO-CSG - 10172024 e DESPACHO-CPL - 4852024;

Com posicionamento favorável desta Secretaria Administrativo-Financeira, submeto os autos à consideração de Vossa Senhoria para aprovação do Termo de Referência, Anexo do documento : Termo de Referencia - LEILAO.assinado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO), bem como para autorização, visando o prosseguimento do competente certame licitatório.

assinado eletronicamente em 03/06/2024 às 10:49 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4852024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Maio de 2024 às 15:00 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-4852024, **Código de Validação**: 59D522CF07.

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 4852024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 59D522CF07

Assunto: Licitação - Alienação de Bens Móveis Inservíveis – Veículos

Interessado: Setor de Transporte

À Secretaria Administrativo-Financeira,

Em atendimento ao DESPACHO-SAF - 23102024, encaminha-se o processo em epígrafe, acompanhado da Minuta de Edital do Leilão Eletrônico nº 90001/2024, cujo objeto é a alienação de bens móveis inservíveis (veículos), revisada de acordo com a última versão do Termo de Referência e indicações do PARECER-DGAJA - 2322024, informando que mantivemos a etapa de negociação (item II, letra 'a' do Parecer), pois o Leiloeiro poderá abrir negociação visando condições mais vantajosas para a administração, não tratando-se apenas do preço.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 29/05/2024 às 14:58 h (*)
MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
MEMBRO CPL

assinado eletronicamente em 29/05/2024 às 15:00 h (*)
JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ANALISTA MINISTERIAL
PRESIDENTE DA CPL EM EXERCÍCIO

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1645 e-mail: cpl@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

MINUTA - LE_90001_2024 - ALIENAÇÃO DE VEICULOS

LEILÃO ELETRÔNICO N. 90001/2024

CONTRATANTE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

OBJETO

Alienação de bens móveis inservíveis (veículos)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 229.800,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior lance

MODO DE DISPUTA:

Aberto

SUMÁRIO

1 DO OBJETO 3
2 PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS: 3
3 DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO 4
4 DO CREDENCIAMENTO 5
5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA 5
6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 6
7 DO JULGAMENTO: 7
8 DOS RECURSOS: 8
9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO 8
10 DO PAGAMENTO 8
11 DA ENTREGA 8
12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 9
13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 12
14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 12
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA 14
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO 15
ANEXO III - CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO 16

MINUTA DE EDITAL

LEILÃO ELETRÔNICO Nº. 9001/2024

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Leiloeiro(a) Administrativo, designado(a) pela PORTARIA-GAB/PGJ - 4511/2024, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo **nº 11956/2024**, oriundo da Coordenadoria de Serviços Gerais, tornam público, que realizará licitação, na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

DATA: __.__.20__, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: __:__h (____ horas) – horário de Brasília-DF.

LOCAL: Portal de Compras Públicas – http://www.portaldecompraspublicas.com.br

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a alienação de bens móveis inservíveis (veículos), conforme condições, quantidades e exigências abaixo descritas:

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 **O critério de julgamento adotado será o de MAIOR LANCE por item.**

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Leilão descritas no **Portal de Compras Públicas**(www.portaldecompraspublicas.com.br) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:

2.1 Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visita- dos de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos.

2.2 A Administração disponibilizará todos os dados técnicos, bem como fotos dos lotes a serem leiloados.

2.3 Os bens estarão expostos para visitação pública no estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO

3.1 Poderão participar deste Leilão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2 Poderão oferecer lances pessoas físicas, inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, possuidoras de documentos de identificação e capazes nos termos da Lei Civil, bem como pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 Não poderão participar desta licitação:

3.4.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.3 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.6 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.4.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.8 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área

encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.5 O impedimento de que trata o item 3.4.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 Os interessados em participar deste Leilão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4.6 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA

5.1 O licitante interessado em participar do leilão encaminhará, exclusivamente, via sistema, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2 Ato contínuo, deverá ser declarado, em campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação:

5.2.1 A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;

5.2.2 O pleno conhecimento e a aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital; e

5.2.3 A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por intermédio de seu representante, assumidas como firmes e verdadeiras.

5.3 As informações declaradas no sistema na forma acima permitem a participação dos interessados no leilão e não constituem registro cadastral prévio.

5.4 O licitante, quando do registro da proposta, nos termos do disposto nessa cláusula, poderá parametrizar o seu valor final máximo e obedecerá às seguintes regras:

5.4.1 Aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, se houver, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto a lance que cobrir a melhor oferta; e

5.4.2 Envio automático de lances pelo sistema, respeitado o valor final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o item acima.

5.5 O valor final máximo de que trata o item 5.4 poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor inferior a lance já registrado por ele no sistema.

5.6 O valor máximo parametrizado na forma do item 5.4 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou para a entidade contratante e poderá ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Na data e horário estabelecidos no edital, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para envio de lances públicos e sucessivos, o prazo de lances será de 10 minutos, desde que não ocorra lances após o 8º minuto, caso ocorra esse será prorrogado por 02 minutos de forma sucessiva até que não haja mais lances.

6.2 Os lances ocorrerão exclusivamente por meio do sistema, indicado no item 3 desse edital.

6.3 O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, se houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, desde que superiores ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5 Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação dos participantes.

6.6 O licitante será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

6.7 Na hipótese de o sistema se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7.1 Caso a desconexão do sistema para o órgão ou a entidade promotora da licitação persista por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.8 Imediatamente após o encerramento do prazo da etapa de envio de lances estabelecido nos termos do item 6, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

6.9 A simples oferta de lance implica aceitação expressa pelo licitante de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital.

6.10 Os lances deverão ser iguais ou superiores ao valor da avaliação.

6.11 Os lances efetuados são irretratáveis e, se vencedores, geram uma obrigação contratual, na forma de promessa de compra, a qual deverá ser paga no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da finalização do certame, sob pena de cancelamento da venda, perda dos valores pagos e oferecimento do lote a outro alienante interessado, sem prejuízo de punição do arrematante faltoso em 20% do valor da arrematação.

6.12 Em caso de inobservância do disposto no item 6.11 poderá o bem voltar a ser apregoado em um novo leilão, desde que devidamente justificado pelo servidor designado.

7 DO JULGAMENTO:

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances, o servidor designado verificará a conformidade da proposta e considerará vencedor aquele licitante que ofertou o maior lance, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem.

7.2 Definido o resultado do julgamento, o servidor designado poderá negociar condições mais vantajosas para a Administração com o primeiro colocado, por meio do sistema.

7.3 Os demais licitantes poderão acompanhar a negociação de que trata o item 7.2.

7.4 Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado no sistema.

7.5 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

7.6 Na hipótese de o procedimento restar fracassado, a PGJ/MA poderá:

7.6.1 Republicar o procedimento; ou

7.6.2 Fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.

8 DOS RECURSOS:

8.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata e após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

8.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.

8.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

8.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

8.6 Na hipótese de ocorrência da preclusão prevista no item 8.1, o processo será encaminhado à autoridade superior, que fica autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa do pagamento, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto licitado e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento dos itens correspondentes aos Lotes arrematados deverá ser à vista, devendo ser feito no prazo em até 02 (dois) dias úteis contados do término da sessão, através dos dados bancários: Agência Banco do **Brasil: 3846-6, conta 5879-3, FEMPE**.

10.2 Todas as despesas decorrentes das alienações, impostos de transmissão e demais encargos inerentes à transferência de propriedade, serão suportados pelos adquirentes, não podendo ser abatidos do valor da alienação

10.3 O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao servidor designado por meio do sistema.

10.4 Na hipótese de não realização do pagamento imediato pelo arrematante, o leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

10.5 Caso o arrematante não efetue o pagamento no prazo estipulado, perderá o direito sobre o bem.

11 DA ENTREGA

11.1 O arrematante retirará o(s) bem(ns) a ele adjudicados, obrigatória e concomitantemente após a confirmação do pagamento.

11.2 Os documentos respectivos, quando for o caso, serão entregues ao arrematante somente no momento de sua retirada.

11.3 Os bens alienados deverão ser retirados pelos arrematantes a quem foram adjudicados, no local da visitação dos lotes do Leilão, no prazo de 10 (dez) dias, nos horários das 08h30min e 13h00min, desde que não haja qualquer impedimento, com apresentação dos seguintes documentos:

11.3.1 Comprovante de quitação do valor do lance ofertado;

11.3.2 Cédula de identidade, e, se for o caso, Procuração Específica;

11.4 Os bens alienados serão entregues nas condições que se encontram em exposição.

11.5 Todas as despesas de transferências, remoção, documentos, bem como quaisquer outras correlatas, correrão por conta do arrematante.

11.6 Uma vez integralizado o pagamento, a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer no(s) bem(ns) arrematado(s) e não retirado(s) dentro do prazo, bem como multas futuras oriundas de transporte ou atraso em transferências de propriedade.

11.7 Ocorrendo força maior ou caso fortuito, no interregno de tempo entre a data de realização do leilão e da retirada do(s) bem(ns), que impeça sua entrega, fica resolvida a obrigação mediante a restituição do valor pago.

11.8 Estará sujeito à taxa de permanência diária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), aquele arrematante adjudicado que não retirar o bem alienado no prazo estabelecido no item 11.3 deste edital, se for interesse da Administração realizar novo leilão.

11.9 A não retirada do(s) lote(s) arrematados(s) do local do leilão, no prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da arrematação, implicará na declaração de abandono, retornando o bem ao depósito para ser leiloado em outra oportunidade.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 Não celebrar o contrato **ou não entregar a documentação exigida para a contratação**, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, **ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente** no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 Fraudar a licitação

12.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1.1 Advertência;

12.2.1.2 Multa;

12.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2.1.4.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão aplicadas, no que couber, na forma estabelecida no art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

12.2.1.4.2 Caso o arrematante não efetue o pagamento, ressalvadas as situações decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma da lei, devidamente comprovadas e aceitas pelo Leiloeiro, configurará a desistência do arrematante, relativamente ao lote leiloado, importando ainda no **pagamento de multa estipulada em 20% (vinte por cento) do valor da arrematação e sem prejuízo das demais sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, no que couber;**

12.2.1.4.3 A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

12.2.1.4.4 Durante toda a realização do leilão, o participante que impedir, perturbar, fraudar, afastar ou procurar afastar arrematantes por oferecimento de vantagens ou qualquer outro meio ilícito, estará sujeito às sanções previstas nos artigos 335, 337-F e 337-K do Código Penal.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 As peculiaridades do caso concreto

12.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato (ou instrumento equivalente ao contrato) licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato (ou instrumento equivalente ao contrato) licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato (ou instrumento equivalente ao contrato) licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, **ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente** no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item , caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo

de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente edital, por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente pelo seguinte endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Da sessão pública do Leilão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos https://www.portaldecompraspublicas.com.br e www.mpma.mp.br.

14.11 **A abertura da sessão deste Leilão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o** Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

14.12.2ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

14.12.3ANEXO III – CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

14.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Leiloeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

14.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: licitacoes@mpma.mp.br.

São Luís-MA., data da assinatura digital.

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Leiloeiro Administrativo
CPL/PGJ-MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(EM FORMATO DIGITAL)

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

LEILÃO Nº 90001/2024 – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 2024.

_____

(Assinatura Representante Legal da Empresa)

LEILÃO Nº 90001/2024 – PGJ/MA

ANEXO III - CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.
LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** e o Sr. (NOME DO ARREMATANTE)**,** inscrito no CPF sob o nº _____, residente na Rua_____, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº 90001/2024, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) O Senhor _____, foi vencedor do Item_, do Leilão nº 01/2024, realizado no dia ____ de _____ de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2) O valor do lance foi de R$_(_____), foi pago por meio de guia de pagamento emitido pelo setor de tributos, diretamente na Conta do FEMPE.

3) O bem arrematado constitui o item, com a seguinte descrição e detalhamento:

_____

_____

4) A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do descrito no item 03 deste documento, ao Senhor _____.

5) Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Luís-MA,_____de _____de 2024.

_____

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

_____

Nome do arrematante
CPF

Testemunhas:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** em **03 de Maio de 2024 às 14:58 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-GAB/PGJ-45112024, **Código de Validação**: 765A285CC4.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA-GAB/PGJ - 45112024
Código de validação: 765A285CC4

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e ainda o Ato Regulamentar nº 10/2023 da Procuradoria-Geral de Justiça,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como os art. 7º e 8º da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Capítulo I do Ato Regulamentar nº 10/2023 – ATOREG, de 23 de março de 2023;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO do Ministério Público do Estado do Maranhão, na qualidade de membros titulares:

I – CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM – Analista Ministerial – Área: Contábil;

II – JOSÉ LINDSTRON PACHECO – Analista Ministerial – Área Administrativa;

III – JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO – Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;

IV – SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;

V – FRANCISCO DE ASSIS MARTINS QUEIROZ, Técnico Ministerial – Área: Administrativa.

Art. 2º Designar os servidores JOSÉ LÍVIO MARINHO LIMA, Analista Ministerial – Área: Administração, MARISTER NUNES DE OLIVEIRA, Técnico Ministerial – Área Administrativa, MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA, Membro da Comissão de Licitação e CLÁUDIO RICARDO PEREIRA SERRA, Assessor Técnico II, para membros suplentes da Comissão Permanente de Contratação.

Art. 3º Designar servidores para exercerem as funções de AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO e membros da EQUIPE DE APOIO do Ministério Público do Estado do Maranhão.

I – AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

a) CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM, Analista Ministerial – Área: Contábil;

b) JOSÉ LINDSTRON PACHECO, Analista Ministerial – Área Administrativa;

(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** em **03 de Maio de 2024 às 14:58 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-GAB/PGJ-45112024, **Código de Validação**: 765A285CC4.

c) SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;

d) FRANCISCO DE ASSIS MARTINS QUEIROZ, Técnico Ministerial – Área: Administrativa;

e) JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados.

Art. 4º Em licitação, na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado PREGOEIRO.

Art. 5º Em licitação na modalidade leilão, o agente responsável pela condução do certame atuará como LEILOEIRO ADMINISTRATIVO, consoante art. 31 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 6º Designar os servidores para comporem a EQUIPE DE APOIO aos trabalhos executados pelos agentes de contratação/pregoeiro.

I – EQUIPE DE APOIO:

a) MARISTER NUNES DE OLIVEIRA, Técnico Ministerial – Área Administrativa;

b) CLÁUDIO RICARDO PEREIRA SERRA, Assessor Técnico II;

c) MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA, Membro da Comissão de Licitação;

d) ALEXANDRE DE ARAÚJO ALVES, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;

e) ANTÔNIO ALFREDO PIRES DE OLIVEIREIRA, Analista Ministerial – Área: Administrativa.

Art. 7º Delegar poderes aos agentes de contratação/pregoeiro e membros da comissão permanente de contratação para assinar editais de licitação.

Art. 8º As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato os modifique ou revogue, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 8163/2024, cessados os efeitos da PORTARIA-GAB/PGJ – 42023.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário Eletrônico do Ministério Público – DEMP/MA.

assinado eletronicamente em 03/05/2024 às 14:58 h (*)

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURIDICOS
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606 / 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Alienação de veículos oficiais integrantes do patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, avaliados como bens móveis inservíveis, a ser realizada pela modalidade Leilão, mediante as Condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

1.2.Os automóveis ora licitados serão vendidos no estado físico e jurídico em que se encontram, ficando a cargo e às expensas do vencedor qualquer eventual regularização que o mesmo julgue necessária, não cabendo, em hipótese alguma, reclamações posteriores.

1.3.Todas as despesas decorrentes da alienação dos bens, serão de responsabilidade do proponente vencedor.

1. 4.**DETALHAMENTO DO OBJETO:**

	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	LANCE MÍNIMO(R$)
4	8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ4893	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	**32.500,00**
5	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	OJP8633	FORD	RANGER	PRETO	2014/2014	**25.000,00**
6	8AFAR23L2EJ161536	587404124	OJJ1794	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	**25.000,00**
7	8AFAR23L7EJ167977	587402148	OJJ5188	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	**18.000,00**
8	9BD373154E5051207	996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	**8.250,00**
9	9BD373154E5035825	552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	**9.250,00**
10	9BD17140MA5504495	170671089	NMU7434	FIAT	PALIO	BRANCO	2009/2010	**3.750,00**
11	9BGAD69W08B303293	977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	**4.000,00**
12	9BGAD69W09B143139	977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	**4.500,00**
13	94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	**8.250,00**
14	94DTAFL10CJ986856	459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	**8.500,00**
15	94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	**8.500,00**
16	94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	**9.500,00**
17	94DTAFL10CJ988776	459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	**4.500,00**
18	9BD15822A96179704	985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
19	9BD15822A96178439	985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
20	9BD15822A96178969	985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
21	9BD15822A96178471	985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**3.750,00**
22	9BD15822A96179487	985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**3.750,00**
23	9BD15822784987529	925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2007/2008	**4.250,00**

24	9BD15822A96179704	985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**5.000,00**
25	9BD15822A96180579	985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**5.000,00**
26	93XHNK7408C846286	887394493	NHN8746	MITSUBISHI	L-200	PRETO	2008/2009	**20.000,00**
27	9C2JC30301R001704	756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	**400,00**
28	9C2KC08305R000174	837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	**150,00**
								229.800,00

2. **JUSTIFICATIVA**

2.1.Os bens móveis constantes neste processo tornaram-se ao longo do tempo, e devido ao desgaste oriundo do uso, impróprios para os propósitos previstos. Em virtude de não servirem mais a uma finalidade pública ou administrativa, sua manutenção requer dispêndio adicional.

2.2.A alienação tem dois objetivos imediatos: desocupar os imóveis que têm sido utilizados para armazenar esses bens e permitir que os recursos financeiros obtidos possam ser direcionados para atender outras demandas de investimento que atendam às necessidades ou à utilidade pública e ao interesse social.

2. 3.Sobre a alienação, os bens públicos, em regra, são inalienáveis, isto é, enquanto tiverem afetação pública (destinação pública específica), como as praças, áreas institucionais e etc., não podem ser alienados. Entretanto, os bens públicos objeto deste processo passaram à condição de bens disponíveis e como tais podem sofrer alienação como qualquer bem de particular.

3. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3. 1.Esta alienação observará as normas e procedimentos administrativos do art. 74, do Ato Regulamentar 10/2023 e do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. **PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:**

4.1.Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visita- dos de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

4.2.A Administração disponibilizará todos os dados técnicos, bem como fotos dos lotes a serem leiloados.

4. 3.Os bens estarão expostos para visitação pública no estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão.

5. **DO PAGAMENTO**

5.1.O pagamento dos itens correspondentes aos Lotes arrematados deverá ser à vista, devendo ser feito no prazo em até 02 (dois) dias úteis contados do término da sessão, através dos dados bancários: agência Banco do Brasil: 3846-6, conta 5879-3, FEMPE.

5.2.Todas as despesas decorrentes das alienações, impostos de transmissão e demais encargos inerentes à transferência de propriedade, serão suportados pelos adquirentes, não podendo ser abatidos do valor da alienação

5.3.O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao servidor designado por meio do sistema.

5.4.Caso o arrematante não efetue o pagamento no prazo estipulado, perderá o direito sobre o bem.

5.4.1.O leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

5. 5.Os veículos disponibilizados para venda no presente leilão, são bens usados, inservíveis para a Administração Pública, sendo que, poderão estar danificados ou faltando peças, assim, serão vendidos no estado e nas condições em que se encontram, sem qualquer garantia de funcionamento, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto as suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

6. **DA ENTREGA DOS BENS**

6.1.O arrematante retirará o(s) bem(ns) a ele adjudicados, obrigatória e concomitantemente após a confirmação do pagamento.

6.2.Os documentos respectivos, quando for o caso, serão entregues ao arrematante somente no momento de sua retirada.

6.3.Os bens alienados deverão ser retirados pelos arrematantes a quem foram adjudicados, no local da visitação dos lotes do Leilão, no prazo de 10 (dez) dias, nos horários das 08h30min e 13h00min, desde que não haja qualquer impedimento, com apresentação dos seguintes documentos:

6.4.Comprovante de quitação do valor do lance ofertado;

6.5.Cédula de identidade, e, se for o caso, Procuração Específica;

6.6.Os bens alienados serão entregues nas condições que se encontram em exposição.

6. 7.Todas as despesas de transferências, remoção, documentos, bem como quaisquer outras correlatas, correrão por conta do arrematante.

6.8. Uma vez integralizado o pagamento, a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer no(s) bem(ns) arrematado(s) e não retirado(s) dentro

do prazo, bem como multas futuras oriundas de transporte ou atraso em transferências de propriedade.

6.9. Ocorrendo força maior ou caso fortuito, no interregno de tempo entre a data de realização do leilão e da retirada do(s) bem(ns), que impeça sua entrega, fica resolvida a obrigação mediante a restituição do valor pago.

6.10. Estará sujeito à taxa de permanência diária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), aquele arrematante adjudicado que não retirar o bem alienado no prazo estabelecido no item 6.3 deste instrumento, se for interesse da Administração realizar novo leilão.

6.11.A não retirada do(s) lote(s) arrematados(s) do local do leilão, no prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da arrematação, implicará na declaração de abandono, retornando o bem ao depósito para ser leiloado em outra oportunidade.

6.12. Ficará por conta e responsabilidade do arrematante a retirada e o traslado do(s) veículo(s), bem como a transferência de propriedade, sua regularização documental junto ao DETRAN dentro do prazo legal, inclusive o pagamento de IPVA proporcional, bem como outras taxas, caso devidas.

7. **DO VALOR ESTIMADO DA ARRECADAÇÃO**

7.1.A estimativa do valor arrecadado dos bens levados a leilão possui avaliação de **R$ 229.800,00** (**duzentos e vinte e nove mil e oitocentos reais)**, esse valor evidencia a importância desse evento como fonte de receita, proporcionando oportunidades para possíveis compradores e contribuindo para otimizar a gestão financeira desta instituição.

São Luís - MA, 29 de maio de 2024.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO I





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJP0647
CHASSI	9BD373154E5051211
RENAVAM	996712895
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJF4075
CHASSI	9BD373154E5035825
RENAVAM	552051535
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio ELX
Placa	NMU7434
CHASSI	9BD17140MA5504495
RENAVAM	170671089
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4394
CHASSI	9BD15822A96179704
RENAVAM	985780185
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4469
CHASSI	9BD15822A96178439
RENAVAM	985173920
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4818
CHASSI	9BD15822A96178969
RENAVAM	985175737
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5107
CHASSI	9BD17144JA5505107
RENAVAM	169441172
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP3132
CHASSI	9BD15822A96179487
RENAVAM	985781459
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHF0293
CHASSI	9BD15822784987529
RENAVAM	925475858
Ano	2007/2008
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4374
CHASSI	9BD15822A96179500
RENAVAM	985776560
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5268
CHASSI	9BD15822A96180579
RENAVAM	985401680
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ4893
CHASSI	8AFAR23L7EJ163847
RENAVAM	587405660
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJP8633
CHASSI	8AFAR23L4EJ208047
RENAVAM	1002186088
Ano	2014/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ1794
CHASSI	8AFAR23L2EJ161536
RENAVAM	587404124
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ5188
CHASSI	8AFAR23L7EJ167977
RENAVAM	587402148
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM8253
CHASSI	94DTAFL10CJ985711
RENAVAM	459473140
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2444
CHASSI	94DTAFL10CJ986856
RENAVAM	459374834
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2454
CHASSI	94DTAFL10CJ988566
RENAVAM	459375016
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM7728
CHASSI	9BRBD3HE4K0424937
RENAVAM	1184772808
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2314
CHASSI	94DTAFL10CJ988776
RENAVAM	459343831
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Mitsubishi L-200
Placa	NHN8746
CHASSI	93XHNK7408C846286
RENAVAM	977808971
Ano	2008/2008
Combustível	Diesel
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHN9393
CHASSI	9BGAD69W08B303293
RENAVAM	977370224
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHO1230
CHASSI	9BGAD69W09B143139
RENAVAM	977382613
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Honda CG 150 Job
Placa	HPU5308
CHASSI	9C2KC08305R000174
RENAVAM	837339278
Ano	2004/2005
Combustível	Gasolina
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Honda CG Cargo
Placa	HOO1569
CHASSI	9C2JC30301R001704
RENAVAM	756887224
Ano	2000/2001
Combustível	Gasolina
Cor	Branca

São Luís - MA, 29 de maio de 2024.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-CSG - 10172024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Maio de 2024 às 13:13 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CSG-10172024, **Código de Validação**: 9617BD84A3.

Coordenadoria de Serviços Gerais

DESPACHO-CSG - 10172024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 9617BD84A3

Encaminhamos os autos conforme solicitado pelo DESPACHO-SAF - 23102024, em conformidade com o parecer- DGAJA- 2322024, para alterações no Termo de Referência do processo licitatório referente ao leilão de veículos inservíveis desta instituição. Informamos que todas as alterações necessárias foram realizadas, visando atender de maneira eficiente a todas as exigências solicitadas para a continuidade do processo.

assinado eletronicamente em 29/05/2024 às 13:13 h (*)

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

assinado eletronicamente em 29/05/2024 às 12:53 h (*)

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1649/1650/1651 e-mail: csg@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 23102024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **29 de Maio de 2024 às 09:09 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-23102024, **Código de Validação**: 6E7C60836B.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 23102024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 6E7C60836B

Assunto: Licitação - Alienação de Bens Móveis Inservíveis - Veículos
Interessado: Setor de Transporte

Encaminhem-se os autos ao **Setor de Transporte**, para as providências cabíveis, nos termos do parecer jurídico, anexo PARECER-DGAJA - 2322024, item I;

Após, à **Comissão Permanente de Licitação**, para providências, conforme item II do parecer supra;

Por fim, retornem-se os autos a esta SEAF.

assinado eletronicamente em 29/05/2024 às 09:09 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 2322024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Maio de 2024 às 15:11 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-2322024, **Código de Validação**: F9957F3510.

PARECER-DGAJA - 2322024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: F9957F3510

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 11956/2022- Vol. I
ASSUNTO: Prestação de Serviço/Licitação.
INTERESSADO: Setor de Transporte.
PARECER

À Secretaria Administrativo-Financeira-SAF

Senhor Diretor,

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do **MEMO-ST - 182022**, oriundo do Setor de Transporte desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJ/MA, por meio do qual solicitou autorização para avaliar os veículos de propriedade desta PGJ, visando analisar a possibilidade de alienação dos mesmos, tendo em vista que são veículos adquiridos no período de 2008 a 2014, e que têm apresentado frequentes defeitos, onerando sobremaneira as despesas com a manutenção e inviabilizando o andamento das atividades do Órgão.

1. DESPACHO-DG - 39572022 – Diretoria-Geral, encaminhou os autos à Secretaria Administrativo-Financeira para adotar as providências necessárias visando a avaliação do procedimento de alienação dos referidos veículos;

2. DESPACHO-SAF – 2891202 – a SEAF, encaminhou os autos ao Setor de Transporte para a devida instrução processual, visando a abertura de processo licitatório para a contratação de empresa especializada em leilão;

3. DESPACHO-ST – 542022 - o Setor de Transporte, instruiu os autos com Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e pesquisa de preços realizada por meio de 02 (duas) avaliações realizadas por empresas especializadas em leilão;

4. ID 6754373 e ID 6745790 - o Setor de Transporte, acostou novo ETP, Termo de Referência e outras avaliações;

5. DESPACHO-SAF - 9882023 - da SEAF, encaminhou os autos à Coordenadoria de Orçamentos e Finanças para conhecimento e anotações; após, à Assessoria Técnica

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Maio de 2024 às 15:11 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-2322024, **Código de Validação**: F9957F3510.

da Administração para manifestação;

6. DESPACHO-COF – 6662023 - a Coordenadoria de Orçamento e Finanças, informou a existência de saldo orçamentário para cobertura da despesa.;

7. DESPACHO-ST – 1102023 - o Setor de Transporte, anexou novo Termo de Referência, ETP e Mapa de Preços;

8. ID 7712696, foram acostadas propostas devidamente atestadas;

9. PTC-ACI – 272024 - da Assessoria Técnica da Administração, apontou a *"EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS";*

10. DESPACHO-ST – 22024 - o Setor de Transporte, anexou os documentos necessários para sanar as pendências apontadas pela Assessoria Técnica da Administração;

11. PTC-ACI – 572024 - nova manifestação da Assessoria Técnica da Administração, na qual apontou a "*EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO";*

12. DESPACHO-ST – 32024 - o Setor de Transporte, apresentou as informações e documentos para sanar as pendências apontadas pela Assessoria Técnica da Administração;

13. DESPACHO-SAF – 3872024 - a SEAF, realizou adequações no Mapa de Preço por meio da adoção de Metodologia que contempla a exclusão das propostas/avaliações de preços mais discrepantes, para a obtenção de Médias Aritméticas e Desvios-Padrões consistentes, resultando em Coeficientes de Variação que giram em torno de até 20%, parâmetro estatisticamente aceitável nos termos calculados e demonstrados na SEAF - PLANILHA ATUALIZADA. Ao final encaminhou os autos à Diretoria Geral.

14. DESPACHO-DG – 8572024 - a Diretor-Geral, autorizando a abertura de processo administrativo e determinando o envio dos autos à CPL, para adotar as providências necessárias;

15. DESPACHO-CPL – 2012024 - a CPL, prestou os seguintes esclarecimentos: *(...) sugerimos o envio do processo, a quem de direito, para que seja anexado o termo de referência, visando apenas leiloar os veículos constantes dos autos, pois, nesta Procuradoria há agentes de contratação capacitados para realizar o referido leilão.*

16. ID 8070143 e ID 8082061- o Setor de Transporte, anexou aos autos novo ETP e Termo de Referência;

17. DESPACHO-CPL – 4092024 - da Comissão Permanente de Licitação, por meio do qual anexou a Minuta do Edital do Leilão Eletrônico nº. 90001/2024-SRP;

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Maio de 2024 às 15:11 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-2322024, **Código de Validação**: F9957F3510.

18. DESPACHO-ST – 622024 – Setor de transporte, Informou que não encontrou nenhum impedimento para prosseguimento de realização desse processo;

19. DESPACHO-SAF – 19182024 - Secretaria Administrativo-Financeira, encaminhou os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e manifestação.

Este é o breve relatório. Passa-se a opinar.

Inicialmente, cumpre salientar que a seguinte manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do 22/2020[1] incumbe a esta Assessoria uma análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados por este Órgão Ministerial, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou discricionária.

Versam os presentes autos sobre a solicitação do setor de Transporte para a deflagração de processo licitatório objetivando a alienação de bens móveis (veículos) inservíveis à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

A presente matéria está prevista na Lei nº 14.133/2021[2] que dentre outras instituiu a modalidade de Licitação – Leilão, para a alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis e estabelece em seu art. 6º, inciso XL, e art. 28, vejamos:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
> **XL - leilão**: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;;
> Art. 28. São modalidades de licitação:
> I – pregão**;**
> II - concorrência;
> III - concurso;
> **IV - leilão**;
> V - diálogo competitivo.
> § 1º Além das modalidades referidas no **caput** deste artigo, a Administração pode servir-se dos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 desta Lei.
> **§ 2º É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação daquelas referidas no caput deste artigo.**

Os procedimentos mínimos para a operacionalização da licitação na modalidade Leilão estão previstos no art. 31 da NLLC:

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Maio de 2024 às 15:11 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-2322024, **Código de Validação**: F9957F3510.

> Art. 31. O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.
> § 1º Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.
> § 2º O leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterá:
> I - a descrição do bem, com suas características, e, no caso de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros;
> II - o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado;
> III - a indicação do lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes;
> IV - o sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se excepcionalmente for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;
> V - a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados.
> § 3º Além da divulgação no sítio eletrônico oficial, o edital do leilão será afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração e poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação.
> § 4º O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

No âmbito deste Órgão Ministerial, o Leilão previsto pelo Ato Regulamentar nº. 10/2023, Capítulo IV, Seção IV:

> Art. 73. Leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
> Art. 74. Nas licitações realizadas na modalidade leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Maio de 2024 às 15:11 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-2322024, **Código de Validação**: F9957F3510.

I - realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação;
II - designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio conforme disposto no artigo 3º deste Ato Regulamentar, ou, alternativamente, contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame;
III - elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre a descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condições para participação e, no que couber, o disposto no artigo 46 deste Ato Regulamentar;
IV - realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.
§ 1º O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.
§ 2º A sessão pública deverá ser realizada preferencialmente de forma eletrônica, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.
§ 3º A realização do leilão por agente de contratação é preferencial, devendo ser justificada a opção pela contratação de leiloeiro oficial no procedimento interno da licitação.
Art. 75. Os bens e direitos arrematados serão pagos, preferencialmente, à vista, admitindo-se o pagamento mediante entrada em percentual não inferior a vinte por cento, e o restante no prazo e forma estabelecidos em edital.
§ 1º No caso de pagamento parcelado, o bem será entrega após o pagamento integral, salvo prestação de garantia sobre o valor total remanescente.
§ 2º O valor recolhido à Administração não será devolvido.
§ 3º O instrumento convocatório estabelecerá as condições para a entrega do bem ao arrematante.

Compulsando aos autos, notadamente a partir do Termo de Referência elaborado pelo Setor de Transporte (Anexo 3274159), observa-se que a realização do Leilão dos veículos - bens móveis inservíveis, tem como justificativa:

2.1. Os bens móveis constantes neste processo tornaram-se ao longo do tempo, e devido ao desgaste oriundo do uso, impróprios para os propósitos previstos. Em virtude de não servirem mais a uma finalidade pública ou administrativa, sua manutenção requer dispêndio adicional.
2.2. A alienação tem dois objetivos imediatos: desocupar os imóveis que têm sido utilizados para armazenar esses bens e permitir que os recursos

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Maio de 2024 às 15:11 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-2322024, **Código de Validação**: F9957F3510.

> financeiros obtidos possam ser direcionados para atender outras demandas de investimento que atendam às necessidades ou à utilidade pública e ao interesse social.
> 2.3. Sobre a alienação, os bens públicos, em regra, são inalienáveis, isto é, enquanto tiverem afetação pública (destinação pública específica), como as praças, áreas institucionais e etc., não podem ser alienados. Entretanto, os bens públicos objeto deste processo passaram à condição de bens disponíveis e como tais podem sofrer alienação como qualquer bem de particular.

Em relação a realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, foi acostado aos autos, pelo Setor de Transporte, avaliações dos bens realizados por empresas especializadas, posteriormente, a SEAF anexou o Mapa de Preços contendo as devidas atualizações, **DESPACHO-SAF – 3872024, "***por meio da adoção de Metodologia que contempla a exclusão das propostas/avaliações de preços mais discrepantes, para a obtenção de Médias Aritméticas e Desvios-Padrões consistentes, resultando em Coeficientes de Variação que giram em torno de até 20%, parâmetro estatisticamente aceitável nos termos calculados e demonstrados na SEAF - PLANILHA ATUALIZADA"*.

Destarte, no que tange ao processo de licitação, verificou-se que o Leilão será conduzido por servidor desta PGJ designado pela PORTARIA-GAB/PGJ – 45112024.

Analisando a legislação citada, percebe-se que é perfeitamente cabível a realização de Licitação na modalidade Leilão na forma Eletrônica, com critério de julgamento maior lance, na forma prevista no art. 31 da Lei nº 14.133/21, a fim de viabilizar a alienação dos bens inservíveis objeto dos presentes autos.

Por fim, em relação à análise do Termo de Referência e da minuta do Edital, foram constatadas suas conformidades com as previsões do Ato Regulamentar nº. 10/2023 e da Lei nº. 13.133/2021. No entanto, é necessária a realização das seguintes adequações:

I - Termo de Referência (ID 8082061)

a. Subitem 1.1, recomenda-se:

> Alienação de veículos oficiais integrantes do patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, avaliados como bens móveis inservíveis, a ser realizada pela modalidade Leilão, mediante as Condições estabelecidas no Edital e seus Anexos**.**

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Maio de 2024 às 15:11 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-2322024, **Código de Validação**: F9957F3510.

b. Subitem 5.4 e 5.5, recomenda-se:

> 5.4. Caso o arrematante não efetue o pagamento no prazo estipulado, perderá o direito sobre o bem.
> 5.4.1. O leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

c. Acrescentar a seguinte previsão:

> Os veículos disponibilizados para venda no presente leilão, são bens usados, inservíveis para a Administração Pública, sendo que, poderão estar danificados ou faltando peças, assim, serão vendidos no estado e nas condições em que se encontram, sem qualquer garantia de funcionamento, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto as suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

d. Subitem 6.10, recomenda-se: *"(...) no prazo estabelecido no **item 6.3** deste instrumento (...)".*

e. Subitem 4.1, recomenda-se:

> *Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visitados de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.*

f. Item 6, acrescentar a seguinte previsão:

> *Ficará por conta e responsabilidade do arrematante a retirada e o traslado do(s) veículo(s), bem como a transferência de propriedade, sua regularização documental junto ao DETRAN dentro do prazo legal, inclusive o pagamento de IPVA proporcional, bem como outras taxas, caso devidas.*

II - Minuta Edital do Leilão Eletrônico nº. 90001/2024

a Subitens 7.3, 7.4 e 7.5, avaliar a necessidade de manutenção da etapa de negociação, uma vez que somente será realizada quando a proposta do primeiro colocado permanecer abaixo do preço

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Maio de 2024 às 15:11 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-2322024, **Código de Validação**: F9957F3510.

mínimo estipulado pela Administração para arrematação, porém, na presente licitação, não serão aceitos lances inferiores ao valor da avaliação, conforme subitem 6.10.

b. Subitem 8.6, recomenda-se: *"Na hipótese de ocorrência da preclusão prevista no item 8.1, o processo (...)"*.

c. Subitem 12, incluir a previsão abaixo, bem como fazer os ajustes necessários tendo em vista que não haverá a formalização de instrumento contratual:

1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

1. advertência;
2. multa;
3. impedimento de licitar e contratar e
4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão aplicadas, no que couber, na forma estabelecida no art. 156, da **Lei nº 14.133/2021.**

3. Caso o arrematante não efetue o pagamento, ressalvadas as situações decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma da lei, devidamente comprovadas e aceitas pelo Leiloeiro, configurará a desistência do arrematante, relativamente ao lote leiloado, importando ainda no pagamento de multa estipulada em 20% (vinte por cento) do valor da arrematação e sem prejuízo das demais sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, no que couber.

3.1. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial

4. Durante toda a realização do leilão, o participante que impedir, perturbar, fraudar, afastar ou procurar afastar arrematantes por oferecimento de vantagens ou qualquer outro meio ilícito, estará sujeito às sanções previstas nos artigos 335, 337-F e 337-K do Código Penal.

d. Preâmbulo, alterar Pregoeiro por Leiloeiro Administrativo, bem como a Portaria de designação para PORTARIA-GAB/PGJ – 45112024 (anexar aos autos).

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Maio de 2024 às 15:11 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-2322024, **Código de Validação**: F9957F3510.

Ante o exposto, considerando que a Minuta do referido Edital do **Leilão Eletrônico N.90001/2024** e de seus anexos estão em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e Ato Regulamentar nº. 10/2023, esta Assessoria **se manifesta** pela sua aprovação, bem como pelo prosseguimento do presente procedimento licitatório, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, ressalvados os aspectos técnicos, discricionários, econômicos e financeiros, que escapam do exame ora efetivado, **desde que** os autos sejam encaminhados aos setores abaixo para as seguintes diligências:

1) Ao Setor de Transporte e à CPL para a realização das adequações no Termo de Referência e na Minuta do Edital, conforme sugerido neste parecer.

2) Após, à Diretoria-Geral da PGJ/MA para as demais providências cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/21, especialmente, quanto ao parágrafo 3º do art. 53 da citada Lei

São Luís, 28 de maio de 2024.

Hermano José Gomes Pinheiro Neto
Assessor Jurídico

De Acordo. À consideração superior.

Maria do Socorro Quadros de Abreu
Assessora-Chefe da ASSJUR

assinado eletronicamente em 28/05/2024 às 15:07 h (*)

HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO
ASSESSOR JURÍDICO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

assinado eletronicamente em 28/05/2024 às 15:11 h (*)

MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
TÉCNICO MINISTERIAL
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

[1] dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, e dá outras providências.
[2] Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **28 de Maio de 2024 às 15:11 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-2322024, **Código de Validação**: F9957F3510.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 19182024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **08 de Maio de 2024 às 10:56 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-19182024, **Código de Validação**: 339A0759E0.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 19182024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 339A0759E0

Assunto: Licitação - Leilão
Interessado: Coordenadoria de Serviços Gerais - Setor de Transporte

À Assessoria Jurídica,

Após manifestação da Unidade requisitante, anexo DESPACHO-ST - 622024, e elaboração da minuta, anexo EDITAL DO LEILÃO, encaminhem-se os autos para análise e manifestação acerca da solicitação de abertura de processo licitatório, objetivando a alienação de bens móveis inservíveis à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, no valor total estimado de **R$ 229.800,00 (duzentos e vinte e nove mil e oitocentos reais),** conforme solicitação da Coordenadoria de Serviços Gerais - Setor de Transporte a partir do MEMO-ST - 182022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO), e demais documentos.

assinado eletronicamente em 08/05/2024 às 10:56 h (*)
JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 622024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **07 de Maio de 2024 às 15:26 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-ST-622024, **Código de Validação**: 2D7B7FC224.

Setor de Transporte

DESPACHO-ST - 622024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 2D7B7FC224

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Em atenção ao DESPACHO-SAF – 18582024, que trata da ciência, análise e manifestação acerca da minuta, anexo EDITAL DO LEILÃO, segue resposta.

Considerando o Edital do Leilão de veículos inservíveis, informo que tomamos conhecimento e realizamos uma análise preliminar. O edital apresenta detalhamento claro a respeito dos critérios e procedimentos estabelecidos para participação no leilão, incluindo prazos, documentação necessária e formas de pagamento. Dessa forma, declaramos não encontrar nenhum impedimento para prosseguimento de realização desse processo.

assinado eletronicamente em 07/05/2024 às 15:11 h (*)
ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

assinado eletronicamente em 07/05/2024 às 15:26 h (*)
RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 3219-1704 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 18582024

(*) Documento assinado eletronicamente por **TIAGO SERRA COELHO** em **03 de Maio de 2024 às 12:25 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-18582024, **Código de Validação**: 5289B8AF61.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 18582024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 5289B8AF61

Assunto: Processo Licitatório - Leilão – Alienação de Veículos
Interessado: Serviços Gerais - Setor de Transporte

Encaminhem-se os autos ao **Setor de Transporte** para ciência, análise e manifestação acerca da minuta, anexo EDITAL DO LEILÃO, e, caso necessário, propor as devidas adequações para o prosseguimento do processo licitatório, prevenindo-se, dessa forma, eventuais impropriedades.

Após, retornem-se os autos a esta SEAF para análise e posterior apreciação da **Assessoria Jurídica**.

assinado eletronicamente em 03/05/2024 às 12:25 h (*)

TIAGO SERRA COELHO
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA, EM EXERCÍCIO

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4092024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **03 de Maio de 2024 às 11:22 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-4092024, **Código de Validação**: CF984543FA.

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 4092024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: CF984543FA

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-financeira,

Encaminha-se o processo administrativo acima identificado, que trata de abertura de procedimento licitatório, cujo objeto é **alienação de bens móveis inservíveis (veículos)**, no valor quinquenal de **R$ 229.800,00 (duzentos e vinte e nove mil e oitocentos reais)**, acompanhado da minuta do edital do **Leilão eletrônico n. 90001/2024**, para que seja submetida a apreciação da Assessoria Jurídica da Administração, conforme determina o art. 53 da Lei n. 14.133/2021, abaixo transcrito:

> "Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação."(...)

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 03/05/2024 às 11:05 h (*)
JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ANALISTA MINISTERIAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

assinado eletronicamente em 03/05/2024 às 11:22 h (*)
CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ANALISTA MINISTERIAL
PRESIDENTE CPL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

EDITAL DO LEILÃO

LEILÃO ELETRÔNICO N. 90001/2024

CONTRATANTE

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

OBJETO

Alienação de bens móveis inservíveis (veículos)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 229.800,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior lance

MODO DE DISPUTA:

Aberto

SUMÁRIO

1 DO OBJETO 3
2 PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS: 3
3 DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO 4
4 DO CREDENCIAMENTO 5
5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA 5
6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 6
7 DO JULGAMENTO: 7
8 DOS RECURSOS: 8
9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO 8
10 DO PAGAMENTO 8
11 DA ENTREGA 8
12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 9
13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 11
14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 12
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA 14
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO 15
ANEXO III - CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO 16

MINUTA DE EDITAL

LEILÃO ELETRÔNICO Nº. 9001/2024

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 04/2023 – GAB/PGJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo **11956/2024**, oriundo da Coordenadoria de Serviços Gerais, tornam público, que realizará licitação, na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

DATA: __.__.20__, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: __:__h (____ horas) – horário de Brasília-DF.

LOCAL: Portal de Compras Públicas – http://www.portaldecompraspublicas.com.br

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a alienação de bens móveis inservíveis (veículos), conforme condições, quantidades e exigências abaixo descritas:

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 **O critério de julgamento adotado será o de MAIOR LANCE por item.**

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Leilão descritas no **Portal de Compras Públicas**(www.portaldecompraspublicas.com.br) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:

2.1 Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visita- dos de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos.

2.2 A Administração disponibilizará todos os dados técnicos, bem como fotos dos lotes a serem leiloados.

2.3 Os bens estarão expostos para visitação pública no estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO

3.1 Poderão participar deste Leilão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2 Poderão oferecer lances pessoas físicas, inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, possuidoras de documentos de identificação e capazes nos termos da Lei Civil, bem como pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 Não poderão participar desta licitação:

3.4.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.3 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.6 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.4.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.8 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.5 O impedimento de que trata o item 3.4.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 Os interessados em participar deste Leilão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4.6 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.7 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA

5.1 O licitante interessado em participar do leilão encaminhará, exclusivamente, via sistema, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2 Ato contínuo, deverá ser declarado, em campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação:

5.2.1 A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;

5.2.2 O pleno conhecimento e a aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital; e

5.2.3 A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por intermédio de seu representante, assumidas como firmes e verdadeiras.

5.3 As informações declaradas no sistema na forma acima permitem a participação dos interessados no leilão e não constituem registro cadastral prévio.

5.4 O licitante, quando do registro da proposta, nos termos do disposto nessa cláusula, poderá parametrizar o seu valor final máximo e obedecerá às seguintes regras:

5.4.1 Aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, se houver, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto a lance que cobrir a melhor oferta; e

5.4.2 Envio automático de lances pelo sistema, respeitado o valor final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o item acima.

5.5 O valor final máximo de que trata o item 5.4 poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor inferior a lance já registrado por ele no sistema.

5.6 O valor máximo parametrizado na forma do item 5.4 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou para a entidade contratante e poderá ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Na data e horário estabelecidos no edital, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para envio de lances públicos e sucessivos, o prazo de lances será de 10 minutos, desde que não ocorra lances após o 8º minuto, caso ocorra esse será prorrogado por 02 minutos de forma sucessiva até que não haja mais lances.

6.2 Os lances ocorrerão exclusivamente por meio do sistema, indicado no item 3 desse edital.

6.3 O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, se houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, desde que superiores ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5 Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação dos participantes.

6.6 O licitante será imediatamente informado pelo sistema do recebimento de seu lance.

6.7 Na hipótese de o sistema se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7.1 Caso a desconexão do sistema para o órgão ou a entidade promotora da licitação persista por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.8 Imediatamente após o encerramento do prazo da etapa de envio de lances estabelecido nos termos do item 6, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

6.9 A simples oferta de lance implica aceitação expressa pelo licitante de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital.

6.10 Os lances deverão ser iguais ou superiores ao valor da avaliação.

6.11 Os lances efetuados são irretratáveis e, se vencedores, geram uma obrigação contratual, na forma de promessa de compra, a qual deverá ser paga no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da finalização do certame, sob pena de cancelamento da venda, perda dos valores pagos e oferecimento do lote a outro alienante interessado, sem prejuízo de punição do arrematante faltoso em 20% do valor da arrematação.

6.12 Em caso de inobservância do disposto no item 6.11 poderá o bem voltar a ser apregoado em um novo leilão, desde que devidamente justificado pelo servidor designado.

7 DO JULGAMENTO:

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances, o servidor designado verificará a conformidade da proposta e considerará vencedor aquele licitante que ofertou o maior lance, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem.

7.2 Definido o resultado do julgamento, o servidor designado irá negociar condições mais vantajosas para a Administração com o primeiro colocado, por meio do sistema.

7.3 Os demais licitantes poderão acompanhar a negociação de que trata o item 7.2.

7.4 Concluída a negociação o resultado será registrado no sistema.

7.5 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

7.6 Na hipótese de o procedimento restar fracassado, a PGJ/MA poderá:

7.6.1 Republicar o procedimento; ou

7.6.2 Fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.

8 DOS RECURSOS:

8.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata e após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

8.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.

8.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

8.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

8.6 Na hipótese de ocorrência da preclusão prevista no item 10.1, o processo será encaminhado à autoridade superior, que fica autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa do pagamento, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto licitado e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento dos itens correspondentes aos Lotes arrematados deverá ser à vista, devendo ser feito no prazo em até 02 (dois) dias úteis contados do término da sessão, através dos dados bancários: Agência Banco do **Brasil: 3846-6, conta 5879-3, FEMPE**.

10.2 Todas as despesas decorrentes das alienações, impostos de transmissão e demais encargos inerentes à transferência de propriedade, serão suportados pelos adquirentes, não podendo ser abatidos do valor da alienação

10.3 O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao servidor designado por meio do sistema.

10.4 Na hipótese de não realização do pagamento imediato pelo arrematante, o leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

10.5 Caso o arrematante não efetue o pagamento no prazo estipulado, perderá o direito sobre o bem.

11 DA ENTREGA

11.1 O arrematante retirará o(s) bem(ns) a ele adjudicados, obrigatória e concomitantemente após a confirmação do pagamento.

11.2 Os documentos respectivos, quando for o caso, serão entregues ao arrematante somente no momento de sua retirada.

11.3 Os bens alienados deverão ser retirados pelos arrematantes a quem foram adjudicados, no local da visitação dos lotes do Leilão, no prazo de 10 (dez) dias, nos horários das 08h30min e 13h00min, desde que não haja qualquer impedimento, com apresentação dos seguintes documentos:

11.3.1 Comprovante de quitação do valor do lance ofertado;

11.3.2 Cédula de identidade, e, se for o caso, Procuração Específica;

11.4 Os bens alienados serão entregues nas condições que se encontram em exposição.

11.5 Todas as despesas de transferências, remoção, documentos, bem como quaisquer outras correlatas, correrão por conta do arrematante.

11.6 Uma vez integralizado o pagamento, a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer no(s) bem(ns) arrematado(s) e não retirado(s) dentro do prazo, bem como multas futuras oriundas de transporte ou atraso em transferências de propriedade.

11.7 Ocorrendo força maior ou caso fortuito, no interregno de tempo entre a data de realização do leilão e da retirada do(s) bem(ns), que impeça sua entrega, fica resolvida a obrigação mediante a restituição do valor pago.

11.8 Estará sujeito à taxa de permanência diária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), aquele arrematante adjudicado que não retirar o bem alienado no prazo estabelecido no item 11.3 deste edital, se for interesse da Administração realizar novo leilão.

11.9 A não retirada do(s) lote(s) arrematados(s) do local do leilão, no prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da arrematação, implicará na declaração de abandono, retornando o bem ao depósito para ser leiloado em outra oportunidade.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 Fraudar a licitação

12.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1.1 Advertência;

12.2.1.2 Multa;

12.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar e

12.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 As peculiaridades do caso concreto

12.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item , caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente edital, por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente pelo seguinte endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Da sessão pública do Leilão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos https://www.portaldecompraspublicas.com.br e www.mpma.mp.br.

14.11 **A abertura da sessão deste Leilão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o** Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

14.12.2ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

14.12.3ANEXO III – CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

14.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Leiloeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

14.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: licitacoes@mpma.mp.br.

São Luís-MA., data da assinatura digital.

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Leiloeiro Administrativo
CPL/PGJ-MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(EM FORMATO DIGITAL)

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

LEILÃO Nº 90001/2024 – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 2024.

_____

(Assinatura Representante Legal da Empresa)

LEILÃO Nº 90001/2024 – PGJ/MA

ANEXO III - CARTA DE ARREMATE E ORDEM DE ENTREGA DE BEM LEILOADO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.
LEILÃO ELETRÔNICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, neste ato representado por Procurador Geral, Dr. **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU** e o Sr. (NOME DO ARREMATANTE)**,** inscrito no CPF sob o nº _____, residente na Rua_____, firmam o presente instrumento em decorrência do Edital de Leilão nº 90001/2024, com base na Ata de Julgamento do referido certame licitatório, a saber:

1) O Senhor _____, foi vencedor do Item_, do Leilão nº 01/2024, realizado no dia ____ de _____ de 2024, através do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

2) O valor do lance foi de R$_(_____), foi pago por meio de guia de pagamento emitido pelo setor de tributos, diretamente na Conta do FEMPE.

3) O bem arrematado constitui o item, com a seguinte descrição e detalhamento:

_____

_____

4) A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO transfere e entrega por este instrumento, a propriedade do descrito no item 03 deste documento, ao Senhor _____.

5) Todas as obrigações financeiras e administrativas foram integralmente cumpridas pelo vencedor da licitação, não havendo nada a ser reclamado por ambas as partes.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Luís-MA,_____de _____de 2024.

_____

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

_____

Nome do arrematante
CPF

Testemunhas:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

PORTARIA DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **REGINA MARIA DA COSTA LEITE** em **02 de Janeiro de 2023 às 12:11 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-GAB/PGJ-42023, **Código de Validação**: 9972246AAC.

Ministério Público do Estado do Maranhão

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA-GAB/PGJ - 42023
Código de validação: 9972246AAC

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 8º da Lei 14.133, de 1º da abril de 2021,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar servidores para exercerem as funções de AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO e membros da EQUIPE DE APOIO do Ministério Público do Estado do Maranhão, tendo em vista o que consta no Processo nº 23879/2022.

I – AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

a) CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM, Analista Ministerial – Área: Contábil;
b) JOSÉ LINDSTRON PACHECO, Analista Ministerial – Área Administrativa;
c) SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;
d) FRANCISCO DE ASSIS MARTINS QUEIROZ, Técnico Ministerial – Área: Administrativa;
e) JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados.
f) JOSÉ LÍVIO MARINHO LIMA, Analista Ministerial – Área: Administração;

Art. 2º Em licitação, na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado PREGOEIRO.

Art. 3º Designar os servidores para comporem a EQUIPE DE APOIO aos trabalhos executados pelo agente de contratação/pregoeiro.

I – EQUIPE DE APOIO:
a) MARISTER NUNES DE OLIVEIRA, Técnico Ministerial – Área Administrativa;
b) CLÁUDIO RICARDO PEREIRA SERRA, Assessor Técnico II;
c) MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA, Membro da Comissão de Licitação;
d) ALEXANDRE DE ARAÚJO ALVES, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;
e) ANTÔNIO ALFREDO PIRES DE OLIVEIRA, Analista Ministerial – Área: Administrativa.

Art. 4º Delegar poderes aos agentes de contratação/pregoeiro para assinar editais de licitação.

Art. 5º O agente de contratação é o agente público designado pelo Procurador-Geral de Justiça, entre servidores efetivos, pertencentes ao quadro de pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar as atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, e possui as seguintes atribuições:

I – coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
II – receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;
III – iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;
IV – receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;
V – receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de

Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau, São Luís / MA
CEP: 65.076-820 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606 / 1611 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

habilitação;

VI – verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital, com o auxílio da unidade demandante da licitação;

VII – coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;

VIII – verificar e julgar as condições de habilitação;

IX – conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;

X – sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;

XI – receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

XII – proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;

XIII – indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;

XIV – indicar o vencedor do certame;

XV – no caso de licitação presencial, receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação, proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;

XVI – negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVII – elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;

XVIII – instruir e conduzir os procedimentos auxiliares;

XIX – encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para adjudicação, homologação e contratação;

XX – propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;

XXI – propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XXII – inserir os dados referentes ao procedimento licitatório no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

XXII – inserir os dados referentes ao procedimento licitatório no sítio oficial da Procuradoria-Geral de Justiça na internet, e providenciar as publicações previstas em lei, quando não houver setor responsável por estas atribuições;

§1º O agente de contratação, inclusive o pregoeiro, poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores da Procuradoria-Geral de Justiça, a fim de subsidiar sua decisão.

§2º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário Eletrônico do Ministério Público – DEMP/MA.

assinado eletronicamente em 02/01/2023 às 12:11 h (*)

REGINA MARIA DA COSTA LEITE
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO

(*) Documento assinado eletronicamente por **REGINA MARIA DA COSTA LEITE** em **02 de Janeiro de 2023 às 12:11 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-GAB/PGJ-42023, **Código de Validação**: 9972246AAC.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA- ASSINADO

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1.Alienação de bens móveis inservíveis à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, no estado em que se encontram, a ser realizada pela modalidade Leilão, em conformidade com as disposições aqui aduzidas e seus Anexos constante neste Edital, à Terceiros Interessados.

1.2.Os automóveis ora licitados serão vendidos no estado físico e jurídico em que se encontram, ficando a cargo e às expensas do vencedor qualquer eventual regularização que o mesmo julgue necessária, não cabendo, em hipótese alguma, reclamações posteriores.

1.3.Todas as despesas decorrentes da alienação dos bens, serão de responsabilidade do proponente vencedor.

1.4.**DETALHAMENTO DO OBJETO:**

	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	LANCE MÍNIMO(R$)
4	8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ4893	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	**32.500,00**
5	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	OJP8633	FORD	RANGER	PRETO	2014/2014	**25.000,00**
6	8AFAR23L2EJ161536	587404124	OJJ1794	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	**25.000,00**
7	8AFAR23L7EJ167977	587402148	OJJ5188	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	**18.000,00**
8	9BD373154E5051207	996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	**8.250,00**
9	9BD373154E5035825	552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	**9.250,00**
10	9BD17140MA5504495	170671089	NMU7434	FIAT	PALIO	BRANCO	2009/2010	**3.750,00**
11	9BGAD69W08B303293	977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	**4.000,00**
12	9BGAD69W09B143139	977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	**4.500,00**
13	94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	**8.250,00**
14	94DTAFL10CJ986856	459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	**8.500,00**
15	94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	**8.500,00**
16	94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	**9.500,00**
17	94DTAFL10CJ988776	459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	**4.500,00**
18	9BD15822A96179704	985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
19	9BD15822A96178439	985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
20	9BD15822A96178969	985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**6.000,00**
21	9BD15822A96178471	985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**3.750,00**
22	9BD15822A96179487	985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**3.750,00**

23	9BD15822784987529	925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2007/2008	**4.250,00**
24	9BD15822A96179704	985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**5.000,00**
25	9BD15822A96180579	985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	**5.000,00**
26	93XHNK7408C846286	887394493	NHN8746	MITSUBISHI	L-200	PRETO	2008/2009	**20.000,00**
27	9C2JC30301R001704	756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	**400,00**
28	9C2KC08305R000174	837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	**150,00**
								229.800,00

2. JUSTIFICATIVA

2.1.Os bens móveis constantes neste processo tornaram-se ao longo do tempo, e devido ao desgaste oriundo do uso, impróprios para os propósitos previstos. Em virtude de não servirem mais a uma finalidade pública ou administrativa, sua manutenção requer dispêndio adicional.

2.2.A alienação tem dois objetivos imediatos: desocupar os imóveis que têm sido utilizados para armazenar esses bens e permitir que os recursos financeiros obtidos possam ser direcionados para atender outras demandas de investimento que atendam às necessidades ou à utilidade pública e ao interesse social.

2.3.Sobre a alienação, os bens públicos, em regra, são inalienáveis, isto é, enquanto tiverem afetação pública (destinação pública específica), como as praças, áreas institucionais e etc., não podem ser alienados. Entretanto, os bens públicos objeto deste processo passaram à condição de bens disponíveis e como tais podem sofrer alienação como qualquer bem de particular.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1.Esta alienação observará as normas e procedimentos administrativos do art. 74, do Ato Regulamentar 10/2023 e do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. PERÍODO, HORÁRIOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE VISITAÇÃO DOS BENS:

4.1.Os bens serão leiloados nas condições que se encontram e poderão ser visita- dos de segunda à sexta-feira, das 08h às 13h00 horas, sendo permitida a avaliação visual dos lotes nos locais de exposição bem como testes mecânicos nos mesmos.

4.2.A Administração disponibilizará todos os dados técnicos, bem como fotos dos lotes a serem leiloados.

4.3.Os bens estarão expostos para visitação pública no estacionamento da Procuradoria Geral de Justiça, situado na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau CEP: 65076-820 - São Luís - Maranhão.

5. DO PAGAMENTO

5.1.O pagamento dos itens correspondentes aos Lotes arrematados deverá ser à vista, devendo ser feito no prazo em até 02 (dois) dias úteis contados do término da sessão, através dos dados bancários: agência Banco do Brasil: 3846-6, conta 5879-3, FEMPE.

5.2.Todas as despesas decorrentes das alienações, impostos de transmissão e demais encargos inerentes à transferência de propriedade, serão suportados pelos adquirentes, não podendo ser abatidos do valor da alienação

5.3.O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao servidor designado por meio do sistema.

5.4.Na hipótese de não realização do pagamento imediato pelo arrematante, o leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

5.5.Caso o arrematante não efetue o pagamento no prazo estipulado, perderá o direito sobre o bem.

6. DA ENTREGA DOS BENS

6.1.O arrematante retirará o(s) bem(ns) a ele adjudicados, obrigatória e concomitantemente após a confirmação do pagamento.

6.2.Os documentos respectivos, quando for o caso, serão entregues ao arrematante somente no momento de sua retirada.

6.3.Os bens alienados deverão ser retirados pelos arrematantes a quem foram adjudicados, no local da visitação dos lotes do Leilão, no prazo de 10 (dez) dias, nos horários das 08h30min e 13h00min, desde que não haja qualquer impedimento, com apresentação dos seguintes documentos:

6.4.Comprovante de quitação do valor do lance ofertado;

6.5.Cédula de identidade, e, se for o caso, Procuração Específica;

6.6.Os bens alienados serão entregues nas condições que se encontram em exposição.

6.7.Todas as despesas de transferências, remoção, documentos, bem como quaisquer outras correlatas, correrão por conta do arrematante.

6.8.Uma vez integralizado o pagamento, a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão exime-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avarias que venham a ocorrer no(s) bem(ns) arrematado(s) e não retirado(s) dentro do prazo, bem como multas futuras oriundas de transporte ou atraso em transferências de propriedade.

6.9.Ocorrendo força maior ou caso fortuito, no interregno de tempo entre a data de realização do leilão e da retirada do(s) bem(ns), que impeça sua entrega, fica resolvida a obrigação mediante a restituição do valor pago.

6.10.Estará sujeito à taxa de permanência diária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), aquele arrematante adjudicado que não retirar o bem alienado no prazo estabelecido no item 11.3 deste edital, se for interesse da Administração realizar novo leilão.

6.11.A não retirada do(s) lote(s) arrematados(s) do local do leilão, no prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data da arrematação, implicará na declaração de abandono, retornando o bem ao depósito para ser leiloado em outra oportunidade.

7. DO VALOR ESTIMADO DA ARRECADAÇÃO

7.1.A estimativa do valor arrecadado dos bens levados a leilão possui avaliação de **R$ 229.800,00** (**duzentos e vinte e nove mil e oitocentos reais)**, esse valor evidencia a importância desse evento como fonte de receita, proporcionando oportunidades para possíveis compradores e contribuindo para otimizar a gestão financeira desta instituição.

São Luís - MA, 03 de maio de 2024.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO I





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJP0647
CHASSI	9BD373154E5051211
RENAVAM	996712895
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJF4075
CHASSI	9BD373154E5035825
RENAVAM	552051535
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio ELX
Placa	NMU7434
CHASSI	9BD17140MA5504495
RENAVAM	170671089
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4394
CHASSI	9BD15822A96179704
RENAVAM	985780185
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4469
CHASSI	9BD15822A96178439
RENAVAM	985173920
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4818
CHASSI	9BD15822A96178969
RENAVAM	985175737
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5107
CHASSI	9BD17144JA5505107
RENAVAM	169441172
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP3132
CHASSI	9BD15822A96179487
RENAVAM	985781459
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHF0293
CHASSI	9BD15822784987529
RENAVAM	925475858
Ano	2007/2008
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4374
CHASSI	9BD15822A96179500
RENAVAM	985776560
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5268
CHASSI	9BD15822A96180579
RENAVAM	985401680
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ4893
CHASSI	8AFAR23L7EJ163847
RENAVAM	587405660
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJP8633
CHASSI	8AFAR23L4EJ208047
RENAVAM	1002186088
Ano	2014/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ1794
CHASSI	8AFAR23L2EJ161536
RENAVAM	587404124
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ5188
CHASSI	8AFAR23L7EJ167977
RENAVAM	587402148
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM8253
CHASSI	94DTAFL10CJ985711
RENAVAM	459473140
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2444
CHASSI	94DTAFL10CJ986856
RENAVAM	459374834
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2454
CHASSI	94DTAFL10CJ988566
RENAVAM	459375016
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM7728
CHASSI	9BRBD3HE4K0424937
RENAVAM	1184772808
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2314
CHASSI	94DTAFL10CJ988776
RENAVAM	459343831
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Mitsubishi L-200
Placa	NHN8746
CHASSI	93XHNK7408C846286
RENAVAM	977808971
Ano	2008/2008
Combustível	Diesel
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHN9393
CHASSI	9BGAD69W08B303293
RENAVAM	977370224
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Preta

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHO1230
CHASSI	9BGAD69W09B143139
RENAVAM	977382613
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Honda CG 150 Job
Placa	HPU5308
CHASSI	9C2KC08305R000174
RENAVAM	837339278
Ano	2004/2005
Combustível	Gasolina
Cor	Branca

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Honda CG Cargo
Placa	HOO1569
CHASSI	9C2JC30301R001704
RENAVAM	756887224
Ano	2000/2001
Combustível	Gasolina
Cor	Branca

São Luís - MA, 03 de maio de 2024.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR-ATESTADO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Abril de 2024 às 11:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: ETP-STRANS/PGJ-32024, **Código de Validação**: 5E2563A03E.

Setor de Transporte

ETP-STRANS/PGJ - 32024
Código de validação: 5E2563A03E

Estudo Técnico Preliminar

1. Descrição da necessidade

O propósito deste Estudo Técnico Preliminar é fornecer uma análise detalhada e bem embasada para a alienação dos veículos pertencentes à Procuradoria Geral de Justiça do estado do Maranhão. Este estudo busca fundamentar a decisão da instituição quanto à alienação desses veículos, levando em consideração fatores como a condição física dos mesmos, seu valor de mercado e as necessidades operacionais da instituição.

2. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS SEÇÃO DE TRANSPORTE	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES RAQUEL JATAY CASANOVAS

3. Descrição dos serviços a serem realizados

Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro administrativo ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

Para execução dos serviços, o servidor designado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

4. Justificativa

A designação de um servidor público é respaldada pela expertise interna, assegurando amplo conhecimento sobre os procedimentos administrativos e normativas específicas da entidade pública. Isso contribui para uma execução eficiente e alinhada aos princípios da administração pública.

A decisão de alienar os veículos da instituição é fundamentada nos seguintes pontos:

- Os veículos apresentam um alto custo de manutenção em relação ao benefício proporcionado à instituição.
- A idade dos veículos torna sua manutenção mais frequente e onerosa.
- A instituição possui excesso de veículos em relação à sua necessidade operacional atual.
- A alienação dos veículos permitirá a renovação da frota com veículos mais eficientes e econômicos.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Abril de 2024 às 11:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: ETP-STRANS/PGJ-32024, **Código de Validação**: 5E2563A03E.

5. Estimativa das Quantidades a serem Leiloadas

O serviço de que trata este documento demanda definição de quantidade fixa, esta quantidade foi devidamente avaliada, conforme preço de mercado destes bens atualmente, somando um total de 25 (vinte e cinco) veículos inservíveis no valor **de R$ 215.400,00 (duzentos e quinze mil e quatrocentos reais).**

6. Levantamento de Mercado

Conforme levantamento realizado em demais órgãos públicos, verifica-se que os mesmos adotam esta solução como forma de atender às suas demandas de forma eficaz. Deve-se buscar uma solução que alcance os resultados pretendidos e atenda à necessidade da contratação, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

7. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os atos que culminam com a realização de um leilão são concatenados e dependentes da pré-existência do outro para serem realizados. É o caso da remoção ou recolhimento, depósito, guarda, avaliação, limpeza e organização da sessão pública do leilão. Dessa forma, todos os serviços encontram-se interligados de modo que o parcelamento da solução inviabiliza o gerenciamento do leilão de maneira eficiente.

8. Alinhamento entre a Alienação e a Designação

A almejada alienação e a designação de servidor interno estão alinhadas com os planejamentos da Instituição.

9. Benefícios a serem alcançados com a Alienação

A alienação de veículos traz uma série de benefícios que vão além da simples venda de ativos. Ao reduzir custos, otimizar recursos, renovar a frota e melhorar a imagem institucional, esse processo contribui para o crescimento e a eficiência da instituição, fortalecendo sua capacidade de cumprir sua missão e alcançar seus objetivos estratégicos.

10. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de adequações no ambiente do órgão ou de capacitação específica de servidores para atuarem na execução ou fiscalização, visto que o órgão possui ambiente adequado para a execução deste serviço, bem como servidor devidamente qualificado para realizar o leilão.

11. Possíveis Impactos Ambientais

A presente Alienação de veículos não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais,

uma vez que a mesma objetiva a destinação ambientalmente adequada, pois a venda de veículos inservíveis pode resultar na reciclagem de materiais e na redução do impacto ambiental associado à manutenção desses ativos.

12. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta designação.

15. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida é viável, atendendo às necessidades demandadas, com ganhos em eficiência e economicidade.

São Luís, 29 de abril de 2024

assinado eletronicamente em 29/04/2024 às 11:36 h (*)

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

assinado eletronicamente em 29/04/2024 às 11:35 h (*)

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Abril de 2024 às 11:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: ETP-STRANS/PGJ-32024, **Código de Validação**: 5E2563A03E.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA E ANEXO I - ATESTADO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Abril de 2024 às 11:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22024, **Código de Validação**: 358BD1287D.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Setor de Transporte

TREF-ST - 22024
Código de validação: 358BD1287D

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1.1. Alienação de bens móveis inservíveis à Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, no estado em que se encontram, a ser realizada pela modalidade Leilão, em conformidade com as disposições aqui aduzidas e seus Anexos constante neste Edital, à Terceiros Interessados.

1.1.2. Os automóveis ora licitados serão vendidos no estado físico e jurídico em que se encontram, ficando a cargo e às expensas do vencedor qualquer eventual regularização que o mesmo julgue necessária, não cabendo, em hipótese alguma, reclamações posteriores.

1.1.3. Todas as despesas decorrentes da alienação dos bens, serão de responsabilidade do proponente vencedor.

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

MAPA DE PREÇO

	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	VIP	GR	JH	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE VAR.
1	8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ4893	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014		R$ 30.000,00	R$ 35.000,00	**R$ 32.500,00**	2500,00	7,69%
2	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	OJP8633	FORD	RANGER	PRETO	2014/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00		**R$ 25.000,00**	0,00	0,00%
3	8AFAR23L2EJ161536	587404124	OJJ1794	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00		**R$ 25.000,00**	0,00	0,00%
4	8AFAR23L7EJ167977	587402148	OJJ5188	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 20.000,00	R$ 16.000,00		**R$ 18.000,00**	2000,00	11,11%
5	9BD373154E5051207	996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 8.000,00		R$ 8.500,00	**R$ 8.250,00**	250,00	3,03%
6	9BD373154E5035825	552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 10.000,00		R$ 8.500,00	**R$ 9.250,00**	750,00	8,11%
7	9BD17140MA5504495	170671089	NMU7434	FIAT	PALIO	BRANCO	2009/2010		R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 3.750,00**	750,00	20,00%
8	9BGAD69W08B303293	977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009		R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	**R$ 4.000,00**	0,00	0,00%
9	9BGAD69W098143139	977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009		R$ 4.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 4.500,00**	500,00	11,11%
10	94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM8253	NISSAN	UVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00		R$ 6.500,00	**R$ 8.250,00**	1750,00	21,21%
11	94DTAFL10CJ986856	459374834	NXM2444	NISSAN	UVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00		R$ 7.000,00	**R$ 8.500,00**	1500,00	17,65%
12	94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM2454	NISSAN	UVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00		R$ 7.000,00	**R$ 8.500,00**	1500,00	17,65%
13	94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM7728	NISSAN	UVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00		R$ 9.000,00	**R$ 9.500,00**	500,00	5,26%
14	94DTAFL10CJ988776	459343831	NXM2314	NISSAN	UVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 5.000,00	R$ 4.000,00		**R$ 4.500,00**	500,00	11,11%
15	9BD15822A96179704	985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00		R$ 5.000,00	**R$ 6.000,00**	1000,00	16,67%
16	9BD15822A96178439	985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00		R$ 5.000,00	**R$ 6.000,00**	1000,00	16,67%
17	9BD15822A96178969	985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00		R$ 5.000,00	**R$ 6.000,00**	1000,00	16,67%
18	9BD15822A96178471	985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009		R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 3.750,00**	750,00	20,00%
19	9BD15822A96179487	985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009		R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 3.750,00**	750,00	20,00%
20	9BD15822784987529	925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2007/2008		R$ 4.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 4.250,00**	250,00	5,88%
21	9BD15822A96179704	985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009		R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.000,00**	0,00	0,00%
22	9BD15822A96180579	985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009		R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.000,00**	0,00	0,00%
23	93XHNK7408C846286	887394493	NHN8746	MITSUBISHI	L-200	PRETO	2008/2009	R$ 20.000,00		R$ 20.000,00	**R$ 20.000,00**	0,00	0,00%
24	9C2JC30301R001704	756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	R$ 300,00		R$ 500,00	**R$ 400,00**	100,00	25,00%
25	9C2KC08305R000174	837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	R$ 200,00	R$ 100,00		**R$ 150,00**	50,00	33,33%
											R$ 229.800,00		

2. JUSTIFICATIVA

Os bens móveis constantes neste processo tornaram-se ao longo do tempo, e devido ao desgaste oriundo do uso, impróprios para os propósitos previstos. Em virtude de não servirem mais a uma finalidade pública ou administrativa, sua manutenção requer dispêndio adicional.

A alienação tem dois objetivos imediatos: desocupar os imóveis que têm sido utilizados para armazenar esses bens e permitir que os recursos financeiros obtidos possam ser direcionados para atender outras demandas de investimento que atendam às necessidades ou à utilidade pública e ao interesse social.

Sobre a alienação, os bens públicos, em regra, são inalienáveis, isto é, enquanto tiverem afetação pública (destinação pública específica), como as praças, áreas institucionais e etc., não podem ser alienados. Entretanto, os bens públicos objeto deste processo passaram à condição de bens disponíveis e como tais podem sofrer

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Abril de 2024 às 11:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22024, **Código de Validação**: 358BD1287D.

alienação como qualquer bem de particular.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Esta alienação observará as normas e procedimentos administrativos do art. 74, do Ato Regulamentar 10/2023 e do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO

1. Poderão oferecer lances pessoas físicas, inscritas no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, possuidoras de documentos de identificação e capazes nos termos da Lei Civil, bem como **pessoas jurídicas** inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

2. Não poderão participar da licitação, além das mencionadas no art. 14 da Lei nº 14.133/21, as pessoas físicas ou jurídicas que:
   a. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.
   b. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.
   c. Cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura, membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, ou façam parte da Comissão de Avaliação.
   d. Os que estejam sob falência, concurso de credores, ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do particular que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades administrativas, cíveis e criminais cabíveis.

4.4. Conforme estabelece o art. 31, § 4°, da Lei 14.133/21, o procedimento licitatório não exigirá um registro cadastral prévio, bem como não terá fase de habilitação, **havendo somente a verificação quanto a eventuais impedimentos legais de participação antes da homologação ao arrematante.**

4.5. No ato da arrematação, o arrematante deverá apresentar os seguintes documentos, original ou cópia, autenticada para posterior preenchimento dos documentos inerentes à transferência da propriedade do bem arrematado:

4.5.1. Se pessoa física:
a) Documentos oficiais de identificação com foto;
b) Comprovante de emancipação, quando for o caso;
c) informar: Endereço e telefone de contato do arrematante.

4.5.2. Se pessoa jurídica:
a) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
b) Documentos de Identificação com foto do representante legal do arrematante;
c) Informar: Endereço e Telefone de contato do arrematante e do representante legal.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Abril de 2024 às 11:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22024, **Código de Validação**: 358BD1287D.

5. DA LEILOEIRA

5.1. A Leiloeira e sua Comissão serão servidores da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, conforme art. 31 da Lei nº 14.133/21 e inciso II, do art. 74, do Ato Regulamentar 10/2023.

6. DOS PROCEDIMENTOS

6.1 Os Itens constantes no ANEXO serão leiloados um a um, no estado de conservação em que se encontram e conforme orientações deste Edital, não cabendo à Leiloeira qualquer responsabilidade quanto a conservação do (s) bem (ns) arrematado (s).

6.2. Os bens serão leiloados por Item, de forma sequencial, podendo ter reinicio procedimento para o Item que não obtiver lances em primeira chamada.

6.3. O Item será arrematado pelo participante que ofertar o maior lance.

6.4. No dia, hora e local indicados no preâmbulo do edital, os interessados deverão oferecer seus lances a cada Item, a partir do preço mínimo estimado no ANEXO que será o lance inicial.

6.5. Os lances deverão ser ofertados por Item, igual ou acima do valor mínimo constante do ANEXO, quando o lance for inicial, ou do último lance ofertado durante o Leilão, em relação aos lances sucessivos. O bem somente poderá ser vendido se alcançar valor igual ou superior ao valor médio da avaliação.

6.6. Os lances iniciais poderão ser reavaliados por conveniência administrativa, mediante aprovação prévia da Comissão responsável.

6.7. O critério para julgamento dos lances será o de MAIOR LANCE POR ITEM.

6.8. Em nenhuma hipótese serão aceitas desistências dos arrematantes dos bens, ou alegações de desconhecimento de cláusulas deste Edital para eximir-se de obrigações pelos mesmos geradas.

6.9. O oferecimento de lance para a aquisição dos bens de que trata este Edital implica na total aceitação das normas no mesmo fixadas e a expressa renúncia dos arrematantes às ações judiciais **ou extrajudiciais** de contestação de suas cláusulas.

7.12. O lance deverá ser firme e preciso, limitado rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desconsideração do mesmo.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Abril de 2024 às 11:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22024, **Código de Validação**: 358BD1287D.

7.13. Os bens serão vendidos de acordo com as condições apresentadas no ANEXO, por valor não inferior à avaliação, no estado de conservação em que se encontram, sendo responsabilidade exclusiva do licitante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações.

7.14. É proibido ao arrematante, ceder, permutar, vender ou negociar o bem arrematado, sob qualquer forma, antes da transferência de propriedade do mesmo no prazo estabelecido no edital.

7.15. Fica ratificado desde já que qualquer forma de manipulação, acordo, combinação ou fraude por parte dos licitantes ou qualquer outra pessoa, que prejudique o leilão, principalmente a combinação de lances e/ou propostas, será imediatamente comunicado a Autoridade Policial e ao Ministério Público, para que tomem as devidas medidas pertinentes.

7.16. Toda a documentação gerada no leilão, para fins de transferência de propriedade, será emitida em nome do arrematante presente. Caso haja interesse, por parte do arrematante, que a documentação seja emitida em nome de terceiros, o arrematante deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração devidamente registrado em cartório.

7.17. Havendo necessidade, a Leiloeira suspenderá a sessão.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS BENS

8.1. Após a batida do martelo, que encerra a disputa, o que deu o maior lance será declarado vencedor. Em seguida, o arrematante irá protocolar sua proposta final, quando será então lavrada a respectiva Declaração de Bem Arrematado em Leilão, que servirá também como embasamento legal pelo pagamento no valor integral do lance ofertado.

8.2. O (s) licitante (s) vencedor (es) deverá (ão) efetuar o pagamento a vista de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação por meio de PIX ou transferência bancária, à título de caução junto ao FEMPE: BANCO DO BRASIL**;** AGÊNCIA: 3846-6; CONTA CORRENTE: 5879-3.

8.3. O pagamento da caução deverá ser realizado imediatamente após o ato de arremate ou em até 24 horas (vinte e quatro horas) posterior ao leilão, devendo prestá-la para cada Item arrematado e no valor correspondente à porcentagem mencionada no item anterior.

8.4. Após o pagamento da caução mencionada anteriormente, o arrematante terá o prazo de 10 (dez) dias para realizar o pagamento do restante do valor referente ao lote arrematado, ou seja, 95% (noventa e cinco por cento) restante. Fica condicionado que os Itens somente serão transferidos somente após a comprovação da compensação da operação bancária, emitindo-se o recibo de pagamento posteriormente.

8.5. A Declaração de Bem Arrematado em Leilão – Auto De Arrematação será emitida em nome do arrematante, caso este queira que a mesma seja emitida em nome de terceiros, deverá apresentar requerimento por escrito

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Abril de 2024 às 11:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22024, **Código de Validação**: 358BD1287D.

com firma reconhecida do mesmo e do terceiro.

8.6. As multas e impostos que eventualmente incidirem sobre os bens que estão sendo levados a leilão serão por conta do arrematante do respectivo automóvel, devendo os valores serem levantados com antecedência ao leilão pelos interessados.

8.7. Após a arrematação consumada não será aceita a desistência total ou parcial do arrematante, sob pena de responsabilização do arrematante.

8.8. Após a homologação do certame, o licitante vencedor deverá pagar o valor devido, à vista, no prazo de 10 (dez) dias da respectiva homologação.

8.9. Havendo o pagamento, a assinatura e transferência da bem e posterior lavratura deverá ser efetivada em até 20 dias após sua confirmação, devendo o arrematante providenciar os documentos e pagamentos necessários para devida transferência e demais taxas pertinentes à efetivação do negócio jurídico.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O Licitante que causar o retardamento do andamento do certame, prestar informações inverídicas em sua documentação, não mantiver o lance ofertado, fraudar de qualquer forma o procedimento desta Licitação, apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal, não assinar o CONTRATO ou não efetivar o pagamento integral do preço do móvel dentro dos prazos assinalados neste Edital (desistência), ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais consequências já expressamente estabelecida por este Edital:

a) Advertência;
b) Multa de no mínimo 5% (cinco por cento) e no máximo 10% (dez por cento) do valor mínimo de venda de cada móvel, cumulativamente em relação aos bens cuja aquisição o licitante pleiteou, constante do Anexo III; e
c) Suspensão do direito de licitar e contratar por intermédio da Prefeitura Municipal de Rubiataba pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das demais sanções administrativas.

9.2. Em caso de desistência ou o descumprimento dos prazos previstos neste Edital por parte do licitante vencedor, inclusive a não assinatura do CONTRATO ou o não pagamento do preço total do bem móvel, este perderá o valor eventualmente já pago e da caução prestada em favor do Administração, a título de pagamento parcial da multa prevista no item anterior, cessando os seus direitos de participação na licitação, além de possível responsabilização do arrematante através do procedimento adequado, observando o contraditório e a ampla defesa.

9.3. As penalidades só deixarão de ser aplicadas se ocorrer hipótese de caso fortuito ou força maior, aceita pela Comissão e Leiloeira e submetida à aprovação da autoridade Superior.

9.4. As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Abril de 2024 às 11:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22024, **Código de Validação**: 358BD1287D.

10. DA CONTRATAÇÃO E ENTREGA DOS BENS

10.1. Para a formalização do respectivo contrato e transferência, o licitante vencedor deverá apresentar, minimamente, os seguintes documentos:

PESSOA FÍSICA:

a. documento de identidade – RG;

b. comprovante de cadastro de pessoas físicas – CPF;

c. Auto De Arrematação.

PESSOA JURÍDICA

a. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades civis ou comerciais e, no caso de sociedade por ações ou fundações, atos de eleição ou designação dos atuais representantes legais da adquirente;

b. no caso de empresa individual, o seu registro comercial;

c. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

d. cartão de cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ;

e. inscrição estadual/municipal;

f. documentos do representante legal: identidade, CPF e procuração;

g. Auto De Arrematação

NO CASO DE CONSÓRCIO

• Deve constar comprovação da constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso apresentado junto com a proposta;

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Abril de 2024 às 11:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22024, **Código de Validação**: 358BD1287D.

- Indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança; e

- Com empresa brasileira e estrangeira, caberá à liderança, obrigatoriamente, a empresa brasileira.

Observações: Outros documentos podem ser exigidos pela Secretaria licitante, respeitado o prazo apresentação estabelecido neste Edital, contado da data do recebimento da convocação para este fim.

10.2. Fica facultado ao licitante vencedor, no ato de celebração de contrato de promessa de compra e venda, fazer pagamento parcial do valor devido, de modo a diminuir a base de cálculo sobre a qual incidirão juros e correção monetária.

10.3. As descrições dos bens informadas neste Edital e nos respectivos anexos são de caráter secundário, absolutamente irrelevantes para o instrumento firmado, consagrando os contratantes o negócio como sendo ad corpus, ou seja, o móvel dado como um todo, independentemente de suas exatas e verdadeiras limitações, sejam elas quais forem.

11. DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

11.1. A transferência da propriedade dos bens, bem como a emissão dos documentos e todas as despesas com a sua confecção, correrá por conta do arrematante.

11.2. O arrematante deverá, além de assinar o Auto de Arrematação, quitar do valor arrematado do bem, transferir a propriedade para si no prazo máximo de 30 dias. Constata-se, ainda, que será realizado a assinatura do recibo dos veículos em nome do arrematante assim como a comunicação de venda, sendo todas as despesas às custas do arrematante.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Nenhuma diferença porventura comprovada nos bens poderá ser invocada como motivo para compensações ou modificações no preço ou nas condições de pagamento.

12.2. Os bens serão licitados nas condições e no estado de conservação e ocupação em que se encontrarem, sendo de inteira responsabilidade do adquirente a tomada das medidas necessárias para sua regularização, notadamente aquelas eventualmente necessárias para transferência.

12.3. Fica a cargo do Município as taxas, impostos e demais despesas relacionadas aos bens cujos fatos geradores sejam anteriores à assinatura do contrato de compra e venda, salvo quando expressamente indicada neste Edital ou em seus anexos.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **29 de Abril de 2024 às 11:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22024, **Código de Validação**: 358BD1287D.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia e da finalidade.

13. DO VALOR ESTIMADO DA ARRECADAÇÃO

A estimativa do valor arrecadado dos bens levados a leilão possui avaliação de **R$ 215.400,00** (**duzentos e quinze mil e quatrocentos reais)**, esse valor evidencia a importância desse evento como fonte de receita, proporcionando oportunidades para possíveis compradores e contribuindo para otimizar a gestão financeira desta instituição.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não será necessário informar dotação orçamentária, visto que o leilão será conduzido por servidor público designado. Ademais, designar um servidor público para realizar o leilão, não é necessária uma alocação adicional de verbas, pois o funcionário emprega recursos e infraestrutura já disponíveis no órgão ou entidade pública.

São Luís - MA, 29 de abril de 2024.

assinado eletronicamente em 29/04/2024 às 11:36 h (*)

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

assinado eletronicamente em 29/04/2024 às 11:35 h (*)

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO I





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJP0647
CHASSI	9BD373154E5051211
RENAVAM	996712895
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:06:33 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJF4075
CHASSI	9BD373154E5035825
RENAVAM	552051535
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:07:41 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio ELX
Placa	NMU7434
CHASSI	9BD17140MA5504495
RENAVAM	170671089
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:08:15 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4394
CHASSI	9BD15822A96179704
RENAVAM	985780185
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:11:25 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4469
CHASSI	9BD15822A96178439
RENAVAM	985173920
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:12:02 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4818
CHASSI	9BD15822A96178969
RENAVAM	985175737
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:13:13 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5107
CHASSI	9BD17144JA5505107
RENAVAM	169441172
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:13:54 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP3132
CHASSI	9BD15822A96179487
RENAVAM	985781459
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:14:39 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHF0293
CHASSI	9BD15822784987529
RENAVAM	925475858
Ano	2007/2008
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:15:17 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4374
CHASSI	9BD15822A96179500
RENAVAM	985776560
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:18:38 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5268
CHASSI	9BD15822A96180579
RENAVAM	985401680
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:53:12 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ4893
CHASSI	8AFAR23L7EJ163847
RENAVAM	587405660
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:54:01 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJP8633
CHASSI	8AFAR23L4EJ208047
RENAVAM	1002186088
Ano	2014/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:54:46 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ1794
CHASSI	8AFAR23L2EJ161536
RENAVAM	587404124
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:55:31 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ5188
CHASSI	8AFAR23L7EJ167977
RENAVAM	587402148
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta

RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:56:12 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM8253
CHASSI	94DTAFL10CJ985711
RENAVAM	459473140
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:56:53 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2444
CHASSI	94DTAFL10CJ986856
RENAVAM	459374834
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:57:35 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2454
CHASSI	94DTAFL10CJ988566
RENAVAM	459375016
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:58:18 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM7728
CHASSI	9BRBD3HE4K0424937
RENAVAM	1184772808
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 12:59:01 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2314
CHASSI	94DTAFL10CJ988776
RENAVAM	459343831
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 13:00:02 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Mitsubishi L-200
Placa	NHN8746
CHASSI	93XHNK7408C846286
RENAVAM	977808971
Ano	2008/2008
Combustível	Diesel
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 13:01:18 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHN9393
CHASSI	9BGAD69W08B303293
RENAVAM	977370224
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Preta

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 13:02:10 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHO1230
CHASSI	9BGAD69W09B143139
RENAVAM	977382613
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 13:03:12 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Honda CG 150 Job
Placa	HPU5308
CHASSI	9C2KC08305R000174
RENAVAM	837339278
Ano	2004/2005
Combustível	Gasolina
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS: 67555420325

Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 13:04:00 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS





Veículo, Marca e Tipo	Honda CG Cargo
Placa	HOO1569
CHASSI	9C2JC30301R001704
RENAVAM	756887224
Ano	2000/2001
Combustível	Gasolina
Cor	Branca

RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Assinado de forma digital por RAQUEL JATAY CASANOVAS:67555420325
Dados: 2024.04.29 11:45:31 -03'00'

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : ANEXO I - ATESTADO- LEILÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Março de 2024 às 10:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-CSG-2422024, **Código de Validação**: 81C331A0D3.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Coordenadoria de Serviços Gerais

MEMO-CSG - 2422024
Código de validação: 81C331A0D3

ANEXO I
VEÍCULOS PARA LEILÃO

	PLACA	MARCA	MODELO
1	OJJ4893	FORD	RANGER
2	OJP8633	FORD	RANGER
3	OJJ1794	FORD	RANGER
4	OJJ5188	FORD	RANGER
5	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED
6	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED
7	NMU7434	FIAT	PALIO
8	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA
9	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA
10	NXM8253	NISSAN	LIVINA
11	NXM2444	NISSAN	LIVINA
12	NXM2454	NISSAN	LIVINA
13	NXM7728	NISSAN	LIVINA
14	NXM2314	NISSAN	LIVINA
15	NHP4394	FIAT	UNO MILLE
16	NHP4469	FIAT	UNO MILLE
17	NHP4818	FIAT	UNO MILLE
18	NHP5107	FIAT	UNO MILLE
19	NHP3132	FIAT	UNO MILLE
20	NHF0293	FIAT	UNO MILLE
21	NHP4374	FIAT	UNO MILLE
22	NHP5268	FIAT	UNO MILLE
23	NHN8746	MITSUBISHI	L-200
24	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO
25	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1649/1650/1651 e-mail: csg@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Março de 2024 às 10:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-CSG-2422024, **Código de Validação**: 81C331A0D3.

assinado eletronicamente em 15/03/2024 às 10:04 h (*)

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

assinado eletronicamente em 15/03/2024 às 09:59 h (*)

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA- LEILÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Março de 2024 às 08:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TTRANSF-CSG-12024, **Código de Validação**: 24290197C2.

TTRANSF-CSG - 12024
Código de validação: 24290197C2

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Designação de servidor interno pela autoridade competente da Administração para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com atividades referentes à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

2. JUSTIFICATIVA

A designação dos serviços por servidor pela autoridade competente se faz necessária em razão de haver, nesta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, veículos em condições de obsolescência e que passam a ter rendimento precário com manutenção onerosa, tornando-os antieconômicos.

Frisa-se, também, o fato desta Procuradoria Geral de Justiça possuir em seu quadro servidor qualificado para exercer a função de leiloeiro e, face à urgência de se efetuar a alienação de bens móveis inservíveis para o órgão, tais como: veículos e sucatas de veículos, tendo em vista a falta de espaço físico para armazenamento desses bens, que a cada dia vão se deteriorando e onerando a administração pública, a modalidade indicada no objeto é fulcral para o alcance da eficiência da gestão patrimonial e economia de recursos públicos.

Cabe pontuar, que a indicação de servidor qualificado pela autoridade competente em detrimento da contratação de leiloeiro oficial externo também contribui para agilidade nos processos, além da economia de recursos, ao aproveitar recursos humanos internos. Tais benefícios são basilares e indispensáveis para a promoção dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, dentre os quais se destacam: a economicidade e eficiência devendo, assim, o procedimento de tal alienação se dar mediante Leilão Público a ser conduzido por servidor interno designado.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, observará as normas e procedimentos administrativos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 21.981/32 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

4.1. Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Março de 2024 às 08:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TTRANSF-CSG-12024, **Código de Validação**: 2429197C2.

pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.
4.2. Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.3. A quantidade de bens apresentada no Anexo I desta planilha não poderá ser alterada, servindo a referida planilha como referência para o servidor designado ter acesso às informações dos bens, tais como: modelo, marca, chassi e ano de fabricação dos veículos.

4.4. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do servidor designado ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado;

4.5. Os bens serão vendidos somente à vista, mediante a emissão de Notas de Vendas em Leilão, nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no edital. Os lotes dos bens serão formados pelo servidor designado, segundo as técnicas de leilão, com a supervisão da Coordenadoria e Serviços Gerais, contendo dados relativos aos bens integrantes de cada lote, com vistas a sua avaliação e definição do lance mínimo por parte da Comissão, ou seja, o servidor designado poderá propor o (s) valor(es) mínimos para os lance(s), que será(ão) objeto de apreciação e validação da Comissão, observadas as características do mercado local de realização do leilão.

4.6. Nos casos dos veículos arrematados, poderão ser pagos À VISTA ou, ainda, parcelado, nas condições percentuais abaixo, ficando o servidor designado com total responsabilidade sobre o recebimento do valor arrematado:

4.7. 50% (CINQUENTA POR CENTO) como sinal e princípio de pagamento, no ato da arrematação, e os 50% (CINQUENTA POR CENTO) complementares a serem pagos, impreterivelmente, até cinco dias úteis depois da realização do respectivo leilão;

4.8. Os bens cujos pagamentos decorrentes da alienação não se processarem dentro do prazo ou formas estipuladas no item anterior, serão reintegrados ao patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, perdendo os arrematantes os valores pagos, sem que lhes caiba qualquer direito a reclamações judiciais ou extrajudiciais;

4.9. Na fase preparatória do leilão, o servidor designado deverá, dentre outras atividades:

a) Realizar vistoria dos bens inservíveis, sempre acompanhado da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Março de 2024 às 08:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TTRANSF-CSG-12024, **Código de Validação**: 2429019 7C2.

deles, bem como verificar e organizar a documentação dos bens alienáveis;

b) Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora da retirada de cada um dos bens inservíveis localizados no pátio da Procuradoria Geral de Justiça.

4.10. Caberá ao servidor designado elaborar os avisos de leilão, bem como o Edital, submetendo as respectivas minutas para aprovação da Coordenadoria de Serviços Gerais e posterior publicação no **Diário Eletrônico do Ministério Público, bem como em jornais de grande circulação.**

4.11. O servidor designado deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, inclusive, informando-lhes que os mesmos terão o prazo máximo e improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva integralização do valor de arrematação e de seus acréscimos, para proceder à transferência de propriedade dos veículos junto ao DETRAN/MA, sob pena, de a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ingressar com ação, visando a busca e apreensão dos mesmos, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

4.12. O servidor designado deverá providenciar em cartório cópia autenticada dos comprovantes de transferência de propriedade de todos os veículos alienados, devidamente assinados e datados, para que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão possa cumprir o que determina o Art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

4.13. O servidor designado deverá lavrar notas, recibos ou atos de arrematação para cada comprador.

4.14. O servidor designado deverá entregar à Coordenadoria de Serviços Gerais, Ata do Leilão, relatório final do leilão e relatório de prestação de contas.

4.15. A Ata de Leilão deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis a partir do encerramento da sessão, devendo conter no mínimo a descrição de todos os lances ofertados para os lotes, constando o nome completo/empresa, endereço e telefone dos ofertantes; nome completo/empresa, endereço e telefone dos arrematantes e demais fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem.

4.16. No relatório final de cada leilão, a ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de encerramento do Leilão, deverá constar, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante,

quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

14.17. O relatório de prestação de contas, no mesmo prazo para apresentação do relatório final do leilão, deverá ser acompanhado do demonstrativo financeiro, cópias das faturas de leilão e cópias dos comprovantes de pagamento (Notas Fiscais) correspondentes.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR DESIGNADO

5.1. Realizar leilão em dia e hora previamente designado em edital de licitação, de acordo com a prestação de serviço contratado, no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão;

5.2. Empenhar-se na obtenção do melhor preço possível para o bem a ser leiloado;

5.3. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, de acordo com o especificado neste Termo de Referência;

5.4. Promover a mais ampla divulgação dos leilões, por todos os meios impressos e eletrônicos disponíveis;

5.5. Fornecer meios para que os interessados em geral possam vistoriar e examinar quaisquer bens administrativos destinados a leilão, mantendo horário de funcionamento das 8:00 às 15:00 horas, horário de funcionamento da Procuradoria Geral de Justiça;

5.6. Não serão levados a leilão os bens em relação aos quais a Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais Inservíveis comunicar a suspensão da alienação, por escrito, até as 18h do dia anterior ao evento;

5.7. Conduzir as atividades necessárias à realização do leilão;

5.8. Efetuar avaliação dos preços de mercado dos bens a leiloar;

5.9. Apresentar à Coordenadoria de Serviços Gerais, em até 10 (dez) dias úteis antes da realização do leilão, Cronograma de ações contendo todas as datas previstas para a realização dos procedimentos preparatórios e principalmente a data para realização do primeiro Leilão;

5.10. Providenciar junto ao DETRAN-MA todos os procedimentos legais necessários para a baixa dos registros dos veículos considerados sucatas, inclusive o recorte dos CHASSIS.

5.11. Dar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para o leilão, tanto na divulgação (propaganda) quanto, principalmente na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor ou liquidez dos mesmos;

5.12. Reproduzir e distribuir editais antes e durante o leilão;

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Março de 2024 às 08:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TTRANSF-CSG-12024, **Código de Validação**: 2429197C2.

5.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das disposições legais e administrativas necessárias à realização do evento;

5.14. Manter durante toda a execução do serviço todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.15. Remeter mala direta aos interessados e arrematantes integrantes do cadastro do Licitante Vencedor;

5.16. Atentar sempre para os melhores interesses da Procuradoria Geral de Justiça;

5.17. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para a Procuradoria Geral de Justiça;

6. DO VALOR ESTIMADO DA ARRECADAÇÃO

A estimativa do valor arrecadado dos bens levados a leilão possui avaliação de **R$ 215.400,00** (**duzentos e quinze mil e quatrocentos reais)**, esse valor evidencia a importância desse evento como fonte de receita, proporcionando oportunidades para possíveis compradores e contribuindo para otimizar a gestão financeira desta instituição.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não será necessário informar dotação orçamentária, visto que o leilão será conduzido por servidor público designado. Ademais, designar um servidor público para realizar o leilão, não é necessária uma alocação adicional de verbas, pois o funcionário emprega recursos e infraestrutura já disponíveis no órgão ou entidade pública.

São Luís - MA, 14 de março de 2024.

assinado eletronicamente em 15/03/2024 às 08:04 h (*)

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

assinado eletronicamente em 14/03/2024 às 16:14 h (*)

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Março de 2024 às 08:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TTRANSF-CSG-12024, **Código de Validação**: 2429019 7C2.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR-LEILÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Março de 2024 às 08:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: ETP-CSG-42024, **Código de Validação**: 6E8C9546D7.

Coordenadoria de Serviços Gerais

ETP-CSG - 42024
Código de validação: 6E8C9546D7

Estudo Técnico Preliminar

1. Descrição da necessidade

Justifica-se a importância de designar um servidor desta instituição em razão da necessidade de desfazimento dos bens móveis inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Essa atribuição garante que um funcionário público qualificado gerencie todos os aspectos do leilão, desde a preparação da documentação até a condução do evento, assegurando que os recursos públicos sejam otimizados e que o procedimento esteja em conformidade com a normativas legais vigentes.

2. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
SEÇÃO DE TRANSPORTE	RAQUEL JATAY CASANOVAS

3. Descrição dos serviços a serem realizados

Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro administrativo ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

Para execução dos serviços, o servidor designado deverá dispor de solução técnica

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Março de 2024 às 08:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: ETP-CSG-42024, **Código de Validação**: 6E8C9546D7.

integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

4. Justificativa

A designação de um servidor público é respaldada pela expertise interna, assegurando amplo conhecimento sobre os procedimentos administrativos e normativas específicas da entidade pública. Isso contribui para uma execução eficiente e alinhada aos princípios da administração pública.

5. Vantagem da Designação

5.1 *Conformidade Legal:* A presença de um servidor designado garante o cumprimento rigoroso das leis e regulamentações que regem leilões públicos.

5.2 *Eficiência Operacional:* A utilização de recursos internos reduz a dependência de terceiros, minimizando custos e otimizando a gestão financeira.

5.3 Adaptabilidade: O servidor designado pode lidar eficazmente com situações imprevistas, garantindo uma resposta ágil a desafios operacionais.

6. Estimativa das Quantidades a serem Leiloadas

O serviço de que trata este documento demanda definição de quantidade fixa, esta

quantidade foi devidamente avaliada, conforme preço de mercado destes bens atualmente, somando um total de 25 (vinte e cinco) veículos inservíveis no valor **de R$ 215.400,00 (duzentos e quinze mil e quatrocentos reais).**

7. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os atos que culminam com a realização de um leilão são concatenados e dependentes da pré-existência do outro para serem realizados. É o caso da remoção ou recolhimento, depósito, guarda, avaliação, limpeza e organização da sessão pública do leilão. Dessa forma, todos os serviços encontram-se interligados de modo que o parcelamento da solução inviabiliza o gerenciamento do leilão de maneira eficiente.

8. Alinhamento entre a Designação e o Planejamento

Esta designação de servidor interno está alinhada com os planejamentos da Instituição.

9. Benefícios a serem alcançados com a Designação

Economia de Recursos Financeiros: A designação de um servidor qualificado evita a necessidade de contratar profissionais externos para conduzir o leilão, resultando em economia de recursos financeiros que podem ser alocados em áreas prioritárias.

Controle Institucional: A designação de um servidor fortalece o controle interno sobre o processo de leilão, permitindo que a entidade pública mantenha supervisão direta e assegure que os interesses institucionais sejam atendidos.

Transparência e Integridade: A presença de um servidor comprometido com padrões éticos elevados promove a transparência e integridade ao longo de todo o processo de leilão, construindo a confiança da comunidade e do público em geral.

Prestação de contas: Um funcionário público é responsável por prestar contas de suas ações, garantindo que o processo de leilão seja realizado de maneira ética e responsável.

Credibilidade: A designação de um funcionário público para conduzir os leilões aumenta a credibilidade do processo, tanto para os participantes do leilão quanto para o público em geral.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Março de 2024 às 08:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: ETP-CSG-42024, **Código de Validação**: 6E8C9546D7.

10. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de adequações no ambiente do órgão ou de capacitação específica de servidores para atuarem na execução ou fiscalização, visto que o órgão possui ambiente adequado para a execução deste serviço, bem como servidor devidamente qualificado para realizar o leilão.

11. Possíveis Impactos Ambientais

A presente designação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais, uma vez que a mesma objetiva a destinação ambientalmente adequada, pois a venda de veículos inservíveis pode resultar na reciclagem de materiais e na redução do impacto ambiental associado à manutenção desses ativos.

12. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta designação.

15. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida é viável, atendendo às necessidades demandadas, com ganhos em eficiência e economicidade.

São Luís, 14 de março de 2024.

assinado eletronicamente em 15/03/2024 às 08:04 h (*)

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

assinado eletronicamente em 14/03/2024 às 14:49 h (*)

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Março de 2024 às 08:04 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: ETP-CSG-42024, **Código de Validação**: 6E8C9546D7.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 2012024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ LINDSTRON PACHECO** em **29 de Fevereiro de 2024 às 13:44 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-2012024, **Código de Validação**: A40EB1592F.

DESPACHO-CPL - 2012024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: A40EB1592F

Sr. Presidente.

Informo que, após analisar os documentos presentes nos autos, sugerimos o retorno à unidade solicitante, tendo em vista que a tramitação está em desacordo com o Ato Regulamentar n. 10/2023, notadamente o previsto no art. 73 e seguintes:

> Art. 73. Leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
> Art. 74. Nas licitações realizadas na modalidade leilão, serão observados os seguintes
> procedimentos operacionais:
> **I - realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação;**
> II - **designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual contará com o auxílio de Equipe de Apoio conforme disposto no artigo 3º deste Ato Regulamentar**, ou, alternativamente, contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame;
> III - elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre a descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condições para participação e, no que couber, o disposto no artigo 46 deste Ato Regulamentar;
> IV - realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.
> § 1º O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação por parte dos licitantes.
> § 2º A sessão pública deverá ser realizada preferencialmente de forma eletrônica, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.
> § 3º A realização do leilão por agente de contratação é preferencial, devendo ser justificada a opção pela contratação de leiloeiro oficial no procedimento interno da licitação.
> Art. 75. Os bens e direitos arrematados serão pagos, preferencialmente, à vista, admitindo-se o pagamento mediante entrada em percentual não inferior a vinte por cento, e o restante no prazo e forma estabelecidos em edital.
> § 1º No caso de pagamento parcelado, o bem será entrega após o

pagamento integral, salvo prestação de garantia sobre o valor total remanescente.

§ 2º O valor recolhido à Administração não será devolvido.

§ 3º O instrumento convocatório estabelecerá as condições para a entrega do bem ao arrematante.

Nesse sentido, sugerimos o envio do processo, a quem de direito, para que seja anexado o termo de referência, visando apenas leiloar os veículos constantes dos autos, pois, nesta Procuradoria há agentes de contratação capacitados para realizar o referido leilão.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 29/02/2024 às 13:44 h (*)

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ANALISTA MINISTERIAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ LINDSTRON PACHECO** em **29 de Fevereiro de 2024 às 13:44 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-20122024, **Código de Validação**: A40EB1592F.

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1645 e-mail: cpl@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 8572024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **08 de Fevereiro de 2024 às 12:57 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-8572024, **Código de Validação**: 2B537BD741.

DESPACHO-DG - 8572024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 2B537BD741

Assunto: BAIXA DE VEÍCULO > VENDA / LEILÃO
Interessado: Setor de Transporte

Trata-se de Processo Administrativo instaurado a partir do MEMO-ST 182022, no qual o Setor de Transporte solicita autorização para que a Administração Superior avalie a possibilidade de alienar os veículos que foram adquiridos no período de 2008 a 2014, constantes na tabela anexa, os quais têm apresentado frequentes defeitos, gerando bastante despesas com manutenção destes veículos junto as oficinas credenciadas.

No requerimento, o Setor de Transporte informa que consoante o contido no art. 37 da Ordem de Serviço n.º 02/2009-DG, *"fica vedada a recuperação cujo valor ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do veículo, devendo o mesmo ser relacionado para possível alienação"*.

O Setor de Transporte juntou nos autos o TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO sem mavel Atestado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERÊNCIA - ATESTADO) e ETP3_2023 ATUALIZADO atestado.pdf (Descrição: ETP - ATESTADO), para prosseguimento da abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada em leilão.

Após análise pela Assessoria Técnica da Administração, PTC-ACI - 572024, vieram os autos encaminhados pela Secretaria Administrativo-Financeira, DESPACHO-SAF - 3872024, nos seguintes termos:

> " Trata-se de MEMO-ST - 182022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO) por meio do qual a Seção de Transporte da Procuradoria-Geral de Justiça solicita autorização para avaliar os veículos indicados, visando analisar a possibilidade de alienação dos mesmos, tendo em vista que são veículos adquiridos no período de 2008 a 2014, portanto, com até 14 (quatorze) anos de uso, os quais têm apresentado frequentes defeitos, com idas e vindas constantes em oficinas, onerando sobremaneira as despesas com a manutenção de veículos e inviabilizando o andamento das atividades do Órgão.
>
> **Consta o PTC-ACI - 572024 da Assessoria-Técnica da Administração por meio do qual foram indicadas pendências, que foram sanadas pelo Setor de Transporte, restando somente a pendência descrita no item 8.4 do citado parecer, nos seguintes termos " Ainda verificamos diferenças ente o menor e o maior preços de 75% a 400%. Entretanto, não localizamos nos autos nenhuma manifesta da unidade solicitante a esse respeito [...]." (grifou-se)**
>
> De acordo com o art. 174, § 4º, do Ato Regulamentar n.º 10/2023-GPGJ, " Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo." (grifou-se)

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **08 de Fevereiro de 2024 às 12:57 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-8572024, **Código de Validação**: 2B537BD741.

Ademais, o art. 11, da Lei n.º 14.133/2021 dispõe que " o processo licitatório tem por objetivos: [...] III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos."

Entretanto, os normativos supracitados não fornecem uma metodologia ou diretrizes de cálculo para aferir com precisão o que são preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

Nesse contexto, tendo em vista a diferença entre os preços das avaliações realizadas , conforme verifica-se na Anexo do documento : MAPA DE PRECO atualizado Atestado.pdf (Descrição: MAPA DE PREÇO - ATESTADO) e afim de adotar critérios fundamentados conforme prescreve o art. 174, § 4º, do Ato Regulamentar n.º 10/2023-GPGJ, esta SEAF realizou cálculos utilizando o desvio padrão populacional, obtendo os respectivos coeficientes de variação, o que demostrou que várias cotações apresentadas estão muito distantes de média, conforme CÁLCULOS DESVIO PADRÃO.

Assim, esta Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF) realizou adequações no Mapa de Preço supracitado por meio da adoção de Metodologia que con
templa a exclusão das propostas/avaliações de preços mais discrepantes, para a obtenção de Médias Aritméticas e Desvios-Padrões consistentes, resultando em Coeficientes de Variação que giram em torno de até 20%, parâmetro estatisticamente aceitável nos termos calculados e demonstrados na SEAF - PLANILHA ATUALIZADA.

Isto posto, com manifestação favorável desta SEAF, encaminhem-se os autos a Vossa Senhoria para deliberação acerca da autorização para abertura do presente procedimento de leilão dos veículos pelo Setor de Transporte.

À consideração de Vossa Senhoria."

Ante o exposto:

1. Acolho e adoto o parecer da Secretaria Administrativo-Financeira;
2. **Autorizo** a abertura de processo administrativo na forma preconizada na Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
3. À **Comissão Permanente de Licitação**, para que adote as providências necessárias objetivando atender ao pedido formulado na inicial, tudo em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

assinado eletronicamente em 08/02/2024 às 12:57 h (*)

JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
DIRETOR GERAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 3872024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **07 de Fevereiro de 2024 às 18:07 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-3872024, **Código de Validação**: 786507224D.

Ministério Público
do Estado do Maranhão

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 3872024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 786507224D

Interessado (a): Setor de Transporte
Assunto: Abertura

Sr. Diretor-Geral,

Trata-se de MEMO-ST - 182022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO) por meio do qual a Seção de Transporte da Procuradoria-Geral de Justiça solicita autorização para avaliar os veículos indicados, visando analisar a possibilidade de alienação dos mesmos, tendo em vista que são veículos adquiridos no período de 2008 a 2014, portanto, com até 14 (quatorze) anos de uso, os quais têm apresentado frequentes defeitos, com idas e vindas constantes em oficinas, onerando sobremaneira as despesas com a manutenção de veículos e inviabilizando o andamento das atividades do Órgão.

Consta o PTC-ACI - 572024 da Assessoria-Técnica da Administração por meio do qual foram indicadas pendências, que foram sanadas pelo Setor de Transporte, restando somente a pendência descrita no item 8.4 do citado parecer, nos seguintes termos " ***Ainda verificamos diferenças ente o menor e o maior preços de 75% a 400%****. Entretanto, não localizamos nos autos nenhuma manifesta da unidade solicitante a esse respeito [...].*" (grifou-se)

De acordo com o art. 174, § 4º, do Ato Regulamentar n.º 10/2023-GPGJ, " *Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços,* ***não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados****, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.*" (grifou-se)

Ademais, o art. 11, da Lei n.º 14.133/2021 dispõe que " *o processo licitatório tem por objetivos: [...] III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos*."

Entretanto, os normativos supracitados não fornecem uma metodologia ou diretrizes de cálculo para aferir com precisão o que são preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **07 de Fevereiro de 2024 às 18:07 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-3872024, **Código de Validação**: 786507224D.

Nesse contexto, tendo em vista a diferença entre os preços das avaliações realizadas , conforme verifica-se na Anexo do documento : MAPA DE PRECO atualizado Atestado.pdf (Descrição: MAPA DE PREÇO - ATESTADO) e afim de adotar critérios fundamentados conforme prescreve o art. 174, § 4º, do Ato Regulamentar n.º 10/2023-GPGJ, esta SEAF realizou cálculos utilizando o desvio padrão populacional, obtendo os respectivos coeficientes de variação, o que demostrou que várias cotações apresentadas estão muito distantes de média, conforme CÁLCULOS DESVIO PADRÃO.

Assim, esta Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF) realizou adequações no Mapa de Preço supracitado por meio da adoção de Metodologia que comptempla a exclusão das propostas/avaliações de preços mais discrepantes, para a obtenção de Médias Aritméticas e Desvios-Padrões consistentes, resultando em Coeficientes de Variação que giram em torno de até 20%, parâmetro estatisticamente aceitável nos termos calculados e demonstrados na SEAF - PLANILHA ATUALIZADA.

Isto posto, com manifestação favorável desta SEAF, encaminhem-se os autos a Vossa Senhoria para deliberação acerca da autorização para abertura do presente procedimento de leilão dos veículos pelo Setor de Transporte.
À consideração de Vossa Senhoria.

assinado eletronicamente em 07/02/2024 às 18:07 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

SEAF - PLANILHA ATUALIZADA

SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA													
MAPA DE PREÇOS ATUALIZADO													
	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	VIP	GR	JH	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEF. VAR.
4	8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ4893	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014		R$ 30.000,00	R$ 35.000,00	**R$ 32.500,00**	2500,00	7,69%
5	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	OJP8633	FORD	RANGER	PRETO	2014/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00		**R$ 25.000,00**	0,00	0,00%
6	8AFAR23L2EJ161536	587404124	OJJ1794	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00		**R$ 25.000,00**	0,00	0,00%
7	8AFAR23L7EJ167977	587402148	OJJ5188	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 20.000,00	R$ 16.000,00		**R$ 18.000,00**	2000,00	11,11%
8	9BD373154E5051207	996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 8.000,00		R$ 8.500,00	**R$ 8.250,00**	250,00	3,03%
9	9BD373154E5035825	552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 10.000,00		R$ 8.500,00	**R$ 9.250,00**	750,00	8,11%
10	9BD17140MA5504495	170671089	NMU7434	FIAT	PALIO	BRANCO	2009/2010		R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 3.750,00**	750,00	20,00%
11	9BGAD69W08B303293	977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009		R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	**R$ 4.000,00**	0,00	0,00%
12	9BGAD69W09B143139	977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009		R$ 4.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 4.500,00**	500,00	11,11%
13	94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00		R$ 6.500,00	**R$ 8.250,00**	1750,00	21,21%
14	94DTAFL10CJ986856	459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00		R$ 7.000,00	**R$ 8.500,00**	1500,00	17,65%
15	94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00		R$ 7.000,00	**R$ 8.500,00**	1500,00	17,65%
16	94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00		R$ 9.000,00	**R$ 9.500,00**	500,00	5,26%
17	94DTAFL10CJ988776	459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 5.000,00	R$ 4.000,00		**R$ 4.500,00**	500,00	11,11%
18	9BD15822A96179704	985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00		R$ 5.000,00	**R$ 6.000,00**	1000,00	16,67%
19	9BD15822A96178439	985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00		R$ 5.000,00	**R$ 6.000,00**	1000,00	16,67%
20	9BD15822A96178969	985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00		R$ 5.000,00	**R$ 6.000,00**	1000,00	16,67%
21	9BD15822A96178471	985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009		R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 3.750,00**	750,00	20,00%
22	9BD15822A96179487	985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009		R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 3.750,00**	750,00	20,00%
23	9BD15822784987529	925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2007/2008		R$ 4.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 4.250,00**	250,00	5,88%
24	9BD15822A96179704	985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009		R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.000,00**	0,00	0,00%
25	9BD15822A96180579	985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009		R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.000,00**	0,00	0,00%
26	93XHNK7408C846286	887394493	NHN8746	MITSUBISHI	L-200	PRETO	2008/2009	R$ 20.000,00		R$ 20.000,00	**R$ 20.000,00**	0,00	0,00%
27	9C2JC30301R001704	756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	R$ 300,00		R$ 500,00	**R$ 400,00**	100,00	25,00%
28	9C2KC08305R000174	837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	R$ 200,00	R$ 100,00		**R$ 150,00**	50,00	33,33%
											R$ 229.800,00		

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

CÁLCULOS DESVIO PADRÃO

SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

MAPA DE PREÇOS - CÁLCULO DO DESVIO PADRÃO

	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	VIP	GR	JH	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE VAR.
3	8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ4893	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25.000,00	R$ 30.000,00	R$ 35.000,00	**R$ 30.000,00**	4082,48	13,61%
4	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	OJP8633	FORD	RANGER	PRETO	2014/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 19.000,00**	8485,28	44,66%
5	8AFAR23L2EJ161536	587404124	OJJ1794	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 35.000,00	**R$ 28.333,33**	4714,05	16,64%
6	8AFAR23L7EJ167977	587402148	OJJ5188	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 20.000,00	R$ 16.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 14.333,33**	5436,50	37,93%
7	9BD373154E5051207	996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 8.000,00	R$ 2.000,00	R$ 8.500,00	**R$ 6.166,67**	2953,34	47,89%
8	9BD373154E5035825	552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 8.500,00	**R$ 7.500,00**	2549,51	33,99%
9	9BD17140MA5504495	170671089	NMU7434	FIAT	PALIO	BRANCO	2009/2010	R$ 8.000,00	R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 5.166,67**	2094,97	40,55%
10	9BGAD69W08B303293	977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 8.000,00	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	**R$ 5.333,33**	1885,62	35,36%
11	9BGAD69W09B143139	977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 6.333,33**	2624,67	41,44%
12	94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 2.000,00	R$ 6.500,00	**R$ 6.166,67**	3274,48	53,10%
13	94DTAFL10CJ986856	459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 7.000,00**	2449,49	34,99%
14	94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 3.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 6.666,67**	2867,44	43,01%
15	94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 9.000,00	**R$ 7.666,67**	2624,67	34,23%
16	94DTAFL10CJ988776	459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 5.000,00	R$ 4.000,00	R$ 9.000,00	**R$ 6.000,00**	2160,25	36,00%
17	9BD15822A96179704	985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.000,00**	1632,99	32,66%
18	9BD15822A96178439	985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 2.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 4.666,67**	2054,80	44,03%
19	9BD15822A96178969	985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.000,00**	1632,99	32,66%
20	9BD15822A96178471	985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 4.833,33**	1649,92	34,14%
21	9BD15822A96179487	985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 4.833,33**	1649,92	34,14%
22	9BD15822784987529	925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2007/2008	R$ 7.000,00	R$ 4.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 5.166,67**	1312,33	25,40%
23	9BD15822A96179704	985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.666,67**	942,81	16,64%
24	9BD15822A96180579	985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.666,67**	942,81	16,64%
25	93XHNK7408C846286	887394493	NHN8746	MITSUBISHI	L-200	PRETO	2008/2009	R$ 20.000,00	R$ 15.000,00	R$ 20.000,00	**R$ 18.333,33**	2357,02	12,86%
26	9C2JC30301R001704	756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	R$ 300,00	R$ 100,00	R$ 500,00	**R$ 300,00**	163,30	54,43%
27	9C2KC08305R000174	837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	R$ 200,00	R$ 100,00	R$ 500,00	**R$ 266,67**	169,97	63,74%
											R$ 215.400,00		

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: PROPOSTA JH LEILÕES - ATESTADA

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO
Leiloeiro Público Oficial do Estado
JUCEMA Nº 015/99

Solicitação de Avaliação de Veículos para Leilão

	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	ESTADO DE CONSERV.	CHAVES	PREÇO FIPE	VALOR INICIAL	OBS. GERAIS
1	OJJ 4893	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Pessimo		R$ 104.521,00	R$ 35.000,00	
2	OJP 8633	FORD	RANGER XLS 3.2	2014/2014	Pessimo		R$ 107.690,00	R$ 7.000,00	Motor retirado do local na caçamba
3	OJJ 1794	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Bom		R$ 104.521,00	R$ 35.000,00	
4	OJJ 5188	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Pessimo		R$ 104.521,00	R$ 7.000,00	Motor retirado do local na caçamba
5	OJP 0647	FIAT	PALIO WEEKEND	2013/2014	Pessimo		R$ 40.170,00	R$ 8.500,00	
6	OJF 4075	FIAT	PALIO WEEKEND	2013/2014	Ruim		R$ 40.170,00	R$ 8.500,00	
7	NMU 7434	FIAT	PALIO ELX	2009/2010	Ruim		R$ 21.887,00	R$ 4.500,00	
8	NHN 9393	CHEVROLET	VECTRA	2008/2009	Ruim		R$ 29.208,00	R$ 4.000,00	
9	NHO 1230	CHEVROLET	VECTRA	2008/2009	Regular		R$ 29.208,00	R$ 5.000,00	
10	NXM 8253	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Pessimo		R$ 23.951,00	R$ 6.500,00	
11	NXM 2444	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Ruim		R$ 23.951,00	R$ 7.000,00	
12	NXM 2454	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Ruim		R$ 23.951,00	R$ 7.000,00	
13	NXM 7728	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Regular		R$ 23.951,00	R$ 9.000,00	
14	NXM 2314	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Regular		R$ 23.951,00	R$ 9.000,00	
15	NHP 4394	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

16	NHP 4469	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
17	NHP 4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
18	NHP 5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2008	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 4.500,00	
19	NHP 3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 4.500,00	
20	NHF 0293	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2007/2008	Regular		R$ 13.981,00	R$ 4.500,00	
21	NHP 4374	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2009/2010	Regular		R$ 17.135,00	R$ 5.000,00	
22	NHP 5268	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Regular		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
23	NHN 8746	MITSUBISHI	L-200	2008/2008	Regular		R$ 52.675,00	R$ 20.000,00	
24	HOO 1569	HONDA	HONDA CG CARGO	2000/2001	Pessimo		R$ 2.698,00	R$ 500,00	
25	HPU 5308	HONDA	HONDA CG 150 JOB	2004/2005	Pessimo		R$ 6.592,00	R$ 500,00	
							TOTAL	**R$ 212.500,00**	

A presente avaliação tem levado em conta os seguintes parâmetros observados na visitação dos bens que serão levados a Leilão:

1) Estado de conservação;
2) Ano/modelo do veículo;
3) Motor
4) Lataria
5) Tabela Fipe para comparação com os valores avaliados.

JOSÉ HENRIQUE DE MOURA FERRO FRAZÃO
Leiloeiro Público Oficial do Estado do Maranhão
JUCEMA Nº 015/98
CPF: 095.360.193-53
Data: 31/01/2024

JOSE HENRIQUE DE MOURA FERRO FRAZAO:09536019353

Assinado de forma digital por JOSE HENRIQUE DE MOURA FERRO FRAZAO:09536019353
Dados: 2024.02.02 10:34:16 -03'00'

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Maiores informações: 98 999715344

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 42024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **02 de Fevereiro de 2024 às 11:25 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-ST-42024, **Código de Validação**: 5D96063FAD.

Setor de Transporte

DESPACHO-ST - 42024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 5D96063FAD

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Em atenção ao Despacho – SAF 2372024 de Vossa Senhoria, tangente às providências necessárias a serem tomadas em relação às pendências apontadas no parecer PTC-ACI – 572024, segue resposta.

Em atenção ao disposto no subitem 3.3, segue avaliação GR devidamente atestada, bem como a inclusão da data de emissão e valor total na proposta JH Leilões. Além disso, para atender ao disposto nos subitens 3.4 e 3.6, juntam-se as devidas solicitações formais de propostas aos proponentes em formato eletrônico (e-mail), conforme Art. 23, § 1º, Inciso IV, da Lei 14.133/2021. Ademais, justifica-se a escolha destes fornecedores, tendo em vista o disposto no Art. 23 da referida Lei de Licitações, como a peculiaridade do local de execução do objeto (escassez de leiloeiros oficiais), bem como a observância aos menores preços auferidos nas propostas.

Destarte, no que tange o disposto no subitem 8.4, que trata das diferenças entre menor e maior valor, deu-se prosseguimento a inclusão de nova proposta atualizada com as devidas alterações em conformidade com o parecer de número (272024), sendo diminuídas as discrepâncias apontadas de 900% para 400%. Cabe ressaltar que a legislação ou a doutrina não definem um limite a ser utilizado na pesquisa para classificar um preço como inexequível, salvo em casos de obras e serviços de engenharia, Art. 59, § 4º.

Em relação ao item 8.5, registra-se que a pesquisa de preços utilizada segue um dos parâmetros disposto no Art. 23, § 1º, Inciso IV, da Lei 14.133/2021, que dispõe que o valor estimado poderá ser definido através de pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com justificativa de escolha destes fornecedores.

Além disso, deu-se prosseguimento à exclusão da proposta da empresa Mavel Veículos para cumprir o disposto no Art. 31, da Lei 14.133/2021, que limita a atuação à leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente na Administração.

Ademais, os apontamentos dispostos no subitem 2, 4, 5 e 6.1, não são de prerrogativa deste setor, sendo encaminhadas à SAF, para os ajustes pertinentes.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 02/02/2024 às 11:19 h (*)
ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

assinado eletronicamente em 02/02/2024 às 11:25 h (*)
RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **02 de Fevereiro de 2024 às 11:25 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-ST-42024, **Código de Validação**: 5D96063FAD.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: MÉDIA PROPOSTAS - ATESTADA

	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	VIP	GR	JH	MÉDIA
1	8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ4893	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25,000.00	R$ 30,000.00	R$ 35,000.00	**R$ 30,000.00**
2	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	OJP8633	FORD	RANGER	PRETO	2014/2014	R$ 25,000.00	R$ 25,000.00	R$ 7,000.00	**R$ 19,000.00**
3	8AFAR23L2EJ161536	587404124	OJJ1794	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25,000.00	R$ 25,000.00	R$ 35,000.00	**R$ 28,333.33**
4	8AFAR23L7EJ167977	587402148	OJJ5188	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 20,000.00	R$ 16,000.00	R$ 7,000.00	**R$ 14,333.33**
5	9BD373154E5051207	996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 8,000.00	R$ 2,000.00	R$ 8,500.00	**R$ 6,166.67**
6	9BD373154E5035825	552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 10,000.00	R$ 4,000.00	R$ 8,500.00	**R$ 7,500.00**
7	9BD17140MA5504495	170671089	NMU7434	FIAT	PALIO	BRANCO	2009/2010	R$ 8,000.00	R$ 3,000.00	R$ 4,500.00	**R$ 5,166.67**
8	9BGAD69W08B303293	977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 8,000.00	R$ 4,000.00	R$ 4,000.00	**R$ 5,333.33**
9	9BGAD69W09B143139	977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 10,000.00	R$ 4,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 6,333.33**
10	94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10,000.00	R$ 2,000.00	R$ 6,500.00	**R$ 6,166.67**
11	94DTAFL10CJ986856	459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10,000.00	R$ 4,000.00	R$ 7,000.00	**R$ 7,000.00**
12	94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10,000.00	R$ 3,000.00	R$ 7,000.00	**R$ 6,666.67**
13	94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10,000.00	R$ 4,000.00	R$ 9,000.00	**R$ 7,666.67**
14	94DTAFL10CJ988776	459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 5,000.00	R$ 4,000.00	R$ 9,000.00	**R$ 6,000.00**
15	9BD15822A96179704	985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 3,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 5,000.00**
16	9BD15822A96178439	985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 2,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 4,666.67**
17	9BD15822A96178969	985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 3,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 5,000.00**
18	9BD15822A96178471	985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 3,000.00	R$ 4,500.00	**R$ 4,833.33**
19	9BD15822A96179487	985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 3,000.00	R$ 4,500.00	**R$ 4,833.33**
20	9BD15822784987529	925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2007/2008	R$ 7,000.00	R$ 4,000.00	R$ 4,500.00	**R$ 5,166.67**
21	9BD15822A96179704	985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 5,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 5,666.67**
22	9BD15822A96180579	985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 5,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 5,666.67**
23	93XHNK7408C846286	887394493	NHN8746	MITSUBISHI	L-200	PRETO	2008/2009	R$ 20,000.00	R$ 15,000.00	R$ 20,000.00	**R$ 18,333.33**
24	9C2JC30301R001704	756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	R$ 300.00	R$ 100.00	R$ 500.00	**R$ 300.00**
25	9C2KC08305R000174	837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	R$ 200.00	R$ 100.00	R$ 500.00	**R$ 266.67**
											R$ 215,400.00

R$ 10,770.00 valor da contratação

	PLACA	MARCA	MODELO
1	OJJ4893	FORD	RANGER
2	OJP8633	FORD	RANGER
3	OJJ1794	FORD	RANGER
4	OJJ5188	FORD	RANGER
5	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED
6	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED
7	NMU7434	FIAT	PALIO
8	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA
9	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA
10	NXM8253	NISSAN	LIVINA
11	NXM2444	NISSAN	LIVINA
12	NXM2454	NISSAN	LIVINA
13	NXM7728	NISSAN	LIVINA
14	NXM2314	NISSAN	LIVINA
15	NHP4394	FIAT	UNO MILLE
16	NHP4469	FIAT	UNO MILLE
17	NHP4818	FIAT	UNO MILLE
18	NHP5107	FIAT	UNO MILLE
19	NHP3132	FIAT	UNO MILLE
20	NHF0293	FIAT	UNO MILLE
21	NHP4374	FIAT	UNO MILLE
22	NHP5268	FIAT	UNO MILLE
23	NHN8746	MITSUBISHI	L-200
24	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO
25	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: MAPA DE PREÇO - ATESTADO

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

MAPA DE PREÇO

VEÍCULOS INSERVÍVEIS

Cumprimentando-o, explicaremos através deste, a metodologia adotada para a elaboração do Mapa de Preço dos Veículos Inservíveis desta instituição, conforme demanda a nova lei de licitações 14.133/21. A escolha da média como metodologia baseia-se na busca por um equilíbrio entre diferentes variáveis que impactam o valor de veículos inservíveis, levando em consideração fatores como condição física, idade do veículo, modelo, marca e demanda de mercado.

O processo de cálculo da média foi realizado de maneira detalhada, envolvendo assim a coleta de dados e avaliação dos bens realizada por profissionais da área. A média nos permite entender de forma clara os diferentes valores associados aos veículos inservíveis, considerando as variações existentes neste mercado. Dessa forma, garantimos uma avaliação transparente e alinhada com as condições do mercado de veículos inservíveis. Portanto, encontramos o valor da média somando os valores de todas as avaliações e dividindo a soma pelo número de avaliações.

RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	VIP	GR	JH	MÉDIA
587405660	OJJ4893	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25.000,00	R$ 30.000,00	R$ 35.000,00	**R$ 30.000,00**
1002186088	OJP8633	FORD	RANGER	PRETO	2014/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 19.000,00**
587404124	OJJ1794	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 35.000,00	**R$ 28.333,33**
587402148	OJJ5188	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 20.000,00	R$ 16.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 14.333,33**
996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 8.000,00	R$ 2.000,00	R$ 8.500,00	**R$ 6.166,67**
552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 8.500,00	**R$ 7.500,00**
170671089	NMU7434	FIAT	PALIO	BRANCO	2009/2010	R$ 8.000,00	R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 5.166,67**
977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 8.000,00	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	**R$ 5.333,33**
977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 6.333,33**
459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 2.000,00	R$ 6.500,00	**R$ 6.166,67**
459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 7.000,00**
459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 3.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 6.666,67**
459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 9.000,00	**R$ 7.666,67**
459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 5.000,00	R$ 4.000,00	R$ 9.000,00	**R$ 6.000,00**
985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.000,00**
985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 2.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 4.666,67**
985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.000,00**
985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 4.833,33**
985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 4.833,33**
925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2007/2008	R$ 7.000,00	R$ 4.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 5.166,67**
985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.666,67**
985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.666,67**
887394493	NHN8746	MITSUBISHI	L-200	PRETO	2008/2009	R$ 20.000,00	R$ 15.000,00	R$ 20.000,00	**R$ 18.333,33**
756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	R$ 300,00	R$ 100,00	R$ 500,00	**R$ 300,00**
837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	R$ 200,00	R$ 100,00	R$ 500,00	**R$ 266,67**
									R$ 215.400,00

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: E-MAIL VIP LEILÕES

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Solicitação de Avaliação de Veículos para Leilão

5 mensagens

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br> 17 de novembro de 2023 às 15:21
Para: dpo@vplpar.com

Boa tarde,
Prezado, solicitamos uma avaliação de veículos deste Ministério Público que serão considerados para leilão o mais breve possível. É Importante conter na proposta a identificação do proponente, a assinatura, CNPJ e cargo ou função que exerce na empresa.

Atenciosamente,
Natália Cardoso

--

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte
(98)3219-1654
(98)3219-1704
transporte@mpma.mp.br
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261,
Calhau

OFÍCIO - SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS.pdf
40K

Bruno Sherman Lopes Moraes <bruno.moraes@vipleiloes.com.br> 21 de novembro de 2023 às 07:25
Para: Kaio Pereira Arruda <kaio.arruda@vipleiloes.com.br>
Cc: "transporte@mpma.mp.br" <transporte@mpma.mp.br>

Bom dia, Kaio!

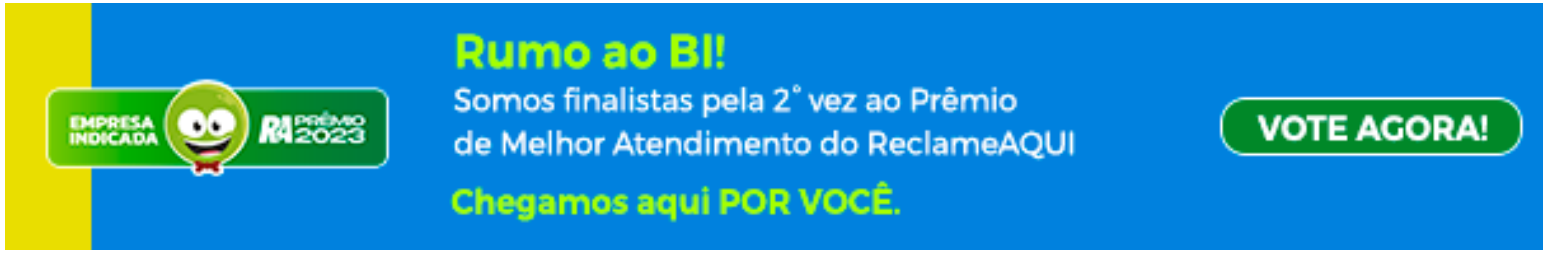
Vamos agir no e-mail infra.

At.te;

Bruno Sherman

Av. Engenheiro Emiliano Macieira, N 05, KM 07 - Maracanã, São Luís - MA
98 98167-6331
vipleiloes.com.br

MAIOR COBERTURA EM LEILÕES DO PAÍS



De: DPO - Atendimento ao Titular <dpo@vplpar.com>
Enviada em: segunda-feira, 20 de novembro de 2023 13:35
Para: Bruno Sherman Lopes Moraes <bruno.moraes@vipleiloes.com.br>
Assunto: ENC: Solicitação de Avaliação de Veículos para Leilão

Bruno tudo bem?

É com vc isso?

[Texto das mensagens anteriores oculto]

OFÍCIO - SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS.pdf
40K

Kaio Pereira Arruda <kaio.arruda@vipleiloes.com.br> 22 de novembro de 2023 às 12:26
Para: Bruno Sherman Lopes Moraes <bruno.moraes@vipleiloes.com.br>
Cc: "transporte@mpma.mp.br" <transporte@mpma.mp.br>

Boa Tarde, Nathalia!

Conforme tratativas, envio em anexo a avaliação referente aos bens disponibilizados para processo de leilão.

Aguardo retorno sobre o processo.

Atenciosamente,

KAIO ARRUDA
Gerente Leilões Públicos
098 99935-8079
www.vipleiloes.com.br

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente

[Texto das mensagens anteriores oculto]

BENS PATIMONIO PROC. GERAL DO MA 2023 assinado.pdf
291K

Kaio Pereira Arruda <kaio.arruda@vipleiloes.com.br> 22 de novembro de 2023 às 14:10
Para: "transporte@mpma.mp.br" <transporte@mpma.mp.br>
Cc: "transporte@mpma.mp.br" <transporte@mpma.mp.br>

Boa Tarde, Nathalia!

Segue atualização conforme tratativas.

Atenciosamente,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

BENS PATIMONIO PROC. GERAL DO MA 2023 OFICIAL_signed.pdf
357K

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br> 24 de novembro de 2023 às 13:26
Para: Kaio Pereira Arruda <kaio.arruda@vipleiloes.com.br>

Boa tarde,
Acuso o recebimento da proposta.

Atenciosamente,

Natália Cardoso

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte
(98)3219-1654
(98)3219-1704
transporte@mpma.mp.br
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261,
Calhau

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: E-MAIL JH LEILÕES

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Avaliaçao de veiculos

3 mensagens

José Henrique Frazão <jh.frazao@hotmail.com> 31 de janeiro de 2024 às 19:03
Para: "transporte@mpma.mp.br" <transporte@mpma.mp.br>

Atenção Sra. Natalia,

Segue proposta em anexo

José Henrique de Moura Ferro Frazão
Leiloeiro Publico Oficial do Estado do Maranhão
JUCEMA nº 015/98
(98) 99971-5344

Proposta 2.pdf
46K

José Henrique Frazão <jh.frazao@hotmail.com> 1 de fevereiro de 2024 às 12:37
Para: "transporte@mpma.mp.br" <transporte@mpma.mp.br>

Segue proposta

José Henrique de Moura Ferro Frazão
Leiloeiro Publico Oficial do Estado do Maranhão
JUCEMA nº 015/98
(98) 99971-5344

De: José Henrique Frazão <jh.frazao@hotmail.com>
Enviado: quarta-feira, 31 de janeiro de 2024 19:03
Para: transporte@mpma.mp.br <transporte@mpma.mp.br>
Assunto: Avaliaçao de veiculos

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Proposta 3.pdf
46K

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br> 1 de fevereiro de 2024 às 12:44
Para: José Henrique Frazão <jh.frazao@hotmail.com>

Boa tarde, proposta recebida, muito obrigada!

Atenciosamente,
Natália Cardoso
[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte
(98)3219-1654
(98)3219-1704
transporte@mpma.mp.br
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261,
Calhau

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: E-MAIL GR LEILÕES

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

SOLICITAÇÃO DE REENVIO DE PROPOSTA

6 mensagens

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br> 9 de janeiro de 2024 às 11:39
Para: grleiloes@grleiloes.com

Bom dia,

Para devida prossecução do processo, solicitamos o reenvio da proposta com a inclusão do CNPJ, nome e cargo/função do proponente com máxima brevidade.

Atenciosamente,

Samara Almeida – Setor de Transporte

--

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte
(98)3219-1654
(98)3219-1704
transporte@mpma.mp.br
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261,
Calhau

---

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 9 de janeiro de 2024 às 15:13
Para: Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Boa tarde, segue em anexo a proposta para realização do leilão atualizada.

Lembrando que leiloeiro não tem CNPJ e sim número de matrícula, conforme é exposto na proposta.

Atenciosamente, Gustavo Rocha.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br> 10 de janeiro de 2024 às 08:25
Para: grleiloes@grleiloes.com

Bom dia,
Informamos que não foi possível visualizar a proposta reenviada (anexo não recebido).
Na oportunidade, reitero que em caso de pessoa física, informar nome, CPF e cargo/função do proponente.

Atenciosamente,
Samara Almeida - Estagiária - Seção de Transporte
[Texto das mensagens anteriores oculto]
--

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte
(98)3219-1654
(98)3219-1704
transporte@mpma.mp.br
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261,
Calhau

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 10 de janeiro de 2024 às 10:03
Para: Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Bom dia, segue em anexo, por favor confirme o recebimento.

Atenciosamente, Gustavo Rocha.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Proposta 001-2024 Ministério Público.pdf
705K

---

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 10 de janeiro de 2024 às 10:16
Para: Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Bom dia, segue em anexo a avaliação já com as alterações solicitadas.

Atenciosamente, Gustavo Rocha.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Avaliação 003-2024 Ministério Público.pdf
3426K

---

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 24 de janeiro de 2024 às 11:17
Para: transporte@mpma.mp.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Avaliação 004-2024 Ministério Público.pdf
3427K

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **20 de Novembro de 2023 às 15:38 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: OFC-ST-1182023, **Código de Validação**: B260FE4C7F.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Setor de Transporte

OFC-ST - 1182023
Código de validação: B260FE4C7F

Assunto: Solicitação de Avaliação de Veículos para Leilão

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para solicitar uma avaliação de veículos que serão incluídos em um processo de leilão a ser realizado em breve. Essa avaliação é de extrema importância para esta instutição, pois ajudará a determinar o valor estimado de mercado destes bens.

A seguir, fornecemos informações dos veículos para leilão:

	PLACA	MARCA	MODELO
1	OJJ 4893	FORD	RANGER XLS 3.2
2	OJP 8633	FORD	RANGER XLS 3.2
3	OJJ 1794	FORD	RANGER XLS 3.2
4	PTB 9818	FORD	RANGER XLS 3.2
5	OJP 0647	FIAT	PALIO WEEKEND
6	OJF 4075	FIAT	PALIO WEEKEND
7	NMU 7434	FIAT	PALIO ELX
8	NHN 9393	CHEVROLET	VECTRA
9	NHO 1230	CHEVROLET	VECTRA
10	NXM 8253	NISSAN	LIVINA 1.6
11	NXM 2444	NISSAN	LIVINA 1.6
12	NXM 2454	NISSAN	LIVINA 1.6
13	NXM 7728	NISSAN	LIVINA 1.6
14	NXM 2314	NISSAN	LIVINA 1.6
15	NHP 4394	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
16	NHP 4469	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
17	NHP 4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
18	NHP 5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
19	NHP 3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
20	NHF 0293	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
21	NHP 4374	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
22	NHP 5268	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
23	NHN 8746	MITSUBISHI	L-200
24	HOO 1569	HONDA	HONDA CG CARGO
25	HPU 5308	HONDA	HONDA CG 150 JOB

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 3219-1704 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **20 de Novembro de 2023 às 15:38 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: OFC-ST-1182023, **Código de Validação**: B260FE4C7F.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 20/11/2023 às 15:34 h (*)

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

assinado eletronicamente em 20/11/2023 às 15:38 h (*)

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

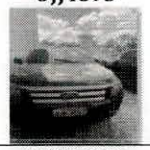
Anexo de movimentação: PROPOSTA VIP LEILÕES - ATESTADA

GRUPO VIP leilões

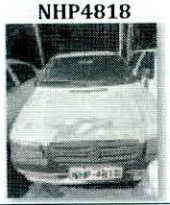
BENS PATRIMÔNIO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Procuradoria Geral de Justiça

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO/MOD	COMB	CHASSI	RENAVAM	AVALIAÇÃO FIPE	AVALIAÇÃO VIP	AVALIAÇÃO FINAL POR AVARIAS
OJJ4893 	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ163847	587405660	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 25.000,00
NXM8253 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ985711	459473140	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
NXM2444 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986856	459374834	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
NHN9393 	GM	VESTRA SD	PRETA	2008/2008	FLEX	9BGAD69W08B303293	977370224	R$ 26.884,00	R$ 13.442,00	R$ 8.000,00
NHP4394 	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179704	985780185	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

NHP4469 	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178439	985173920	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NXM2454 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ988566	459375016	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
OJP0647 	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD37315455051211	996712895	R$ 32.884,00	R$ 16.442,00	R$ 8.000,00
NHP4818 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178969	985175737	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHP5107 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178471	985171928	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

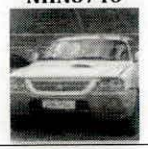
GRUPO VIP leilões

NMU7434 	FIAT	PALIO ELX FLEX	BRANCA	2009/2010	FLEX	9BD17140MA5504595	170671089	R$	26.150,00	R$ 13.075,00	R$ 8.000,00
OJF4075 	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD373154E5035825	552051535	R$	32.884,00	R$ 16.442,00	R$ 10.000,00
OJP8633 	FORD	RANGER XLS	PRETA	2014/2014	DIESEL	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	R$	86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 25.000,00
NHP3132 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179487	985781459	R$	20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHO1230 	GM	VESTRA SD	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BGAD69W09B143139	977382613	R$	29.323,00	R$ 14.661,50	R$ 10.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

NHF0293 	FIAT	UNO MILLE FIRE	BRANCA	2007/2008	FLEX	9BD15822784987529	925475858	R$ 14.858,00	R$ 7.429,00	R$ 7.000,00
HOO1569 	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCA	2000/2001	GASOLINA	9C2JC301R001704	756887224	R$ 2.783,00	R$ 1.391,50	R$ 300,00
HPU5308 	HONDA	CG 150 JOB	BRANCA	2004/2005	GASOLINA	9C2KC08305R000174	837339278	R$ 6.584,00	R$ 3.292,00	R$ 200,00
OJJ1794 	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L2EJ161536	587404124	R$ 114.501,00	R$ 57.250,50	R$ 25.000,00
NXM7728 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986874	459423320	R$ 26.919,00	R$ 13.459,50	R$ 10.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

NXM2314 	NISSAN	LIVINA 16 /	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ988776	459343831	R$ 26.919,00	R$ 13.459,50	R$ 5.000,00
NHP4374 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179500	985776560	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHN8746 	MMC	L200 OUTDOOR	BRANCA	2008/2008	DIESEL	93XHNK7408C846286	977808971	R$ 52.675,00	R$ 26.337,50	R$ 20.000,00
OJJ5188 	FORD	RANGER XLS CD4M32 MOTOR DESMONTADO (Na condição que se encontra)	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ167977	00587402148	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 20.000,00
NHP5268 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96180579	985401680	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
TOTAL DE AVALIAÇÃO R$ 260.500,00										

Kaio Pereira Arruda

Gerente de Leilões

Vip Gestão e Logística S. A

08.187.134/0001-75

São luís – MA 10 de janeiro de 2024

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: PROPOSTA JH LEILÕES - ATESTADA

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO
Leiloeiro Público Oficial do Estado
JUCEMA Nº 015/98

Solicitação de Avaliação de Veículos para Leilão

	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	ESTADO DE CONSERV.	CHAVES	PREÇO FIPE	VALOR INICIAL	OBS. GERAIS
1	OJJ 4893	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Pessimo		R$ 104.521,00	R$ 35.000,00	
2	OJP 8633	FORD	RANGER XLS 3.2	2014/2014	Pessimo		R$ 107.690,00	R$ 7.000,00	Motor retirado do local na caçamba
3	OJJ 1794	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Bom		R$ 104.521,00	R$ 35.000,00	
4	OJJ 5188	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Pessimo		R$ 104.521,00	R$ 7.000,00	Motor retirado do local na caçamba
5	OJP 0647	FIAT	PALIO WEEKEND	2013/2014	Pessimo		R$ 40.170,00	R$ 8.500,00	
6	OJF 4075	FIAT	PALIO WEEKEND	2013/2014	Ruim		R$ 40.170,00	R$ 8.500,00	
7	NMU 7434	FIAT	PALIO ELX	2009/2010	Ruim		R$ 21.887,00	R$ 4.500,00	
8	NHN 9393	CHEVROLET	VECTRA	2008/2009	Ruim		R$ 29.208,00	R$ 4.000,00	
9	NHO 1230	CHEVROLET	VECTRA	2008/2009	Regular		R$ 29.208,00	R$ 5.000,00	
10	NXM 8253	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Pessimo		R$ 23.951,00	R$ 6.500,00	
11	NXM 2444	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Ruim		R$ 23.951,00	R$ 7.000,00	
12	NXM 2454	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Ruim		R$ 23.951,00	R$ 7.000,00	
13	NXM 7728	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Regular		R$ 23.951,00	R$ 9.000,00	
14	NXM 2314	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Regular		R$ 23.951,00	R$ 9.000,00	
15	NHP 4394	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

16	NHP 4469	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
17	NHP 4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
18	NHP 5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2008	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 4.500,00	
19	NHP 3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 4.500,00	
20	NHF 0293	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2007/2008	Regular		R$ 13.981,00	R$ 4.500,00	
21	NHP 4374	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2009/2010	Regular		R$ 17.135,00	R$ 5.000,00	
22	NHP 5268	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Regular		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
23	NHN 8746	MITSUBISHI	L-200	2008/2008	Regular		R$ 52.675,00	R$ 20.000,00	
24	HOO 1569	HONDA	HONDA CG CARGO	2000/2001	Pessimo		R$ 2.698,00	R$ 500,00	
25	HPU 5308	HONDA	HONDA CG 150 JOB	2004/2005	Pessimo		R$ 6.592,00	R$ 500,00	
							TOTAL	**R$ 212.500,00**	

A presente avaliação tem levado em conta os seguintes parâmetros observados na visitação dos bens que serão levados a Leilão:

1) Estado de conservação;
2) Ano/modelo do veículo;
3) Motor
4) Lataria
5) Tabela Fipe para comparação com os valores avaliados.

JOSÉ HENRIQUE DE MOURA FERRO FRAZÃO
Leiloeiro Público Oficial do Estado do Maranhão
JUCEMA Nº 015/98
CPF: 095.360.193-53
Data: 31/01/2024

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Maiores informações: 98 999715344

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: ETP - ATESTADO

Estudo Técnico Preliminar

1. Descrição da necessidade

Justifica-se a presente contratação em razão da necessidade de desfazimento dos bens móveis inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Sendo assim, faz-se necessário a contratação de serviço de leiloeiro oficial para a condução do processo de alienação, na modalidade Leilão, dos bens permanentesinservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.

2. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS SEÇÃO DE TRANSPORTE	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES RAQUEL JATAY CASANOVAS

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte oumesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

1. Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;
2. Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade;
3. Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão- JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;
2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento.

4. Levantamento de Mercado

Conforme levantamento realizado em demais órgãos públicos, verifica-se que os mesmos adotam esta solução como forma de atender às suas demandas de forma eficaz. Deve-se buscar uma solução que alcance os resultados pretendidos e atenda à necessidade da contratação, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

5. Descrição da solução como um todo

A contratação de profissional especialista ou empresa especializada para operacionalização do leilão, proporcionará à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ganhos de eficiência processual e ganhos econômicos resultantes da economia de custos do processo e maiores valores de arrecadação, além de proporcionar maior transparência e ampliar a possibilidade de participação no certame.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O serviço de que trata este documento não demanda definição de quantidades, podendo a quantidade de veículos a ser leiloada aumentar ou diminuir, mas a expectativa para o contrato leva em consideração a quantidade de veículos que foram avaliados, conforme preço de mercado destes bens atualmente, somando um total de 25 (vinte e cinco) veículos inserviveis no valor **de R$ 215.400,00 (duzentos e quinze mil e quatrocentos reais).**

7. Estimativa do Valor da Contratação

A remuneração do leiloeiro, de caráter obrigatória, se dará na forma prevista no parágrafo único do art. 24 do Decreto nº. 21.981/32, ou seja, em percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor de cada bem arrematado, e será efetuada diretamente pelo arrematante, sem qualquer interferência ou ônus para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

O valor estimado anual para a referida despesa é de R$ 10.770,00 (dez mil e setecentos e setenta reais).

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os atos que culminam com a realização de um leilão são concatenados e dependentes da pré-existência do outro para serem realizados. É o caso da remoção ou recolhimento, depósito, guarda, avaliação, limpeza e organização da sessão pública do leilão. Dessa forma, todos os serviços encontram-se interligados de modo que o parcelamento da solução inviabiliza o gerenciamento do leilão de maneira eficiente.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes relativas à esta contratação.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A almejada contratação está alinhada com os planejamentos da Instituição.

11. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados com a presente contratação incluem, entre outros, a redução do custo operacional na gestão dos bens inservíveis; na mitigação nos riscos de furto dos bens; na redução nos custos de controle e segurança; na prevenção ao perdimento do bem por deterioração ou danos; além de dar destinação adequada ao bem considerado ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável.

Por fim, a contratação de leiloeiros almeja também a obtenção de melhores preços nos bens a serem leiloados por meio da possibilidade de participação no Leilão via WEB, ampliando significativamente o número de potenciais Arrematantes-Compradores e tornando a disputa mais acirrada, o que aumenta a eficácia nos lances como também diminui a possibilidade de combinação de preços.

12. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de adequações no ambiente do órgão ou de capacitação específica de servidores para atuarem na execução ou fiscalização do contrato.

13. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais, uma vez que a mesma objetiva a destinação ambientalmente adequada.

14. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida é viável, atendendo às necessidades demandadas, com ganhos em eficiência e economicidade.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
Chefe de Seção

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: TERMO DE REFERÊNCIA - ATESTADO

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços elencados no objeto deste termo se faz necessária em razão de haver, nesta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, veículos em condições de obsolescência e que passam a ter rendimento precário com manutenção onerosa, tornando-os antieconômicos.

Frisa-se também o fato desta Procuradoria Geral de Justiça não possuir servidor qualificado para exercer a função de leiloeiro, nem estrutura física e pessoal disponível para a realização de leilão, face à urgência de se efetuar a alienação de bens móveis inservíveis para o órgão, tais como: veículos e sucatas de veículos, tendo em vista a falta de espaço físico para armazenamento desses bens, que a cada dia vão se deteriorando e onerando a administração pública, devendo, assim, o procedimento de tal alienação se dar mediante Leilão Público a ser conduzido por Leiloeiro Oficial.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, observará as normas e procedimentos administrativos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 21.981/32 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

4.2. Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.3. A quantidade de bens apresentada na planilha constante no Anexo I é mera expectativa, não havendo o compromisso por parte da Procuradoria Geral de Justiça de levar à Leilão todos os bens nela elencados, servindo a referida planilha apenas como referência para o contratado**,** podendo a quantidade de veículos a ser leiloada aumentar ou diminuir.

4.4. Se algum bem discriminado na planilha constante no Anexo I porventura não puder ser levado à Leilão, poderá ser substituído por outro bem inservível não constante da referida planilha.

4.5. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado;

4.6. Os bens serão vendidos somente à vista, mediante a emissão de Notas de Vendas em Leilão, nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no edital. Os lotes dos bens serão formados pelo leiloeiro, segundo as técnicas de leilão, com a supervisão da Coordenadoria e Serviços Gerais, contendo dados relativos aos bens integrantes de cada lote, com vistas a sua avaliação e definição do lance mínimo por parte da Comissão, ou seja, o (a) leiloeiro(a) poderá propor o (s) valor(es) mínimos para os lance(s), que será(ão) objeto de apreciação e validação da Comissão, observadas ascaracterísticas do mercado local de realização do leilão.

4.7. Nos casos dos veículos arrematados, poderão ser pagos À VISTA ou, ainda, parcelado, nas condições percentuais abaixo, ficando o Leiloeiro com total responsabilidade sobre o recebimento do valor arrematado:

4.7.1. 50% (CINQUENTA POR CENTO) como sinal e princípio de pagamento, no ato da arrematação, juntamente com o percentual de comissão preestabelecido no subitem 12.1; devendo os 50% (CINQUENTA POR CENTO) complementares serem pagos, impreterivelmente, até cinco dias úteis depois da realização do respectivo leilão;

4.8. Os bens cujos pagamentos decorrentes da alienação não se processarem dentro do prazo ou formas estipuladas no item anterior, serão reintegrados ao patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, perdendo os arrematantes os valores pagos, sem que lhes caiba qualquer direito a reclamações judiciais ou extrajudiciais;

4.9. Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

4.10. Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

a) Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;

b) Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade.

c) Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

4.11. Os leiloeiros contratados deverão possuir a seguinte estrutura mínima para a execução dos serviços:

a) Comprovação de disponibilidade de infraestrutura mínima necessária à execução dos serviços;

b) Comprovação de propriedade/posse ou declaração de disponibilidade, através de documento assinado pelo proprietário/possuidor do terreno autorizando o uso do local para os fins aqui descritos;

c) Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro.

4.12. Os pátios disponibilizados poderão ser compartilhados por outros contratantes do leiloeiro e sua posse deverá ser comprovada por documentação legal. No caso em que o pátio seja compartilhado, deverá haver uma separação física entre as áreas de uso da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão e dos demais usuários.

4.13. As despesas com a guarda dos bens no pátio do Leiloeiro estão incluídas até a data da arrematação dos mesmos, e, após, ficarão a cargo dos Arrematantes, devendo ser pagas diretamente ao Leiloeiro, não tendo a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão qualquer responsabilidade após a arrematação dos bens.

4.14. O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

4.15. Caberá ao contratado realizar minuciosa filmagem de todos os lotes integrantes do leilão público, para disponibilizar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, bem como exibi-la aos arrematantes na data prevista para realização do leilão.

4.16. O contratado deverá declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou

móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.17. Caberá ao contratado elaborar os avisos de leilão, bem como o Edital, submetendo as respectivas minutas para aprovação da Coordenadoria de Serviços Gerais e posterior publicação no **Diário Eletrônico do Ministério Público, bem como em jornais de grande circulação.**

4.18. A Divulgação do leilão pelo contratado deverá ser realizada das seguintes formas:

a) Editais publicados em jornais de grande circulação;

b) Mala eletrônica para os potenciais clientes no sítio eletrônico do leiloeiro;

c) Internet através do site do leiloeiro com a descrição completa dos veículos, fotos econdições gerais de venda e pagamento.

d) Distribuição de material publicitário impresso sobre o evento (exemplo: folheto, cartilha,catálogo, livrete, dentre outros inerentes aos serviços de publicidade).

4.19. Na divulgação do evento na internet e no material impresso deverá constar a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão oficial, telefones e endereço eletrônico (e-mail) para contatos e esclarecimentos adicionais.

4.20. O leiloeiro deverá disponibilizar atendimento em seu escritório, por telefone, ou e-mail, para maiores esclarecimentos sobre o leilão.

4.21. O contratado deverá viabilizar o acompanhamento do evento no local em que ocorrerá o leilão, sendo projetados em tela a descrição do lote e os respectivos lances recebidos, ou ainda, os ofertados via Internet.

4.22. O contratado deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, inclusive, informando-lhes que os mesmos terão o prazo máximo e improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva integralização do valor de arrematação e de seus acréscimos, para proceder à transferência de propriedade dos veículos junto ao DETRAN/MA, sob pena, de a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ingressar com ação, visando a busca e apreensão dos mesmos, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

4.23. O contratado deverá providenciar em cartório cópia autenticada dos comprovantes de transferência de propriedade de todos os veículos alienados, devidamente assinados e datados, para que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão possa cumprir o que determina o Art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

4.24. O contratado deverá lavrar notas, recibos ou atos de arrematação para cada comprador.

4.25. O contratado deverá entregar à Coordenadoria de Serviços Gerais, Ata do Leilão, relatório final do

leilão e relatório de prestação de contas.

4.25.1. A Ata de Leilão deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis a partir do encerramento da sessão, devendo conter no mínimo a descrição de todos os lances ofertados para os lotes,constando o nome completo/empresa, endereço e telefone dos ofertantes; nome completo/empresa, endereço e telefone dos arrematantes e demais fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem.

4.25.2. No relatório final de cada leilão, a ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de encerramento do Leilão, deverá constar, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

4.25.3. O relatório de prestação de contas, no mesmo prazo para apresentação do relatório final do leilão, deverá ser acompanhado do demonstrativo financeiro, cópias das faturas de leilão ecópias dos comprovantes de pagamento (Notas Fiscais) correspondentes.

5. DA VISTORIA

5.1. Sistema de vistoria por aplicativo em dispositivo móvel - Deverá possuir como funcionalidade e ser capaz de:

5.1.1 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os dados de localização (via GPS do dispositivo) do veículo a ser recolhido de maneira automática através de coordenadas utilizando programa de localização;

5.1.2 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, no mínimo, 10 fotos necessárias para o processo de recolhimento ao pátio e dados do condutor e/ou responsável;

5.1.3 Capacidade de leitura via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, de etiquetas TAG para controle e cadastramento do veículo a ser rebocado;

5.1.4. Deve permitir introduzir, via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os pontos de localização de eventuais avarias do veículo (a indicação poderá ocorrer por click em uma figura representando o veículo ou por seleção em uma lista pré-definida).

5.1.5 Permitir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, a gravação de áudio sobre a situação do veículo ou qualquer observação pertinente sobre a vistoria;

5.1.6 Comprovar que todas as informações registradas no ato da remoção dos veículos sejam transmitidas “online” para o sistema de gerenciamento de pátios;

5.1.7 Permitir a assinatura digital do responsável pelo reboque e do vistoriador em campos específicos.

5.1.8 Emitir em impressora portátil e através de arquivo tipo PDF, a vistoria completa (com fotos) com todos os dados necessários para a perfeita caracterização do estado do veículo.

6. DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES

6.1. O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em comum acordo entre as partes, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.2. Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

6.3. A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal do contrato, com o auxílio da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis.

7.2. O Gestor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

7.3. O gestor e o Fiscal do contrato, no exercício da fiscalização, exigirão o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio de notificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.4. A Comissão, no exercício da fiscalização, exigirá o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio denotificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.5. A fiscalização exercida no interesse da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Realizar leilão em dia e hora previamente designado em edital de licitação, de acordo com a prestação de serviço contratado, no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão;

8.2. Empenhar-se na obtenção do melhor preço possível para o bem a ser leiloado;

8.3. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, de acordo com o especificado neste Termo de Referência;

8.4. Manter sob especial guarda e conservação os bens administrativos que receber na condição de fiel depositário;

8.5. Promover a mais ampla divulgação dos leilões, por todos os meios impressos e eletrônicos disponíveis;

8.6. Fornecer meios para que os interessados em geral possam vistoriar e examinar quaisquer bens administrativos destinados a leilão, mantendo horário de funcionamento ininterrupto do depósito, galpão ou garagem, das 8:00 às 18:00 horas;

8.7. Arcar com as despesas necessárias à guarda, conservação e ao deslocamento dos bens administrativos ao pátio do contratado e com as de publicidade e realização dos leilões;

8.8. Não serão levados a leilão os bens em relação aos quais a Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais Inservíveis comunicar a suspensão da alienação, por escrito, até as 18h do dia anterior ao evento;

8.9. Conduzir as atividades necessárias à realização do leilão;

8.10.Efetuar avaliação dos preços de mercado dos bens a leiloar;

8.11. Comprovar documentalmente que possui uma ou mais áreas apropriadas para a guarda e alienação dos bens (local próprio ou de terceiros), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

8.12. Apresentar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, em até 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do Contrato, Cronograma de ações contendo todas as datas previstas para a realização dos procedimentos preparatórios e principalmente a data para realização do primeiro Leilão;

8.13. Providenciar junto ao DETRAN-MA todos os procedimentos legais necessários para a baixa dos registros dos veículos considerados sucatas, inclusive o recorte dos CHASSIS.

8.14. Administrar e custear todos os assistentes, auxiliares e outros recursos humanos e materiais envolvidos e necessários à boa condução dos procedimentos do leilão.

8.15. Preparar e organizar a visitação dos bens inservíveis com segurança especializada e equipe devidamente treinada para atendimento aos interessados.

8.16. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes e da execução do contrato, bem como pelo pagamento emolumentos, prêmio de seguro, e demais despesas decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.17. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;

8.18. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.19. Não se pronunciar em nome da Procuradoria Geral de Justiça a órgãos de imprensa, sobre

quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados, salvo mediante prévia e expressa autorização do ente;

8.20. Responder por toda documentação que lhe for entregue pela Procuradoria Geral de Justiça, que acompanhará e fiscalizará sua correta utilização;

8.21. Adotar todas as demais providências correlatas ao exercício da função de leiloeiro e suprir todos os custos necessários à regularidade e boa condução dos leilões que presidir;

8.22. Dar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para o leilão, tanto na divulgação (propaganda) quanto, principalmente na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor ou liquidez dos mesmos;

8.23. Apresentar, a tempo e modo, assim que solicitado pelo CONTRATANTE, todo e qualquer documento atinente à execução do contrato, em especial a Nota Fiscal/Fatura dos materiais;

8.24. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços contratados, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto, em consonância com o previsto no art. 11 e 12 do Decreto nº 21.981, de 19/10/32;

8.25. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente contrato;

8.26. Responder pelos eventuais danos causados à CONTRATANTE e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidasjudiciais ou extrajudiciais necessárias;

8.27. Reproduzir e distribuir editais antes e durante o leilão;

8.28. Responsabilizar-se pelo cumprimento das disposições legais e administrativas necessárias à realização do evento;

8.29. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.30. Remeter mala direta aos interessados e arrematantes integrantes do cadastro do Licitante Vencedor;

8.31. Instalar secretaria no local do leilão para atendimento aos compradores e recebimento das importâncias apuradas, com máquinas, equipamentos de som e equipe de empregados qualificados, suficientes para secretariar o Leiloeiro Público Oficial;

8.32. Atentar sempre para os melhores interesses da Procuradoria Geral de Justiça;

8.33. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para a Procuradoria Geral de Justiça;

8.34. Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Procuradoria Geral de Justiça, durante a vigência do contrato.

8.35. Informar o arrematante que o mesmo terá o prazo de 30 (trinta) dias, contatos da data da efetiva integralização do valor de arrematação e dos acréscimos, para proceder a transferência da propriedade do veículo junto ao DETRAN-MA, sob pena desta Procuradoria Geral de Justiça ingressar com ação, visando a busca e apreensão do mesmo, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar todas as fases do Leilão, exercendo ampla fiscalização sobre os serviços Contratados, por intermédio da Coordenadoria de Serviços Gerais, à qual o Leiloeiro Público Oficial deverá facilitar o exercício de suas funções;

9.2. Fornecer ao Leiloeiro a relação dos bens inservíveis a serem alienados e a respectiva avaliação;

9.3. Determinar juntamente com o Leiloeiro Público Oficial, data e hora para realização dos Leilões;

9.4. Verificar e aprovar previamente o edital;

9.5. Fiscalizar o desempenho do contratado, de modo a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas;

9.6. Efetuar o pagamento de acordo com o pactuado.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

10.1.1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão- JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;

10.1.2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento;

10.1.3. Dispor de Carteira de Exercício Profissional como leiloeiro oficial (pessoa física) perante a Junta Comercial do Maranhão;

10.1.4. Ser inscrito perante a Instituição de Previdência Social como Leiloeiro (pessoa

física) e estar regular com as respectivas contribuições;

10.1.5. Declarar não ter parentesco, até o terceiro grau civil, com os membros e servidores da Procuradoria Geral de Justiça, aplicando-se igual proibição aos seus contratados;

10.1.6. Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro;

10.1.7. Declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. **Será desclassificada a proposta que deixar de contemplar a totalidade dos serviços objeto desta licitação.**

11.2. O critério de julgamento das propostas será do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** fornecido pelo leiloeiro à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, ou seja, vencerá aquele que ofertar o maior percentual de desconto na comissão sobre o valor final das vendas (artigo 24 do Decreto Federal nº 21.981/32 e artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/33), compreendido o limite entre 0% (zero por cento) e 5% (cinco por cento).

11.3. **Em caso de empate** entre duas ou mais propostas e após obedecido o disposto no art. 60º da Lei 14.133/21, a classificação se fará obrigatoriamente pelo disposto do parágrafo 1° do artigo 60 da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores não deverão possuir mais de duas casas decimais após a vírgula.

11.5. O leiloeiro deverá propor uma uma taxa de comissão, a ser paga pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão de, no máximo, 5% (cinco por cento) com base no art. 24 do Decreto 21.981, de 1932.

11.6. Os licitantes poderão vir a ser chamados pelo pregoeiro para demonstrar a exequibilidade de suas propostas.

11.7. Os bens serão adquiridos pelo maior preço ofertado, acrescido do percentual de comissão do(a) leiloeiro(a), e que não será dedutível do preço de arrematação, na forma prevista no Decreto nº 21.081/32.

11.8. Não sendo aceitável a proposta ou o lance de menor percentual, ou ainda, caso o leiloeiro não atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance

subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.9. Ocorrendo a situação referida no subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com o leiloeiro para que seja obtido preço melhor, em conformidade com o interesse da administração pública;

11.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o leiloeiro será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12. DA FORMA DE REMUNERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILOEIRO OFICIAL

12.1. Será efetuada pelo arrematante o percentual de 5% (cinco por cento), do valor da arrematação, conforme previsto no parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981/32, em consonância com o disposto no artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/1933 e Instrução Normativa nº 113, de 28 de abril de 2010 e pelo comitente contratante (PGJ MA), se for o caso, nos termos da proposta apresentada pela contratada, no percentual máximo de 5% (cinco por sento) do valor dos bens leiloados, de acordo com o artigo 24 do Decreto n 21.981/32.

12.2. Da comissão recebida pelo Leiloeiro Contratado, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

12.3. O leiloeiro vencedor deverá prestar contas da receita arrecadada com o leilão dos bens, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados após a integralização dos pagamentos, juntamente a Fatura do Leilão, salvo greve bancária, cheque com insuficiência de fundos, compensação de cheques de outra praça, de acordo com as regras do Banco Central, e conforme legislação corrente, sendo necessário, portanto, a ressalva expressa destes incidentes, bem como a fixação de novo prazo para repasse dos valores, acrescidos de mora e multa, repassados à Procuradoria Geral de Justiça.

12.4. O relatório de prestação de contas deverá conter o demonstrativo financeiro, comprovantes de despesas realizadas em consonância com as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, os comprovantes de arrematação com as Notas Fiscais correspondentes, bem como recolhimento do valor total das importâncias recebidas.

12.5. No relatório final de cada leilão deverá constar ainda, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

12.6. O recolhimento das importâncias deverá ser efetuado no **Fundo Especial do Ministério Público, no Banco do Brasil, Agência nº 3846-6, Conta Corrente nº 5879-3**, de acordo com as instruções que serão fornecidas ao contratado durante a execução do contrato, de forma a não prejudicar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.7. Não cabe à Procuradoria Geral de Justiça qualquer responsabilidade pela cobrança da

comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelas partes envolvidas.

13. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor estimado anual para a presente despesa é **de R$ 10.770,00 (dez mil e setecentos e setenta reais)**, corresponde ao pagamento do limite de 5% (cinco por cento) de comissão pelo contratante, nos termos do art. 24 do Decreto Federal n 21.981/32, considerando, especificadamente, o valor arrecadado dos bens levados a leilão, cuja avaliação é de **R$ 215.400,00** (duzentos e quinze mil e quatrocentos reais).

14. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº. 14.133/21.

14.2. Não será cabível reajuste de preço uma vez que a remuneração se dará por percentual de taxa de comissão aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados, o qual permanecerá fixo durante toda a execução do contrato.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei n° 14.133/21 o Contratado que:

15.1.1 Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

15.1.2 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.

15.1.3 Fraudar na execução do objeto.

15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo.

15.1.5 Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 O Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1Advertência por escrito.

15.2.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente ao mês em quefor constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência ou no termo contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

15.2.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos bens avaliados destinados a Leilão, nos casos de recusa injustificada de executar o objeto, prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização.

15.2.4 Desatender às determinações da fiscalização.

15.2.5 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Leilão, e destinados a Leilão, nos seguintes casos:

A)Ocasionar sem justa causa, atrasos superiores a 30 (trinta) dais na execução dos serviços contratados;

B)Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado

C)Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no Edital e Anexos.

D)Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras sanções.

15.2.6 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça, pelo prazo de até 02 (dois)anos.

15.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitaçãoperante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Procuradoria Geral de Justiça pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.3 As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

15.5 Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a CONTRATANTE continuará efetivando os descontos nos meses subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído à penalidade, ou, se entender mais conveniente, poderá descontar o valor remanescente dagarantia prestada, ou ainda, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente.

15.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 14.133/21.

16 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo, por mútuo acordo entre as partes, sua execução se estender, por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal n°14.133/21.

16.2Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

16.3A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

16.4Durante a vigência do contrato o leiloeiro fará tantos leilões quantos forem necessários a fim de proceder à venda dos bens administrativos inservíveis pertencentes a esta Procuradoria.

17 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1 O Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, com as

consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

17.2 Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

17.3 O CONTRATADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

17.4 O termo de extinção será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e Indenizações e multas.

18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não será necessário informar dotação orçamentária, uma vez que o valor correspondente ao percentual incidente sobre o valor de cada bem arrematado, referente à comissão devida pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO pelas despesas desempenhadas na realização das tarefas mencionadas no item 4, será deduzido pelo CONTRATADO do valor de venda de cada bem arrematado, sendo, assim, recolhido à CONTRATANTE o saldo resultante do valor líquido das vendas.

São Luís - MA, 27 de novembro de 2023.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

ANEXO I
VEÍCULOS PARA LEILÃO

	PLACA	MARCA	MODELO
1	OJJ4893	FORD	RANGER
2	OJP8633	FORD	RANGER
3	OJJ1794	FORD	RANGER
4	OJJ5188	FORD	RANGER
5	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED
6	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED
7	NMU7434	FIAT	PALIO
8	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA
9	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA
10	NXM8253	NISSAN	LIVINA
11	NXM2444	NISSAN	LIVINA
12	NXM2454	NISSAN	LIVINA
13	NXM7728	NISSAN	LIVINA
14	NXM2314	NISSAN	LIVINA
15	NHP4394	FIAT	UNO MILLE
16	NHP4469	FIAT	UNO MILLE
17	NHP4818	FIAT	UNO MILLE
18	NHP5107	FIAT	UNO MILLE
19	NHP3132	FIAT	UNO MILLE
20	NHF0293	FIAT	UNO MILLE
21	NHP4374	FIAT	UNO MILLE
22	NHP5268	FIAT	UNO MILLE
23	NHN8746	MITSUBISHI	L-200
24	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO
25	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **31 de Janeiro de 2024 às 14:41 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-ST-102024, **Código de Validação**: D245F3C36E.

MEMO-ST - 102024
Código de validação: D245F3C36E

JUSTIFICATIVA DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o que dispõe no artigo 23, § 1º, parágrafo IV, sobre a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores.

I. **Objeto:** Constitui objeto do presente, a ESCOLHA DE LEILOEIROS OFICIAIS que comprovem capacidade técnica para a realização de leilão, bem como preparação, organização, condução e serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens patrimoniais declarados inservíveis e antieconômico, desta instituição, de acordo com a nova lei de licitações 14.133/2021.

II. **Razão da Escolha do Fornecedores:** A escolha destes fornecedores, deve-se a sua experiência no mercado de leilões, disponibilidade de avaliação dos veículos inservíveis, bem como capacidade técnica e operacional em realizar o processo de alienação de veículos de maneira eficaz. Essa escolha também está alinhada com a necessidade de garantir a qualidade na condução do processo, evitando possíveis problemas que possam comprometer a eficiência e legalidade da execução deste processo licitatório.

III. **Da Fundamentação Legal:** A Constituição Federal prevê, no artigo 23, **§ 1º,** no processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

Dessa maneira, conforme solicitado, justifica-se no item 2 deste termo, a razão da escolha destes fornecedores.

IV. **Das Disposições Finais:** Considerando o exposto nesta justificativa e de acordo com as normas legais, acreditamos que a decisão de escolha dos fornecedores está devidamente alinhada com a diretrizes estabelecidas pela nova lei de licitações 14.133/2021.

assinado eletronicamente em 31/01/2024 às 14:41 h (*)

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

assinado eletronicamente em 31/01/2024 às 14:33 h (*)

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **31 de Janeiro de 2024 às 14:41 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-ST-102024, **Código de Validação**: D245F3C36E.

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 3219-1704 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: PROPOSTA GR LEILÕES - ATESTADA

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

Avaliação nº 004/2024
Ao Ministério Público do Estado do Maranhão

Gustavo Martins Rocha, Leiloeiro Oficial do Maranhão, CPF: 085.248.657-09; matrícula na JUCEMA de número 017/2006, tem o prazer e a honra de submeter a vossa apreciação a presente avaliação, objetivando a realização de leilão de veículos pertencentes ao Ministério Público do Estado do Maranhão que se encontram na unidade de São Luís.



Item	01
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ4893
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 30.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Declaro para os devidos fins, que o material/serviço constante nesta N. F. foi recebido/executado
São Luís ____/____/____

Chefe do setor de Transporte
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	02
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJP8633
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2014/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 25.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	03
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ1794
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 25.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	04
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ5188
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 16.000,00
Observação	O veículo está em péssimo estado de conservação, não funciona e está com problemas mecânicos (faltam muitas peças).

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	05
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJP0647
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	06
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJF4075
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Casanovas
Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	07
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio ELX
Placa	NMU7434
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

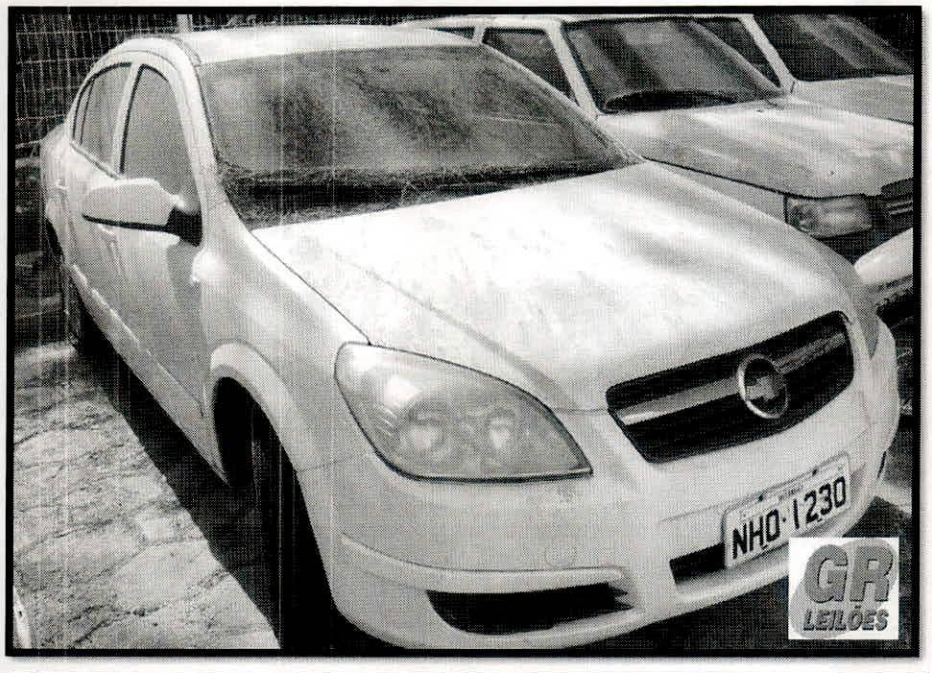


Item	08
Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHN9393
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Preta
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	09
Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHO1230
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

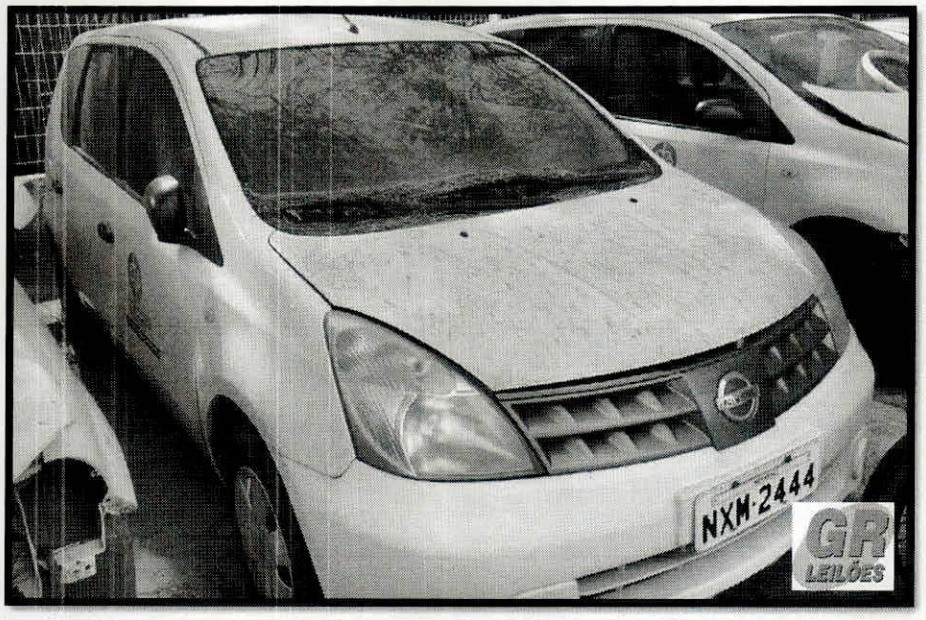
Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	10
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM8253
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	11
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2444
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06

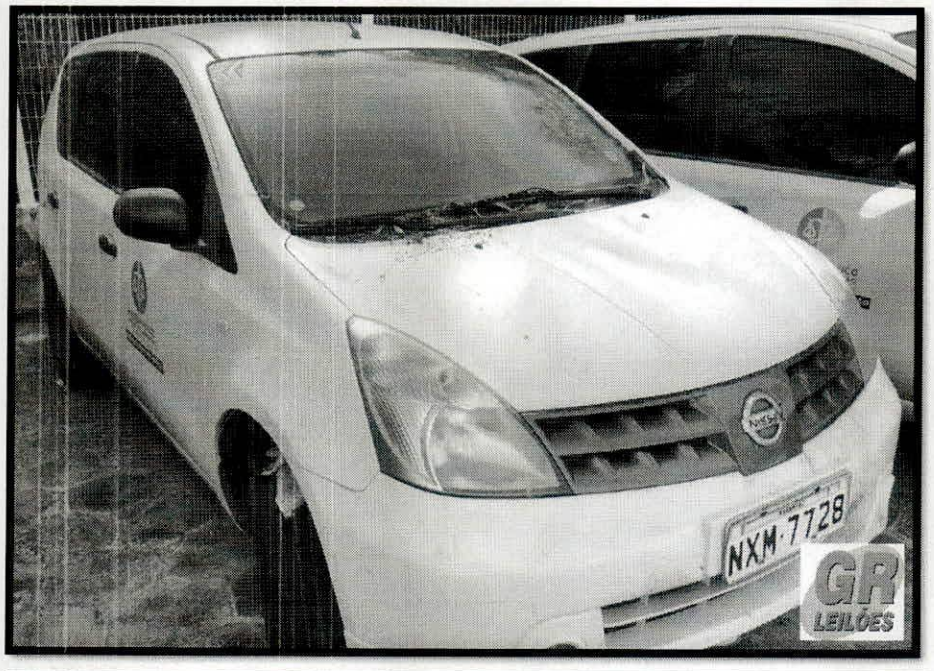


Item	12
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2454
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	13
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM7728
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	14
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2314
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	15
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4394
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	16
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4469
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	17
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4818
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	18
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5107
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	19
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP3132
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transpor
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiç

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	20
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHF0293
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2007/2008
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075872
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	21
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4374
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 5.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

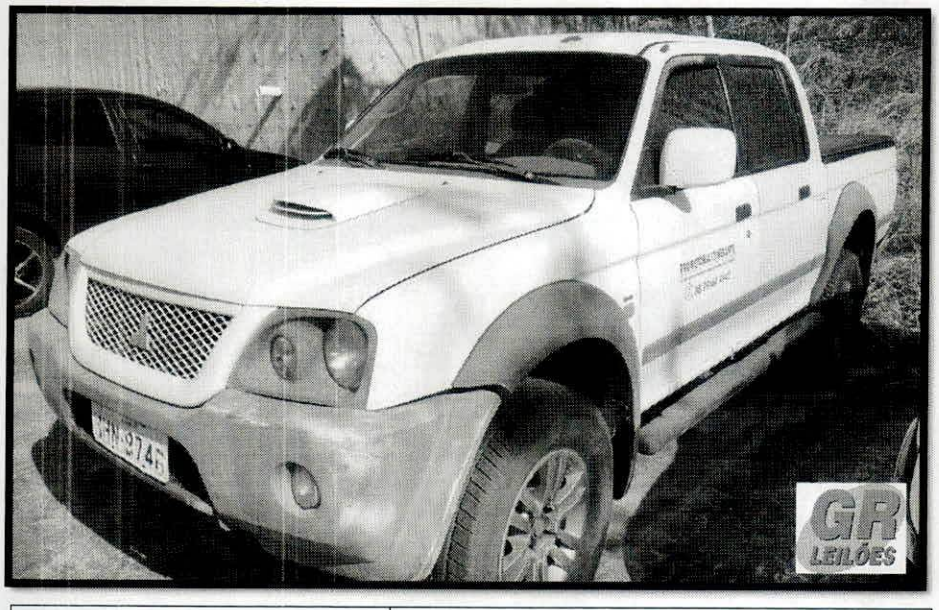


Item	22
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5268
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 5.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	23
Veículo, Marca e Tipo	Mitsubishi L-200
Placa	NHN8746
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2008
Combustível	Diesel
Cor	Branca
Avaliação	R$ 15.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

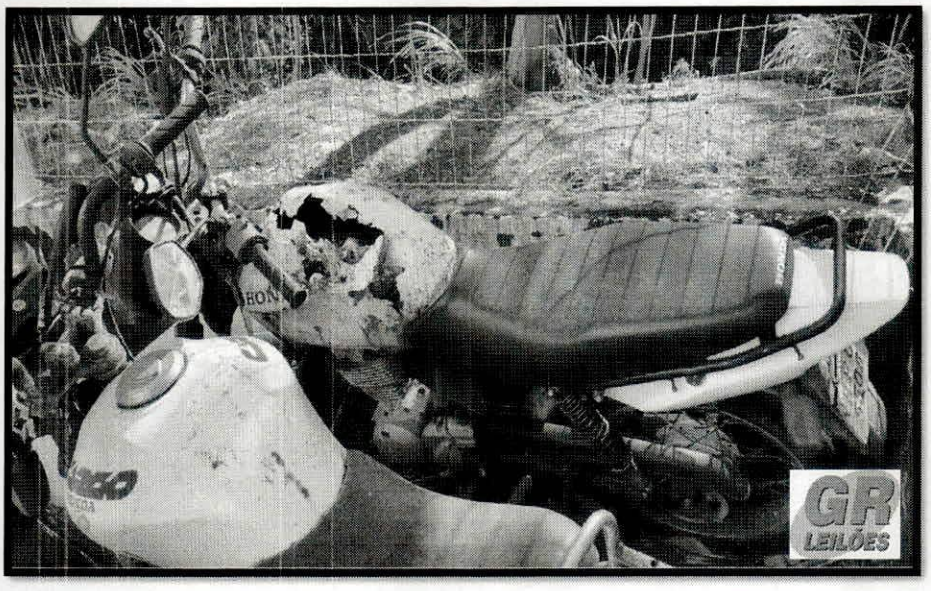


Item	24
Veículo, Marca e Tipo	Honda CG Cargo
Placa	HOO1569
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2000/2001
Combustível	Gasolina
Cor	Branca
Avaliação	R$ 100,00
Observação	A moto está sucateada.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	25
Veículo, Marca e Tipo	Honda CG 150 Job
Placa	HPU5308
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2004/2005
Combustível	Gasolina
Cor	Branca
Avaliação	R$ 100,00
Observação	A moto está sucateada.

Os valores acima avaliados serão utilizados como base para confecção de edital, sendo que servem apenas como estimativas de preços iniciais para utilização em Leilão Público.

São Luís/MA, 24 de janeiro de 2024.

Total de itens avaliados: 25
Valor total avaliado: R$ 173.200,00

Gustavo Martins Rocha
Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Mat: 017/06

Raquel Casanova
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

GR LEILÕES Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 32024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **01 de Fevereiro de 2024 às 14:45 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-ST-32024, **Código de Validação**: 49488B8184.

Setor de Transporte

DESPACHO-ST - 32024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 49488B8184

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Em atenção ao Despacho – SAF 2372024 de Vossa Senhoria, tangente às providências necessárias a serem tomadas em relação às pendências apontadas no parecer PTC-ACI – 572024, segue resposta.

Em atenção ao disposto no subitem 3.3, segue avaliação GR devidamente atestada, bem como a inclusão da data de emissão e valor total na proposta JH Leilões. Além disso, para atender ao disposto nos subitens 3.4 e 3.6, juntam-se as devidas solicitações formais de propostas aos proponentes em formato eletrônico (e-mail), conforme Art. 23, § 1º, Inciso IV, da Lei 14.133/2021. Ademais, justifica-se a escolha destes fornecedores, tendo em vista o disposto no Art. 23 da referida Lei de Licitações, como a peculiaridade do local de execução do objeto (escassez de leiloeiros oficiais), bem como a observância aos menores preços auferidos nas propostas.

Destarte, no que tange o disposto no subitem 8.4, que trata das diferenças entre menor e maior valor, deu-se prosseguimento a inclusão de nova proposta atualizada com as devidas alterações, sendo diminuídas as discrepâncias apontadas. Cabe ressaltar que a legislação ou a doutrina não definem um limite a ser utilizado na pesquisa para classificar um preço como inexequível, salvo em casos de obras e serviços de engenharia, Art. 59, § 4º.

Em relação ao item 8.5, registra-se que a pesquisa de preços utilizada segue um dos parâmetros disposto no Art. 23, § 1º, Inciso IV, da Lei 14.133/2021, que dispõe que o valor estimado poderá ser definido através de pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com justificativa de escolha destes fornecedores.

Além disso, deu-se prosseguimento à exclusão da proposta da empresa Mavel Veículos para cumprir o disposto no Art. 31, da Lei 14.133/2021, que limita a atuação à leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente na Administração.

Ademais, os apontamentos dispostos no subitem 2, 4, 5 e 6.1, não são de prerrogativa deste setor, sendo encaminhadas à SAF, para os ajustes pertinentes.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 01/02/2024 às 14:36 h (*)

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

assinado eletronicamente em 01/02/2024 às 14:45 h (*)

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **01 de Fevereiro de 2024 às 14:45 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-ST-32024, **Código de Validação**: 49488B8184.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 2372024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **31 de Janeiro de 2024 às 11:41 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-2372024, **Código de Validação**: 56A2FE9AB2.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 2372024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 56A2FE9AB2

Assunto: Licitação – Contratação de Serviços de "Leiloeiro Oficial"
Interessado: Setor de Transporte

Ao Setor de Transporte,

Tendo em vista as pendências apontadas no parecer da Assessoria Técnica da Administração, anexo PTC-ACI - 572024, encaminhem-se os autos para que sejam adotadas as providências cabíveis, relativas apenas aos apontamentos descritos nos subitens 3.4, 3.6 e 8.4.

Após, retornem-se os autos a esta Secretaria Administrativo-Financeira.

assinado eletronicamente em 31/01/2024 às 11:41 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: PTC-ACI - 572024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **31 de Janeiro de 2024 às 11:12 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-572024, **Código de Validação**: C312B921AE.

PTC-ACI - 572024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: C312B921AE

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **31 de Janeiro de 2024 às 11:12 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-572024, **Código de Validação**: C312B921AE.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Assessoria Técnica da Administração

Processo Administrativo	**Número do processo: 11956/2022**
Assunto	**LICITAÇÃO SRP – FASE INTERNA**
Unidade solicitante	Coordenadoria de Serviços Gerais
Objeto da licitação	Contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.
Valor estimado da licitação	**R$ 10.770,00 (dez mil e setecentos e setenta reais)**

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Trata-se de **nova** análise e manifestação acerca da regularidade processual da solicitação de autorização para deflagração de processo licitatório, objetivando a contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, tendo em vista o PTC-ACI - 272024 e a nova documentação apresentada.

Da análise da documentação acostada aos autos, informamos:

ITEM	DA ANÁLISE	SIM	NÃO	ANEXO
1	Estudo Técnico Preliminar (AR nº 44/2021-GPGJ e AR nº 10/2023-GPGJ)	x		Anexo do documento : ETP3_2023 ATUALIZADO atestado.pdf (Descrição: ETP ATESTADO) Download alternativo
2	**Análise de riscos** (art. 13, §2º do AR10/2023-GPGJ e art 18, X da Lei nº 14.133/21)		**x**	
3	Pesquisa de Mercado (art. 23, §1º da Lei nº14.133/21)	x		Anexo do documento : avaliacao atualizada atestada (1).pdf (Descrição: AVALIAÇÃO ATUALIZADA ATESTADA (1)) GR Download alternativo Anexo do documento : Proposta leiloes (1).pdf (Descrição: PROPOSTA LEILÕES ATUALIZADA (1)) VIP atualizada VIP Download alternativo Anexo do documento :

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **31 de Janeiro de 2024 às 11:12 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-572024, **Código de Validação**: C312B921AE.

				Proposta Jose Henrique leiloes atualizada (1).pdf (Descrição: PROPOSTA JOSÉ HENRIQUE JH LEILÕES ATUALIZADA (1)) Download alternativo
3.1	Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP)			Não utilizado
3.2	Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente			Não utilizado
3.3	Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso			Não utilizado
				Anexo do documento : avaliacao atualizada GR atestada (1).pdf (Descrição: AVALIAÇÃO ATUALIZADA GR ATESTADA (1)) Download alternativo **(Não está atestada. Consta apenas o carimbo da servidora)** Anexo do documento : Proposta VIP leiloes atualizada (1).pdf (Descrição: PROPOSTA VIP LEILÕES ATUALIZADA (1)) Download alternativo Anexo do documento : Proposta Jose

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **31 de Janeiro de 2024 às 11:12 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-572024, **Código de Validação**: C312B921AE.

3.4	**Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;**		**x**	Henrique JH leiloes atualizada (1).pdf (Descrição: PROPOSTA JOSÉ HENRIQUE JH LEILÕES ATUALIZADA (1)) Download alternativo **(sem data de emissão e sem valor total)** Anexo do documento : email GR Leiloes (1).pdf (Descrição: EMAIL GR LEILÕES (1)) Download alternativo Anexo do documento : E-mail de Ministerio do Publico do Maranhao - Solicitacao de Avaliacao de Veiculos para Leilao - VIP LEILOES (1).pdf (Descrição: E-MAIL DE MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO - SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS PARA LEILÃO - VIP LEILÕES (1)) Download alternativo **1- não localizamos documentos que comprovem a solicitação formal de cotação para o leiloeiro oficial JOSÉ HENRIQUE DE OURA FERRO FRAZÃO** **2- não localizamos justificativa para escolha dos proponentes**
3.5	Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.			Não utilizado
3.6	**Solicitação formal a fornecedores para presentação de cotação, preferencialmente por meio eletrônico.**		**x**	

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **31 de Janeiro de 2024 às 11:12 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-572024, **Código de Validação**: C312B921AE.

	(art. 174, § 8º do AR 10/2023-GPGJ)			
3.7	Justificativa da autoridade competente para pesquisa com menos de três preços.(art. 174, § 3º do AR 10/2023-GPGJ)			Não se aplica
3.8	Mapa de formação de preços, elaborado e assinado pelo responsável pela pesquisa que refletindo a pesquisa, a metodologia adotada e o resultado obtido.(art. 174, § 5º e § 10 do AR 10/2023-GPGJ)	x		Anexo do documento : MAPA DE PRECO atualizado Atestado.pdf (Descrição: MAPA DE PREÇO) Download alternativo Anexo do documento : MEDIA PROPOSTAS sem a mavel Atestada.pdf (Descrição: MÉDIA PROPOSTA) Download alternativo
4	**Demonstração de que a contratação está alinhada com o planejamento da instituição e que consta na previsão do Plano Anual de Contratações ou justificativa em relação à ausência de previsão (** art. 5º, VIII do AR nº 44/2021-GPGJ e art. 21 do AR nº 10/2023-GPGJ)		**x**	**Não localizamos nenhuma informação**
5	**Utilização do catálogo eletrônico de padronização de compras e serviços; adoção justificada do catálogo do Poder Executivo Federal ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização.** (art. 14, II e §2º do AR 10/2023-GPGJ; art. 19, II e §2º da Lei nº 14.133/21)		**x**	**Não localizamos nenhuma informação**
6	Termo de Referência	x		Anexo do documento : TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO sem mavel Atestado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO) Download alternativo
6.1	**Utilização de modelo padrão; adoção de minuta do Poder Executivo federal por todos os entes federativos ou justificativa para não utilização de minutas padrões** (art. 19, IV e §2º da Lei nº 14.133/21)		**x**	**Não localizamos nenhuma informação**
				Não se aplica , tendo em vista o que consta no item 18 do Anexo do documento :

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **31 de Janeiro de 2024 às 11:12 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-572024, **Código de Validação**: C312B921AE.

7	Disponibilidade orçamentária			TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO sem mavel Atestado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO) Download alternativo

OBSERVAÇÃO

8.1 No estudo técnico preliminar apresentado noAnexo do documento : ETP3_2023 ATUALIZADO atestado.pdf (Descrição: ETP ATESTADO) Download alternativo **consta** a seguinte informação acerca da necessidade da contratação:

> “ ***1. Descrição da necessidade***
>
> *Justifica-se a presente contratação em razão da necessidade de desfazimento dos bens móveis inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Sendo assim, faz-se necessário a contratação de serviço de leiloeiro oficial para a condução do processo de alienação, na modalidade Leilão, dos bens permanentesinservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. ”*

8.2 Ainda do estudo técnico preliminar apresentado no Anexo do documento : ETP3_2023 ATUALIZADO atestado.pdf (Descrição: ETP ATESTADO) Download alternativo **extraímos** a seguinte declaração acerca da viabilidade da contratação:

> “ *14. Declaração de Viabilidade Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.*
>
> *15.1. Justificativa da Viabilidade*
>
> *Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida é viável, atendendo às necessidades demandadas, com ganhos em eficiência e economicidade. ”*

8.3 Quanto à estimativa da contratação, do Termo de Referência apresentado no Anexo do documento : TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO sem mavel Atestado.pdf (Descrição: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO) Download alternativo extraímos a seguinte informação:

> “ ***13. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO***
> *13.1. O valor estimado anual para a presente despesa é de R$ 10.770,00 (dez mil e setecentos e setenta reais), corresponde ao pagamento do limite de 5% (cinco por cento) de comissão pelo contratante, nos termos do art. 24 do Decreto Federal n 21.981/32, considerando, especificadamente, o valor arrecadado dos bens levados a leilão, cuja*

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **31 de Janeiro de 2024 às 11:12 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-572024, **Código de Validação**: C312B921AE.

8	*avaliação é de R$ 215.400,00 (duzentos e quinze mil e quatrocentos reais). "* **8.4 Ainda verificamos diferenças ente o menor e o maior preços de 75% a 400%. Entretanto, n**ão localizamos nos autos nenhuma manifesta da unidade solicitante a esse respeito. Neste sentido convém transcrever o que estabelece o Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ: *" Art. 174. O processo licitatório será precedido de ampla pesquisa de mercado para fixação do preço máximo, e o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como por outras técnicas idôneas de formação de preço de referência, entre elas:* *(…)* *§ 4º Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo."* **8.5 Ainda em relação à cotação de preços,** convém transcrever o que estabelece o Ato Regulamentar nº 13/2020-GPGJ: *" Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:* *(…)* *§2º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.* *§3º Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.* *§4º Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela unidade solicitante.* *§5º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados."*
9	**CONCLUSÃO** Após análise, quanto à instrução dos autos, manifestamo-nos pela **EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS, em razão das pendências apontadas nos itens 2, 4, e 5, bem como, nos subitens 3.4, 3.6, 6.1 e 8.4.**

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **31 de Janeiro de 2024 às 11:12 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-572024, **Código de Validação**: C312B921AE.

Assessoria Técnica da Administração

É o que se encaminha para conhecimento e deliberação das providências julgadas pertinentes.

assinado eletronicamente em 30/01/2024 às 13:56 h (*)

CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA
ANALISTA MINISTERIAL

assinado eletronicamente em 31/01/2024 às 11:12 h (*)

MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA
ANALISTA MINISTERIAL
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA TECNICA DA ADMINISTRAÇÃO

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 2192024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **30 de Janeiro de 2024 às 11:07 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-2192024, **Código de Validação**: 04642F3322.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 2192024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 04642F3322

Assunto: Licitação – Contratação de Serviços de "Leiloeiro Oficial"
Interessado: Coordenadoria de Serviços Gerais

À Assessoria Técnica da Administração,

Considerando a juntada de novos documentos pela Unidade requisitante, conforme DESPACHO-ST – 22024, tendo em vista as pendências apontadas no PTC-ACI - 272024, encaminhem-se os autos para nova análise e manifestação acerca da regularidade processual da solicitação de abertura de processo licitatório, objetivando contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial", para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, no valor total estimado de **R$ 10.770,00 (dez mil e setecentos e setenta reais)**, considerando o novo Termo de Referência, anexo TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO sem mavel Atestado.pdf.

assinado eletronicamente em 30/01/2024 às 11:07 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: AVALIAÇÃO ATUALIZADA GR ATESTADA (1)

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06

Avaliação nº 004/2024

Ao Ministério Público do Estado do Maranhão

Gustavo Martins Rocha, Leiloeiro Oficial do Maranhão, CPF: 085.248.657-09; matrícula na JUCEMA de número 017/2006, tem o prazer e a honra de submeter a vossa apreciação a presente avaliação, objetivando a realização de leilão de veículos pertencentes ao Ministério Público do Estado do Maranhão que se encontram na unidade de São Luís.



Item	01
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ4893
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 30.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Declaro para os devidos fins, que o material/serviço constante nesta N. F. foi recebido/executado
São Luís ____/____/____

Chefe do setor de Transporte
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	02
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJP8633
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2014/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 25.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	03
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ1794
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 25.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	04
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ5188
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 16.000,00
Observação	O veículo está em péssimo estado de conservação, não funciona e está com problemas mecânicos (faltam muitas peças).

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	05
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJP0647
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	06
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJF4075
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	07
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio ELX
Placa	NMU7434
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	08
Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHN9393
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Preta
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	09
Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHO1230
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	10
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM8253
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	11
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2444
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06

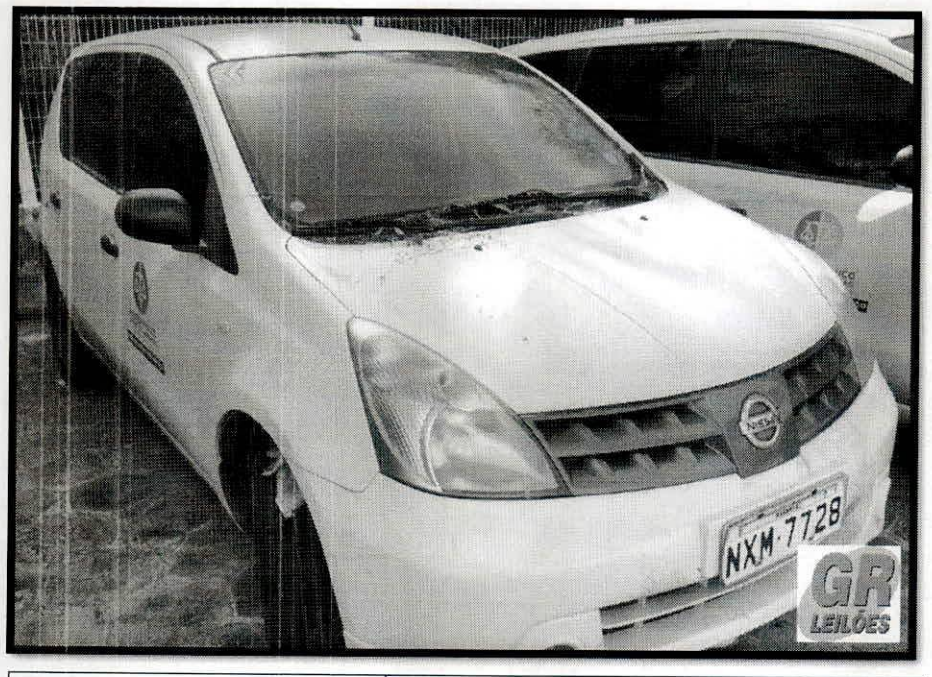


Item	12
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2454
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	13
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM7728
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	14
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2314
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	15
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4394
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	16
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4469
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	17
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4818
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	18
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5107
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	19
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP3132
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

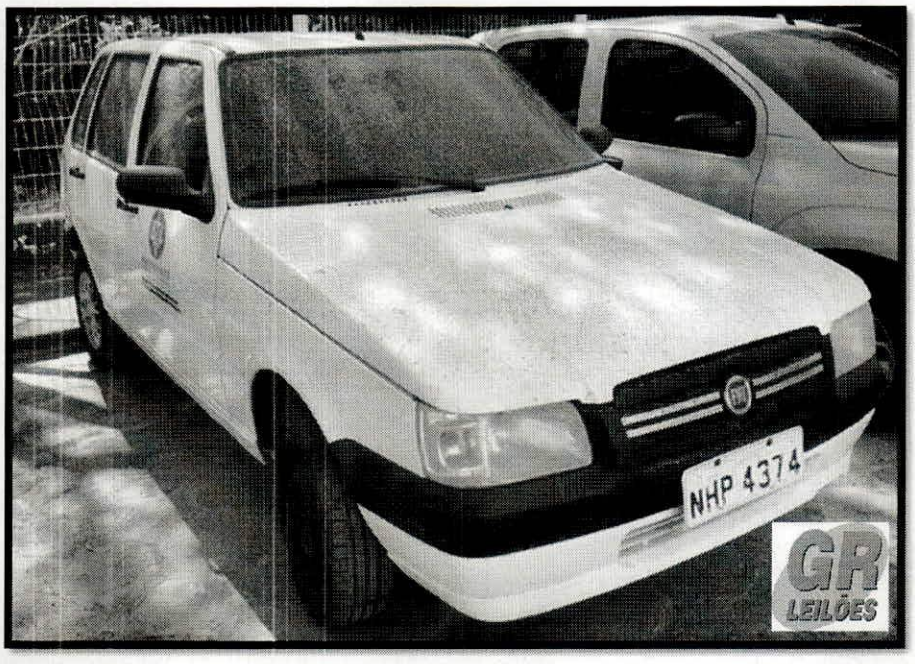


Item	20
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHF0293
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2007/2008
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 4.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	21
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4374
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 5.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	22
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5268
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 5.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	23
Veículo, Marca e Tipo	Mitsubishi L-200
Placa	NHN8746
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2008
Combustível	Diesel
Cor	Branca
Avaliação	R$ 15.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

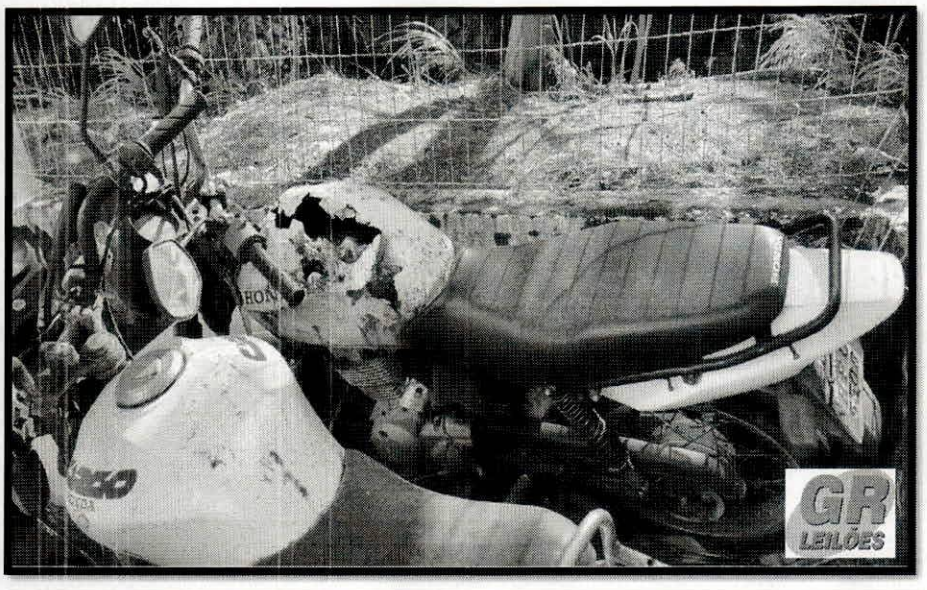


Item	24
Veículo, Marca e Tipo	Honda CG Cargo
Placa	HOO1569
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2000/2001
Combustível	Gasolina
Cor	Branca
Avaliação	R$ 100,00
Observação	A moto está sucateada.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	25
Veículo, Marca e Tipo	Honda CG 150 Job
Placa	HPU5308
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2004/2005
Combustível	Gasolina
Cor	Branca
Avaliação	R$ 100,00
Observação	A moto está sucateada.

Os valores acima avaliados serão utilizados como base para confecção de edital, sendo que servem apenas como estimativas de preços iniciais para utilização em Leilão Público.

São Luís/MA, 24 de janeiro de 2024.

Total de itens avaliados: 25
Valor total avaliado: R$ 173.200,00

Gustavo Martins Rocha
Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Mat: 017/06

Raquel Casanova
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

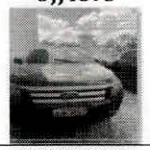
Anexo de movimentação: PROPOSTA VIP LEILÕES ATUALIZADA (1)

GRUPO VIP leilões

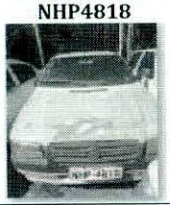
BENS PATRIMÔNIO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Procuradoria Geral de Justiça

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO/MOD	COMB	CHASSI	RENAVAM	AVALIAÇÃO FIPE	AVALIAÇÃO VIP	AVALIAÇÃO FINAL POR AVARIAS
OJJ4893 	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ163847	587405660	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 25.000,00
NXM8253 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ985711	459473140	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
NXM2444 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986856	459374834	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
NHN9393 	GM	VESTRA SD	PRETA	2008/2008	FLEX	9BGAD69W08B303293	977370224	R$ 26.884,00	R$ 13.442,00	R$ 8.000,00
NHP4394 	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179704	985780185	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

NHP4469 	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178439	985173920	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NXM2454 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ988566	459375016	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
OJP0647 	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD37315455051211	996712895	R$ 32.884,00	R$ 16.442,00	R$ 8.000,00
NHP4818 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178969	985175737	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHP5107 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178471	985171928	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

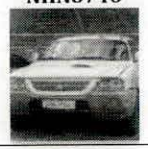
GRUPO VIP leilões

NMU7434 	FIAT	PALIO ELX FLEX	BRANCA	2009/2010	FLEX	9BD17140MA5504595	170671089	R$	26.150,00	R$ 13.075,00	R$ 8.000,00
OJF4075 	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD373154E5035825	552051535	R$	32.884,00	R$ 16.442,00	R$ 10.000,00
OJP8633 	FORD	RANGER XLS	PRETA	2014/2014	DIESEL	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	R$	86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 25.000,00
NHP3132 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179487	985781459	R$	20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHO1230 	GM	VESTRA SD	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BGAD69W09B143139	977382613	R$	29.323,00	R$ 14.661,50	R$ 10.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

NHF0293 	FIAT	UNO MILLE FIRE	BRANCA	2007/2008	FLEX	9BD15822784987529	925475858	R$ 14.858,00	R$ 7.429,00	R$ 7.000,00
HOO1569 	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCA	2000/2001	GASOLINA	9C2JC301R001704	756887224	R$ 2.783,00	R$ 1.391,50	R$ 300,00
HPU5308 	HONDA	CG 150 JOB	BRANCA	2004/2005	GASOLINA	9C2KC08305R000174	837339278	R$ 6.584,00	R$ 3.292,00	R$ 200,00
OJJ1794 	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L2EJ161536	587404124	R$ 114.501,00	R$ 57.250,50	R$ 25.000,00
NXM7728 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986874	459423320	R$ 26.919,00	R$ 13.459,50	R$ 10.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

NXM2314 	NISSAN	LIVINA 16 /	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ988776	459343831	R$ 26.919,00	R$ 13.459,50	R$ 5.000,00
NHP4374 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179500	985776560	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHN8746 	MMC	L200 OUTDOOR	BRANCA	2008/2008	DIESEL	93XHNK7408C846286	977808971	R$ 52.675,00	R$ 26.337,50	R$ 20.000,00
OJJ5188 	FORD	RANGER XLS CD4M32 MOTOR DESMONTADO (Na condição que se encontra)	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ167977	00587402148	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 20.000,00
NHP5268 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96180579	985401680	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
TOTAL DE AVALIAÇÃO R$ 260.500,00										

Kaio Pereira Arruda

Gerente de Leilões

Vip Gestão e Logística S. A

08.187.134/0001-75

São luís – MA 10 de janeiro de 2024

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: PROPOSTA JOSÉ HENRIQUE JH LEILÕES ATUALIZADA (1)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO
Tribunal Público Oficial do Estado
LUCIMA Nº 015/98

Solicitação de Avaliação de Veículos para Leilão

	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	ESTADO DE CONSERV.	CHAVES	PREÇO FIPE	VALOR INICIAL	OBS. GERAIS
1	OJJ 4893	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Pessimo		R$ 104.521,00	R$ 35.000,00	
2	OJP 8633	FORD	RANGER XLS 3.2	2014/2014	Pessimo		R$ 107.690,00	R$ 7.000,00	Motor retirado do local na caçamba
3	OJJ 1794	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Bom		R$ 104.521,00	R$ 35.000,00	
4	OJJ 5188	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Pessimo		R$ 104.521,00	R$ 7.000,00	Motor retirado do local na caçamba
5	OJP 0647	FIAT	PALIO WEEKEND	2013/2014	Pessimo		R$ 40.170,00	R$ 8.500,00	
6	OJF 4075	FIAT	PALIO WEEKEND	2013/2014	Ruim		R$ 40.170,00	R$ 8.500,00	
7	NMU 7434	FIAT	PALIO ELX	2009/2010	Ruim		R$ 21.887,00	R$ 4.500,00	
8	NHN 9393	CHEVROLET	VECTRA	2008/2009	Ruim		R$ 29.208,00	R$ 4.000,00	
9	NHO 1230	CHEVROLET	VECTRA	2008/2009	Regular		R$ 29.208,00	R$ 5.000,00	
10	NXM 8253	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Pessimo		R$ 23.951,00	R$ 6.500,00	
11	NXM 2444	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Ruim		R$ 23.951,00	R$ 7.000,00	
12	NXM 2454	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Ruim		R$ 23.951,00	R$ 7.000,00	
13	NXM 7728	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Regular		R$ 23.951,00	R$ 9.000,00	
14	NXM 2314	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Regular		R$ 23.951,00	R$ 9.000,00	
15	NHP 4394	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

16	NHP 4469	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
17	NHP 4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
18	NHP 5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2008	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 4.500,00	
19	NHP 3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 4.500,00	
20	NHF 0293	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2007/2008	Regular		R$ 13.981,00	R$ 4.500,00	
21	NHP 4374	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2009/2010	Regular		R$ 17.135,00	R$ 5.000,00	
22	NHP 5268	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Regular		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
23	NHN 8746	MITSUBISHI	L-200	2008/2008	Regular		R$ 52.675,00	R$ 20.000,00	
24	HOO 1569	HONDA	HONDA CG CARGO	2000/2001	Pessimo		R$ 2.698,00	R$ 500,00	
25	HPU 5308	HONDA	HONDA CG 150 JOB	2004/2005	Pessimo		R$ 6.592,00	R$ 500,00	

A presente avaliação tem levado em conta os seguintes parâmetros observados na visitação dos bens que serão levados a Leilão:

1) Estado de conservação;
2) Ano/modelo do veículo;
3) Motor
4) Lataria
5) Tabela Fipe para comparação com os valores avaliados.

JOSÉ HENRIQUE DE MOURA FERRO FRAZÃO
CPF : 095.360.193-53
Email: jh.frazao@hotmail.com
Leiloeiro Público Oficial do Estado do Maranhão
JUCEMA Nº 015/98

Maiores informações: 98 999715344

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: JH LEILÕES E-MAIL (1)

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

SOLICITAÇÃO DE REENVIO DE PROPOSTA

6 mensagens

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br> 9 de janeiro de 2024 às 11:39
Para: grleiloes@grleiloes.com

Bom dia,

Para devida prossecução do processo, solicitamos o reenvio da proposta com a inclusão do CNPJ, nome e cargo/função do proponente com máxima brevidade.

Atenciosamente,

Samara Almeida – Setor de Transporte

--

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte
(98)3219-1654
(98)3219-1704
transporte@mpma.mp.br
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261,
Calhau

---

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 9 de janeiro de 2024 às 15:13
Para: Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Boa tarde, segue em anexo a proposta para realização do leilão atualizada.

Lembrando que leiloeiro não tem CNPJ e sim número de matrícula, conforme é exposto na proposta.

Atenciosamente, Gustavo Rocha.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br> 10 de janeiro de 2024 às 08:25
Para: grleiloes@grleiloes.com

Bom dia,
Informamos que não foi possível visualizar a proposta reenviada (anexo não recebido).
Na oportunidade, reitero que em caso de pessoa física, informar nome, CPF e cargo/função do proponente.

Atenciosamente,
Samara Almeida - Estagiária - Seção de Transporte
[Texto das mensagens anteriores oculto]
--

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte
(98)3219-1654
(98)3219-1704
transporte@mpma.mp.br
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261,
Calhau

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 10 de janeiro de 2024 às 10:03
Para: Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Bom dia, segue em anexo, por favor confirme o recebimento.

Atenciosamente, Gustavo Rocha.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Proposta 001-2024 Ministério Público.pdf
705K

---

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 10 de janeiro de 2024 às 10:16
Para: Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Bom dia, segue em anexo a avaliação já com as alterações solicitadas.

Atenciosamente, Gustavo Rocha.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Avaliação 003-2024 Ministério Público.pdf
3426K

---

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 24 de janeiro de 2024 às 11:17
Para: transporte@mpma.mp.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Avaliação 004-2024 Ministério Público.pdf
3427K

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: EMAIL GR LEILÕES (1)

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

SOLICITAÇÃO DE REENVIO DE PROPOSTA

6 mensagens

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br> 9 de janeiro de 2024 às 11:39
Para: grleiloes@grleiloes.com

Bom dia,

Para devida prossecução do processo, solicitamos o reenvio da proposta com a inclusão do CNPJ, nome e cargo/função do proponente com máxima brevidade.

Atenciosamente,

Samara Almeida – Setor de Transporte

--

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte
(98)3219-1654
(98)3219-1704
transporte@mpma.mp.br
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261,
Calhau

---

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 9 de janeiro de 2024 às 15:13
Para: Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Boa tarde, segue em anexo a proposta para realização do leilão atualizada.

Lembrando que leiloeiro não tem CNPJ e sim número de matrícula, conforme é exposto na proposta.

Atenciosamente, Gustavo Rocha.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br> 10 de janeiro de 2024 às 08:25
Para: grleiloes@grleiloes.com

Bom dia,
Informamos que não foi possível visualizar a proposta reenviada (anexo não recebido).
Na oportunidade, reitero que em caso de pessoa física, informar nome, CPF e cargo/função do proponente.

Atenciosamente,
Samara Almeida - Estagiária - Seção de Transporte
[Texto das mensagens anteriores oculto]
--

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte
(98)3219-1654
(98)3219-1704
transporte@mpma.mp.br
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261,
Calhau

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 10 de janeiro de 2024 às 10:03
Para: Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Bom dia, segue em anexo, por favor confirme o recebimento.

Atenciosamente, Gustavo Rocha.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Proposta 001-2024 Ministério Público.pdf
705K

---

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 10 de janeiro de 2024 às 10:16
Para: Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Bom dia, segue em anexo a avaliação já com as alterações solicitadas.

Atenciosamente, Gustavo Rocha.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Avaliação 003-2024 Ministério Público.pdf
3426K

---

grleiloes@grleiloes.com <grleiloes@grleiloes.com> 24 de janeiro de 2024 às 11:17
Para: transporte@mpma.mp.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Avaliação 004-2024 Ministério Público.pdf
3427K

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: E-MAIL DE MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO - SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS PARA LEILÃO - VIP LEILÕES (1)

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br>

Solicitação de Avaliação de Veículos para Leilão

5 mensagens

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br> 17 de novembro de 2023 às 15:21
Para: dpo@vplpar.com

Boa tarde,
Prezado, solicitamos uma avaliação de veículos deste Ministério Público que serão considerados para leilão o mais breve possível. É Importante conter na proposta a identificação do proponente, a assinatura, CNPJ e cargo ou função que exerce na empresa.

Atenciosamente,
Natália Cardoso

--

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte
(98)3219-1654
(98)3219-1704
transporte@mpma.mp.br
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261,
Calhau

OFÍCIO - SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS.pdf
40K

Bruno Sherman Lopes Moraes <bruno.moraes@vipleiloes.com.br> 21 de novembro de 2023 às 07:25
Para: Kaio Pereira Arruda <kaio.arruda@vipleiloes.com.br>
Cc: "transporte@mpma.mp.br" <transporte@mpma.mp.br>

Bom dia, Kaio!

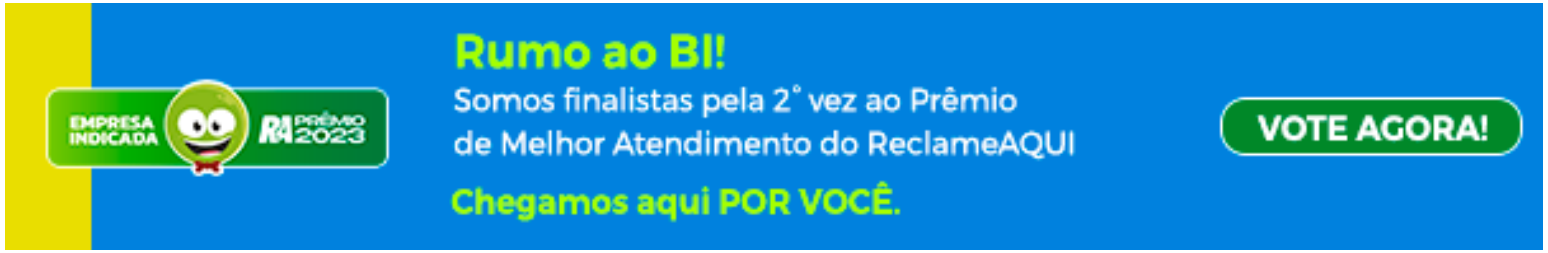
Vamos agir no e-mail infra.

At.te;

Bruno Sherman

Av. Engenheiro Emiliano Macieira, N 05, KM 07 - Maracanã, São Luís - MA
98 98167-6331
vipleiloes.com.br

MAIOR COBERTURA EM LEILÕES DO PAÍS



De: DPO - Atendimento ao Titular <dpo@vplpar.com>
Enviada em: segunda-feira, 20 de novembro de 2023 13:35
Para: Bruno Sherman Lopes Moraes <bruno.moraes@vipleiloes.com.br>
Assunto: ENC: Solicitação de Avaliação de Veículos para Leilão

Bruno tudo bem?

É com vc isso?

[Texto das mensagens anteriores oculto]

OFÍCIO - SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS.pdf
40K

Kaio Pereira Arruda <kaio.arruda@vipleiloes.com.br> 22 de novembro de 2023 às 12:26
Para: Bruno Sherman Lopes Moraes <bruno.moraes@vipleiloes.com.br>
Cc: "transporte@mpma.mp.br" <transporte@mpma.mp.br>

Boa Tarde, Nathalia!

Conforme tratativas, envio em anexo a avaliação referente aos bens disponibilizados para processo de leilão.

Aguardo retorno sobre o processo.

Atenciosamente,

KAIO ARRUDA
Gerente Leilões Públicos
098 99935-8079
www.vipleiloes.com.br

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente

[Texto das mensagens anteriores oculto]

BENS PATIMONIO PROC. GERAL DO MA 2023 assinado.pdf
291K

Kaio Pereira Arruda <kaio.arruda@vipleiloes.com.br> 22 de novembro de 2023 às 14:10
Para: "transporte@mpma.mp.br" <transporte@mpma.mp.br>
Cc: "transporte@mpma.mp.br" <transporte@mpma.mp.br>

Boa Tarde, Nathalia!

Segue atualização conforme tratativas.

Atenciosamente,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

BENS PATIMONIO PROC. GERAL DO MA 2023 OFICIAL_signed.pdf
357K

Seção de Transporte <transporte@mpma.mp.br> 24 de novembro de 2023 às 13:26
Para: Kaio Pereira Arruda <kaio.arruda@vipleiloes.com.br>

Boa tarde,
Acuso o recebimento da proposta.

Atenciosamente,

Natália Cardoso

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Seção de Transporte
(98)3219-1654
(98)3219-1704
transporte@mpma.mp.br
Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261,
Calhau

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: MÉDIA PROPOSTA

	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	VIP	GR	JH	MÉDIA
1	8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ4893	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25,000.00	R$ 30,000.00	R$ 35,000.00	**R$ 30,000.00**
2	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	OJP8633	FORD	RANGER	PRETO	2014/2014	R$ 25,000.00	R$ 25,000.00	R$ 7,000.00	**R$ 19,000.00**
3	8AFAR23L2EJ161536	587404124	OJJ1794	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25,000.00	R$ 25,000.00	R$ 35,000.00	**R$ 28,333.33**
4	8AFAR23L7EJ167977	587402148	OJJ5188	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 20,000.00	R$ 16,000.00	R$ 7,000.00	**R$ 14,333.33**
5	9BD373154E5051207	996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 8,000.00	R$ 2,000.00	R$ 8,500.00	**R$ 6,166.67**
6	9BD373154E5035825	552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 10,000.00	R$ 4,000.00	R$ 8,500.00	**R$ 7,500.00**
7	9BD17140MA5504495	170671089	NMU7434	FIAT	PALIO	BRANCO	2009/2010	R$ 8,000.00	R$ 3,000.00	R$ 4,500.00	**R$ 5,166.67**
8	9BGAD69W08B303293	977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 8,000.00	R$ 4,000.00	R$ 4,000.00	**R$ 5,333.33**
9	9BGAD69W09B143139	977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 10,000.00	R$ 4,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 6,333.33**
10	94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10,000.00	R$ 2,000.00	R$ 6,500.00	**R$ 6,166.67**
11	94DTAFL10CJ986856	459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10,000.00	R$ 4,000.00	R$ 7,000.00	**R$ 7,000.00**
12	94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10,000.00	R$ 3,000.00	R$ 7,000.00	**R$ 6,666.67**
13	94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10,000.00	R$ 4,000.00	R$ 9,000.00	**R$ 7,666.67**
14	94DTAFL10CJ988776	459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 5,000.00	R$ 4,000.00	R$ 9,000.00	**R$ 6,000.00**
15	9BD15822A96179704	985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 3,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 5,000.00**
16	9BD15822A96178439	985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 2,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 4,666.67**
17	9BD15822A96178969	985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 3,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 5,000.00**
18	9BD15822A96178471	985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 3,000.00	R$ 4,500.00	**R$ 4,833.33**
19	9BD15822A96179487	985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 3,000.00	R$ 4,500.00	**R$ 4,833.33**
20	9BD15822784987529	925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2007/2008	R$ 7,000.00	R$ 4,000.00	R$ 4,500.00	**R$ 5,166.67**
21	9BD15822A96179704	985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 5,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 5,666.67**
22	9BD15822A96180579	985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7,000.00	R$ 5,000.00	R$ 5,000.00	**R$ 5,666.67**
23	93XHNK7408C846286	887394493	NHN8746	MITSUBISHI	L-200	PRETO	2008/2009	R$ 20,000.00	R$ 15,000.00	R$ 20,000.00	**R$ 18,333.33**
24	9C2JC30301R001704	756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	R$ 300.00	R$ 100.00	R$ 500.00	**R$ 300.00**
25	9C2KC08305R000174	837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	R$ 200.00	R$ 100.00	R$ 500.00	**R$ 266.67**
											R$ 215,400.00

R$ 10,770.00 valor da contratação

	PLACA	MARCA	MODELO
1	OJJ4893	FORD	RANGER
2	OJP8633	FORD	RANGER
3	OJJ1794	FORD	RANGER
4	OJJ5188	FORD	RANGER
5	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED
6	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED
7	NMU7434	FIAT	PALIO
8	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA
9	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA
10	NXM8253	NISSAN	LIVINA
11	NXM2444	NISSAN	LIVINA
12	NXM2454	NISSAN	LIVINA
13	NXM7728	NISSAN	LIVINA
14	NXM2314	NISSAN	LIVINA
15	NHP4394	FIAT	UNO MILLE
16	NHP4469	FIAT	UNO MILLE
17	NHP4818	FIAT	UNO MILLE
18	NHP5107	FIAT	UNO MILLE
19	NHP3132	FIAT	UNO MILLE
20	NHF0293	FIAT	UNO MILLE
21	NHP4374	FIAT	UNO MILLE
22	NHP5268	FIAT	UNO MILLE
23	NHN8746	MITSUBISHI	L-200
24	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO
25	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: MAPA DE PREÇO

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

MAPA DE PREÇO

VEÍCULOS INSERVÍVEIS

Cumprimentando-o, explicaremos através deste, a metodologia adotada para a elaboração do Mapa de Preço dos Veículos Inservíveis desta instituição, conforme demanda a nova lei de licitações 14.133/21. A escolha da média como metodologia baseia-se na busca por um equilíbrio entre diferentes variáveis que impactam o valor de veículos inservíveis, levando em consideração fatores como condição física, idade do veículo, modelo, marca e demanda de mercado.

O processo de cálculo da média foi realizado de maneira detalhada, envolvendo assim a coleta de dados e avaliação dos bens realizada por profissionais da área. A média nos permite entender de forma clara os diferentes valores associados aos veículos inservíveis, considerando as variações existentes neste mercado. Dessa forma, garantimos uma avaliação transparente e alinhada com as condições do mercado de veículos inservíveis. Portanto, encontramos o valor da média somando os valores de todas as avaliações e dividindo a soma pelo número de avaliações.

RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	VIP	GR	JH	MÉDIA
587405660	OJJ4893	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25.000,00	R$ 30.000,00	R$ 35.000,00	**R$ 30.000,00**
1002186088	OJP8633	FORD	RANGER	PRETO	2014/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 19.000,00**
587404124	OJJ1794	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 35.000,00	**R$ 28.333,33**
587402148	OJJ5188	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 20.000,00	R$ 16.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 14.333,33**
996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 8.000,00	R$ 2.000,00	R$ 8.500,00	**R$ 6.166,67**
552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED	BRANCO	2013/2014	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 8.500,00	**R$ 7.500,00**
170671089	NMU7434	FIAT	PALIO	BRANCO	2009/2010	R$ 8.000,00	R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 5.166,67**
977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 8.000,00	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00	**R$ 5.333,33**
977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 6.333,33**
459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 2.000,00	R$ 6.500,00	**R$ 6.166,67**
459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 7.000,00**
459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 3.000,00	R$ 7.000,00	**R$ 6.666,67**
459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 4.000,00	R$ 9.000,00	**R$ 7.666,67**
459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 5.000,00	R$ 4.000,00	R$ 9.000,00	**R$ 6.000,00**
985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.000,00**
985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 2.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 4.666,67**
985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.000,00**
985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 4.833,33**
985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 4.833,33**
925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2007/2008	R$ 7.000,00	R$ 4.000,00	R$ 4.500,00	**R$ 5.166,67**
985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.666,67**
985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	**R$ 5.666,67**
887394493	NHN8746	MITSUBISHI	L-200	PRETO	2008/2009	R$ 20.000,00	R$ 15.000,00	R$ 20.000,00	**R$ 18.333,33**
756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	R$ 300,00	R$ 100,00	R$ 500,00	**R$ 300,00**
837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	R$ 200,00	R$ 100,00	R$ 500,00	**R$ 266,67**
									R$ 215.400,00

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: ETP ATESTADO

Estudo Técnico Preliminar

1. Descrição da necessidade

Justifica-se a presente contratação em razão da necessidade de desfazimento dos bens móveis inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Sendo assim, faz-se necessário a contratação de serviço de leiloeiro oficial para a condução do processo de alienação, na modalidade Leilão, dos bens permanentesinservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.

2. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS SEÇÃO DE TRANSPORTE	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES RAQUEL JATAY CASANOVAS

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte oumesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

1. Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;
2. Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade;
3. Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão- JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;
2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento.

4. Levantamento de Mercado

Conforme levantamento realizado em demais órgãos públicos, verifica-se que os mesmos adotam esta solução como forma de atender às suas demandas de forma eficaz. Deve-se buscar uma solução que alcance os resultados pretendidos e atenda à necessidade da contratação, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

5. Descrição da solução como um todo

A contratação de profissional especialista ou empresa especializada para operacionalização do leilão, proporcionará à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ganhos de eficiência processual e ganhos econômicos resultantes da economia de custos do processo e maiores valores de arrecadação, além de proporcionar maior transparência e ampliar a possibilidade de participação no certame.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O serviço de que trata este documento não demanda definição de quantidades, podendo a quantidade de veículos a ser leiloada aumentar ou diminuir, mas a expectativa para o contrato leva em consideração a quantidade de veículos que foram avaliados, conforme preço de mercado destes bens atualmente, somando um total de 25 (vinte e cinco) veículos inserviveis no valor **de R$ 215.400,00 (duzentos e quinze mil e quatrocentos reais).**

7. Estimativa do Valor da Contratação

A remuneração do leiloeiro, de caráter obrigatória, se dará na forma prevista no parágrafo único do art. 24 do Decreto nº. 21.981/32, ou seja, em percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor de cada bem arrematado, e será efetuada diretamente pelo arrematante, sem qualquer interferência ou ônus para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

O valor estimado anual para a referida despesa é de R$ 10.770,00 (dez mil e setecentos e setenta reais).

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os atos que culminam com a realização de um leilão são concatenados e dependentes da pré-existência do outro para serem realizados. É o caso da remoção ou recolhimento, depósito, guarda, avaliação, limpeza e organização da sessão pública do leilão. Dessa forma, todos os serviços encontram-se interligados de modo que o parcelamento da solução inviabiliza o gerenciamento do leilão de maneira eficiente.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes relativas à esta contratação.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A almejada contratação está alinhada com os planejamentos da Instituição.

11. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados com a presente contratação incluem, entre outros, a redução do custo operacional na gestão dos bens inservíveis; na mitigação nos riscos de furto dos bens; na redução nos custos de controle e segurança; na prevenção ao perdimento do bem por deterioração ou danos; além de dar destinação adequada ao bem considerado ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável.

Por fim, a contratação de leiloeiros almeja também a obtenção de melhores preços nos bens a serem leiloados por meio da possibilidade de participação no Leilão via WEB, ampliando significativamente o número de potenciais Arrematantes-Compradores e tornando a disputa mais acirrada, o que aumenta a eficácia nos lances como também diminui a possibilidade de combinação de preços.

12. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de adequações no ambiente do órgão ou de capacitação específica de servidores para atuarem na execução ou fiscalização do contrato.

13. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais, uma vez que a mesma objetiva a destinação ambientalmente adequada.

14. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida é viável, atendendo às necessidades demandadas, com ganhos em eficiência e economicidade.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
Chefe de Seção

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: TERMO DE REFERENCIA ATESTADO

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços elencados no objeto deste termo se faz necessária em razão de haver, nesta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, veículos em condições de obsolescência e que passam a ter rendimento precário com manutenção onerosa, tornando-os antieconômicos.

Frisa-se também o fato desta Procuradoria Geral de Justiça não possuir servidor qualificado para exercer a função de leiloeiro, nem estrutura física e pessoal disponível para a realização de leilão, face à urgência de se efetuar a alienação de bens móveis inservíveis para o órgão, tais como: veículos e sucatas de veículos, tendo em vista a falta de espaço físico para armazenamento desses bens, que a cada dia vão se deteriorando e onerando a administração pública, devendo, assim, o procedimento de tal alienação se dar mediante Leilão Público a ser conduzido por Leiloeiro Oficial.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, observará as normas e procedimentos administrativos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 21.981/32 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

4.2. Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.3. A quantidade de bens apresentada na planilha constante no Anexo I é mera expectativa, não havendo o compromisso por parte da Procuradoria Geral de Justiça de levar à Leilão todos os bens nela elencados, servindo a referida planilha apenas como referência para o contratado**,** podendo a quantidade de veículos a ser leiloada aumentar ou diminuir.

4.4. Se algum bem discriminado na planilha constante no Anexo I porventura não puder ser levado à Leilão, poderá ser substituído por outro bem inservível não constante da referida planilha.

4.5. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado;

4.6. Os bens serão vendidos somente à vista, mediante a emissão de Notas de Vendas em Leilão, nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no edital. Os lotes dos bens serão formados pelo leiloeiro, segundo as técnicas de leilão, com a supervisão da Coordenadoria e Serviços Gerais, contendo dados relativos aos bens integrantes de cada lote, com vistas a sua avaliação e definição do lance mínimo por parte da Comissão, ou seja, o (a) leiloeiro(a) poderá propor o (s) valor(es) mínimos para os lance(s), que será(ão) objeto de apreciação e validação da Comissão, observadas ascaracterísticas do mercado local de realização do leilão.

4.7. Nos casos dos veículos arrematados, poderão ser pagos À VISTA ou, ainda, parcelado, nas condições percentuais abaixo, ficando o Leiloeiro com total responsabilidade sobre o recebimento do valor arrematado:

4.7.1. 50% (CINQUENTA POR CENTO) como sinal e princípio de pagamento, no ato da arrematação, juntamente com o percentual de comissão preestabelecido no subitem 12.1; devendo os 50% (CINQUENTA POR CENTO) complementares serem pagos, impreterivelmente, até cinco dias úteis depois da realização do respectivo leilão;

4.8. Os bens cujos pagamentos decorrentes da alienação não se processarem dentro do prazo ou formas estipuladas no item anterior, serão reintegrados ao patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, perdendo os arrematantes os valores pagos, sem que lhes caiba qualquer direito a reclamações judiciais ou extrajudiciais;

4.9. Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

4.10. Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

a) Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;

b) Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade.

c) Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

4.11. Os leiloeiros contratados deverão possuir a seguinte estrutura mínima para a execução dos serviços:

a) Comprovação de disponibilidade de infraestrutura mínima necessária à execução dos serviços;

b) Comprovação de propriedade/posse ou declaração de disponibilidade, através de documento assinado pelo proprietário/possuidor do terreno autorizando o uso do local para os fins aqui descritos;

c) Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro.

4.12. Os pátios disponibilizados poderão ser compartilhados por outros contratantes do leiloeiro e sua posse deverá ser comprovada por documentação legal. No caso em que o pátio seja compartilhado, deverá haver uma separação física entre as áreas de uso da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão e dos demais usuários.

4.13. As despesas com a guarda dos bens no pátio do Leiloeiro estão incluídas até a data da arrematação dos mesmos, e, após, ficarão a cargo dos Arrematantes, devendo ser pagas diretamente ao Leiloeiro, não tendo a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão qualquer responsabilidade após a arrematação dos bens.

4.14. O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

4.15. Caberá ao contratado realizar minuciosa filmagem de todos os lotes integrantes do leilão público, para disponibilizar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, bem como exibi-la aos arrematantes na data prevista para realização do leilão.

4.16. O contratado deverá declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou

móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.17. Caberá ao contratado elaborar os avisos de leilão, bem como o Edital, submetendo as respectivas minutas para aprovação da Coordenadoria de Serviços Gerais e posterior publicação no **Diário Eletrônico do Ministério Público, bem como em jornais de grande circulação.**

4.18. A Divulgação do leilão pelo contratado deverá ser realizada das seguintes formas:

a) Editais publicados em jornais de grande circulação;

b) Mala eletrônica para os potenciais clientes no sítio eletrônico do leiloeiro;

c) Internet através do site do leiloeiro com a descrição completa dos veículos, fotos econdições gerais de venda e pagamento.

d) Distribuição de material publicitário impresso sobre o evento (exemplo: folheto, cartilha,catálogo, livrete, dentre outros inerentes aos serviços de publicidade).

4.19. Na divulgação do evento na internet e no material impresso deverá constar a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão oficial, telefones e endereço eletrônico (e-mail) para contatos e esclarecimentos adicionais.

4.20. O leiloeiro deverá disponibilizar atendimento em seu escritório, por telefone, ou e-mail, para maiores esclarecimentos sobre o leilão.

4.21. O contratado deverá viabilizar o acompanhamento do evento no local em que ocorrerá o leilão, sendo projetados em tela a descrição do lote e os respectivos lances recebidos, ou ainda, os ofertados via Internet.

4.22. O contratado deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, inclusive, informando-lhes que os mesmos terão o prazo máximo e improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva integralização do valor de arrematação e de seus acréscimos, para proceder à transferência de propriedade dos veículos junto ao DETRAN/MA, sob pena, de a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ingressar com ação, visando a busca e apreensão dos mesmos, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

4.23. O contratado deverá providenciar em cartório cópia autenticada dos comprovantes de transferência de propriedade de todos os veículos alienados, devidamente assinados e datados, para que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão possa cumprir o que determina o Art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

4.24. O contratado deverá lavrar notas, recibos ou atos de arrematação para cada comprador.

4.25. O contratado deverá entregar à Coordenadoria de Serviços Gerais, Ata do Leilão, relatório final do

leilão e relatório de prestação de contas.

4.25.1. A Ata de Leilão deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis a partir do encerramento da sessão, devendo conter no mínimo a descrição de todos os lances ofertados para os lotes,constando o nome completo/empresa, endereço e telefone dos ofertantes; nome completo/empresa, endereço e telefone dos arrematantes e demais fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem.

4.25.2. No relatório final de cada leilão, a ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de encerramento do Leilão, deverá constar, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

4.25.3. O relatório de prestação de contas, no mesmo prazo para apresentação do relatório final do leilão, deverá ser acompanhado do demonstrativo financeiro, cópias das faturas de leilão ecópias dos comprovantes de pagamento (Notas Fiscais) correspondentes.

5. DA VISTORIA

5.1. Sistema de vistoria por aplicativo em dispositivo móvel - Deverá possuir como funcionalidade e ser capaz de:

5.1.1 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os dados de localização (via GPS do dispositivo) do veículo a ser recolhido de maneira automática através de coordenadas utilizando programa de localização;

5.1.2 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, no mínimo, 10 fotos necessárias para o processo de recolhimento ao pátio e dados do condutor e/ou responsável;

5.1.3 Capacidade de leitura via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, de etiquetas TAG para controle e cadastramento do veículo a ser rebocado;

5.1.4. Deve permitir introduzir, via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os pontos de localização de eventuais avarias do veículo (a indicação poderá ocorrer por click em uma figura representando o veículo ou por seleção em uma lista pré-definida).

5.1.5 Permitir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, a gravação de áudio sobre a situação do veículo ou qualquer observação pertinente sobre a vistoria;

5.1.6 Comprovar que todas as informações registradas no ato da remoção dos veículos sejam transmitidas “online” para o sistema de gerenciamento de pátios;

5.1.7 Permitir a assinatura digital do responsável pelo reboque e do vistoriador em campos específicos.

5.1.8 Emitir em impressora portátil e através de arquivo tipo PDF, a vistoria completa (com fotos) com todos os dados necessários para a perfeita caracterização do estado do veículo.

6. DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES

6.1. O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em comum acordo entre as partes, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.2. Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

6.3. A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal do contrato, com o auxílio da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis.

7.2. O Gestor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

7.3. O gestor e o Fiscal do contrato, no exercício da fiscalização, exigirão o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio de notificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.4. A Comissão, no exercício da fiscalização, exigirá o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio denotificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.5. A fiscalização exercida no interesse da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Realizar leilão em dia e hora previamente designado em edital de licitação, de acordo com a prestação de serviço contratado, no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão;

8.2. Empenhar-se na obtenção do melhor preço possível para o bem a ser leiloado;

8.3. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, de acordo com o especificado neste Termo de Referência;

8.4. Manter sob especial guarda e conservação os bens administrativos que receber na condição de fiel depositário;

8.5. Promover a mais ampla divulgação dos leilões, por todos os meios impressos e eletrônicos disponíveis;

8.6. Fornecer meios para que os interessados em geral possam vistoriar e examinar quaisquer bens administrativos destinados a leilão, mantendo horário de funcionamento ininterrupto do depósito, galpão ou garagem, das 8:00 às 18:00 horas;

8.7. Arcar com as despesas necessárias à guarda, conservação e ao deslocamento dos bens administrativos ao pátio do contratado e com as de publicidade e realização dos leilões;

8.8. Não serão levados a leilão os bens em relação aos quais a Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais Inservíveis comunicar a suspensão da alienação, por escrito, até as 18h do dia anterior ao evento;

8.9. Conduzir as atividades necessárias à realização do leilão;

8.10.Efetuar avaliação dos preços de mercado dos bens a leiloar;

8.11. Comprovar documentalmente que possui uma ou mais áreas apropriadas para a guarda e alienação dos bens (local próprio ou de terceiros), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

8.12. Apresentar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, em até 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do Contrato, Cronograma de ações contendo todas as datas previstas para a realização dos procedimentos preparatórios e principalmente a data para realização do primeiro Leilão;

8.13. Providenciar junto ao DETRAN-MA todos os procedimentos legais necessários para a baixa dos registros dos veículos considerados sucatas, inclusive o recorte dos CHASSIS.

8.14. Administrar e custear todos os assistentes, auxiliares e outros recursos humanos e materiais envolvidos e necessários à boa condução dos procedimentos do leilão.

8.15. Preparar e organizar a visitação dos bens inservíveis com segurança especializada e equipe devidamente treinada para atendimento aos interessados.

8.16. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes e da execução do contrato, bem como pelo pagamento emolumentos, prêmio de seguro, e demais despesas decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.17. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;

8.18. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.19. Não se pronunciar em nome da Procuradoria Geral de Justiça a órgãos de imprensa, sobre

quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados, salvo mediante prévia e expressa autorização do ente;

8.20. Responder por toda documentação que lhe for entregue pela Procuradoria Geral de Justiça, que acompanhará e fiscalizará sua correta utilização;

8.21. Adotar todas as demais providências correlatas ao exercício da função de leiloeiro e suprir todos os custos necessários à regularidade e boa condução dos leilões que presidir;

8.22. Dar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para o leilão, tanto na divulgação (propaganda) quanto, principalmente na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor ou liquidez dos mesmos;

8.23. Apresentar, a tempo e modo, assim que solicitado pelo CONTRATANTE, todo e qualquer documento atinente à execução do contrato, em especial a Nota Fiscal/Fatura dos materiais;

8.24. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços contratados, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto, em consonância com o previsto no art. 11 e 12 do Decreto nº 21.981, de 19/10/32;

8.25. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente contrato;

8.26. Responder pelos eventuais danos causados à CONTRATANTE e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidasjudiciais ou extrajudiciais necessárias;

8.27. Reproduzir e distribuir editais antes e durante o leilão;

8.28. Responsabilizar-se pelo cumprimento das disposições legais e administrativas necessárias à realização do evento;

8.29. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.30. Remeter mala direta aos interessados e arrematantes integrantes do cadastro do Licitante Vencedor;

8.31. Instalar secretaria no local do leilão para atendimento aos compradores e recebimento das importâncias apuradas, com máquinas, equipamentos de som e equipe de empregados qualificados, suficientes para secretariar o Leiloeiro Público Oficial;

8.32. Atentar sempre para os melhores interesses da Procuradoria Geral de Justiça;

8.33. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para a Procuradoria Geral de Justiça;

8.34. Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Procuradoria Geral de Justiça, durante a vigência do contrato.

8.35. Informar o arrematante que o mesmo terá o prazo de 30 (trinta) dias, contatos da data da efetiva integralização do valor de arrematação e dos acréscimos, para proceder a transferência da propriedade do veículo junto ao DETRAN-MA, sob pena desta Procuradoria Geral de Justiça ingressar com ação, visando a busca e apreensão do mesmo, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar todas as fases do Leilão, exercendo ampla fiscalização sobre os serviços Contratados, por intermédio da Coordenadoria de Serviços Gerais, à qual o Leiloeiro Público Oficial deverá facilitar o exercício de suas funções;

9.2. Fornecer ao Leiloeiro a relação dos bens inservíveis a serem alienados e a respectiva avaliação;

9.3. Determinar juntamente com o Leiloeiro Público Oficial, data e hora para realização dos Leilões;

9.4. Verificar e aprovar previamente o edital;

9.5. Fiscalizar o desempenho do contratado, de modo a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas;

9.6. Efetuar o pagamento de acordo com o pactuado.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

10.1.1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão- JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;

10.1.2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento;

10.1.3. Dispor de Carteira de Exercício Profissional como leiloeiro oficial (pessoa física) perante a Junta Comercial do Maranhão;

10.1.4. Ser inscrito perante a Instituição de Previdência Social como Leiloeiro (pessoa

física) e estar regular com as respectivas contribuições;

10.1.5. Declarar não ter parentesco, até o terceiro grau civil, com os membros e servidores da Procuradoria Geral de Justiça, aplicando-se igual proibição aos seus contratados;

10.1.6. Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro;

10.1.7. Declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. **Será desclassificada a proposta que deixar de contemplar a totalidade dos serviços objeto desta licitação.**

11.2. O critério de julgamento das propostas será do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** fornecido pelo leiloeiro à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, ou seja, vencerá aquele que ofertar o maior percentual de desconto na comissão sobre o valor final das vendas (artigo 24 do Decreto Federal nº 21.981/32 e artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/33), compreendido o limite entre 0% (zero por cento) e 5% (cinco por cento).

11.3. **Em caso de empate** entre duas ou mais propostas e após obedecido o disposto no art. 60º da Lei 14.133/21, a classificação se fará obrigatoriamente pelo disposto do parágrafo 1° do artigo 60 da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores não deverão possuir mais de duas casas decimais após a vírgula.

11.5. O leiloeiro deverá propor uma uma taxa de comissão, a ser paga pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão de, no máximo, 5% (cinco por cento) com base no art. 24 do Decreto 21.981, de 1932.

11.6. Os licitantes poderão vir a ser chamados pelo pregoeiro para demonstrar a exequibilidade de suas propostas.

11.7. Os bens serão adquiridos pelo maior preço ofertado, acrescido do percentual de comissão do(a) leiloeiro(a), e que não será dedutível do preço de arrematação, na forma prevista no Decreto nº 21.081/32.

11.8. Não sendo aceitável a proposta ou o lance de menor percentual, ou ainda, caso o leiloeiro não atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance

subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.9. Ocorrendo a situação referida no subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com o leiloeiro para que seja obtido preço melhor, em conformidade com o interesse da administração pública;

11.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o leiloeiro será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12. DA FORMA DE REMUNERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILOEIRO OFICIAL

12.1. Será efetuada pelo arrematante o percentual de 5% (cinco por cento), do valor da arrematação, conforme previsto no parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981/32, em consonância com o disposto no artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/1933 e Instrução Normativa nº 113, de 28 de abril de 2010 e pelo comitente contratante (PGJ MA), se for o caso, nos termos da proposta apresentada pela contratada, no percentual máximo de 5% (cinco por sento) do valor dos bens leiloados, de acordo com o artigo 24 do Decreto n 21.981/32.

12.2. Da comissão recebida pelo Leiloeiro Contratado, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

12.3. O leiloeiro vencedor deverá prestar contas da receita arrecadada com o leilão dos bens, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados após a integralização dos pagamentos, juntamente a Fatura do Leilão, salvo greve bancária, cheque com insuficiência de fundos, compensação de cheques de outra praça, de acordo com as regras do Banco Central, e conforme legislação corrente, sendo necessário, portanto, a ressalva expressa destes incidentes, bem como a fixação de novo prazo para repasse dos valores, acrescidos de mora e multa, repassados à Procuradoria Geral de Justiça.

12.4. O relatório de prestação de contas deverá conter o demonstrativo financeiro, comprovantes de despesas realizadas em consonância com as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, os comprovantes de arrematação com as Notas Fiscais correspondentes, bem como recolhimento do valor total das importâncias recebidas.

12.5. No relatório final de cada leilão deverá constar ainda, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

12.6. O recolhimento das importâncias deverá ser efetuado no **Fundo Especial do Ministério Público, no Banco do Brasil, Agência nº 3846-6, Conta Corrente nº 5879-3**, de acordo com as instruções que serão fornecidas ao contratado durante a execução do contrato, de forma a não prejudicar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.7. Não cabe à Procuradoria Geral de Justiça qualquer responsabilidade pela cobrança da

comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelas partes envolvidas.

13. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor estimado anual para a presente despesa é **de R$ 10.770,00 (dez mil e setecentos e setenta reais)**, corresponde ao pagamento do limite de 5% (cinco por cento) de comissão pelo contratante, nos termos do art. 24 do Decreto Federal n 21.981/32, considerando, especificadamente, o valor arrecadado dos bens levados a leilão, cuja avaliação é de **R$ 215.400,00** (duzentos e quinze mil e quatrocentos reais).

14. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº. 14.133/21.

14.2. Não será cabível reajuste de preço uma vez que a remuneração se dará por percentual de taxa de comissão aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados, o qual permanecerá fixo durante toda a execução do contrato.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei n° 14.133/21 o Contratado que:

15.1.1 Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

15.1.2 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.

15.1.3 Fraudar na execução do objeto.

15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo.

15.1.5 Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 O Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1Advertência por escrito.

15.2.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente ao mês em quefor constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência ou no termo contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

15.2.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos bens avaliados destinados a Leilão, nos casos de recusa injustificada de executar o objeto, prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização.

15.2.4 Desatender às determinações da fiscalização.

15.2.5 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Leilão, e destinados a Leilão, nos seguintes casos:

A)Ocasionar sem justa causa, atrasos superiores a 30 (trinta) dais na execução dos serviços contratados;

B)Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado

C)Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no Edital e Anexos.

D)Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras sanções.

15.2.6 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça, pelo prazo de até 02 (dois)anos.

15.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitaçãoperante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Procuradoria Geral de Justiça pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.3 As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

15.5 Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a CONTRATANTE continuará efetivando os descontos nos meses subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído à penalidade, ou, se entender mais conveniente, poderá descontar o valor remanescente dagarantia prestada, ou ainda, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente.

15.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 14.133/21.

16 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo, por mútuo acordo entre as partes, sua execução se estender, por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal n°14.133/21.

16.2Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

16.3A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

16.4Durante a vigência do contrato o leiloeiro fará tantos leilões quantos forem necessários a fim de proceder à venda dos bens administrativos inservíveis pertencentes a esta Procuradoria.

17 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1 O Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, com as

consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

17.2 Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

17.3 O CONTRATADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

17.4 O termo de extinção será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e Indenizações e multas.

18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não será necessário informar dotação orçamentária, uma vez que o valor correspondente ao percentual incidente sobre o valor de cada bem arrematado, referente à comissão devida pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO pelas despesas desempenhadas na realização das tarefas mencionadas no item 4, será deduzido pelo CONTRATADO do valor de venda de cada bem arrematado, sendo, assim, recolhido à CONTRATANTE o saldo resultante do valor líquido das vendas.

São Luís - MA, 27 de novembro de 2023.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

ANEXO I
VEÍCULOS PARA LEILÃO

	PLACA	MARCA	MODELO
1	OJJ4893	FORD	RANGER
2	OJP8633	FORD	RANGER
3	OJJ1794	FORD	RANGER
4	OJJ5188	FORD	RANGER
5	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED
6	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED
7	NMU7434	FIAT	PALIO
8	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA
9	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA
10	NXM8253	NISSAN	LIVINA
11	NXM2444	NISSAN	LIVINA
12	NXM2454	NISSAN	LIVINA
13	NXM7728	NISSAN	LIVINA
14	NXM2314	NISSAN	LIVINA
15	NHP4394	FIAT	UNO MILLE
16	NHP4469	FIAT	UNO MILLE
17	NHP4818	FIAT	UNO MILLE
18	NHP5107	FIAT	UNO MILLE
19	NHP3132	FIAT	UNO MILLE
20	NHF0293	FIAT	UNO MILLE
21	NHP4374	FIAT	UNO MILLE
22	NHP5268	FIAT	UNO MILLE
23	NHN8746	MITSUBISHI	L-200
24	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO
25	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 22024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **30 de Janeiro de 2024 às 09:57 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-ST-22024, **Código de Validação**: 0E27B7F715.

Setor de Transporte

DESPACHO-ST - 22024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 0E27B7F715

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Em atenção ao Despacho – SAF 1092024 de Vossa Senhoria, tangente às providências necessárias a serem tomadas em relação às pendências apontadas no parecer PTC-ACI – 272024, segue resposta.

Em relação ao item 3.6 que trata da solicitação formal a fornecedores para apresentação de cotação, junta-se as devidas solicitações dos proponentes em formato eletrônico, conforme solicitado.

Em relação ao item 8.4, que trata das diferenças entre menor e maior valor, junta-se nova proposta atualizada, com as devidas alterações. Além disso, deu-se prosseguimento à exclusão da proposta da empresa Mavel Veículos para cumprir o disposto no Art. 31, da Lei 14.133/2021, que limita a atuação à leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente na Administração.

O Termo de Referência foi ajustado para atender o item 8.3.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 30/01/2024 às 09:24 h (*)
ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

assinado eletronicamente em 30/01/2024 às 09:57 h (*)
RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 1092024

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **16 de Janeiro de 2024 às 11:33 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-1092024, **Código de Validação**: 222BD110E5.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 1092024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 222BD110E5

Assunto: Processo Licitatório - Leilão – Alienação de Veículos
Interessado: Serviços Gerais - Setor de Transporte

Ao Setor de Transporte,

Tendo em vista o parecer da Assessoria Técnica da Administração, anexo PTC-ACI - 272024, encaminhem-se os autos para as providências cabíveis.

Após, retornem-se.

assinado eletronicamente em 16/01/2024 às 11:33 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: PTC-ACI - 272024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **16 de Janeiro de 2024 às 10:38 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-272024, **Código de Validação**: 3773BBAD9D.

Ministério Público
do Estado do Maranhão

Assessoria Técnica da Administração

PTC-ACI - 272024
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 3773BBAD9D

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **16 de Janeiro de 2024 às 10:38 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-272024, **Código de Validação**: 3773BBAD9D.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Assessoria Técnica da Administração

Processo Administrativo	**Número do processo: 11956/2022**
Assunto	**LICITAÇÃO SRP – FASE INTERNA**
Unidade solicitante	Coordenadoria de Serviços Gerais
Objeto da licitação	Contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.
Valor estimado da licitação	**R$ 10.619,88 (dez mil e seiscentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos)**

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Trata-se de análise e manifestação acerca da regularidade processual da solicitação de autorização para deflagração de processo licitatório, objetivando a contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, conforme DESPACHO-SAF – 51092023.

Da análise da documentação acostada aos autos, informamos:

ITEM	DA ANÁLISE	SIM	NÃO	ANEXO
1	Estudo Técnico Preliminar (AR nº 44/2021-GPGJ e AR nº 10/2023-GPGJ)	x		Anexo do documento : ETP3_2023 ASSINADO.pdf (Descrição: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR) Download alternativo
2	**Análise de riscos** (art. 13, §2º do AR10/2023-GPGJ e art 18, X da Lei nº 14.133/21)		**x**	
3	Pesquisa de Mercado (art. 23, §1º da Lei nº14.133/21)	x		GR- LEILÕES JH- LEILÕES VIP- LEILÕES MAVEL
3.1	Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP)			Não utilizado
3.2	Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente			Não utilizado
3.3	Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados			Não utilizado

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **16 de Janeiro de 2024 às 10:38 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-272024, **Código de Validação**: 3773BBAD9D.

	ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso			
3.4	**Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;**		**x**	GR- LEILÕES JH- LEILÕES VIP- LEILÕES MAVEL **não localizamos documentos que comprovem a solicitação formal de cotação e nem justificativa para escolha das empresas**
3.5	Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.			Não utilizado
3.6	**Solicitação formal a fornecedores para presentação de cotação, preferencialmente por meio eletrônico. (art. 174, § 8º do AR 10/2023-GPGJ)**		**x**	
3.7	Justificativa da autoridade competente para pesquisa com menos de três preços.(art. 174, § 3º do AR 10/2023-GPGJ)			Não se aplica
3.8	Mapa de formação de preços, elaborado e assinado pelo responsável pela pesquisa que refletindo a pesquisa, a metodologia adotada e o resultado obtido.(art. 174, § 5º e § 10 do AR 10/2023-GPGJ)	x		Anexo do documento : MAPA DE PRECO ASSINADO.pdf (Descrição: MAPA DE PREÇO) Download alternativo
4	**Demonstração de que a contratação está alinhada com o planejamento da instituição e que consta na previsão do Plano Anual de Contratações ou justificativa em relação à ausência de previsão (** art. 5º, VIII do AR nº 44/2021-GPGJ e art. 21 do AR nº 10/2023-GPGJ)		**x**	**Não localizamos nenhuma informação**
5	**Utilização do catálogo eletrônico de padronização de compras e serviços; adoção justificada do catálogo do Poder Executivo Federal ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização.** (art. 14, II e §2º do AR 10/2023-GPGJ; art. 19, II e §2º da Lei nº 14.133/21)		**x**	**Não localizamos nenhuma informação**
6	Termo de Referência	x		Anexo do documento : TERMO DE REFERENCIA ASSINADO.pdf (Descrição: TERMO DE REFERÊNCIA ASSINADO) Download alternativo
6.1	**Utilização de modelo padrão; adoção de minuta do Poder Executivo federal por todos os entes federativos ou justificativa para não utilização de minutas padrões** (art. 19, IV e §2º da Lei nº 14.133/21)		**x**	**Não localizamos nenhuma informação**
				Não se aplica ,

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **16 de Janeiro de 2024 às 10:38 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-272024, **Código de Validação**: 3773BBAD9D.

7	Disponibilidade orçamentária			tendo em vista o que consta no item 18 do Anexo do documento : TERMO DE REFERENCIA ASSINADO.pdf (Descrição: TERMO DE REFERÊNCIA ASSINADO) Download alternativo

OBSERVAÇÃO

8.1 No estudo técnico preliminar apresentado no Anexo do documento : ETP3_2023 ASSINADO.pdf (Descrição: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR) Download alternativo **consta** a seguinte informação acerca da necessidade da contratação:

> “ ***1. Descrição da necessidade***
>
> *Justifica-se a presente contratação em razão da necessidade de desfazimento dos bens móveis inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Sendo assim, faz-se necessário a contratação de serviço de leiloeiro oficial para a condução do processo de alienação, na modalidade Leilão, dos bens permanentes inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis ”*

8.2 Ainda do estudo técnico preliminar apresentado no Anexo do documento : ETP3_2023 ASSINADO.pdf (Descrição: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR) Download alternativo **extraímos** a seguinte declaração acerca da viabilidade da contratação:

> “ *14. Declaração de Viabilidade Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.*
>
> *15.1. Justificativa da Viabilidade Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida é viável, atendendo às necessidades demandadas, com ganhos em eficiência e economicidade. ”*

8.3 Quanto à estimativa da contratação, do Termo de Referência apresentado no Anexo do documento : TERMO DE REFERENCIA ASSINADO.pdf (Descrição: TERMO DE REFERÊNCIA ASSINADO) Download alternativo extraímos a seguinte informação:

> “ ***13. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO***
> *13.1. O valor estimado anual para a presente despesa é **de R$ 10.619,88 (dez mil e seiscentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos)**, corresponde ao pagamento do limite de 5% (cinco por cento) de comissão pelo contratante, nos termos do art. 24 do Decreto Federal n 21.981/32, considerando,*

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **16 de Janeiro de 2024 às 10:38 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-272024, **Código de Validação**: 3773BBAD9D.

	*especificadamente, o valor arrecadado dos bens levados a leilão, cuja avaliação é de **R$ 212.397,75** (duzentos e doze mil e trezentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos). "*
8	**8.4 Verificamos diferenças ente o menor e o maior preços de até 900%, a exemplo do item 10. Entretanto, n**ão localizamos nos autos nenhuma manifesta da unidade solicitante a esse respeito. Neste sentido convém transcrever o que estabelece o Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ: *" Art. 174. O processo licitatório será precedido de ampla pesquisa de mercado para fixação do preço máximo, e o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como por outras técnicas idôneas de formação de preço de referência, entre elas:* *(…)* *§ 4º Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo."* **8.5 Ainda em relação à cotação de preços,** convém transcrever o que estabelece o Ato Regulamentar nº 13/2020-GPGJ: *" Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:* *(…)* *§2º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.* *§3º Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.* *§4º Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela unidade solicitante.* *§5º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados."*
9	**CONCLUSÃO** Após análise, quanto à instrução dos autos, manifestamo-nos pela **EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS,**

em razão das pendências apontadas nos itens 2, 4, e 5, bem como, nos subitens 3.4, 3.6, 6.1 e 8.4.

É o que se encaminha para conhecimento e deliberação das providências julgadas pertinentes.

assinado eletronicamente em 16/01/2024 às 09:44 h (*)

CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA
ANALISTA MINISTERIAL

assinado eletronicamente em 16/01/2024 às 10:38 h (*)

SILVANA MARIA NASCIMENTO DE CARVALHO
ANALISTA MINISTERIAL
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA TECNICA DA ADMINISTRAÇÃO EM EXERCÍCIO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **16 de Janeiro de 2024 às 10:38 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-272024, **Código de Validação**: 3773BBAD9D.

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : MAVEL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO VEICULAR PARA LEILÃO

EMPRESA AVALIADORA: MAVEL

CNPJ: 24.268.663/0001-50

REQUERENTE: MINISTÉRIO PUBLICO DO EST. DO MARANHÃO / SETOR DE TRANSPORTES

UNIDADES:

1- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJJ4893, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$107.690,00, **VALOR AVALIADO:** R$29.825,00.

2- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJP8633, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$107.690,00, **VALOR AVALIADO:** R$26.423,00.

3- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJP1794, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$107.690,00, **VALOR AVALIADO:** 26.725,00.

4- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJJ5188, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$107.690,00, **VALOR AVALIADO:** 22.632,00.

5- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJP0647, PALIO WEEKEND TREKK 1.6 MEC. 2013/2014 BRANCA

VALOR FIPE: R$33.804,00. **VALOR AVALIADO**: R$8.823,00.

6- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJF4075, PALIO WEEKEND TREKK 1.6 MEC. 2013/2014 BRANCA

VALOR FIPE: R$33.804,00, **VALOR AVALIADO**: R$9.325,00.

7- PLACA/MODELO/ANO/COR: NMU7434, PALIO ELX 1.0 FLEX 2009/2010 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.349,00, **VALOR AVALIADO**: R$6.387,00.

8 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHN9393, VECTRA EXPRESSION 2008/2008 PRETA

VALOR FIPE: R$28.320,00, **VALOR AVALIADO**: R$8.185,00.

9 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHO1230, VECTRA EXPRESSION 2009/2009 PRETA

VALOR FIPE: R$31.746,00, **VALOR AVALIADO**: R$9.388,00.

10 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NXM8253, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.557,00, **VALOR AVALIADO**: R$4619,00.

11 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NXM2444, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.557,00, **VALOR AVALIADO**: R$6.129,00.

12 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NXM2454, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.557,00, **VALOR AVALIADO**: R$6.312,00.

13 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NXM7728, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.557,00, **VALOR AVALIADO**: R$5.732,00.

14 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NXM2314, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.557,00, **VALOR AVALIADO**: R$5.911,00.

15- PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP4394, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00. **VALOR AVALIADO**: R$5.023,00.

16 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP4469, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$4.822,00.

17 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP4818, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$3.810,00.

18 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP5107, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$4.620,00.

19 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP3132, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$3.427,00.

20 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP0293, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$4.833,00.

21 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP4374, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$4.422,00.

22 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP5268, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$6.227,00.

23 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHN8746, L200 OUTDOOR 2008/2008 BRANCA

VALOR FIPE: R$52.675,00, **VALOR AVALIADO**: R$13.975,00.

24 - PLACA/MODELO/ANO/COR: HOO1569, CG CARGO 2000/2001 BRANCA

VALOR FIPE: R$3.415,00, **VALOR AVALIADO**: R$338,00

25 - PLACA/MODELO/ANO/COR: HPU5308, CG 150 JOB 2004/2005 BRANCA

VALOR FIPE: R$6.758,00, **VALOR AVALIADO**: R$478,00.

São Luis, 24 de Novembro de 2023.

Márcio Reis Aragão – Diretor/Proprietário

CNPJ: 24.268.663/0001-50
MARCIO REIS ARAGÃO -ME
Av. dos Holandeses nº 01 - Calhau
CEP: 65.071-380
São Luis - MA.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

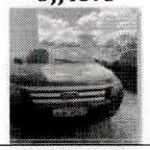
ANEXO DE MOVIMENTACAO : VIP- LEILÕES

GRUPO VIP leilões

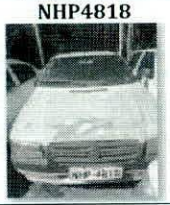
BENS PATRIMÔNIO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Procuradoria Geral de Justiça

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO/MOD	COMB	CHASSI	RENAVAM	AVALIAÇÃO FIPE	AVALIAÇÃO VIP	AVALIAÇÃO FINAL POR AVARIAS
OJJ4893 	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ163847	587405660	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 25.000,00
NXM8253 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ985711	459473140	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
NXM2444 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986856	459374834	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
NHN9393 	GM	VESTRA SD	PRETA	2008/2008	FLEX	9BGAD69W08B303293	977370224	R$ 26.884,00	R$ 13.442,00	R$ 8.000,00
NHP4394 	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179704	985780185	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

NHP4469 	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178439	985173920	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NXM2454 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ988566	459375016	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
OJP0647 	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD37315455051211	996712895	R$ 32.884,00	R$ 16.442,00	R$ 8.000,00
NHP4818 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178969	985175737	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHP5107 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178471	985171928	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

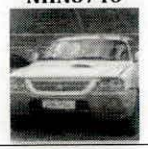
GRUPO VIP leilões

NMU7434 	FIAT	PALIO ELX FLEX	BRANCA	2009/2010	FLEX	9BD17140MA5504595	170671089	R$	26.150,00	R$ 13.075,00	R$ 8.000,00
OJF4075 	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD373154E5035825	552051535	R$	32.884,00	R$ 16.442,00	R$ 10.000,00
OJP8633 	FORD	RANGER XLS	PRETA	2014/2014	DIESEL	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	R$	86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 25.000,00
NHP3132 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179487	985781459	R$	20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHO1230 	GM	VESTRA SD	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BGAD69W09B143139	977382613	R$	29.323,00	R$ 14.661,50	R$ 10.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

NHF0293 	FIAT	UNO MILLE FIRE	BRANCA	2007/2008	FLEX	9BD15822784987529	925475858	R$ 14.858,00	R$ 7.429,00	R$ 7.000,00
HOO1569 	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCA	2000/2001	GASOLINA	9C2JC301R001704	756887224	R$ 2.783,00	R$ 1.391,50	R$ 300,00
HPU5308 	HONDA	CG 150 JOB	BRANCA	2004/2005	GASOLINA	9C2KC08305R000174	837339278	R$ 6.584,00	R$ 3.292,00	R$ 200,00
OJJ1794 	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L2EJ161536	587404124	R$ 114.501,00	R$ 57.250,50	R$ 25.000,00
NXM7728 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986874	459423320	R$ 26.919,00	R$ 13.459,50	R$ 10.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

NXM2314 	NISSAN	LIVINA 16 /	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ988776	459343831	R$ 26.919,00	R$ 13.459,50	R$ 5.000,00
NHP4374 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179500	985776560	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHN8746 	MMC	L200 OUTDOOR	BRANCA	2008/2008	DIESEL	93XHNK7408C846286	977808971	R$ 52.675,00	R$ 26.337,50	R$ 20.000,00
OJJ5188 	FORD	RANGER XLS CD4M32 MOTOR DESMONTADO (Na condição que se encontra)	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ167977	00587402148	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 20.000,00
NHP5268 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96180579	985401680	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
TOTAL DE AVALIAÇÃO R$ 260.500,00										

Kaio Pereira Arruda

Gerente de Leilões

Vip Gestão e Logística S. A

08.187.134/0001-75

São luís – MA 10 de janeiro de 2024

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : JH- LEILÕES

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO
Tribunal Público Oficial do Estado
LUCIMA Nº 015/98

Solicitação de Avaliação de Veículos para Leilão

	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	ESTADO DE CONSERV.	CHAVES	PREÇO FIPE	VALOR INICIAL	OBS. GERAIS
1	OJJ 4893	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Pessimo		R$ 104.521,00	R$ 35.000,00	
2	OJP 8633	FORD	RANGER XLS 3.2	2014/2014	Pessimo		R$ 107.690,00	R$ 7.000,00	Motor retirado do local na caçamba
3	OJJ 1794	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Bom		R$ 104.521,00	R$ 35.000,00	
4	OJJ 5188	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Pessimo		R$ 104.521,00	R$ 7.000,00	Motor retirado do local na caçamba
5	OJP 0647	FIAT	PALIO WEEKEND	2013/2014	Pessimo		R$ 40.170,00	R$ 8.500,00	
6	OJF 4075	FIAT	PALIO WEEKEND	2013/2014	Ruim		R$ 40.170,00	R$ 8.500,00	
7	NMU 7434	FIAT	PALIO ELX	2009/2010	Ruim		R$ 21.887,00	R$ 4.500,00	
8	NHN 9393	CHEVROLET	VECTRA	2008/2009	Ruim		R$ 29.208,00	R$ 4.000,00	
9	NHO 1230	CHEVROLET	VECTRA	2008/2009	Regular		R$ 29.208,00	R$ 5.000,00	
10	NXM 8253	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Pessimo		R$ 23.951,00	R$ 6.500,00	
11	NXM 2444	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Ruim		R$ 23.951,00	R$ 7.000,00	
12	NXM 2454	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Ruim		R$ 23.951,00	R$ 7.000,00	
13	NXM 7728	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Regular		R$ 23.951,00	R$ 9.000,00	
14	NXM 2314	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Regular		R$ 23.951,00	R$ 9.000,00	
15	NHP 4394	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

16	NHP 4469	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
17	NHP 4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
18	NHP 5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2008	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 4.500,00	
19	NHP 3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 4.500,00	
20	NHF 0293	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2007/2008	Regular		R$ 13.981,00	R$ 4.500,00	
21	NHP 4374	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2009/2010	Regular		R$ 17.135,00	R$ 5.000,00	
22	NHP 5268	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Regular		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
23	NHN 8746	MITSUBISHI	L-200	2008/2008	Regular		R$ 52.675,00	R$ 20.000,00	
24	HOO 1569	HONDA	HONDA CG CARGO	2000/2001	Pessimo		R$ 2.698,00	R$ 500,00	
25	HPU 5308	HONDA	HONDA CG 150 JOB	2004/2005	Pessimo		R$ 6.592,00	R$ 500,00	

A presente avaliação tem levado em conta os seguintes parâmetros observados na visitação dos bens que serão levados a Leilão:

1) Estado de conservação;
2) Ano/modelo do veículo;
3) Motor
4) Lataria
5) Tabela Fipe para comparação com os valores avaliados.

JOSÉ HENRIQUE DE MOURA FERRO FRAZÃO
CPF : 095.360.193-53
Email: jh.frazao@hotmail.com
Leiloeiro Público Oficial do Estado do Maranhão
JUCEMA Nº 015/98

Maiores informações: 98 999715344

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : GR- LEILÕES

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06

Avaliação nº 003/2024
Ao Ministério Público do Estado do Maranhão

Gustavo Martins Rocha, Leiloeiro Oficial do Maranhão, CPF: 085.248.657-09; matrícula na JUCEMA de número 017/2006, tem o prazer e a honra de submeter a vossa apreciação a presente avaliação, objetivando a realização de leilão de veículos pertencentes ao Ministério Público do Estado do Maranhão que se encontram na unidade de São Luís.



Item	01
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ4893
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 30.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	02
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJP8633
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2014/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 25.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Raquel Casanovas
Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	03
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ1794
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 25.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	04
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ5188
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 15.000,00
Observação	O veículo está em péssimo estado de conservação, não funciona e está com problemas mecânicos (faltam muitas peças).

Casanovas
Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	05
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJP0647
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 1.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

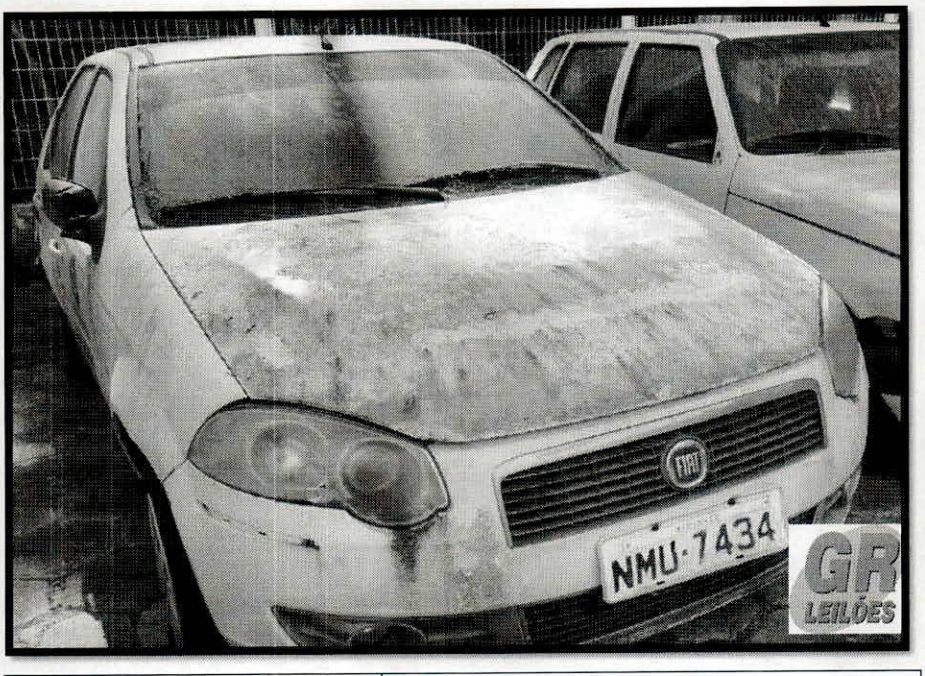
Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	06
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJF4075
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

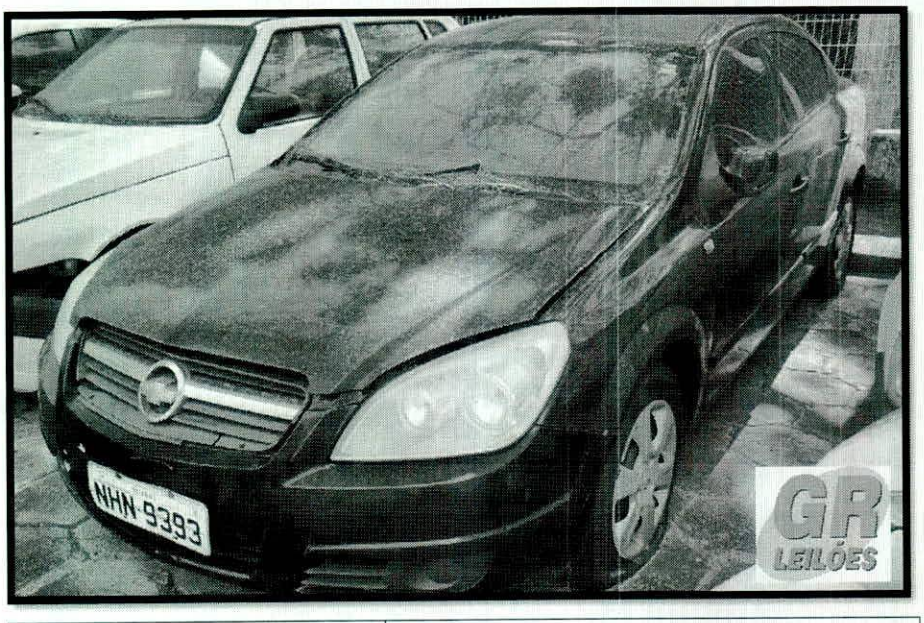


Item	07
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio ELX
Placa	NMU7434
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

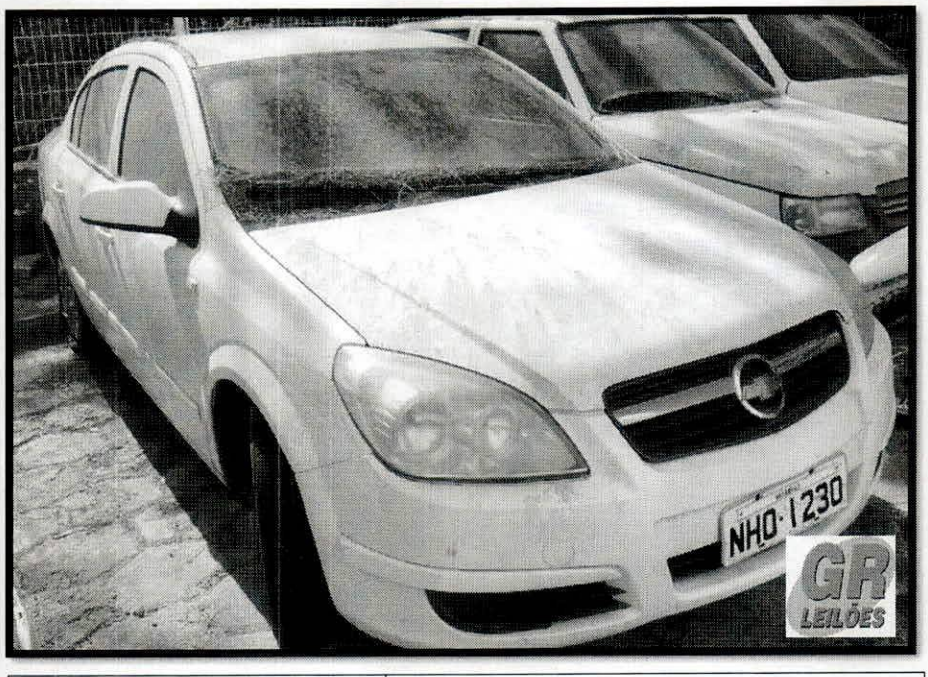


Item	08
Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHN9393
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Preta
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

GR LEILÕES Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	09
Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHO1230
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06

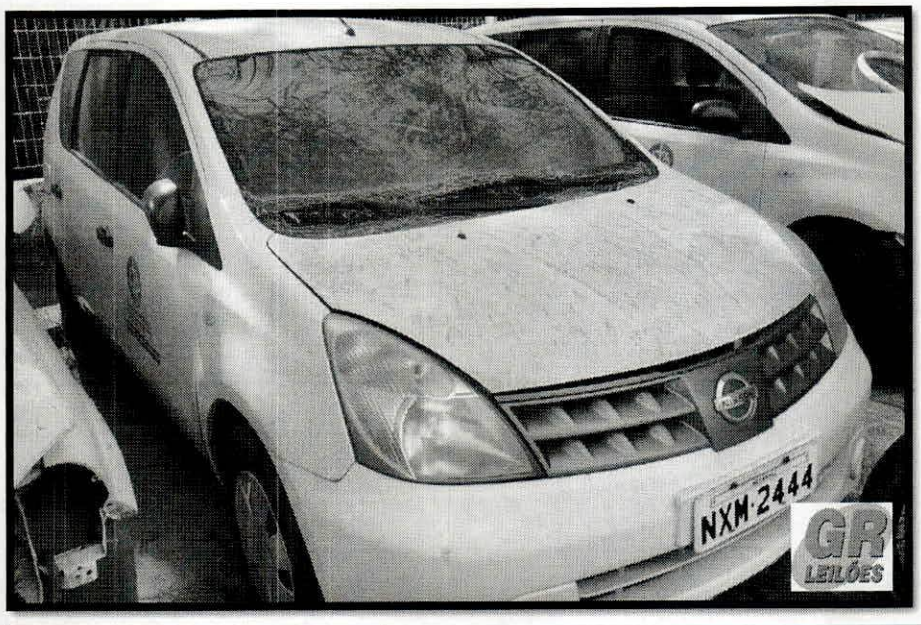


Item	10
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM8253
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 1.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	11
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2444
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

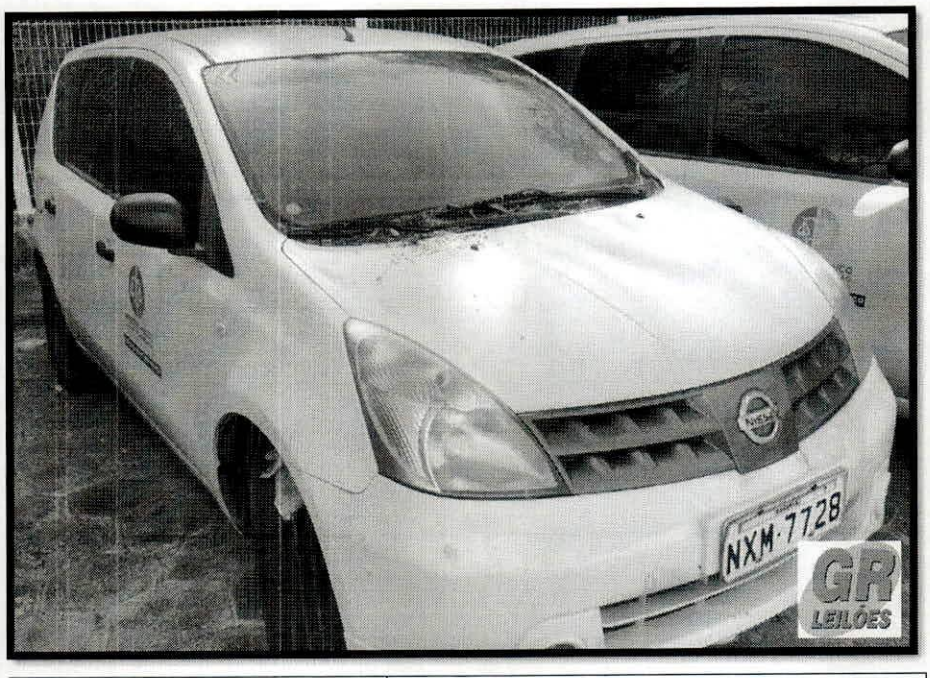
Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	12
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2454
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	13
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM7728
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06

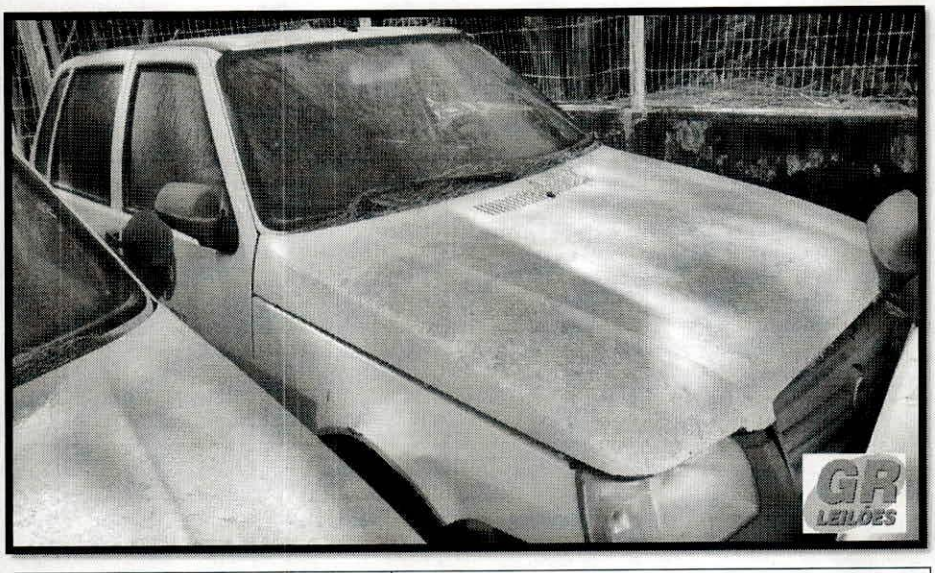


Item	14
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2314
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	15
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4394
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Casanovas

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

GR LEILÕES Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

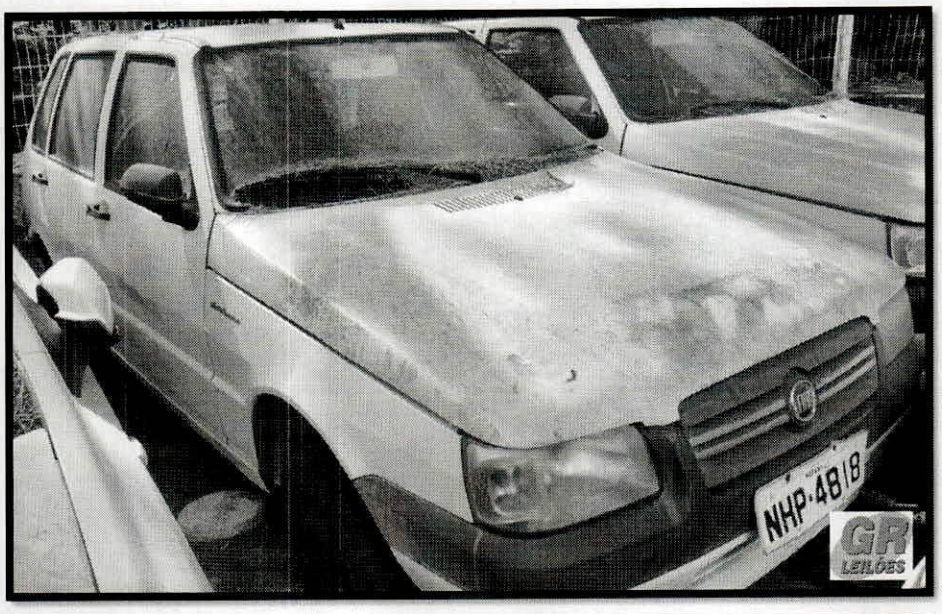
Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	16
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4469
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 1.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	17
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4818
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Casanovas
Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	18
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5107
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casano
Chefe de Seção - Tr
Mat.: 10759
Procuradoria Geral

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	19
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP3132
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	20
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHF0293
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2007/2008
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
...fe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
...curadoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	21
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4374
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Casanovas
Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	22
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5268
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Casanovas

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

GR LEILÕES Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	23
Veículo, Marca e Tipo	Mitsubishi L-200
Placa	NHN8746
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2008
Combustível	Diesel
Cor	Branca
Avaliação	R$ 15.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Casanovas
Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

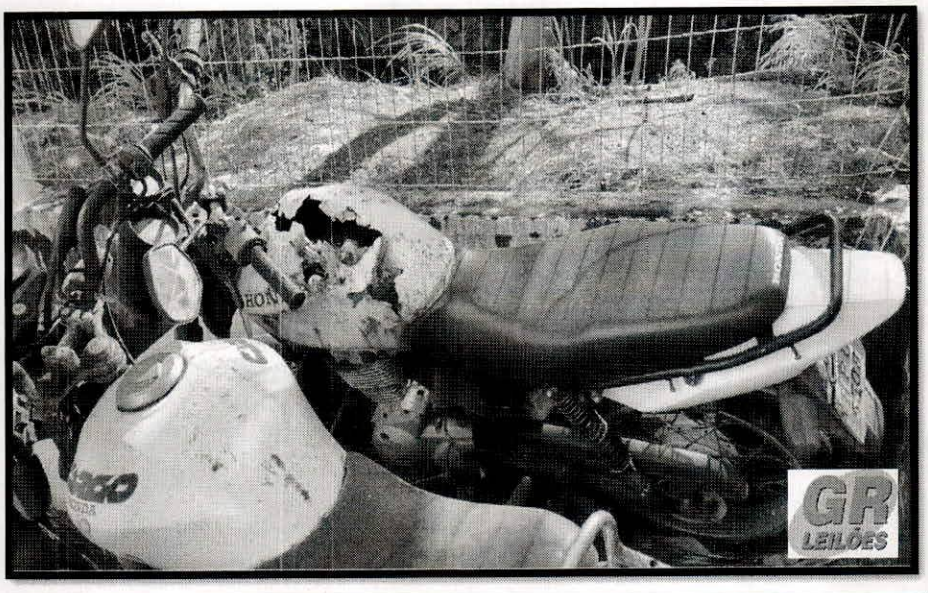
Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	24
Veículo, Marca e Tipo	Honda CG Cargo
Placa	HOO1569
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2000/2001
Combustível	Gasolina
Cor	Branca
Avaliação	R$ 100,00
Observação	A moto está sucateada.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	25
Veículo, Marca e Tipo	Honda CG 150 Job
Placa	HPU5308
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2004/2005
Combustível	Gasolina
Cor	Branca
Avaliação	R$ 100,00
Observação	A moto está sucateada.

Os valores acima avaliados serão utilizados como base para confecção de edital, sendo que servem apenas como estimativas de preços iniciais para utilização em Leilão Público.

São Luís/MA, 10 de janeiro de 2024.

Total de itens avaliados: 25
Valor total avaliado: R$ 148.200,00

Gustavo Martins Rocha
Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Mat: 017/06

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : MAVEL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO VEICULAR PARA LEILÃO

EMPRESA AVALIADORA: MAVEL

CNPJ: 24.268.663/0001-50

REQUERENTE: MINISTÉRIO PUBLICO DO EST. DO MARANHÃO / SETOR DE TRANSPORTES

UNIDADES:

1- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJJ4893, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$107.690,00, **VALOR AVALIADO**: R$29.825,00.

2- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJP8633, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$107.690,00, **VALOR AVALIADO**: R$26.423,00.

3- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJP1794, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$107.690,00, **VALOR AVALIADO**: 26.725,00.

4- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJJ5188, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$107.690,00, **VALOR AVALIADO**: 22.632,00.

5- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJP0647, PALIO WEEKEND TREKK 1.6 MEC. 2013/2014 BRANCA

VALOR FIPE: R$33.804,00. **VALOR AVALIADO**: R$8.823,00.

6- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJF4075, PALIO WEEKEND TREKK 1.6 MEC. 2013/2014 BRANCA

VALOR FIPE: R$33.804,00, **VALOR AVALIADO**: R$9.325,00.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

7- PLACA/MODELO/ANO/COR: NMU7434, PALIO ELX 1.0 FLEX 2009/2010 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.349,00, **VALOR AVALIADO**: R$6.387,00.

8 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHN9393, VECTRA EXPRESSION 2008/2008 PRETA

VALOR FIPE: R$28.320,00, **VALOR AVALIADO**: R$8.185,00.

9 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHO1230, VECTRA EXPRESSION 2009/2009 PRETA

VALOR FIPE: R$31.746,00, **VALOR AVALIADO**: R$9.388,00.

10 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NXM8253, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.557,00, **VALOR AVALIADO**: R$4619,00.

11 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NXM2444, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.557,00, **VALOR AVALIADO**: R$6.129,00.

12 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NXM2454, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.557,00, **VALOR AVALIADO**: R$6.312,00.

13 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NXM7728, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.557,00, **VALOR AVALIADO**: R$5.732,00.

14 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NXM2314, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$26.557,00, **VALOR AVALIADO**: R$5.911,00.

15- PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP4394, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

Casanovas
Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

VALOR FIPE: R$19.430,00. **VALOR AVALIADO**: R$5.023,00.

16 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP4469, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$4.822,00.

17 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP4818, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$3.810,00.

18 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP5107, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$4.620,00.

19 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP3132, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$3.427,00.

20 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP0293, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$4.833,00.

21 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP4374, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$4.422,00.

22 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP5268, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$19.430,00, **VALOR AVALIADO**: R$6.227,00.

23 - PLACA/MODELO/ANO/COR: NHN8746, L200 OUTDOOR 2008/2008 BRANCA

VALOR FIPE: R$52.675,00, **VALOR AVALIADO**: R$13.975,00.

24 - PLACA/MODELO/ANO/COR: HOO1569, CG CARGO 2000/2001 BRANCA

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

VALOR FIPE: R$3.415,00, **VALOR AVALIADO**: R$338,00

25 - PLACA/MODELO/ANO/COR: HPU5308, CG 150 JOB 2004/2005 BRANCA

VALOR FIPE: R$6.758,00, **VALOR AVALIADO**: R$478,00.

São Luis, 24 de Novembro de 2023.

Márcio Reis Aragão – Diretor/Proprietário

CNPJ: 24.268.663/0001-50
MARCIO REIS ARAGÃO -ME
Av. dos Holandeses nº 01 - Calhau
CEP: 65.071-380
São Luis - MA.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : JH LEILÕES

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO
Leiloeiro Público Oficial do Estado
JUCEMA Nº 015/98

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Solicitação de Avaliação de Veículos para Leilão

	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	ESTADO DE CONSERV.	CHAVES	PREÇO FIPE	VALOR INICIAL	OBS. GERAIS
1	OJJ 4893	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Pessimo		R$ 104.521,00	R$ 35.000,00	
2	OJP 8633	FORD	RANGER XLS 3.2	2014/2014	Pessimo		R$ 107.690,00	R$ 7.000,00	Motor retirado do local na caçamba
3	OJJ 1794	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Bom		R$ 104.521,00	R$ 35.000,00	
4	OJJ 5188	FORD	RANGER XLS 3.2	2013/2014	Pessimo		R$ 104.521,00	R$ 7.000,00	Motor retirado do local na caçamba
5	OJP 0647	FIAT	PALIO WEEKEND	2013/2014	Pessimo		R$ 40.170,00	R$ 8.500,00	
6	OJF 4075	FIAT	PALIO WEEKEND	2013/2014	Ruim		R$ 40.170,00	R$ 8.500,00	
7	NMU 7434	FIAT	PALIO ELX	2009/2010	Ruim		R$ 21.887,00	R$ 4.500,00	
8	NHN 9393	CHEVROLET	VECTRA	2008/2009	Ruim		R$ 29.208,00	R$ 4.000,00	
9	NHO 1230	CHEVROLET	VECTRA	2008/2009	Regular		R$ 29.208,00	R$ 5.000,00	
10	NXM 8253	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Pessimo		R$ 23.951,00	R$ 6.500,00	
11	NXM 2444	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Ruim		R$ 23.951,00	R$ 7.000,00	
12	NXM 2454	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Ruim		R$ 23.951,00	R$ 7.000,00	
13	NXM 7728	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Regular		R$ 23.951,00	R$ 9.000,00	
14	NXM 2314	NISSAN	LIVINA 1.6	2011/2012	Regular		R$ 23.951,00	R$ 9.000,00	
15	NHP 4394	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	

16	NHP 4469	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
17	NHP 4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
18	NHP 5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2008	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 4.500,00	
19	NHP 3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Ruim		R$ 15.669,00	R$ 4.500,00	
20	NHF 0293	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2007/2008	Regular		R$ 13.981,00	R$ 4.500,00	
21	NHP 4374	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2009/2010	Regular		R$ 17.135,00	R$ 5.000,00	
22	NHP 5268	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	Regular		R$ 15.669,00	R$ 5.000,00	
23	NHN 8746	MITSUBISHI	L-200	2008/2008	Regular		R$ 52.675,00	R$ 20.000,00	
24	HOO 1569	HONDA	HONDA CG CARGO	2000/2001	Pessimo		R$ 2.698,00	R$ 500,00	
25	HPU 5308	HONDA	HONDA CG 150 JOB	2004/2005	Pessimo		R$ 6.592,00	R$ 500,00	

A presente avaliação tem levado em conta os seguintes parâmetros observados na visitação dos bens que serão levados a Leilão:

1) Estado de conservação;
2) Ano/modelo do veículo;
3) Motor
4) Lataria
5) Tabela Fipe para comparação com os valores avaliados.

JOSÉ HENRIQUE DE MOURA FERRO FRAAZÃO
Leiloeiro Público Oficial do Estado do Maranhão
JUCEMA Nº 015/98

Maiores informações: 98 999715344

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : GR LEILÕES

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06

Avaliação nº 025/2023
Ao Ministério Público do Estado do Maranhão

Foram avaliados os seguintes bens, sendo os mesmos discriminados logo abaixo com a sua devida avaliação.



Item	01
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ4893
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 30.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Casanovas
Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça



Item	02
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJP8633
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2014/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 25.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	03
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ1794
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 25.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça



Item	04
Veículo, Marca e Tipo	Ford Ranger XLS 3.2
Placa	OJJ5188
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Diesel
Cor	Preta
Avaliação	R$ 15.000,00
Observação	O veículo está em péssimo estado de conservação, não funciona e está com problemas mecânicos (faltam muitas peças).

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	05
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJP0647
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 1.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça



Item	06
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio Weekend
Placa	OJF4075
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2013/2014
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

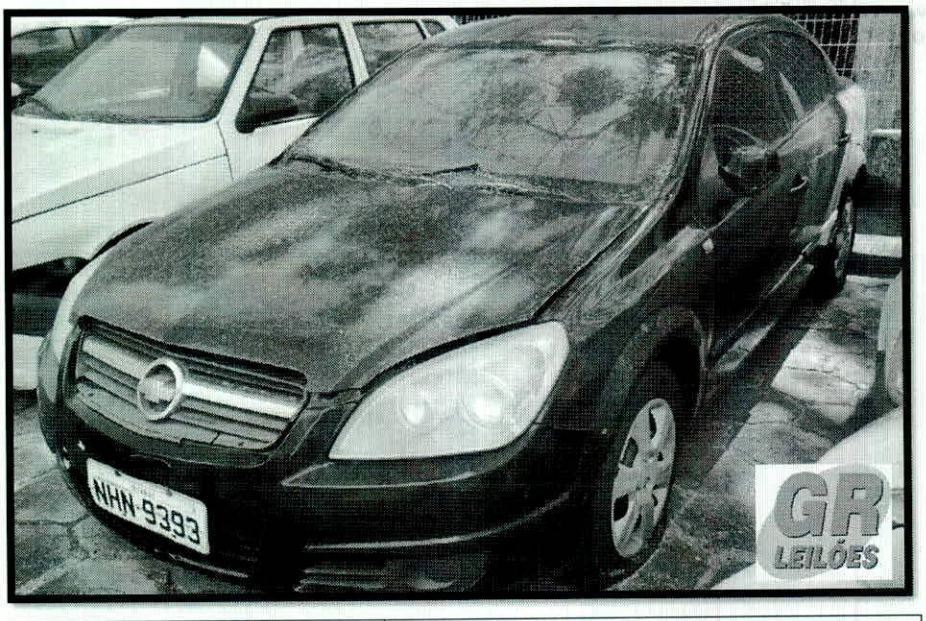


Item	07
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Palio ELX
Placa	NMU7434
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Casanovas

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	08
Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHN9393
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Preta
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	09
Veículo, Marca e Tipo	Chevrolet Vectra
Placa	NHO1230
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

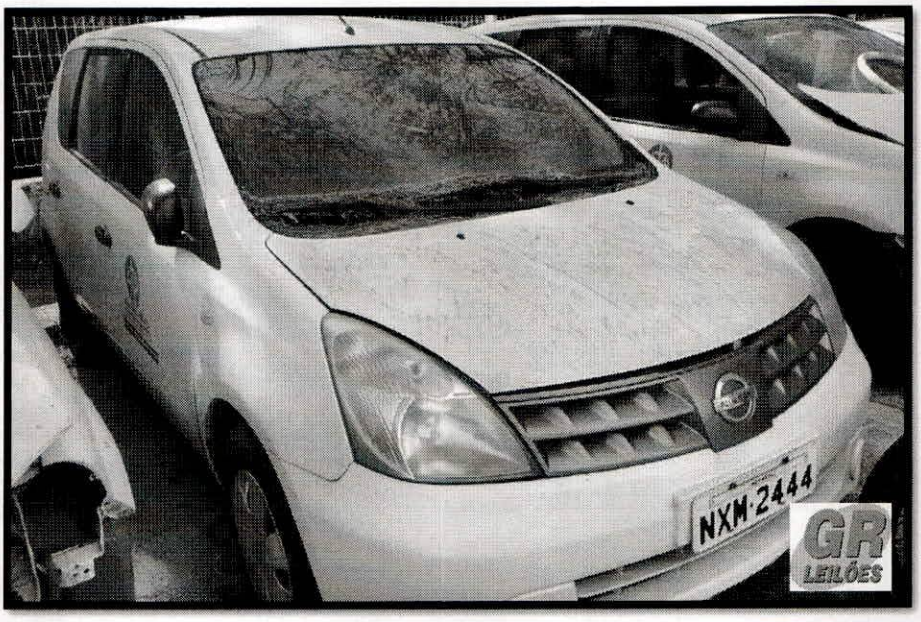


Item	10
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM8253
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 1.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	11
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2444
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

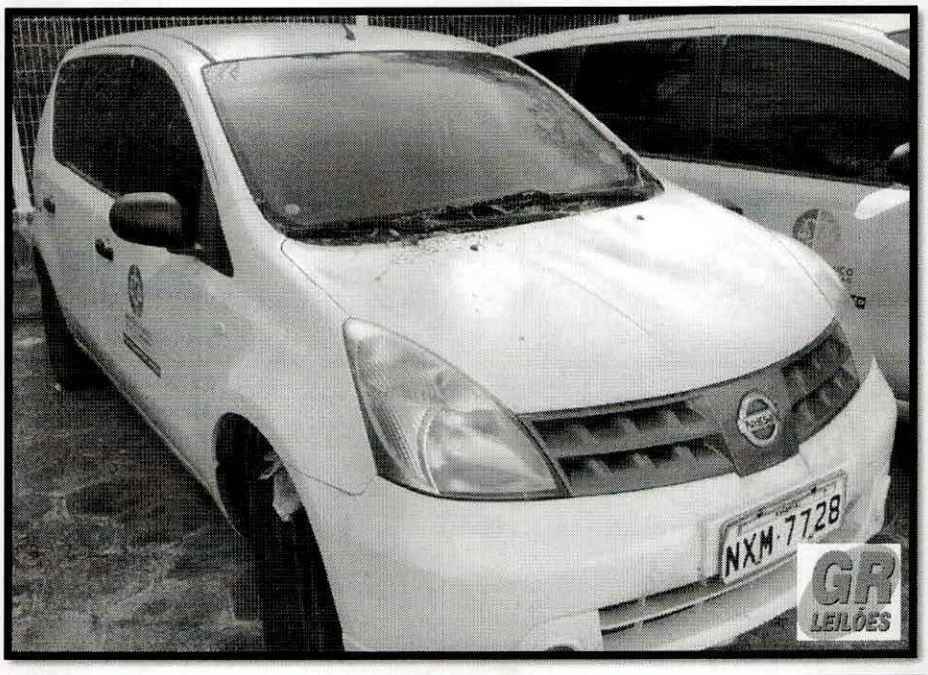


Item	12
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2454
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	13
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM7728
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	14
Veículo, Marca e Tipo	Nissan Livina 1.6
Placa	NXM2314
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2011/2012
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	15
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4394
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	16
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4469
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 1.000,00
Observação	O veículo está sucateado.

Casanovas
Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	17
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4818
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Casanovas
Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	18
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5107
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	19
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP3132
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	20
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHF0293
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2007/2008
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 2.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	21
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP4374
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2009/2010
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula nº 017/06



Item	22
Veículo, Marca e Tipo	Fiat Uno Mille Economy
Placa	NHP5268
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2009
Combustível	Flex
Cor	Branca
Avaliação	R$ 3.000,00
Observação	O veículo está em razoável estado de conservação, porém não funciona e está com problemas mecânicos.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, nº 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	23
Veículo, Marca e Tipo	Mitsubishi L-200
Placa	NHN8746
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2008/2008
Combustível	Diesel
Cor	Branca
Avaliação	R$ 15.000,00
Observação	O veículo está em mau estado de conservação, com ferrugem e faltam muitas peças.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06

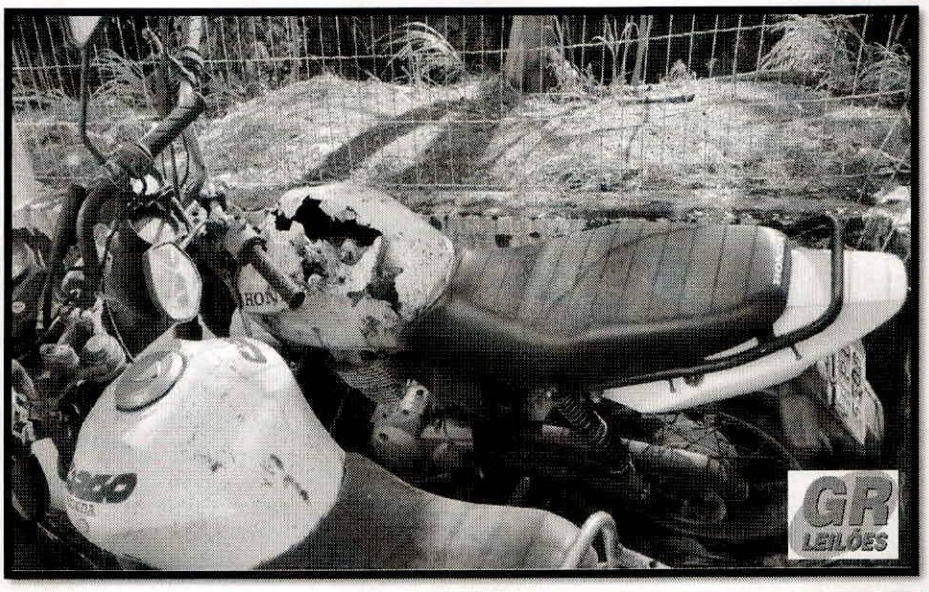


Item	24
Veículo, Marca e Tipo	Honda CG Cargo
Placa	HOO1569
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2000/2001
Combustível	Gasolina
Cor	Branca
Avaliação	R$ 100,00
Observação	A moto está sucateada.

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06



Item	25
Veículo, Marca e Tipo	Honda CG 150 Job
Placa	HPU5308
CHASSI	
RENAVAM	
Ano	2004/2005
Combustível	Gasolina
Cor	Branca
Avaliação	R$ 100,00
Observação	A moto está sucateada.

Os valores acima avaliados serão utilizados como base para confecção de edital, sendo que servem apenas como estimativas de preços iniciais para utilização em Leilão Público.

São Luís/MA, 21 de novembro de 2023.

Total de itens avaliados: 25
Valor total avaliado: R$ 148.200,00

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público Oficial do
Estado do Maranhão
Mat: 017/06

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quéops, n° 12, Sala 109, Edif. Executive Center, Renascença II, São Luís/MA,
CEP: 65075-800; e-mail: grleiloes@grleiloes.com; telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

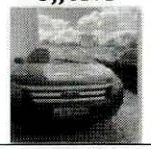
ANEXO DE MOVIMENTACAO : VIP LEILÕES

GRUPO VIP leilões

BENS PATRIMÔNIO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Procuradoria Geral de Justiça

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO/MOD	COMB	CHASSI	RENAVAM	AVALIAÇÃO FIPE	AVALIAÇÃO VIP	AVALIAÇÃO FINAL POR AVARIAS
OJJ4893 	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ163847	587405660	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 25.000,00
NXM8253 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ985711	459473140	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
NXM2444 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986856	459374834	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
NHN9393 	GM	VESTRA SD	PRETA	2008/2008	FLEX	9BGAD69W08B303293	977370224	R$ 26.884,00	R$ 13.442,00	R$ 8.000,00
NHP4394 	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179704	985780185	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

GRUPO VIP leilões

NHP4469 	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178439	985173920	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NXM2454 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ988566	459375016	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	R$ 10.000,00
OJP0647 	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD37315455051211	996712895	R$ 32.884,00	R$ 16.442,00	R$ 8.000,00
NHP4818 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178969	985175737	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHP5107 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178471	985171928	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

RUPO VIP leilões

NMU7434 	FIAT	PALIO ELX FLEX	BRANCA	2009/2010	FLEX	9BD17140MA5504595	170671089	R$ 26.150,00	R$ 13.075,00	R$ 8.000,00
OJF4075 	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD373154E5035825	552051535	R$ 32.884,00	R$ 16.442,00	R$ 10.000,00
OJP8633 	FORD	RANGER XLS	PRETA	2014/2014	DIESEL	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 25.000,00
NHP3132 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179487	985781459	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHO1230 	GM	VESTRA SD	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BGAD69W09B143139	977382613	R$ 29.323,00	R$ 14.661,50	R$ 10.000,00

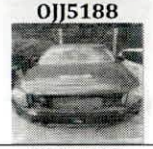
Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

RUPO VIP leilões

NHF0293 	FIAT	UNO MILLE FIRE	BRANCA	2007/2008	FLEX	9BD15822784987529	925475858	R$ 14.858,00	R$ 7.429,00	R$ 7.000,00
HOO1569 	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCA	2000/2001	GASOLINA	9C2JC301R001704	756887224	R$ 2.783,00	R$ 1.391,50	R$ 300,00
HPU5308 	HONDA	CG 150 JOB	BRANCA	2004/2005	GASOLINA	9C2KC08305R000174	837339278	R$ 6.584,00	R$ 3.292,00	R$ 200,00
OJJ1794 	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L2EJ161536	587404124	R$ 114.501,00	R$ 57.250,50	R$ 25.000,00
NXM7728 	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986874	459423320	R$ 26.919,00	R$ 13.459,50	R$ 10.000,00

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

GRUPO VIP leilões

NXM2314 	NISSAN	LIVINA 16 /	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ988776	459343831	R$ 26.919,00	R$ 13.459,50	R$ 5.000,00
NHP4374 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179500	985776560	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
NHN8746 	MMC	L200 OUTDOOR	BRANCA	2008/2008	DIESEL	93XHNK7408C846286	977808971	R$ 52.675,00	R$ 26.337,50	R$ 20.000,00
OJJ5188 	FORD	RANGER XLS CD4M32 MOTOR DESMONTADO (Na condição que se encontra)	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ167977	00587402148	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	R$ 20.000,00
NHP5268 	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96180579	985401680	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	R$ 7.000,00
TOTAL DE AVALIAÇÃO R$ 260.500,00										

Kaio Pereira Arruda

Gerente de Leilões

São luís – MA 22 de novembro de 2022

Raquel Casanovas
Chefe de Seção - Transporte
Mat.: 1075972
Procuradoria Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 51092023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **05 de Dezembro de 2023 às 11:51 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-51092023, **Código de Validação**: 3B938C22A8.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 51092023
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 3B938C22A8

Assunto: Processo Licitatório - Leilão – Alienação de Veículos
Interessado: Setor de Transporte

À Assessoria Técnica da Administração,

Encaminhem-se os autos para análise e manifestação acerca da regularidade processual da solicitação de abertura de processo licitatório, visando a contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, no valor estimado anual de **R$ 10.619,88 (dez mil, seiscentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos)**, conforme solicitação do Setor de Transporte a partir do MEMO-ST - 182022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO), e considerando o DESPACHO-ST - 1102023 e demais documentos.

assinado eletronicamente em 05/12/2023 às 11:51 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: MAPA DE PREÇO

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

MAPA DE PREÇO

VEÍCULOS INSERVÍVEIS

Cumprimentando-o, explicaremos através deste, a metodologia adotada para a elaboração do Mapa de Preço dos Veículos Inservíveis desta instituição, conforme demanda a nova lei de licitações 14.133/21. A escolha da média como metodologia baseia-se na busca por um equilíbrio entre diferentes variáveis que impactam o valor de veículos inservíveis, levando em consideração fatores como condição física, idade do veículo, modelo, marca e demanda de mercado.

O processo de cálculo da média foi realizado de maneira detalhada, envolvendo assim a coleta de dados e avaliação dos bens realizada por profissionais da área. A média nos permite entender de forma clara os diferentes valores associados aos veículos inservíveis, considerando as variações existentes neste mercado. Dessa forma, garantimos uma avaliação transparente e alinhada com as condições do mercado de veículos inservíveis. Portanto, encontramos o valor da média somando os valores de todas as avaliações e dividindo a soma pelo número de avaliações.

	CHASSI	RENAVAM	PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO	VIP	GR	JH	MAVEL	MÉDIA
1	8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ4893	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25.000,00	R$ 30.000,00	R$ 35.000,00	R$ 29.825,00	**R$ 29.956,25**
2	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	OJP8633	FORD	RANGER	PRETO	2014/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 7.000,00	R$ 26.423,00	**R$ 20.855,75**
3	8AFAR23L2EJ161536	587404124	OJJ1794	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 25.000,00	R$ 25.000,00	R$ 35.000,00	R$ 26.725,00	**R$ 27.931,25**
4	8AFAR23L7EJ167977	587402148	OJJ5188	FORD	RANGER	PRETO	2013/2014	R$ 20.000,00	R$ 15.000,00	R$ 7.000,00	R$ 22.632,00	**R$ 16.158,00**
5	9BD373154E5051207	996712895	OJP0647	FIAT	PALIO WEEKEND	BRANCO	2013/2014	R$ 8.000,00	R$ 1.000,00	R$ 8.500,00	R$ 8.823,00	**R$ 6.580,75**
6	9BD373154E5035825	552051535	OJF4075	FIAT	PALIO WEEKEND	BRANCO	2013/2014	R$ 10.000,00	R$ 3.000,00	R$ 8.500,00	R$ 9.325,00	**R$ 7.706,25**
7	9BD17140MA5504495	170671089	NMU7434	FIAT	PALIO	BRANCO	2009/2010	R$ 8.000,00	R$ 2.000,00	R$ 4.500,00	R$ 6.387,00	**R$ 5.221,75**
8	9BGAD69W08B303293	977370224	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 8.000,00	R$ 2.000,00	R$ 4.000,00	R$ 8.185,00	**R$ 5.546,25**
9	9BGAD69W09B143139	977382613	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA	PRETO	2008/2009	R$ 10.000,00	R$ 2.000,00	R$ 5.000,00	R$ 9.388,00	**R$ 6.597,00**
10	94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM8253	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 1.000,00	R$ 6.500,00	R$ 4.619,00	**R$ 5.529,75**
11	94DTAFL10CJ986856	459374834	NXM2444	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 3.000,00	R$ 7.000,00	R$ 6.129,00	**R$ 6.532,25**
12	94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM2454	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 2.000,00	R$ 7.000,00	R$ 6.312,00	**R$ 6.328,00**
13	94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM7728	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 10.000,00	R$ 3.000,00	R$ 9.000,00	R$ 5.732,00	**R$ 6.933,00**
14	94DTAFL10CJ988776	459343831	NXM2314	NISSAN	LIVINA	BRANCO	2011/2012	R$ 5.000,00	R$ 2.000,00	R$ 9.000,00	R$ 5.911,00	**R$ 5.477,75**
15	9BD15822A96179704	985780185	NHP4394	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 2.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.023,00	**R$ 4.755,75**
16	9BD15822A96178439	985173920	NHP4469	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 1.000,00	R$ 5.000,00	R$ 4.822,00	**R$ 4.455,50**
17	9BD15822A96178969	985175737	NHP4818	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 2.000,00	R$ 5.000,00	R$ 3.810,00	**R$ 4.452,50**
18	9BD15822A96178471	985171928	NHP5107	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 2.000,00	R$ 4.500,00	R$ 4.620,00	**R$ 4.530,00**
19	9BD15822A96179487	985781459	NHP3132	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 2.000,00	R$ 4.500,00	R$ 3.427,00	**R$ 4.231,75**
20	9BD15822784987529	925475858	NHF0293	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2007/2008	R$ 7.000,00	R$ 2.000,00	R$ 4.500,00	R$ 4.833,00	**R$ 4.583,25**
21	9BD15822A96179704	985776560	NHP4374	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 5.000,00	R$ 4.422,00	**R$ 4.855,50**
22	9BD15822A96180579	985401680	NHP5268	FIAT	UNO MILLE	BRANCO	2008/2009	R$ 7.000,00	R$ 3.000,00	R$ 5.000,00	R$ 6.227,00	**R$ 5.306,75**
23	93XHNK7408C846286	887394493	NHN8746	MITSUBISHI	L-200	PRETO	2008/2009	R$ 20.000,00	R$ 15.000,00	R$ 20.000,00	R$ 13.975,00	**R$ 17.243,75**
24	9C2JC30301R001704	756887224	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	R$ 300,00	R$ 100,00	R$ 500,00	R$ 338,00	**R$ 309,50**
25	9C2KC08305R000174	837339278	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	R$ 200,00	R$ 100,00	R$ 500,00	R$ 478,00	**R$ 319,50**
											TOTAL MÉDIA:	**R$ 212.397,75**

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

Estudo Técnico Preliminar

1. Descrição da necessidade

Justifica-se a presente contratação em razão da necessidade de desfazimento dos bens móveis inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Sendo assim, faz-se necessário a contratação de serviço de leiloeiro oficial para a condução do processo de alienação, na modalidade Leilão, dos bens permanentesinservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.

2. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS SEÇÃO DE TRANSPORTE	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES RAQUEL JATAY CASANOVAS

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte oumesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

1. Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;
2. Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade;
3. Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão- JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;
2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento.

4. Levantamento de Mercado

Conforme levantamento realizado em demais órgãos públicos, verifica-se que os mesmos adotam esta solução como forma de atender às suas demandas de forma eficaz. Deve-se buscar uma solução que alcance os resultados pretendidos e atenda à necessidade da contratação, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

5. Descrição da solução como um todo

A contratação de profissional especialista ou empresa especializada para operacionalização do leilão, proporcionará à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ganhos de eficiência processual e ganhos econômicos resultantes da economia de custos do processo e maiores valores de arrecadação, além de proporcionar maior transparência e ampliar a possibilidade de participação no certame.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O serviço de que trata este documento não demanda definição de quantidades, podendo a quantidade de veículos a ser leiloada aumentar ou diminuir, mas a expectativa para o contrato leva em consideração a quantidade de veículos que foram avaliados, conforme preço de mercado destes bens atualmente, somando um total de 25 (vinte e cinco) veículos inserviveis no valor **de R$ 212.397,75** (duzentos e doze mil e trezentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos).

7. Estimativa do Valor da Contratação

A remuneração do leiloeiro, de caráter obrigatória, se dará na forma prevista no parágrafo único do art. 24 do Decreto nº. 21.981/32, ou seja, em percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor de cada bem arrematado, e será efetuada diretamente pelo arrematante, sem qualquer interferência ou ônus para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

O valor estimado anual para a referida despesa é de R$ 10.619,88 (dez mil e seiscentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos).

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os atos que culminam com a realização de um leilão são concatenados e dependentes da pré-existência do outro para serem realizados. É o caso da remoção ou recolhimento, depósito, guarda, avaliação, limpeza e organização da sessão pública do leilão. Dessa forma, todos os serviços encontram-se interligados de modo que o parcelamento da solução inviabiliza o gerenciamento do leilão de maneira eficiente.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes relativas à esta contratação.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A almejada contratação está alinhada com os planejamentos da Instituição.

11. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados com a presente contratação incluem, entre outros, a redução do custo operacional na gestão dos bens inservíveis; na mitigação nos riscos de furto dos bens; na redução nos custos de controle e segurança; na prevenção ao perdimento do bem por deterioração ou danos; além de dar destinação adequada ao bem considerado ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável.

Por fim, a contratação de leiloeiros almeja também a obtenção de melhores preços nos bens a serem leiloados por meio da possibilidade de participação no Leilão via WEB, ampliando significativamente o número de potenciais Arrematantes-Compradores e tornando a disputa mais acirrada, o que aumenta a eficácia nos lances como também diminui a possibilidade de combinação de preços.

12. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de adequações no ambiente do órgão ou de capacitação específica de servidores para atuarem na execução ou fiscalização do contrato.

13. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais, uma vez que a mesma objetiva a destinação ambientalmente adequada.

14. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida é viável, atendendo às necessidades demandadas, com ganhos em eficiência e economicidade.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
Chefe de Seção

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Anexo de movimentação: TERMO DE REFERÊNCIA ASSINADO

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços elencados no objeto deste termo se faz necessária em razão de haver, nesta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, veículos em condições de obsolescência e que passam a ter rendimento precário com manutenção onerosa, tornando-os antieconômicos.

Frisa-se também o fato desta Procuradoria Geral de Justiça não possuir servidor qualificado para exercer a função de leiloeiro, nem estrutura física e pessoal disponível para a realização de leilão, face à urgência de se efetuar a alienação de bens móveis inservíveis para o órgão, tais como: veículos e sucatas de veículos, tendo em vista a falta de espaço físico para armazenamento desses bens, que a cada dia vão se deteriorando e onerando a administração pública, devendo, assim, o procedimento de tal alienação se dar mediante Leilão Público a ser conduzido por Leiloeiro Oficial.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, observará as normas e procedimentos administrativos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 21.981/32 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

4.2. Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.3. A quantidade de bens apresentada na planilha constante no Anexo I é mera expectativa, não havendo o compromisso por parte da Procuradoria Geral de Justiça de levar à Leilão todos os bens nela elencados, servindo a referida planilha apenas como referência para o contratado**,** podendo a quantidade de veículos a ser leiloada aumentar ou diminuir.

4.4. Se algum bem discriminado na planilha constante no Anexo I porventura não puder ser levado à Leilão, poderá ser substituído por outro bem inservível não constante da referida planilha.

4.5. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado;

4.6. Os bens serão vendidos somente à vista, mediante a emissão de Notas de Vendas em Leilão, nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no edital. Os lotes dos bens serão formados pelo leiloeiro, segundo as técnicas de leilão, com a supervisão da Coordenadoria e Serviços Gerais, contendo dados relativos aos bens integrantes de cada lote, com vistas a sua avaliação e definição do lance mínimo por parte da Comissão, ou seja, o (a) leiloeiro(a) poderá propor o (s) valor(es) mínimos para os lance(s), que será(ão) objeto de apreciação e validação da Comissão, observadas ascaracterísticas do mercado local de realização do leilão.

4.7. Nos casos dos veículos arrematados, poderão ser pagos À VISTA ou, ainda, parcelado, nas condições percentuais abaixo, ficando o Leiloeiro com total responsabilidade sobre o recebimento do valor arrematado:

4.7.1. 50% (CINQUENTA POR CENTO) como sinal e princípio de pagamento, no ato da arrematação, juntamente com o percentual de comissão preestabelecido no subitem 12.1; devendo os 50% (CINQUENTA POR CENTO) complementares serem pagos, impreterivelmente, até cinco dias úteis depois da realização do respectivo leilão;

4.8. Os bens cujos pagamentos decorrentes da alienação não se processarem dentro do prazo ou formas estipuladas no item anterior, serão reintegrados ao patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, perdendo os arrematantes os valores pagos, sem que lhes caiba qualquer direito a reclamações judiciais ou extrajudiciais;

4.9. Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

4.10. Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

a) Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;

b) Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade.

c) Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

4.11. Os leiloeiros contratados deverão possuir a seguinte estrutura mínima para a execução dos serviços:

a) Comprovação de disponibilidade de infraestrutura mínima necessária à execução dos serviços;

b) Comprovação de propriedade/posse ou declaração de disponibilidade, através de documento assinado pelo proprietário/possuidor do terreno autorizando o uso do local para os fins aqui descritos;

c) Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro.

4.12. Os pátios disponibilizados poderão ser compartilhados por outros contratantes do leiloeiro e sua posse deverá ser comprovada por documentação legal. No caso em que o pátio seja compartilhado, deverá haver uma separação física entre as áreas de uso da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão e dos demais usuários.

4.13. As despesas com a guarda dos bens no pátio do Leiloeiro estão incluídas até a data da arrematação dos mesmos, e, após, ficarão a cargo dos Arrematantes, devendo ser pagas diretamente ao Leiloeiro, não tendo a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão qualquer responsabilidade após a arrematação dos bens.

4.14. O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

4.15. Caberá ao contratado realizar minuciosa filmagem de todos os lotes integrantes do leilão público, para disponibilizar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, bem como exibi-la aos arrematantes na data prevista para realização do leilão.

4.16. O contratado deverá declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou

móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.17. Caberá ao contratado elaborar os avisos de leilão, bem como o Edital, submetendo as respectivas minutas para aprovação da Coordenadoria de Serviços Gerais e posterior publicação no **Diário Eletrônico do Ministério Público, bem como em jornais de grande circulação.**

4.18. A Divulgação do leilão pelo contratado deverá ser realizada das seguintes formas:

a) Editais publicados em jornais de grande circulação;

b) Mala eletrônica para os potenciais clientes no sítio eletrônico do leiloeiro;

c) Internet através do site do leiloeiro com a descrição completa dos veículos, fotos econdições gerais de venda e pagamento.

d) Distribuição de material publicitário impresso sobre o evento (exemplo: folheto, cartilha,catálogo, livrete, dentre outros inerentes aos serviços de publicidade).

4.19. Na divulgação do evento na internet e no material impresso deverá constar a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão oficial, telefones e endereço eletrônico (e-mail) para contatos e esclarecimentos adicionais.

4.20. O leiloeiro deverá disponibilizar atendimento em seu escritório, por telefone, ou e-mail, para maiores esclarecimentos sobre o leilão.

4.21. O contratado deverá viabilizar o acompanhamento do evento no local em que ocorrerá o leilão, sendo projetados em tela a descrição do lote e os respectivos lances recebidos, ou ainda, os ofertados via Internet.

4.22. O contratado deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, inclusive, informando-lhes que os mesmos terão o prazo máximo e improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva integralização do valor de arrematação e de seus acréscimos, para proceder à transferência de propriedade dos veículos junto ao DETRAN/MA, sob pena, de a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ingressar com ação, visando a busca e apreensão dos mesmos, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

4.23. O contratado deverá providenciar em cartório cópia autenticada dos comprovantes de transferência de propriedade de todos os veículos alienados, devidamente assinados e datados, para que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão possa cumprir o que determina o Art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

4.24. O contratado deverá lavrar notas, recibos ou atos de arrematação para cada comprador.

4.25. O contratado deverá entregar à Coordenadoria de Serviços Gerais, Ata do Leilão, relatório final do

leilão e relatório de prestação de contas.

4.25.1. A Ata de Leilão deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis a partir do encerramento da sessão, devendo conter no mínimo a descrição de todos os lances ofertados para os lotes,constando o nome completo/empresa, endereço e telefone dos ofertantes; nome completo/empresa, endereço e telefone dos arrematantes e demais fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem.

4.25.2. No relatório final de cada leilão, a ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de encerramento do Leilão, deverá constar, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

4.25.3. O relatório de prestação de contas, no mesmo prazo para apresentação do relatório final do leilão, deverá ser acompanhado do demonstrativo financeiro, cópias das faturas de leilão ecópias dos comprovantes de pagamento (Notas Fiscais) correspondentes.

5. DA VISTORIA

5.1. Sistema de vistoria por aplicativo em dispositivo móvel - Deverá possuir como funcionalidade e ser capaz de:

5.1.1 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os dados de localização (via GPS do dispositivo) do veículo a ser recolhido de maneira automática através de coordenadas utilizando programa de localização;

5.1.2 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, no mínimo, 10 fotos necessárias para o processo de recolhimento ao pátio e dados do condutor e/ou responsável;

5.1.3 Capacidade de leitura via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, de etiquetas TAG para controle e cadastramento do veículo a ser rebocado;

5.1.4. Deve permitir introduzir, via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os pontos de localização de eventuais avarias do veículo (a indicação poderá ocorrer por click em uma figura representando o veículo ou por seleção em uma lista pré-definida).

5.1.5 Permitir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, a gravação de áudio sobre a situação do veículo ou qualquer observação pertinente sobre a vistoria;

5.1.6 Comprovar que todas as informações registradas no ato da remoção dos veículos sejam transmitidas “online” para o sistema de gerenciamento de pátios;

5.1.7 Permitir a assinatura digital do responsável pelo reboque e do vistoriador em campos específicos.

5.1.8 Emitir em impressora portátil e através de arquivo tipo PDF, a vistoria completa (com fotos) com todos os dados necessários para a perfeita caracterização do estado do veículo.

6. DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES

6.1. O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em comum acordo entre as partes, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.2. Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

6.3. A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal do contrato, com o auxílio da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis.

7.2. O Gestor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

7.3. O gestor e o Fiscal do contrato, no exercício da fiscalização, exigirão o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio de notificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.4. A Comissão, no exercício da fiscalização, exigirá o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio denotificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.5. A fiscalização exercida no interesse da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Realizar leilão em dia e hora previamente designado em edital de licitação, de acordo com a prestação de serviço contratado, no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão;

8.2. Empenhar-se na obtenção do melhor preço possível para o bem a ser leiloado;

8.3. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, de acordo com o especificado neste Termo de Referência;

8.4. Manter sob especial guarda e conservação os bens administrativos que receber na condição de fiel depositário;

8.5. Promover a mais ampla divulgação dos leilões, por todos os meios impressos e eletrônicos disponíveis;

8.6. Fornecer meios para que os interessados em geral possam vistoriar e examinar quaisquer bens administrativos destinados a leilão, mantendo horário de funcionamento ininterrupto do depósito, galpão ou garagem, das 8:00 às 18:00 horas;

8.7. Arcar com as despesas necessárias à guarda, conservação e ao deslocamento dos bens administrativos ao pátio do contratado e com as de publicidade e realização dos leilões;

8.8. Não serão levados a leilão os bens em relação aos quais a Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais Inservíveis comunicar a suspensão da alienação, por escrito, até as 18h do dia anterior ao evento;

8.9. Conduzir as atividades necessárias à realização do leilão;

8.10.Efetuar avaliação dos preços de mercado dos bens a leiloar;

8.11. Comprovar documentalmente que possui uma ou mais áreas apropriadas para a guarda e alienação dos bens (local próprio ou de terceiros), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

8.12. Apresentar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, em até 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do Contrato, Cronograma de ações contendo todas as datas previstas para a realização dos procedimentos preparatórios e principalmente a data para realização do primeiro Leilão;

8.13. Providenciar junto ao DETRAN-MA todos os procedimentos legais necessários para a baixa dos registros dos veículos considerados sucatas, inclusive o recorte dos CHASSIS.

8.14. Administrar e custear todos os assistentes, auxiliares e outros recursos humanos e materiais envolvidos e necessários à boa condução dos procedimentos do leilão.

8.15. Preparar e organizar a visitação dos bens inservíveis com segurança especializada e equipe devidamente treinada para atendimento aos interessados.

8.16. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes e da execução do contrato, bem como pelo pagamento emolumentos, prêmio de seguro, e demais despesas decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.17. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;

8.18. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.19. Não se pronunciar em nome da Procuradoria Geral de Justiça a órgãos de imprensa, sobre

quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados, salvo mediante prévia e expressa autorização do ente;

8.20. Responder por toda documentação que lhe for entregue pela Procuradoria Geral de Justiça, que acompanhará e fiscalizará sua correta utilização;

8.21. Adotar todas as demais providências correlatas ao exercício da função de leiloeiro e suprir todos os custos necessários à regularidade e boa condução dos leilões que presidir;

8.22. Dar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para o leilão, tanto na divulgação (propaganda) quanto, principalmente na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor ou liquidez dos mesmos;

8.23. Apresentar, a tempo e modo, assim que solicitado pelo CONTRATANTE, todo e qualquer documento atinente à execução do contrato, em especial a Nota Fiscal/Fatura dos materiais;

8.24. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços contratados, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto, em consonância com o previsto no art. 11 e 12 do Decreto nº 21.981, de 19/10/32;

8.25. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente contrato;

8.26. Responder pelos eventuais danos causados à CONTRATANTE e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidasjudiciais ou extrajudiciais necessárias;

8.27. Reproduzir e distribuir editais antes e durante o leilão;

8.28. Responsabilizar-se pelo cumprimento das disposições legais e administrativas necessárias à realização do evento;

8.29. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.30. Remeter mala direta aos interessados e arrematantes integrantes do cadastro do Licitante Vencedor;

8.31. Instalar secretaria no local do leilão para atendimento aos compradores e recebimento das importâncias apuradas, com máquinas, equipamentos de som e equipe de empregados qualificados, suficientes para secretariar o Leiloeiro Público Oficial;

8.32. Atentar sempre para os melhores interesses da Procuradoria Geral de Justiça;

8.33. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para a Procuradoria Geral de Justiça;

8.34. Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Procuradoria Geral de Justiça, durante a vigência do contrato.

8.35. Informar o arrematante que o mesmo terá o prazo de 30 (trinta) dias, contatos da data da efetiva integralização do valor de arrematação e dos acréscimos, para proceder a transferência da propriedade do veículo junto ao DETRAN-MA, sob pena desta Procuradoria Geral de Justiça ingressar com ação, visando a busca e apreensão do mesmo, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar todas as fases do Leilão, exercendo ampla fiscalização sobre os serviços Contratados, por intermédio da Coordenadoria de Serviços Gerais, à qual o Leiloeiro Público Oficial deverá facilitar o exercício de suas funções;

9.2. Fornecer ao Leiloeiro a relação dos bens inservíveis a serem alienados e a respectiva avaliação;

9.3. Determinar juntamente com o Leiloeiro Público Oficial, data e hora para realização dos Leilões;

9.4. Verificar e aprovar previamente o edital;

9.5. Fiscalizar o desempenho do contratado, de modo a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas;

9.6. Efetuar o pagamento de acordo com o pactuado.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

10.1.1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão- JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;

10.1.2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento;

10.1.3. Dispor de Carteira de Exercício Profissional como leiloeiro oficial (pessoa física) perante a Junta Comercial do Maranhão;

10.1.4. Ser inscrito perante a Instituição de Previdência Social como Leiloeiro (pessoa

física) e estar regular com as respectivas contribuições;

10.1.5. Declarar não ter parentesco, até o terceiro grau civil, com os membros e servidores da Procuradoria Geral de Justiça, aplicando-se igual proibição aos seus contratados;

10.1.6. Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro;

10.1.7. Declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. **Será desclassificada a proposta que deixar de contemplar a totalidade dos serviços objeto desta licitação.**

11.2. O critério de julgamento das propostas será do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** fornecido pelo leiloeiro à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, ou seja, vencerá aquele que ofertar o maior percentual de desconto na comissão sobre o valor final das vendas (artigo 24 do Decreto Federal nº 21.981/32 e artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/33), compreendido o limite entre 0% (zero por cento) e 5% (cinco por cento).

11.3. **Em caso de empate** entre duas ou mais propostas e após obedecido o disposto no art. 60º da Lei 14.133/21, a classificação se fará obrigatoriamente pelo disposto do parágrafo 1° do artigo 60 da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores não deverão possuir mais de duas casas decimais após a vírgula.

11.5. O leiloeiro deverá propor uma uma taxa de comissão, a ser paga pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão de, no máximo, 5% (cinco por cento) com base no art. 24 do Decreto 21.981, de 1932.

11.6. Os licitantes poderão vir a ser chamados pelo pregoeiro para demonstrar a exequibilidade de suas propostas.

11.7. Os bens serão adquiridos pelo maior preço ofertado, acrescido do percentual de comissão do(a) leiloeiro(a), e que não será dedutível do preço de arrematação, na forma prevista no Decreto nº 21.081/32.

11.8. Não sendo aceitável a proposta ou o lance de menor percentual, ou ainda, caso o leiloeiro não atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance

subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.9. Ocorrendo a situação referida no subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com o leiloeiro para que seja obtido preço melhor, em conformidade com o interesse da administração pública;

11.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o leiloeiro será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12. DA FORMA DE REMUNERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILOEIRO OFICIAL

12.1. Será efetuada pelo arrematante o percentual de 5% (cinco por cento), do valor da arrematação, conforme previsto no parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981/32, em consonância com o disposto no artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/1933 e Instrução Normativa nº 113, de 28 de abril de 2010 e pelo comitente contratante (PGJ MA), se for o caso, nos termos da proposta apresentada pela contratada, no percentual máximo de 5% (cinco por sento) do valor dos bens leiloados, de acordo com o artigo 24 do Decreto n 21.981/32.

12.2. Da comissão recebida pelo Leiloeiro Contratado, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

12.3. O leiloeiro vencedor deverá prestar contas da receita arrecadada com o leilão dos bens, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados após a integralização dos pagamentos, juntamente a Fatura do Leilão, salvo greve bancária, cheque com insuficiência de fundos, compensação de cheques de outra praça, de acordo com as regras do Banco Central, e conforme legislação corrente, sendo necessário, portanto, a ressalva expressa destes incidentes, bem como a fixação de novo prazo para repasse dos valores, acrescidos de mora e multa, repassados à Procuradoria Geral de Justiça.

12.4. O relatório de prestação de contas deverá conter o demonstrativo financeiro, comprovantes de despesas realizadas em consonância com as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, os comprovantes de arrematação com as Notas Fiscais correspondentes, bem como recolhimento do valor total das importâncias recebidas.

12.5. No relatório final de cada leilão deverá constar ainda, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

12.6. O recolhimento das importâncias deverá ser efetuado no **Fundo Especial do Ministério Público, no Banco do Brasil, Agência nº 3846-6, Conta Corrente nº 5879-3**, de acordo com as instruções que serão fornecidas ao contratado durante a execução do contrato, de forma a não prejudicar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.7. Não cabe à Procuradoria Geral de Justiça qualquer responsabilidade pela cobrança da

comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelas partes envolvidas.

13. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor estimado anual para a presente despesa é **de R$ 10.619,88 (dez mil e seiscentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos)**, corresponde ao pagamento do limite de 5% (cinco por cento) de comissão pelo contratante, nos termos do art. 24 do Decreto Federal n 21.981/32, considerando, especificadamente, o valor arrecadado dos bens levados a leilão, cuja avaliação é de **R$ 212.397,75** (duzentos e doze mil e trezentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos).

14. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº. 14.133/21.

14.2. Não será cabível reajuste de preço uma vez que a remuneração se dará por percentual de taxa de comissão aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados, o qual permanecerá fixo durante toda a execução do contrato.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei n° 14.133/21 o Contratado que:

15.1.1 Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

15.1.2 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.

15.1.3 Fraudar na execução do objeto.

15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo.

15.1.5 Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 O Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1Advertência por escrito.

15.2.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente ao mês em quefor constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência ou no termo contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

15.2.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos bens avaliados destinados a Leilão, nos casos de recusa injustificada de executar o objeto, prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização.

15.2.4 Desatender às determinações da fiscalização.

15.2.5 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Leilão, e destinados a Leilão, nos seguintes casos:

A)Ocasionar sem justa causa, atrasos superiores a 30 (trinta) dais na execução dos serviços contratados;

B)Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado

C)Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no Edital e Anexos.

D)Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras sanções.

15.2.6 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça, pelo prazo de até 02 (dois)anos.

15.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitaçãoperante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Procuradoria Geral de Justiça pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.3 As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

15.5 Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a CONTRATANTE continuará efetivando os descontos nos meses subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído à penalidade, ou, se entender mais conveniente, poderá descontar o valor remanescente dagarantia prestada, ou ainda, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente.

15.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 14.133/21.

16 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo, por mútuo acordo entre as partes, sua execução se estender, por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal n°14.133/21.

16.2Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

16.3A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

16.4Durante a vigência do contrato o leiloeiro fará tantos leilões quantos forem necessários a fim de proceder à venda dos bens administrativos inservíveis pertencentes a esta Procuradoria.

17 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1 O Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

17.2 Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

17.3 O CONTRATADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

17.4 O termo de extinção será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e Indenizações e multas.

18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não será necessário informar dotação orçamentária, uma vez que o valor correspondente ao percentual incidente sobre o valor de cada bem arrematado, referente à comissão devida pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO pelas despesas desempenhadas na realização das tarefas mencionadas no item 4, será deduzido pelo CONTRATADO do valor de venda de cada bem arrematado, sendo, assim, recolhido à CONTRATANTE o saldo resultante do valor líquido das vendas.

São Luís - MA, 01 de dezembro de 2023.

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
Coordenador De Serviços Gerais

ANEXO I
VEÍCULOS PARA LEILÃO

	PLACA	MARCA	MODELO
1	OJJ4893	FORD	RANGER
2	OJP8633	FORD	RANGER
3	OJJ1794	FORD	RANGER
4	OJJ5188	FORD	RANGER
5	OJP0647	FIAT	PALIO WEENKED
6	OJF4075	FIAT	PALIO WEENKED
7	NMU7434	FIAT	PALIO
8	NHN9393	CHEVROLET	VECTRA
9	NHO1230	CHEVROLET	VECTRA
10	NXM8253	NISSAN	LIVINA
11	NXM2444	NISSAN	LIVINA
12	NXM2454	NISSAN	LIVINA
13	NXM7728	NISSAN	LIVINA
14	NXM2314	NISSAN	LIVINA
15	NHP4394	FIAT	UNO MILLE
16	NHP4469	FIAT	UNO MILLE
17	NHP4818	FIAT	UNO MILLE
18	NHP5107	FIAT	UNO MILLE
19	NHP3132	FIAT	UNO MILLE
20	NHF0293	FIAT	UNO MILLE
21	NHP4374	FIAT	UNO MILLE
22	NHP5268	FIAT	UNO MILLE
23	NHN8746	MITSUBISHI	L-200
24	HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO
25	HPU5308	HONDA	CG 150 JOB

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 1102023

(*) Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL JATAY CASANOVAS** em **04 de Dezembro de 2023 às 15:03 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-ST-1102023, **Código de Validação**: 40B78CDB6E.

DESPACHO-ST - 1102023
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 40B78CDB6E

À Sua Senhoria

José Henrique Frazão Costa

À Secretaria Administrativo – Financeira

Assunto: Solicitação de Alienação

Senhor Diretor,

Segue, TERMO DE REFERÊNCIA, bem como ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E MAPA DE PREÇO, para análise e demais providências para o prosseguimento da abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada em leilão.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 04/12/2023 às 15:03 h (*)

RAQUEL JATAY CASANOVAS
CHEFE DE SEÇÃO

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 3219-1704 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA CORRIGIDO E ASSINADO

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços elencados no objeto deste termo se faz necessária em razão de haver, nesta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, veículos em condições de obsolescência e que passam a ter rendimento precário com manutenção onerosa, tornando-os antieconômicos.

Frisa-se também o fato desta Procuradoria Geral de Justiça não possuir servidor qualificado para exercer a função de leiloeiro, nem estrutura física e pessoal disponível para a realização de leilão, face à urgência de se efetuar a alienação de bens móveis inservíveis para o órgão, tais como: veículos e sucatas de veículos, tendo em vista a falta de espaço físico para armazenamento desses bens, que a cada dia vão se deteriorando e onerando a administração pública, devendo, assim, o procedimento de tal alienação se dar mediante Leilão Público a ser conduzido por Leiloeiro Oficial.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, observará as normas e procedimentos administrativos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 21.981/32 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

4.2. Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.3. A quantidade de bens apresentada na planilha constante no Anexo I é mera expectativa, não havendo o compromisso por parte da Procuradoria Geral de Justiça de levar à Leilão todos os bens nela elencados, servindo a referida planilha apenas como referência para o contratado**,** podendo a quantidade de veículos a ser leiloada aumentar ou diminuir.

4.4. Se algum bem discriminado na planilha constante no Anexo I porventura não puder ser levado à Leilão, poderá ser substituído por outro bem inservível não constante da referida planilha.

4.5. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado;

4.6. Os bens serão vendidos somente à vista, mediante a emissão de Notas de Vendas em Leilão, nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no edital. Os lotes dos bens serão formados pelo leiloeiro, segundo as técnicas de leilão, com a supervisão da Coordenadoria e Serviços Gerais, contendo dados relativos aos bens integrantes de cada lote, com vistas a sua avaliação e definição do lance mínimo por parte da Comissão, ou seja, o (a) leiloeiro(a) poderá propor o (s) valor(es) mínimos para os lance(s), que será(ão) objeto de apreciação e validação da Comissão, observadas ascaracterísticas do mercado local de realização do leilão.

4.7. Nos casos dos veículos arrematados, poderão ser pagos À VISTA ou, ainda, parcelado, nas condições percentuais abaixo, ficando o Leiloeiro com total responsabilidade sobre o recebimento do valor arrematado:

4.7.1. 50% (CINQUENTA POR CENTO) como sinal e princípio de pagamento, no ato da arrematação, juntamente com o percentual de comissão preestabelecido no subitem 12.1; devendo os 50% (CINQUENTA POR CENTO) complementares serem pagos, impreterivelmente, até cinco dias úteis depois da realização do respectivo leilão;

4.8. Os bens cujos pagamentos decorrentes da alienação não se processarem dentro do prazo ou formas estipuladas no item anterior, serão reintegrados ao patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, perdendo os arrematantes os valores pagos, sem que lhes caiba qualquer direito a reclamações judiciais ou extrajudiciais;

4.9. Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

4.10. Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

a) Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;

b) Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade.

c) Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

4.11. Os leiloeiros contratados deverão possuir a seguinte estrutura mínima para a execução dos serviços:

a) Comprovação de disponibilidade de infraestrutura mínima necessária à execução dos serviços;

b) Comprovação de propriedade/posse ou declaração de disponibilidade, através de documento assinado pelo proprietário/possuidor do terreno autorizando o uso do local para os fins aqui descritos;

c) Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro.

4.12. Os pátios disponibilizados poderão ser compartilhados por outros contratantes do leiloeiro e sua posse deverá ser comprovada por documentação legal. No caso em que o pátio seja compartilhado, deverá haver uma separação física entre as áreas de uso da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão e dos demais usuários.

4.13. As despesas com a guarda dos bens no pátio do Leiloeiro estão incluídas até a data da arrematação dos mesmos, e, após, ficarão a cargo dos Arrematantes, devendo ser pagas diretamente ao Leiloeiro, não tendo a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão qualquer responsabilidade após a arrematação dos bens.

4.14. O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

4.15. Caberá ao contratado realizar minuciosa filmagem de todos os lotes integrantes do leilão público, para disponibilizar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, bem como exibi-la aos arrematantes na data prevista para realização do leilão.

4.16. O contratado deverá declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou

móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.17. Caberá ao contratado elaborar os avisos de leilão, bem como o Edital, submetendo as respectivas minutas para aprovação da Coordenadoria de Serviços Gerais e posterior publicação no **Diário Eletrônico do Ministério Público, bem como em jornais de grande circulação.**

4.18. A Divulgação do leilão pelo contratado deverá ser realizada das seguintes formas:

a) Editais publicados em jornais de grande circulação;

b) Mala eletrônica para os potenciais clientes no sítio eletrônico do leiloeiro;

c) Internet através do site do leiloeiro com a descrição completa dos veículos, fotos econdições gerais de venda e pagamento.

d) Distribuição de material publicitário impresso sobre o evento (exemplo: folheto, cartilha,catálogo, livrete, dentre outros inerentes aos serviços de publicidade).

4.19. Na divulgação do evento na internet e no material impresso deverá constar a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão oficial, telefones e endereço eletrônico (e-mail) para contatos e esclarecimentos adicionais.

4.20. O leiloeiro deverá disponibilizar atendimento em seu escritório, por telefone, ou e-mail, para maiores esclarecimentos sobre o leilão.

4.21. O contratado deverá viabilizar o acompanhamento do evento no local em que ocorrerá o leilão, sendo projetados em tela a descrição do lote e os respectivos lances recebidos, ou ainda, os ofertados via Internet.

4.22. O contratado deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, inclusive, informando-lhes que os mesmos terão o prazo máximo e improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva integralização do valor de arrematação e de seus acréscimos, para proceder à transferência de propriedade dos veículos junto ao DETRAN/MA, sob pena, de a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ingressar com ação, visando a busca e apreensão dos mesmos, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

4.23. O contratado deverá providenciar em cartório cópia autenticada dos comprovantes de transferência de propriedade de todos os veículos alienados, devidamente assinados e datados, para que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão possa cumprir o que determina o Art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

4.24. O contratado deverá lavrar notas, recibos ou atos de arrematação para cada comprador.

4.25. O contratado deverá entregar à Coordenadoria de Serviços Gerais, Ata do Leilão, relatório final do

leilão e relatório de prestação de contas.

4.25.1. A Ata de Leilão deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis a partir do encerramento da sessão, devendo conter no mínimo a descrição de todos os lances ofertados para os lotes,constando o nome completo/empresa, endereço e telefone dos ofertantes; nome completo/empresa, endereço e telefone dos arrematantes e demais fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem.

4.25.2. No relatório final de cada leilão, a ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de encerramento do Leilão, deverá constar, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

4.25.3. O relatório de prestação de contas, no mesmo prazo para apresentação do relatório final do leilão, deverá ser acompanhado do demonstrativo financeiro, cópias das faturas de leilão ecópias dos comprovantes de pagamento (Notas Fiscais) correspondentes.

5. DA VISTORIA

5.1. Sistema de vistoria por aplicativo em dispositivo móvel - Deverá possuir como funcionalidade e ser capaz de:

5.1.1 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os dados de localização (via GPS do dispositivo) do veículo a ser recolhido de maneira automática através de coordenadas utilizando programa de localização;

5.1.2 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, no mínimo, 10 fotos necessárias para o processo de recolhimento ao pátio e dados do condutor e/ou responsável;

5.1.3 Capacidade de leitura via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, de etiquetas TAG para controle e cadastramento do veículo a ser rebocado;

5.1.4. Deve permitir introduzir, via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os pontos de localização de eventuais avarias do veículo (a indicação poderá ocorrer por click em uma figura representando o veículo ou por seleção em uma lista pré-definida).

5.1.5 Permitir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, a gravação de áudio sobre a situação do veículo ou qualquer observação pertinente sobre a vistoria;

5.1.6 Comprovar que todas as informações registradas no ato da remoção dos veículos sejam transmitidas “online” para o sistema de gerenciamento de pátios;

5.1.7 Permitir a assinatura digital do responsável pelo reboque e do vistoriador em campos específicos.

5.1.8 Emitir em impressora portátil e através de arquivo tipo PDF, a vistoria completa (com fotos) com todos os dados necessários para a perfeita caracterização do estado do veículo.

6. DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES

6.1. O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em comum acordo entre as partes, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.2. Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

6.3. A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal do contrato, com o auxílio da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis.

7.2. O Gestor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

7.3. O gestor e o Fiscal do contrato, no exercício da fiscalização, exigirão o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio de notificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.4. A Comissão, no exercício da fiscalização, exigirá o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio denotificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.5. A fiscalização exercida no interesse da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Realizar leilão em dia e hora previamente designado em edital de licitação, de acordo com a prestação de serviço contratado, no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão;

8.2. Empenhar-se na obtenção do melhor preço possível para o bem a ser leiloado;

8.3. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, de acordo com o especificado neste Termo de Referência;

8.4. Manter sob especial guarda e conservação os bens administrativos que receber na condição de fiel depositário;

8.5. Promover a mais ampla divulgação dos leilões, por todos os meios impressos e eletrônicos disponíveis;

8.6. Fornecer meios para que os interessados em geral possam vistoriar e examinar quaisquer bens administrativos destinados a leilão, mantendo horário de funcionamento ininterrupto do depósito, galpão ou garagem, das 8:00 às 18:00 horas;

8.7. Arcar com as despesas necessárias à guarda, conservação e ao deslocamento dos bens administrativos ao pátio do contratado e com as de publicidade e realização dos leilões;

8.8. Não serão levados a leilão os bens em relação aos quais a Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais Inservíveis comunicar a suspensão da alienação, por escrito, até as 18h do dia anterior ao evento;

8.9. Conduzir as atividades necessárias à realização do leilão;

8.10.Efetuar avaliação dos preços de mercado dos bens a leiloar;

8.11. Comprovar documentalmente que possui uma ou mais áreas apropriadas para a guarda e alienação dos bens (local próprio ou de terceiros), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

8.12. Apresentar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, em até 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do Contrato, Cronograma de ações contendo todas as datas previstas para a realização dos procedimentos preparatórios e principalmente a data para realização do primeiro Leilão;

8.13. Providenciar junto ao DETRAN-MA todos os procedimentos legais necessários para a baixa dos registros dos veículos considerados sucatas, inclusive o recorte dos CHASSIS.

8.14. Administrar e custear todos os assistentes, auxiliares e outros recursos humanos e materiais envolvidos e necessários à boa condução dos procedimentos do leilão.

8.15. Preparar e organizar a visitação dos bens inservíveis com segurança especializada e equipe devidamente treinada para atendimento aos interessados.

8.16. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes e da execução do contrato, bem como pelo pagamento emolumentos, prêmio de seguro, e demais despesas decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.17. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;

8.18. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.19. Não se pronunciar em nome da Procuradoria Geral de Justiça a órgãos de imprensa, sobre

quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados, salvo mediante prévia e expressa autorização do ente;

8.20. Responder por toda documentação que lhe for entregue pela Procuradoria Geral de Justiça, que acompanhará e fiscalizará sua correta utilização;

8.21. Adotar todas as demais providências correlatas ao exercício da função de leiloeiro e suprir todos os custos necessários à regularidade e boa condução dos leilões que presidir;

8.22. Dar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para o leilão, tanto na divulgação (propaganda) quanto, principalmente na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor ou liquidez dos mesmos;

8.23. Apresentar, a tempo e modo, assim que solicitado pelo CONTRATANTE, todo e qualquer documento atinente à execução do contrato, em especial a Nota Fiscal/Fatura dos materiais;

8.24. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços contratados, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto, em consonância com o previsto no art. 11 e 12 do Decreto nº 21.981, de 19/10/32;

8.25. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente contrato;

8.26. Responder pelos eventuais danos causados à CONTRATANTE e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidasjudiciais ou extrajudiciais necessárias;

8.27. Reproduzir e distribuir editais antes e durante o leilão;

8.28. Responsabilizar-se pelo cumprimento das disposições legais e administrativas necessárias à realização do evento;

8.29. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.30. Remeter mala direta aos interessados e arrematantes integrantes do cadastro do Licitante Vencedor;

8.31. Instalar secretaria no local do leilão para atendimento aos compradores e recebimento das importâncias apuradas, com máquinas, equipamentos de som e equipe de empregados qualificados, suficientes para secretariar o Leiloeiro Público Oficial;

8.32. Atentar sempre para os melhores interesses da Procuradoria Geral de Justiça;

8.33. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para a Procuradoria Geral de Justiça;

8.34. Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Procuradoria Geral de Justiça, durante a vigência do contrato.

8.35. Informar o arrematante que o mesmo terá o prazo de 30 (trinta) dias, contatos da data da efetiva integralização do valor de arrematação e dos acréscimos, para proceder a transferência da propriedade do veículo junto ao DETRAN-MA, sob pena desta Procuradoria Geral de Justiça ingressar com ação, visando a busca e apreensão do mesmo, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar todas as fases do Leilão, exercendo ampla fiscalização sobre os serviços Contratados, por intermédio da Coordenadoria de Serviços Gerais, à qual o Leiloeiro Público Oficial deverá facilitar o exercício de suas funções;

9.2. Fornecer ao Leiloeiro a relação dos bens inservíveis a serem alienados e a respectiva avaliação;

9.3. Determinar juntamente com o Leiloeiro Público Oficial, data e hora para realização dos Leilões;

9.4. Verificar e aprovar previamente o edital;

9.5. Fiscalizar o desempenho do contratado, de modo a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas;

9.6. Efetuar o pagamento de acordo com o pactuado.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

10.1.1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão- JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;

10.1.2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento;

10.1.3. Dispor de Carteira de Exercício Profissional como leiloeiro oficial (pessoa física) perante a Junta Comercial do Maranhão;

10.1.4. Ser inscrito perante a Instituição de Previdência Social como Leiloeiro (pessoa

física) e estar regular com as respectivas contribuições;

10.1.5. Declarar não ter parentesco, até o terceiro grau civil, com os membros e servidores da Procuradoria Geral de Justiça, aplicando-se igual proibição aos seus contratados;

10.1.6. Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro;

10.1.7. Declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. **Será desclassificada a proposta que deixar de contemplar a totalidade dos serviços objeto desta licitação.**

11.2. O critério de julgamento das propostas será do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** fornecido pelo leiloeiro à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, ou seja, vencerá aquele que ofertar o maior percentual de desconto na comissão sobre o valor final das vendas (artigo 24 do Decreto Federal nº 21.981/32 e artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/33), compreendido o limite entre 0% (zero por cento) e 5% (cinco por cento).

11.3. **Em caso de empate** entre duas ou mais propostas e após obedecido o disposto no art. 60º da Lei 14.133/21, a classificação se fará obrigatoriamente pelo disposto do parágrafo 1° do artigo 60 da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores não deverão possuir mais de duas casas decimais após a vírgula.

11.5. O leiloeiro deverá propor uma uma taxa de comissão, a ser paga pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão de, no máximo, 5% (cinco por cento) com base no art. 24 do Decreto 21.981, de 1932.

11.6. Os licitantes poderão vir a ser chamados pelo pregoeiro para demonstrar a exequibilidade de suas propostas.

11.7. Os bens serão adquiridos pelo maior preço ofertado, acrescido do percentual de comissão do(a) leiloeiro(a), e que não será dedutível do preço de arrematação, na forma prevista no Decreto nº 21.081/32.

11.8. Não sendo aceitável a proposta ou o lance de menor percentual, ou ainda, caso o leiloeiro não atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance

subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.9. Ocorrendo a situação referida no subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com o leiloeiro para que seja obtido preço melhor, em conformidade com o interesse da administração pública;

11.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o leiloeiro será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12. DA FORMA DE REMUNERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILOEIRO OFICIAL

12.1. Será efetuada pelo arrematante o percentual de 5% (cinco por cento), do valor da arrematação, conforme previsto no parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981/32, em consonância com o disposto no artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/1933 e Instrução Normativa nº 113, de 28 de abril de 2010 e pelo comitente contratante (PGJ MA), se for o caso, nos termos da proposta apresentada pela contratada, no percentual máximo de 5% (cinco por sento) do valor dos bens leiloados, de acordo com o artigo 24 do Decreto n 21.981/32.

12.2. Da comissão recebida pelo Leiloeiro Contratado, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

12.3. O leiloeiro vencedor deverá prestar contas da receita arrecadada com o leilão dos bens, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados após a integralização dos pagamentos, juntamente a Fatura do Leilão, salvo greve bancária, cheque com insuficiência de fundos, compensação de cheques de outra praça, de acordo com as regras do Banco Central, e conforme legislação corrente, sendo necessário, portanto, a ressalva expressa destes incidentes, bem como a fixação de novo prazo para repasse dos valores, acrescidos de mora e multa, repassados à Procuradoria Geral de Justiça.

12.4. O relatório de prestação de contas deverá conter o demonstrativo financeiro, comprovantes de despesas realizadas em consonância com as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, os comprovantes de arrematação com as Notas Fiscais correspondentes, bem como recolhimento do valor total das importâncias recebidas.

12.5. No relatório final de cada leilão deverá constar ainda, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

12.6. O recolhimento das importâncias deverá ser efetuado no **Fundo Especial do Ministério Público, no Banco do Brasil, Agência nº 3846-6, Conta Corrente nº 5879-3**, de acordo com as instruções que serão fornecidas ao contratado durante a execução do contrato, de forma a não prejudicar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.7. Não cabe à Procuradoria Geral de Justiça qualquer responsabilidade pela cobrança da

comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelas partes envolvidas.

13. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor estimado anual para a presente despesa é **de R$ 11.623,33** (onze mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e três centavos), corresponde ao pagamento do limite de 5% (cinco por cento) de comissão pelo contratante, nos termos do art. 24 do Decreto Federal n 21.981/32, considerando, especificadamente, o valor arrecadado dos bens levados a leilão, cuja avaliação é de **R$ 232.466,67** (duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

14. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº. 14.133/21.

14.2. Não será cabível reajuste de preço uma vez que a remuneração se dará por percentual de taxa de comissão aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados, o qual permanecerá fixo durante toda a execução do contrato.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei n° 14.133/21 o Contratado que:

15.1.1 Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

15.1.2 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.

15.1.3 Fraudar na execução do objeto.

15.1.4 Comportar-se de modo inidôneo.

15.1.5 Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

15.1.6 Não mantiver a proposta.

15.2 O Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1Advertência por escrito.

15.2.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente ao mês em quefor constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência ou no termo contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

15.2.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos bens avaliados destinados a Leilão, nos casos de recusa injustificada de executar o objeto, prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização.

15.2.4 Desatender às determinações da fiscalização.

15.2.5 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Leilão, e destinados a Leilão, nos seguintes casos:

A)Ocasionar sem justa causa, atrasos superiores a 30 (trinta) dais na execução dos serviços contratados;

B)Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado

C)Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no Edital e Anexos.

D)Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras sanções.

15.2.6 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça, pelo prazo de até 02 (dois)anos.

15.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitaçãoperante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Procuradoria Geral de Justiça pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.3 As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

15.5 Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a CONTRATANTE continuará efetivando os descontos nos meses subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído à penalidade, ou, se entender mais conveniente, poderá descontar o valor remanescente dagarantia prestada, ou ainda, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente.

15.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 14.133/21.

16 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo, por mútuo acordo entre as partes, sua execução se estender, por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal n°14.133/21.

16.2Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

16.3A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

16.4Durante a vigência do contrato o leiloeiro fará tantos leilões quantos forem necessários a fim de proceder à venda dos bens administrativos inservíveis pertencentes a esta Procuradoria.

17 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1 O Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

17.2 Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

17.3 O CONTRATADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

17.4 O termo de extinção será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e Indenizações e multas.

18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não será necessário informar dotação orçamentária, uma vez que o valor correspondente ao percentual incidente sobre o valor de cada bem arrematado, referente à comissão devida pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO pelas despesas desempenhadas na realização das tarefas mencionadas no item 4, será deduzido pelo CONTRATADO do valor de venda de cada bem arrematado, sendo, assim, recolhido à CONTRATANTE o saldo resultante do valor líquido das vendas.

São Luís - MA, 07 de junho de 2023.

DIEGO SANTOS FRIAS
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

ANEXO I
VEÍCULOS PARA LEILÃO

PLACA	MARCA	MODELO
OJJ 4893	FORD	RANGER XLS 3.2
OJP 8633	FORD	RANGER XLS 3.2
PTB 9818	FORD	RANGER XLS 3.2
OJP 0647	FIAT	PALIO WEEKEND
OJF 4075	FIAT	PALIO WEEKEND
OJO 2H74	FIAT	PALIO WEEKEND
NMU 7434	FIAT	PALIO ELX
NHN 9393	CHEVROLET	VECTRA
NXM 8253	NISSAN	LIVINA 1.6
NXM 2444	NISSAN	LIVINA 1.6
NXM 2454	NISSAN	LIVINA 1.6
NXM 7728	NISSAN	LIVINA 1.6
NHP 4394	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 4469	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHF 0293	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 6450	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
HOO 1569	HONDA	HONDA CG CARGO
HPU 5308	HONDA	HONDA CG 150 JOB



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

CHASSI	RENAVAM	**PLACA**	MARCA	MODELO	COR	**ANO**	MAVEL	VIP	ROUXINOL	**MÉDIA**
8AFAR23L7EJ163847	587405660	OJJ 4893	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	R$ 31.000,00	R$ 28.000,00		R$ 29.500,00
8AFAR23L4EJ208047	1002186088	OJP 8633	FORD	RANGER XLS	PRETA	2014/2014	R$ 31.000,00	R$ 30.000,00	R$ 40.000,00	R$ 33.666,67
8AFAR23L7EJ167977	58702148	PTB 9818	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	R$ 31.000,00		R$ 20.000,00	R$ 25.500,00
9BD37315455051211	996712895	OJP 0647	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCO	2013/2014	R$ 8.500,00	R$ 15.000,00	R$ 20.000,00	R$ 14.500,00
9BD373154E5035825	552051535	OJF 4075	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCO	2013/2014	R$ 8.500,00	R$ 15.000,00	R$ 18.000,00	R$ 13.833,33
9BD373154ES051266	996709690	OJO2H74	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	R$ 8.500,00	R$ 15.000,00		R$ 11.750,00
9BD17140MA5504595	170671089	NMU 7434	FIAT	PALIO ELX FLEX	BRANCO	2009/2010	R$ 4.000,00	R$ 12.000,00	R$ 13.000,00	R$ 9.666,67
9BGAD69W08B303293	977370224	NHN 9393	GM	VECTRA SD	PRETA	2008/2008	R$ 4.000,00	R$ 12.000,00	R$ 15.000,00	R$ 10.333,33
94DTAFL10CJ985711	459473140	NXM 8253	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00	R$ 13.000,00	R$ 9.333,33
94DTAFL10CI986856	459374834	NXM 2444	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00	R$ 13.000,00	R$ 9.333,33
94DTAFL10CJ988566	459375016	NXM 2454	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	R$ 5.000,00	R$ 12.000,00	R$ 13.000,00	R$ 10.000,00
94DTAFL10CJ986874	459423320	NXM 7728	NISSAN	LIVINA 1.6	BRANCO	2011/2012	R$ 5.000,00		R$ 13.000,00	R$ 9.000,00
9BD15822A96179704	985780185	NHP 4394	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	R$ 4.000,00	R$ 9.500,00	R$ 5.000,00	R$ 6.166,67
9BD15822A96178439	985173920	NHP 4469	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	R$ 4.000,00	R$ 9.500,00	R$ 5.000,00	R$ 6.166,67
9BD15822A96178969	985175737	NHP 4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	R$ 4.000,00	R$ 9.500,00	R$ 8.000,00	R$ 7.166,67
9BD15822A96178471	985171928	NHP 5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	R$ 4.000,00	R$ 9.500,00	R$ 8.000,00	R$ 7.166,67
9BD15822A96179487	985781459	NHP 3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	R$ 4.000,00	R$ 9.500,00	R$ 5.000,00	R$ 6.166,67
9BD15822784987529	925475858	NHF 0293	FIAT	UNO MILLE FIRE	BRANCO	2007/2008	R$ 4.000,00	R$ 7.000,00		R$ 5.500,00
9BD15822A96179542	985785810	NHP 6450	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCO	2008/2009	R$ 4.000,00	R$ 9.500,00		R$ 6.750,00
9C2JC301R001704	756887224	HOO 1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCO	2000/2001	R$ 150,00	R$ 800,00	R$ 300,00	R$ 416,67
9C2KC08305R000174	837339278	HPU 5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCO	2004/2005	R$ 350,00	R$ 1.000,00	R$ 300,00	R$ 550,00
									TOTAL MÉDIA:	R$ 232.466,67

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-COF - 6662023

(*) Documento assinado eletronicamente por **TATIANA ALVES DE PAULA** em **17 de Março de 2023 às 12:02 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-COF-6662023, **Código de Validação**: 150E50BD81.

Coordenadoria de Orçamento e Finanças

DESPACHO-COF - 6662023
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 150E50BD81

Assunto: Processo Licitatório - Leilão – Alienação de Veículos
Interessado: Setor de Transporte

À SAF,

Tratam os autos de solicitação de contratação de serviços especializados de Leiloeiro Oficial para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão. A despesa pleiteada é classificada, nas normas orçamentárias vigentes, pela natureza 3.3.90 - Despesa Corrente/Outras Despesas Correntes/Aplicações Diretas.

A Lei Orçamentária Anual Nº 11.871, de 29/12/2022, prevê gastos por esta Procuradoria Geral de Justiça - UG 70101, durante o exercício de 2023, no montante de até R$ 52.374.744,00 para cobertura de despesas vinculadas a ação 2963 - Coordenação das Ações Essenciais à Justiça no MA, subação 149. O saldo da subação em tela é de R$ 40.622.797,02.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 17/03/2023 às 12:02 h (*)

TATIANA ALVES DE PAULA
ANALISTA MINISTERIAL
COORDENADORA

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1658/1694 e-mail: cof@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 9882023

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **16 de Março de 2023 às 17:21 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-9882023, **Código de Validação**: DF7E7456A5.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 9882023
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: DF7E7456A5

Assunto: Processo Licitatório - Leilão – Alienação de Veículos
Interessado: Setor de Transporte

À Coordenadoria de Orçamento e Finanças,

Encaminhem-se os autos para informar se há dotação orçamentária suficiente para que seja autorizada a abertura de processo licitatório, visando a contratação de serviços especializados de “Leiloeiro Oficial” para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, no valor estimado anual de **R$ 11.623,33 (onze mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e três centavos)**, conforme solicitação do Setor de Transporte, anexos DESPACHO-ST - 542022 e TERMO DE REFERÊNCIA, e demais documentos.

Após, à **Assessoria Técnica da Administração** para análise e manifestação acerca da regularidade processual.

assinado eletronicamente em 16/03/2023 às 17:21 h (*)

JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA

***CHECKLIST* DO TERMO DE REFERÊNCIA** _____ Identificar o pregão		
Indicações obrigatórias	**Base legal**	**Item**
Indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, sem especificação de marca, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização.	Art. 3º, II, Lei 10520/2002, Art. 9º, I, Portaria 1901/2005-PGJ/MA, Art. 2º, II, Portaria 666/2003-PGJ/MA, art. 8º, I, Dec 3555/2000, Art. 15, § 7º, Lei nº 14.133/21.	**01**
Justificativa da necessidade da contratação[1]	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, II, Portaria 1901/2005- PGJ/MA, Art. 2º, I, Portaria 666/2003-PGJ/MA, art. 8º, III, "b", Dec 3555/2000	**02**
Avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, juntado aos autos, com estimativa de valor em planilhas de acordo com o preço de mercado.	Art. 3º, III, Lei 10520/2002, Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA, art. 2º, III, Portaria 666/2003- PGJ/MA, art. 8º, II, Dec 3555/2000	**13**
Definição dos métodos e estratégia de suprimento.	Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA, art. 8º, II, Dec 3555/2000	_____
Cronograma físico-financeiro, se for o caso.	Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA, art. 8º, IV, Dec 3555/2000	_____
Critério de aceitação do objeto.	Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA	**04 e 10**
Deveres da contratante.	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, §2º, Portaria 1601/2005- PGJ/MA, art. 8º, III, "c", Dec 3555/2000	**09**
Deveres do contratado.	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, §2º, Portaria 1601/2005- PGJ/MA, art. 8º, III, "c", Dec 3555/2000	**08**

1 Nessa justificativa, não basta dizer que a Administração tem a necessidade da aquisição de um bem ou da prestação de um serviço, mas, também, deixar bem compreendido o que a gerou, ou seja, como surgiu essa necessidade e ainda justificar quanto às escolhas do mesmo.

Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato.	Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA	**07**
Prazo de execução.	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA, art. 8º, II, Dec 3555/2000	**12**
Sanções, de forma clara, concisa e objetiva.	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA	**14**
Aprovação do termo de referência pela autoridade competente.	Art. 9º, II, Portaria 1901/2005-PGJ/MA	

São Luís, 13 de março de 2023

1 Nessa justificativa, não basta dizer que a Administração tem a necessidade da aquisição de um bem ou da prestação de um serviço, mas, também, deixar bem compreendido o que a gerou, ou seja, como surgiu essa necessidade e ainda justificar quanto às escolhas do mesmo.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços elencados no objeto deste termo se faz necessária em razão de haver, nesta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, veículos em condições de obsolescência e que passam a ter rendimento precário com manutenção onerosa, tornando-os antieconômicos.

Frisa-se também o fato desta Procuradoria Geral de Justiça não possuir servidor qualificado para exercer a função de leiloeiro, nem estrutura física e pessoal disponível para a realização de leilão, face à urgência de se efetuar a alienação de bens móveis inservíveis para o órgão, tais como: veículos e sucatas de veículos, tendo em vista a falta de espaço físico para armazenamento desses bens, que a cada dia vão se deteriorando e onerando a administração pública, devendo, assim, o procedimento de tal alienação se dar mediante Leilão Público a ser conduzido por Leiloeiro Oficial.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, observará as normas e procedimentos administrativos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 21.981/32 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

4.2. Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.3. A quantidade de bens apresentada na planilha constante no Anexo I é mera expectativa, não havendo o compromisso por parte da Procuradoria Geral de Justiça de levar à Leilão todos os bens nela elencados, servindo a referida planilha apenas como referência para o contratado**,** podendo a quantidade de veículos a ser leiloada aumentar ou diminuir.

4.4. Se algum bem discriminado na planilha constante no Anexo I porventura não puder ser levado à Leilão, poderá ser substituído por outro bem inservível não constante da referida planilha.

4.5. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado;

4.6. Os bens serão vendidos somente à vista, mediante a emissão de Notas de Vendas em Leilão, nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no edital. Os lotes dos bens serão formados pelo leiloeiro, segundo as técnicas de leilão, com a supervisão da Coordenadoria e Serviços Gerais, contendo dados relativos aos bens integrantes de cada lote, com vistas a sua avaliação e definição do lance mínimo por parte da Comissão, ou seja, o (a) leiloeiro(a) poderá propor o (s) valor(es) mínimos para os lance(s), que será(ão) objeto de apreciação e validação da Comissão, observadas ascaracterísticas do mercado local de realização do leilão.

4.7. Nos casos dos veículos arrematados, poderão ser pagos À VISTA ou, ainda, parcelado, nas condições percentuais abaixo, ficando o Leiloeiro com total responsabilidade sobre o recebimento do valor arrematado:

4.7.1. 50% (CINQUENTA POR CENTO) como sinal e princípio de pagamento, no ato da arrematação, juntamente com o percentual de comissão preestabelecido no subitem 12.1; devendo os 50% (CINQUENTA POR CENTO) complementares serem pagos, impreterivelmente, até cinco dias úteis depois da realização do respectivo leilão;

4.8. Os bens cujos pagamentos decorrentes da alienação não se processarem dentro do prazo ou formas estipuladas no item anterior, serão reintegrados ao patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, perdendo os arrematantes os valores pagos, sem que lhes caiba qualquer direito a reclamações judiciais ou extrajudiciais;

4.9. Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

4.10. Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

a) Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;

b) Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade.

c) Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

4.11. Os leiloeiros contratados deverão possuir a seguinte estrutura mínima para a execução dos serviços:

a) Comprovação de disponibilidade de infraestrutura mínima necessária à execução dos serviços;

b) Comprovação de propriedade/posse ou declaração de disponibilidade, através de documento assinado pelo proprietário/possuidor do terreno autorizando o uso do local para os fins aqui descritos;

c) Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro.

4.12. Os pátios disponibilizados poderão ser compartilhados por outros contratantes do leiloeiro e sua posse deverá ser comprovada por documentação legal. No caso em que o pátio seja compartilhado, deverá haver uma separação física entre as áreas de uso da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão e dos demais usuários.

4.13. As despesas com a guarda dos bens no pátio do Leiloeiro estão incluídas até a data da arrematação dos mesmos, e, após, ficarão a cargo dos Arrematantes, devendo ser pagas diretamente ao Leiloeiro, não tendo a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão qualquer responsabilidade após a arrematação dos bens.

4.14. O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

4.15. Caberá ao contratado realizar minuciosa filmagem de todos os lotes integrantes do leilão público, para disponibilizar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, bem como exibi-la aos arrematantes na data prevista para realização do leilão.

4.16. O contratado deverá declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou

móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.17. Caberá ao contratado elaborar os avisos de leilão, bem como o Edital, submetendo as respectivas minutas para aprovação da Coordenadoria de Serviços Gerais e posterior publicação no **Diário Eletrônico do Ministério Público, bem como em jornais de grande circulação.**

4.18. A Divulgação do leilão pelo contratado deverá ser realizada das seguintes formas:

a) Editais publicados em jornais de grande circulação;

b) Mala eletrônica para os potenciais clientes no sítio eletrônico do leiloeiro;

c) Internet através do site do leiloeiro com a descrição completa dos veículos, fotos econdições gerais de venda e pagamento.

d) Distribuição de material publicitário impresso sobre o evento (exemplo: folheto, cartilha,catálogo, livrete, dentre outros inerentes aos serviços de publicidade).

4.19. Na divulgação do evento na internet e no material impresso deverá constar a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão oficial, telefones e endereço eletrônico (e-mail) para contatos e esclarecimentos adicionais.

4.20. O leiloeiro deverá disponibilizar atendimento em seu escritório, por telefone, ou e-mail, para maiores esclarecimentos sobre o leilão.

4.21. O contratado deverá viabilizar o acompanhamento do evento no local em que ocorrerá o leilão, sendo projetados em tela a descrição do lote e os respectivos lances recebidos, ou ainda, os ofertados via Internet.

4.22. O contratado deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, inclusive, informando-lhes que os mesmos terão o prazo máximo e improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva integralização do valor de arrematação e de seus acréscimos, para proceder à transferência de propriedade dos veículos junto ao DETRAN/MA, sob pena, de a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ingressar com ação, visando a busca e apreensão dos mesmos, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

4.23. O contratado deverá providenciar em cartório cópia autenticada dos comprovantes de transferência de propriedade de todos os veículos alienados, devidamente assinados e datados, para que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão possa cumprir o que determina o Art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

4.24. O contratado deverá lavrar notas, recibos ou atos de arrematação para cada comprador.

4.25. O contratado deverá entregar à Coordenadoria de Serviços Gerais, Ata do Leilão, relatório final do

leilão e relatório de prestação de contas.

4.25.1. A Ata de Leilão deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis a partir do encerramento da sessão, devendo conter no mínimo a descrição de todos os lances ofertados para os lotes,constando o nome completo/empresa, endereço e telefone dos ofertantes; nome completo/empresa, endereço e telefone dos arrematantes e demais fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem.

4.25.2. No relatório final de cada leilão, a ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de encerramento do Leilão, deverá constar, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

4.25.3. O relatório de prestação de contas, no mesmo prazo para apresentação do relatório final do leilão, deverá ser acompanhado do demonstrativo financeiro, cópias das faturas de leilão ecópias dos comprovantes de pagamento (Notas Fiscais) correspondentes.

5. DA VISTORIA

5.1. Sistema de vistoria por aplicativo em dispositivo móvel - Deverá possuir como funcionalidade e ser capaz de:

5.1.1 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os dados de localização (via GPS do dispositivo) do veículo a ser recolhido de maneira automática através de coordenadas utilizando programa de localização;

5.1.2 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, no mínimo, 10 fotos necessárias para o processo de recolhimento ao pátio e dados do condutor e/ou responsável;

5.1.3 Capacidade de leitura via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, de etiquetas TAG para controle e cadastramento do veículo a ser rebocado;

5.1.4. Deve permitir introduzir, via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os pontos de localização de eventuais avarias do veículo (a indicação poderá ocorrer por click em uma figura representando o veículo ou por seleção em uma lista pré-definida).

5.1.5 Permitir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, a gravação de áudio sobre a situação do veículo ou qualquer observação pertinente sobre a vistoria;

5.1.6 Comprovar que todas as informações registradas no ato da remoção dos veículos sejam transmitidas “online” para o sistema de gerenciamento de pátios;

5.1.7 Permitir a assinatura digital do responsável pelo reboque e do vistoriador em campos específicos.

5.1.8 Emitir em impressora portátil e através de arquivo tipo PDF, a vistoria completa (com fotos) com todos os dados necessários para a perfeita caracterização do estado do veículo.

6. DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES

6.1. O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em comum acordo entre as partes, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.2. Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

6.3. A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal do contrato, com o auxílio da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis.

7.2. O Gestor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

7.3. O gestor e o Fiscal do contrato, no exercício da fiscalização, exigirão o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio de notificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.4. A Comissão, no exercício da fiscalização, exigirá o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio denotificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.5. A fiscalização exercida no interesse da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Realizar leilão em dia e hora previamente designado em edital de licitação, de acordo com a prestação de serviço contratado, no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão;

8.2. Empenhar-se na obtenção do melhor preço possível para o bem a ser leiloado;

8.3. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, de acordo com o especificado neste Termo de Referência;

8.4. Manter sob especial guarda e conservação os bens administrativos que receber na condição de fiel depositário;

8.5. Promover a mais ampla divulgação dos leilões, por todos os meios impressos e eletrônicos disponíveis;

8.6. Fornecer meios para que os interessados em geral possam vistoriar e examinar quaisquer bens administrativos destinados a leilão, mantendo horário de funcionamento ininterrupto do depósito, galpão ou garagem, das 8:00 às 18:00 horas;

8.7. Arcar com as despesas necessárias à guarda, conservação e ao deslocamento dos bens administrativos ao pátio do contratado e com as de publicidade e realização dos leilões;

8.8. Não serão levados a leilão os bens em relação aos quais a Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais Inservíveis comunicar a suspensão da alienação, por escrito, até as 18h do dia anterior ao evento;

8.9. Conduzir as atividades necessárias à realização do leilão;

8.10.Efetuar avaliação dos preços de mercado dos bens a leiloar;

8.11. Comprovar documentalmente que possui uma ou mais áreas apropriadas para a guarda e alienação dos bens (local próprio ou de terceiros), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

8.12. Apresentar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, em até 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do Contrato, Cronograma de ações contendo todas as datas previstas para a realização dos procedimentos preparatórios e principalmente a data para realização do primeiro Leilão;

8.13. Providenciar junto ao DETRAN-MA todos os procedimentos legais necessários para a baixa dos registros dos veículos considerados sucatas, inclusive o recorte dos CHASSIS.

8.14. Administrar e custear todos os assistentes, auxiliares e outros recursos humanos e materiais envolvidos e necessários à boa condução dos procedimentos do leilão.

8.15. Preparar e organizar a visitação dos bens inservíveis com segurança especializada e equipe devidamente treinada para atendimento aos interessados.

8.16. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes e da execução do contrato, bem como pelo pagamento emolumentos, prêmio de seguro, e demais despesas decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.17. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;

8.18. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.19. Não se pronunciar em nome da Procuradoria Geral de Justiça a órgãos de imprensa, sobre

quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados, salvo mediante prévia e expressa autorização do ente;

8.20. Responder por toda documentação que lhe for entregue pela Procuradoria Geral de Justiça, que acompanhará e fiscalizará sua correta utilização;

8.21. Adotar todas as demais providências correlatas ao exercício da função de leiloeiro e suprir todos os custos necessários à regularidade e boa condução dos leilões que presidir;

8.22. Dar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para o leilão, tanto na divulgação (propaganda) quanto, principalmente na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor ou liquidez dos mesmos;

8.23. Apresentar, a tempo e modo, assim que solicitado pelo CONTRATANTE, todo e qualquer documento atinente à execução do contrato, em especial a Nota Fiscal/Fatura dos materiais;

8.24. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços contratados, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto, em consonância com o previsto no art. 11 e 12 do Decreto nº 21.981, de 19/10/32;

8.25. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente contrato;

8.26. Responder pelos eventuais danos causados à CONTRATANTE e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidasjudiciais ou extrajudiciais necessárias;

8.27. Reproduzir e distribuir editais antes e durante o leilão;

8.28. Responsabilizar-se pelo cumprimento das disposições legais e administrativas necessárias à realização do evento;

8.29. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.30. Remeter mala direta aos interessados e arrematantes integrantes do cadastro do Licitante Vencedor;

8.31. Instalar secretaria no local do leilão para atendimento aos compradores e recebimento das importâncias apuradas, com máquinas, equipamentos de som e equipe de empregados qualificados, suficientes para secretariar o Leiloeiro Público Oficial;

8.32. Atentar sempre para os melhores interesses da Procuradoria Geral de Justiça;

8.33. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para a Procuradoria Geral de Justiça;

8.34. Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Procuradoria Geral de Justiça, durante a vigência do contrato.

8.35. Informar o arrematante que o mesmo terá o prazo de 30 (trinta) dias, contatos da data da efetiva integralização do valor de arrematação e dos acréscimos, para proceder a transferência da propriedade do veículo junto ao DETRAN-MA, sob pena desta Procuradoria Geral de Justiça ingressar com ação, visando a busca e apreensão do mesmo, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar todas as fases do Leilão, exercendo ampla fiscalização sobre os serviços Contratados, por intermédio da Coordenadoria de Serviços Gerais, à qual o Leiloeiro Público Oficial deverá facilitar o exercício de suas funções;

9.2. Fornecer ao Leiloeiro a relação dos bens inservíveis a serem alienados e a respectiva avaliação;

9.3. Determinar juntamente com o Leiloeiro Público Oficial, data e hora para realização dos Leilões;

9.4. Verificar e aprovar previamente o edital;

9.5. Fiscalizar o desempenho do contratado, de modo a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas;

9.6. Efetuar o pagamento de acordo com o pactuado.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

10.1.1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão- JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;

10.1.2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento;

10.1.3. Dispor de Carteira de Exercício Profissional como leiloeiro oficial (pessoa física) perante a Junta Comercial do Maranhão;

10.1.4. Ser inscrito perante a Instituição de Previdência Social como Leiloeiro (pessoa

física) e estar regular com as respectivas contribuições;

10.1.5. Declarar não ter parentesco, até o terceiro grau civil, com os membros e servidores da Procuradoria Geral de Justiça, aplicando-se igual proibição aos seus contratados;

10.1.6. Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro;

10.1.7. Declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. **Será desclassificada a proposta que deixar de contemplar a totalidade dos serviços objeto desta licitação.**

11.2. O critério de julgamento das propostas será do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** fornecido pelo leiloeiro à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, ou seja, vencerá aquele que ofertar o maior percentual de desconto na comissão sobre o valor final das vendas (artigo 24 do Decreto Federal nº 21.981/32 e artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/33), compreendido o limite entre 0% (zero por cento) e 5% (cinco por cento).

11.3. **Em caso de empate** entre duas ou mais propostas e após obedecido o disposto no art. 60º da Lei 14.133/21, a classificação se fará obrigatoriamente pelo disposto do parágrafo 1° do artigo 60 da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores não deverão possuir mais de duas casas decimais após a vírgula.

11.5. O leiloeiro deverá propor uma uma taxa de comissão, a ser paga pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão de, no máximo, 5% (cinco por cento) com base no art. 24 do Decreto 21.981, de 1932.

11.6. Os licitantes poderão vir a ser chamados pelo pregoeiro para demonstrar a exequibilidade de suas propostas.

11.7. Os bens serão adquiridos pelo maior preço ofertado, acrescido do percentual de comissão do(a) leiloeiro(a), e que não será dedutível do preço de arrematação, na forma prevista no Decreto nº 21.081/32.

11.8. Não sendo aceitável a proposta ou o lance de menor percentual, ou ainda, caso o leiloeiro não atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance

subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.9. Ocorrendo a situação referida no subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com o leiloeiro para que seja obtido preço melhor, em conformidade com o interesse da administração pública;

11.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o leiloeiro será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12. DA FORMA DE REMUNERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILOEIRO OFICIAL

12.1. Será efetuada pelo arrematante o percentual de 5% (cinco por cento), do valor da arrematação, conforme previsto no parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981/32, em consonância com o disposto no artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/1933 e Instrução Normativa nº 113, de 28 de abril de 2010 e pelo comitente contratante (PGJ MA), se for o caso, nos termos da proposta apresentada pela contratada, no percentual máximo de 5% (cinco por sento) do valor dos bens leiloados, de acordo com o artigo 24 do Decreto n 21.981/32.

12.2. Da comissão recebida pelo Leiloeiro Contratado, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

12.3. O leiloeiro vencedor deverá prestar contas da receita arrecadada com o leilão dos bens, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados após a integralização dos pagamentos, juntamente a Fatura do Leilão, salvo greve bancária, cheque com insuficiência de fundos, compensação de cheques de outra praça, de acordo com as regras do Banco Central, e conforme legislação corrente, sendo necessário, portanto, a ressalva expressa destes incidentes, bem como a fixação de novo prazo para repasse dos valores, acrescidos de mora e multa, repassados à Procuradoria Geral de Justiça.

12.4. O relatório de prestação de contas deverá conter o demonstrativo financeiro, comprovantes de despesas realizadas em consonância com as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, os comprovantes de arrematação com as Notas Fiscais correspondentes, bem como recolhimento do valor total das importâncias recebidas.

12.5. No relatório final de cada leilão deverá constar ainda, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

12.6. O recolhimento das importâncias deverá ser efetuado no **Fundo Especial do Ministério Público, no Banco do Brasil, Agência nº 3846-6, Conta Corrente nº 5879-3**, de acordo com as instruções que serão fornecidas ao contratado durante a execução do contrato, de forma a não prejudicar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.7. Não cabe à Procuradoria Geral de Justiça qualquer responsabilidade pela cobrança da

comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelas partes envolvidas.

13. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor estimado anual para a presente despesa é **de R$ 11.623,33** (onze mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e três centavos), corresponde ao pagamento do limite de 5% (cinco por cento) de comissão pelo contratante, nos termos do art. 24 do Decreto Federal n 21.981/32, considerando, especificadamente, o valor arrecadado dos bens levados a leilão, cuja avaliação é de **R$ 232.466,67** (duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

14. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº. 14.133/21.

14.2. Não será cabível reajuste de preço uma vez que a remuneração se dará por percentual de taxa de comissão aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados, o qual permanecerá fixo durante toda a execução do contrato.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n° 14.133/21 o Contratado que:
14.1.1. Deixar de executar total ou parcialmen
14.1.2. te qualquer das obrigações assumidas em decorrênciada contratação.
14.1.3. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.
14.1.4. Fraudar na execução do objeto.
14.1.5. Comportar-se de modo inidôneo.
14.1.6. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.
14.1.7. Não mantiver a proposta.
14.2. O Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:
14.2.1. Advertência por escrito.
14.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente ao mês em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência ou no termo contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.
14.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos bens avaliados destinados a Leilão, nos casos de recusa injustificada de executar o objeto, prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização.
14.2.4. Desatender às determinações da fiscalização.
14.2.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Leilão, e destinados a Leilão, nos seguintes casos:
a) Ocasionar sem justa causa, atrasos superiores a 30 (trinta) dais na execução dosserviços contratados;

b) Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado

c) Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no Edital e Anexos.

d) Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadasoutras sanções.

14.2.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça, pelo prazo de até 02 (dois)anos.

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitaçãoperante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Procuradoria Geral de Justiça pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

14.3. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

14.5. Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a CONTRATANTE continuará efetivando os descontos nos meses subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído à penalidade, ou, se entender mais conveniente, poderá descontar o valor remanescente dagarantia prestada, ou ainda, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 14.133/21.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo, por mútuo acordo entre as partes, sua execução se estender, por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal n°14.133/21.

15.2. Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

15.3. A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

15.4. Durante a vigência do contrato o leiloeiro fará tantos leilões quantos forem necessários a fim de proceder à venda dos bens administrativos inservíveis pertencentes a esta Procuradoria.

16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 O Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

16.2 Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

16.3 O CONTRATADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

16.4 O termo de extinção será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e Indenizações e multas.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não será necessário informar dotação orçamentária, uma vez que o valor correspondente ao percentual incidente sobre o valor de cada bem arrematado, referente à comissão devida pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO pelas despesas desempenhadas na realização das tarefas mencionadas no item 4, será deduzido pelo CONTRATADO do valor de venda de cada bem arrematado, sendo, assim, recolhido à CONTRATANTE o saldo resultante do valor líquido das vendas.

São Luís - MA, 16 de março de 2023.

LARA MESQUITA DE MACEDO
CHEFE DE SEÇÃO

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

ANEXO I
VEÍCULOS PARA LEILÃO

PLACA	MARCA	MODELO
OJJ 4893	FORD	RANGER XLS 3.2
OJP 8633	FORD	RANGER XLS 3.2
PTB 9818	FORD	RANGER XLS 3.2
OJP 0647	FIAT	PALIO WEEKEND
OJF 4075	FIAT	PALIO WEEKEND
OJO 2H74	FIAT	PALIO WEEKEND
NMU 7434	FIAT	PALIO ELX
NHN 9393	CHEVROLET	VECTRA
NXM 8253	NISSAN	LIVINA 1.6
NXM 2444	NISSAN	LIVINA 1.6
NXM 2454	NISSAN	LIVINA 1.6
NXM 7728	NISSAN	LIVINA 1.6
NHP 4394	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 4469	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHF 0293	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 6450	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
HOO 1569	HONDA	HONDA CG CARGO
HPU 5308	HONDA	HONDA CG 150 JOB

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : ETP

Estudo Técnico Preliminar

1. Descrição da necessidade

Justifica-se a presente contratação em razão da necessidade de desfazimento dos bens móveis inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Sendo assim, faz-se necessário a contratação de serviço de leiloeiro oficial para a condução do processo de alienação, na modalidade Leilão, dos bens permanentes inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.

2. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

1. Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;
2. Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade;
3. Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão-JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;
2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento.

4. Levantamento de Mercado

Conforme levantamento realizado em demais órgãos públicos, verifica-se que os mesmos adotam esta solução como forma de atender às suas demandas de forma eficaz. Deve-se buscar uma solução que alcance os resultados pretendidos e atenda à necessidade da contratação, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

5. Descrição da solução como um todo

A contratação de profissional especialista ou empresa especializada para operacionalização do leilão, proporcionará à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ganhos de eficiência processual e ganhos econômicos resultantes da economia de custos do processo e maiores valores de arrecadação, além de proporcionar maior transparência e ampliar a possibilidade de participação no certame.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O serviço de que trata este documento não demanda definição de quantidades.

7. Estimativa do Valor da Contratação

A remuneração do leiloeiro, de caráter obrigatória, se dará na forma prevista no parágrafo único do art. 24 do Decreto nº. 21.981/32, ou seja, em percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor de cada bem arrematado, e será efetuada diretamente pelo arrematante, sem qualquer interferência ou ônus para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

O valor estimado anual para a referida despesa é de R$ 11.623,33 (onze mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e três centavos).

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os atos que culminam com a realização de um leilão são concatenados e dependentes da pré-existência do outro para serem realizados. É o caso da remoção ou recolhimento, depósito, guarda, avaliação, limpeza e organização da sessão pública do leilão. Dessa forma, todos os serviços encontram-se interligados de modo que o parcelamento da solução inviabiliza o gerenciamento do leilão de maneira eficiente.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes relativas à esta contratação.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A almejada contratação está alinhada com os planejamentos da Instituição.

11. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados com a presente contratação incluem, entre outros, a redução do custo operacional na gestão dos bens inservíveis; na mitigação nos riscos de furto dos bens; na redução nos custos de controle e segurança; na prevenção ao perdimento do bem por deterioração ou danos; além de dar destinação adequada ao bem considerado ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável.

Por fim, a contratação de leiloeiros almeja também a obtenção de melhores preços nos bens a serem leiloados por meio da possibilidade de participação no Leilão via WEB, ampliando significativamente o número de potenciais Arrematantes-Compradores e tornando a disputa mais acirrada, o que aumenta a eficácia nos lances como também diminui a possibilidade de combinação de preços.

12. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de adequações no ambiente do órgão ou de capacitação específica de servidores para atuarem na execução ou fiscalização do contrato.

13. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais, uma vez que a mesma objetiva a destinação ambientalmente adequada.

14. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida é viável, atendendo às necessidades demandadas, com ganhos em eficiência e economicidade.

LARA MESQUITA DE MACEDO
Chefe de Seção

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : AVALIAÇÃO ATESTADA AUTO CAR ROUXINOL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO VEICULAR PARA LEILÃO

EMPRESA AVALIADORA: Autor Car Rouxinol

CNPJ: 494725507/0001-37

REQUERENTE: SRA. LARA MACEDO / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA / SETOR DE TRANSPORTES

UNIDADES:

- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJP8633, RANGER 3.2 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

- VALOR FIPE: R$ 115. 128,00

-VALOR MERCADO: R$ 100.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 5.000,00

- LANCE INICIAL: R$ 40.000,00

- PLACA/MODELO/ANO/COR: PTB9818, RANGER 3.2 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

sem motor

- VALOR FIPE: R$ 115. 128,00

- VALOR MERCADO: R$ 100.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 10.000,00

- LANCE INICIAL: R$ 20.000,00

- PLACA/MODELO/ANO/COR: PTB9818, RANGER 3.2 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

- VALOR FIPE: R$ 115. 128,00

- VALOR MERCADO: R$ 100.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 5.000,00

Lara M. M.
Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

- LANCE INICIAL: R$ 40.000,00

- **PLACA/MODELO/ANO/COR:** OJP0647, **PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 MEC.** 2013/2014

- VALOR FIPE: R$ 44.258,00

- VALOR MERCADO: R$ 35.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 3.000,00

- LANCE INICIAL: R$ 20.000,00

- **PLACA/MODELO/ANO/COR:** OJF4075, **PALIO WEEKEND TREKK 1.6 MEC. 2013/2014** sem roda traseira esquerda

- VALOR FIPE: R$ 44.258,00

- VALOR MERCADO: R$ 35.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 3.500,00

- LANCE INICIAL: 18.000,00

- **PLACA/MODELO/ANO/COR:** NMU7434, **PALIO ELX 1.0 FLEX 2009/2010 BRANCA**

- VALOR FIPE: R$ 25.275,00

- VALOR MERCADO: R$ 25.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 2.000,00

- LANCE INICIAL: R$ 13.000,00

-

Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

- **PLACA/MODELO/ANO/COR:** NHN9393, **VECTRA EXPRESSION 2008/2008 PRETA**

- VALOR FIPE: R$ 28.477,00

- VALOR MERCADO: R$ 25.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 2.500,00

- LANCE INICIAL: R$ 15.000,00

- **PLACA/MODELO/ANO/COR:** NXM8253, **LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA**

- VALOR FIPE: R$ 29.750,00

- VALOR MERCADO: R$ 25.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 3.000,00

- LANCE INICIAL: R$ 13.000,00

- **PLACA/MODELO/ANO/COR:** NXM2444, **LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA**

- VALOR FIPE: R$ 29.750,00

- VALOR MERCADO: R$ 25.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 3.000,00

- LANCE INICIAL: R$ 13.000,00

- **PLACA/MODELO/ANO/COR:** NXM2454, **LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA**

- VALOR FIPE: R$ 29.750,00

- VALOR MERCADO: R$ 25.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 3.000,00

- LANCE INICIAL: R$ 13.000,00

- **PLACA/MODELO/ANO/COR:** NXM7728, **LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA**

- VALOR FIPE: R$ 29.750,00

- VALOR MERCADO: R$ 25.000,00

Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

- MÉDIA REPARO: R$ 3.000,00

- LANCE INICIAL: R$ 13.000,00

- PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP4394, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA
sem roda traseira esquerda

- VALOR FIPE: R$ 19.482,00

- VALOR MERCADO: R$ 15.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 1.500,00

- LANCE INICIAL: R$ 5.000,00

- **PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP4469, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA**
sem roda traseira direita

- VALOR FIPE: R$ 19.482,00

- VALOR MERCADO: R$ 15.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 1.500,00

- LANCE INICIAL: R$ 5.000,00

- PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP4818, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

- VALOR FIPE: R$ 19.482,00

- VALOR MERCADO: R$ 15.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 1.000,00

- LANCE INICIAL: R$ 8.000,00

Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

- **PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP5107, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA**

- VALOR FIPE: R$ 19.482,00

- VALOR MERCADO: R$ 15.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 1.000,00

- LANCE INICIAL: R$ 8.000,00

- **PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP3132, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA**

sem roda traseira esquerda

- VALOR FIPE: R$ 19.482,00

- VALOR MERCADO: R$ 15.000,00

- MÉDIA REPARO: R$ 1.500,00

- LANCE INICIAL: R$ 5.000,00

- **PLACA/MODELO/ANO/COR: H001569, HONDA CG CARGO 2000/2001 BRANCA**

- VALOR FIPE: R$ 2.394,00

- VALOR MERCADO: R$ 1.500,00

- MÉDIA REPARO: R$ 800,00

- LANCE INICIAL: R$ 300,00

- **PLACA/MODELO/ANO/COR: HPU5308, HONDA CG CARGO 2000/2001 BRANCA**

- VALOR FIPE: R$ 2.394,00

- VALOR MERCADO: R$ 1.500,00

- MÉDIA REPARO: R$ 800,00

- LANCE INICIAL: R$ 300,00

Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

Wanderson Leite

Assinatura
Proprietário

30 de janeiro de 2023

Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : AVALIAÇÃO ATESTADA MAVEL

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO VEICULAR PARA LEILÃO

EMPRESA AVALIADORA: MAVEL

CNPJ: 24.268.663/0001-50

REQUERENTE: SRA. LARA MACEDO / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA / SETOR DE TRANSPORTES

UNIDADES:

- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJJ4893, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$117.106,00, VALOR MERCADO: R$87.000,00, MÉDIA REPARO: R$25.000,00

LANCE INICIAL: R$31.000,00.

- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJP8633, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$117.106,00, VALOR MERCADO: R$87.000,00, MÉDIA REPARO: R$25.000,00

LANCE INICIAL: R$31.000,00.

- PLACA/MODELO/ANO/COR: PTB9818, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$117.106,00, VALOR MERCADO: R$87.000,00, MÉDIA REPARO: R$25.000,00

LANCE INICIAL: R$31.000,00.

- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJP0647, PALIO WEEKEND TREKK 1.6 MEC. 2013/2014 BRANCA

VALOR FIPE: R$34.366,00, VALOR MERCADO: R$24.000,00, MÉDIA REPARO: R$7.000,00

LANCE INICIAL: R$8.500,00.

- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJF4075, PALIO WEEKEND TREKK 1.6 MEC. 2013/2014 BRANCA

VALOR FIPE: R$34.366,00, VALOR MERCADO: R$24.000,00, MÉDIA REPARO: R$7.000,00

LANCE INICIAL: R$8.500,00.

- PLACA/MODELO/ANO/COR: OJO2H74, PALIO WEEKEND TREKK 1.6 MEC. 2013/2014 BRANCA

VALOR FIPE: R$34.366,00, VALOR MERCADO: R$24.000,00, MÉDIA REPARO: R$7.000,00

LANCE INICIAL: R$8.500,00.

- PLACA/MODELO/ANO/COR: NMU7434, PALIO ELX 1.0 FLEX 2009/2010 BRANCA

Lara M.M.

Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

VALOR FIPE: R$25.775,00, VALOR MERCADO: R$18.000,00, MÉDIA REPARO: R$10.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHN9393, VECTRA EXPRESSION 2008/2008 PRETA

VALOR FIPE: R$26.884,00, VALOR MERCADO: R$20.000,00, MÉDIA REPARO: R$12.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NXM8253, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$28.954,00, VALOR MERCADO: R$18.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$5.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NXM2444, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$28.954,00, VALOR MERCADO: R$18.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$5.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NXM2454, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$28.954,00, VALOR MERCADO: R$18.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$5.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NXM7728, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$28.954,00, VALOR MERCADO: R$18.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$5.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHP4394, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHP4469, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHP4813, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHP5107, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP3132, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- PLACA/MODELO/ANO/COR: NHF0293, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP6450, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- PLACA/MODELO/ANO/COR: HOO1569, HONDA CG CARGO 2000/2001 BRANCA

VALOR FIPE: R$2.78300, VALOR MERCADO: R$2.000,00, MÉDIA REPARO: R$1.700,00

LANCE INICIAL: R$150,00.

- PLACA/MODELO/ANO/COR: NHP6450, HONDA CG 150 JOB 2004/2005 BRANCA

VALOR FIPE: R$6.756,00, VALOR MERCADO: R$4.000,00, MÉDIA REPARO: R$3.300,00

LANCE INICIAL: R$350,00.

São Luis, 27 de Janeiro de 2023.

Márcio Reis Aragão
proprietário

CNPJ: 24.268.663/0001-50
MARCIO REIS ARAGÃO -ME
Av. dos Holandeses nº 01 - Calhau
CEP: 65.071-380
São Luis - MA.

Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : AVALIAÇÃO ATESTADA VIP

GRUPO VIP leilões

BENS PATRIMÔNIO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO/MOD	COMBS,	CHASSI	RENAVAM	AVALIAÇÃO FIPE	AVALIAÇÃO VIP	AVALIAÇÃO FINAL POR AVARIAS
OJJ4893	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ163847	587405660	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	**R$ 28.000,00**
NXM8253	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ985711	459473140	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	**R$ 10.000,00**
NXM2444	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986856	459374834	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	**R$ 10.000,00**
NHN9393	GM	VESTRA SD	PRETA	2008/2008	FLEX	9BGAD69W08B303293	977370224	R$ 26.884,00	R$ 13.442,00	**R$ 12.000,00**
NHP4394	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179704	985780185	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
NHP4469	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178439	985173920	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
NXM2454	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ988566	459375016	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	**R$ 12.000,00**
OJP0647	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD37315455051211	996712895	R$ 32.884,00	R$ 16.442,00	**R$ 15.000,00**
NHP4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178969	985175737	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
NHP5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178471	985171928	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
NMU7434	FIAT	PALIO ELX FLEX	BRANCA	2009/2010	FLEX	9BD17140MA5504595	170671089	R$ 26.150,00	R$ 13.075,00	**R$ 12.000,00**
OJF4075	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD373154E5035825	552051535	R$ 32.884,00	R$ 16.442,00	**R$ 15.000,00**
OJP8633	FORD	RANGER XLS	PRETA	2014/2014	DIESEL	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	**R$ 30.000,00**
NHP3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179487	985781459	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
OJN4893	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ163847	587405660	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	**R$ 28.000,00**
NHO1230	GM	VESTRA SD	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BGAD69W09B143139	977382613	R$ 29.323,00	R$ 14.661,50	**R$ 14.000,00**
OJO2H74	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD373154E5051266	996709690	R$ 32.884,00	R$ 16.442,00	**R$ 15.000,00**
NHF0293	FIAT	UNO MILLE FIRE	BRANCA	2007/2008	FLEX	9BD15822784987529	925475858	R$ 14.858,00	R$ 7.429,00	**R$ 7.000,00**
NHP6450	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179542	985785810	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
OJJ5188	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ167977	587402148	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	**R$ 28.000,00**
HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCA	2000/2001	GASOLINA	9C2JC301R001704	756887224	R$ 2.783,00	R$ 1.391,50	**R$ 800,00**
HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCA	2004/2005	GASOLINA	9C2KC08305R000174	837339278	R$ 6.584,00	R$ 3.292,00	**R$ 1.000,00**

Clara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

Gerente de Leilões

São luis – MA 26.01.2023

Kaio Pereira Arruda

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : ETP_ALIENACAO

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 11956/2022

2. Descrição da necessidade

Justifica-se a presente contratação em razão da necessidade de desfazimento dos bens móveis inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Sendo assim, faz-se necessário a contratação de serviço de leiloeiro oficial para a condução do processo de alienação, na modalidade Leilão, dos bens permanentes inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

1. Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;
2. Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade;
3. Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão-JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;
2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento.

5. Levantamento de Mercado

Conforme levantamento realizado em demais órgãos públicos, verifica-se que os mesmos adotam esta solução como forma de atender às suas demandas de forma eficaz. Deve-se buscar uma solução que alcance os resultados pretendidos e atenda à necessidade da contratação, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação de profissional especialista ou empresa especializada para operacionalização do leilão, proporcionará à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ganhos de eficiência processual e ganhos econômicos resultantes da economia de custos do processo e maiores valores de arrecadação, além de proporcionar maior transparência e ampliar a possibilidade de participação no certame.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O serviço de que trata este documento não demanda definição de quantidades.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 1,00

A remuneração do leiloeiro, de caráter obrigatória, se dará na forma prevista no parágrafo único do art. 24 do Decreto nº. 21.981/32, ou seja, em percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor de cada bem arrematado, e será efetuada diretamente pelo arrematante, sem qualquer interferência ou ônus para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os atos que culminam com a realização de um leilão são concatenados e dependentes da pré-existência do outro para serem realizados. É o caso da remoção ou recolhimento, depósito, guarda, avaliação, limpeza e organização da sessão pública do leilão. Dessa forma, todos os serviços encontram-se interligados de modo que o parcelamento da solução inviabiliza o gerenciamento do leilão de maneira eficiente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes relativas à esta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A almejada contratação está alinhada com os planejamentos da Instituição.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados com a presente contratação incluem, entre outros, a redução do custo operacional na gestão dos bens inservíveis; na mitigação nos riscos de furto dos bens; na redução nos custos de controle e segurança; na prevenção ao perdimento do bem por deterioração ou danos; além de dar destinação adequada ao bem considerado ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável.

Por fim, a contratação de leiloeiros almeja também a obtenção de melhores preços nos bens a serem leiloados por meio da possibilidade de participação no Leilão via WEB, ampliando significativamente o número de potenciais Arrematantes-Compradores e tornando a disputa mais acirrada, o que aumenta a eficácia nos lances como também diminui a possibilidade de combinação de preços.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de adequações no ambiente do órgão ou de capacitação específica de servidores para atuarem na execução ou fiscalização do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais, uma vez que a mesma objetiva a destinação ambientalmente adequada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida é viável, atendendo às necessidades demandadas, com ganhos em eficiência e economicidade.

16. Responsáveis

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

LARA MESQUITA DE MACEDO
Chefe de Seção

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : CHECKLIST DO TERMO DE REFERÊNCIA

***CHECKLIST* DO TERMO DE REFERÊNCIA** _____ Identificar o pregão		
Indicações obrigatórias	**Base legal**	**Item**
Indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, sem especificação de marca, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização.	Art. 3º, II, Lei 10520/2002, Art. 9º, I, Portaria 1901/2005-PGJ/MA, Art. 2º, II, Portaria 666/2003-PGJ/MA, art. 8º, I, Dec 3555/2000, Art. 15, § 7º, Lei nº 14.133/21.	**01**
Justificativa da necessidade da contratação[1]	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, II, Portaria 1901/2005- PGJ/MA, Art. 2º, I, Portaria 666/2003-PGJ/MA, art. 8º, III, "b", Dec 3555/2000	**02**
Avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, juntado aos autos, com estimativa de valor em planilhas de acordo com o preço de mercado.	Art. 3º, III, Lei 10520/2002, Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA, art. 2º, III, Portaria 666/2003- PGJ/MA, art. 8º, II, Dec 3555/2000	**13**
Definição dos métodos e estratégia de suprimento.	Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA, art. 8º, II, Dec 3555/2000	_____
Cronograma físico-financeiro, se for o caso.	Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA, art. 8º, IV, Dec 3555/2000	_____
Critério de aceitação do objeto.	Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA	**04 e 10**
Deveres da contratante.	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, §2º, Portaria 1601/2005- PGJ/MA, art. 8º, III, "c", Dec 3555/2000	**09**
Deveres do contratado.	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, §2º, Portaria 1601/2005- PGJ/MA, art. 8º, III, "c", Dec 3555/2000	**08**

1 Nessa justificativa, não basta dizer que a Administração tem a necessidade da aquisição de um bem ou da prestação de um serviço, mas, também, deixar bem compreendido o que a gerou, ou seja, como surgiu essa necessidade e ainda justificar quanto às escolhas do mesmo.

Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato.	Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA	**07**
Prazo de execução.	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA, art. 8º, II, Dec 3555/2000	**12**
Sanções, de forma clara, concisa e objetiva.	Art. 3º, I, Lei 10520/2002, Art. 9º, §2º, Portaria 1901/2005- PGJ/MA	**14**
Aprovação do termo de referência pela autoridade competente.	Art. 9º, II, Portaria 1901/2005-PGJ/MA	

São Luís, 13 de março de 2023

1 Nessa justificativa, não basta dizer que a Administração tem a necessidade da aquisição de um bem ou da prestação de um serviço, mas, também, deixar bem compreendido o que a gerou, ou seja, como surgiu essa necessidade e ainda justificar quanto às escolhas do mesmo.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERÊNCIA

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços especializados de "Leiloeiro Oficial" para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes à guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos pela a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços elencados no objeto deste termo se faz necessária em razão de haver, nesta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, veículos em condições de obsolescência e que passam a ter rendimento precário com manutenção onerosa, tornando-os antieconômicos.

Frisa-se também o fato desta Procuradoria Geral de Justiça não possuir servidor qualificado para exercer a função de leiloeiro, nem estrutura física e pessoal disponível para a realização de leilão, face à urgência de se efetuar a alienação de bens móveis inservíveis para o órgão, tais como: veículos e sucatas de veículos, tendo em vista a falta de espaço físico para armazenamento desses bens, que a cada dia vão se deteriorando e onerando a administração pública, devendo, assim, o procedimento de tal alienação se dar mediante Leilão Público a ser conduzido por Leiloeiro Oficial.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, observará as normas e procedimentos administrativos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/21, do Decreto nº 21.981/32 e demais normas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

4.2. Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.3. A quantidade de bens apresentada na planilha constante no Anexo I é mera expectativa, não havendo o compromisso por parte da Procuradoria Geral de Justiça de levar à Leilão todos os bens nela elencados, servindo a referida planilha apenas como referência para o contratado**,** podendo a quantidade de veículos a ser leiloada aumentar ou diminuir.

4.4. Se algum bem discriminado na planilha constante no Anexo I porventura não puder ser levado à Leilão, poderá ser substituído por outro bem inservível não constante da referida planilha.

4.5. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado;

4.6. Os bens serão vendidos somente à vista, mediante a emissão de Notas de Vendas em Leilão, nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no edital. Os lotes dos bens serão formados pelo leiloeiro, segundo as técnicas de leilão, com a supervisão da Coordenadoria e Serviços Gerais, contendo dados relativos aos bens integrantes de cada lote, com vistas a sua avaliação e definição do lance mínimo por parte da Comissão, ou seja, o (a) leiloeiro(a) poderá propor o (s) valor(es) mínimos para os lance(s), que será(ão) objeto de apreciação e validação da Comissão, observadas ascaracterísticas do mercado local de realização do leilão.

4.7. Nos casos dos veículos arrematados, poderão ser pagos À VISTA ou, ainda, parcelado, nas condições percentuais abaixo, ficando o Leiloeiro com total responsabilidade sobre o recebimento do valor arrematado:

4.7.1. 50% (CINQUENTA POR CENTO) como sinal e princípio de pagamento, no ato da arrematação, juntamente com o percentual de comissão preestabelecido no subitem 12.1; devendo os 50% (CINQUENTA POR CENTO) complementares serem pagos, impreterivelmente, até cinco dias úteis depois da realização do respectivo leilão;

4.8. Os bens cujos pagamentos decorrentes da alienação não se processarem dentro do prazo ou formas estipuladas no item anterior, serão reintegrados ao patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, perdendo os arrematantes os valores pagos, sem que lhes caiba qualquer direito a reclamações judiciais ou extrajudiciais;

4.9. Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

4.10. Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

a) Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;

b) Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade.

c) Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

4.11. Os leiloeiros contratados deverão possuir a seguinte estrutura mínima para a execução dos serviços:

a) Comprovação de disponibilidade de infraestrutura mínima necessária à execução dos serviços;

b) Comprovação de propriedade/posse ou declaração de disponibilidade, através de documento assinado pelo proprietário/possuidor do terreno autorizando o uso do local para os fins aqui descritos;

c) Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro.

4.12. Os pátios disponibilizados poderão ser compartilhados por outros contratantes do leiloeiro e sua posse deverá ser comprovada por documentação legal. No caso em que o pátio seja compartilhado, deverá haver uma separação física entre as áreas de uso da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão e dos demais usuários.

4.13. As despesas com a guarda dos bens no pátio do Leiloeiro estão incluídas até a data da arrematação dos mesmos, e, após, ficarão a cargo dos Arrematantes, devendo ser pagas diretamente ao Leiloeiro, não tendo a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão qualquer responsabilidade após a arrematação dos bens.

4.14. O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

4.15. Caberá ao contratado realizar minuciosa filmagem de todos os lotes integrantes do leilão público, para disponibilizar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, bem como exibi-la aos arrematantes na data prevista para realização do leilão.

4.16. O contratado deverá declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou

móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.17. Caberá ao contratado elaborar os avisos de leilão, bem como o Edital, submetendo as respectivas minutas para aprovação da Coordenadoria de Serviços Gerais e posterior publicação no **Diário Eletrônico do Ministério Público, bem como em jornais de grande circulação.**

4.18. A Divulgação do leilão pelo contratado deverá ser realizada das seguintes formas:

a) Editais publicados em jornais de grande circulação;

b) Mala eletrônica para os potenciais clientes no sítio eletrônico do leiloeiro;

c) Internet através do site do leiloeiro com a descrição completa dos veículos, fotos econdições gerais de venda e pagamento.

d) Distribuição de material publicitário impresso sobre o evento (exemplo: folheto, cartilha,catálogo, livrete, dentre outros inerentes aos serviços de publicidade).

4.19. Na divulgação do evento na internet e no material impresso deverá constar a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão oficial, telefones e endereço eletrônico (e-mail) para contatos e esclarecimentos adicionais.

4.20. O leiloeiro deverá disponibilizar atendimento em seu escritório, por telefone, ou e-mail, para maiores esclarecimentos sobre o leilão.

4.21. O contratado deverá viabilizar o acompanhamento do evento no local em que ocorrerá o leilão, sendo projetados em tela a descrição do lote e os respectivos lances recebidos, ou ainda, os ofertados via Internet.

4.22. O contratado deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, inclusive, informando-lhes que os mesmos terão o prazo máximo e improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva integralização do valor de arrematação e de seus acréscimos, para proceder à transferência de propriedade dos veículos junto ao DETRAN/MA, sob pena, de a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ingressar com ação, visando a busca e apreensão dos mesmos, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

4.23. O contratado deverá providenciar em cartório cópia autenticada dos comprovantes de transferência de propriedade de todos os veículos alienados, devidamente assinados e datados, para que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão possa cumprir o que determina o Art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

4.24. O contratado deverá lavrar notas, recibos ou atos de arrematação para cada comprador.

4.25. O contratado deverá entregar à Coordenadoria de Serviços Gerais, Ata do Leilão, relatório final do

leilão e relatório de prestação de contas.

4.25.1. A Ata de Leilão deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis a partir do encerramento da sessão, devendo conter no mínimo a descrição de todos os lances ofertados para os lotes,constando o nome completo/empresa, endereço e telefone dos ofertantes; nome completo/empresa, endereço e telefone dos arrematantes e demais fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem.

4.25.2. No relatório final de cada leilão, a ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de encerramento do Leilão, deverá constar, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

4.25.3. O relatório de prestação de contas, no mesmo prazo para apresentação do relatório final do leilão, deverá ser acompanhado do demonstrativo financeiro, cópias das faturas de leilão ecópias dos comprovantes de pagamento (Notas Fiscais) correspondentes.

5. DA VISTORIA

5.1. Sistema de vistoria por aplicativo em dispositivo móvel - Deverá possuir como funcionalidade e ser capaz de:

5.1.1 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os dados de localização (via GPS do dispositivo) do veículo a ser recolhido de maneira automática através de coordenadas utilizando programa de localização;

5.1.2 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, no mínimo, 10 fotos necessárias para o processo de recolhimento ao pátio e dados do condutor e/ou responsável;

5.1.3 Capacidade de leitura via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, de etiquetas TAG para controle e cadastramento do veículo a ser rebocado;

5.1.4. Deve permitir introduzir, via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os pontos de localização de eventuais avarias do veículo (a indicação poderá ocorrer por click em uma figura representando o veículo ou por seleção em uma lista pré-definida).

5.1.5 Permitir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, a gravação de áudio sobre a situação do veículo ou qualquer observação pertinente sobre a vistoria;

5.1.6 Comprovar que todas as informações registradas no ato da remoção dos veículos sejam transmitidas “online” para o sistema de gerenciamento de pátios;

5.1.7 Permitir a assinatura digital do responsável pelo reboque e do vistoriador em campos específicos.

5.1.8 Emitir em impressora portátil e através de arquivo tipo PDF, a vistoria completa (com fotos) com todos os dados necessários para a perfeita caracterização do estado do veículo.

6. DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES

6.1. O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em comum acordo entre as partes, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.2. Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

6.3. A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal do contrato, com o auxílio da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis.

7.2. O Gestor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

7.3. O gestor e o Fiscal do contrato, no exercício da fiscalização, exigirão o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio de notificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.4. A Comissão, no exercício da fiscalização, exigirá o fiel cumprimento dos serviços contratados, avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio denotificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.5. A fiscalização exercida no interesse da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Realizar leilão em dia e hora previamente designado em edital de licitação, de acordo com a prestação de serviço contratado, no local acordado pelas partes, dos bens constantes no Edital de Leilão;

8.2. Empenhar-se na obtenção do melhor preço possível para o bem a ser leiloado;

8.3. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, de acordo com o especificado neste Termo de Referência;

8.4. Manter sob especial guarda e conservação os bens administrativos que receber na condição de fiel depositário;

8.5. Promover a mais ampla divulgação dos leilões, por todos os meios impressos e eletrônicos disponíveis;

8.6. Fornecer meios para que os interessados em geral possam vistoriar e examinar quaisquer bens administrativos destinados a leilão, mantendo horário de funcionamento ininterrupto do depósito, galpão ou garagem, das 8:00 às 18:00 horas;

8.7. Arcar com as despesas necessárias à guarda, conservação e ao deslocamento dos bens administrativos ao pátio do contratado e com as de publicidade e realização dos leilões;

8.8. Não serão levados a leilão os bens em relação aos quais a Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais Inservíveis comunicar a suspensão da alienação, por escrito, até as 18h do dia anterior ao evento;

8.9. Conduzir as atividades necessárias à realização do leilão;

8.10.Efetuar avaliação dos preços de mercado dos bens a leiloar;

8.11. Comprovar documentalmente que possui uma ou mais áreas apropriadas para a guarda e alienação dos bens (local próprio ou de terceiros), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

8.12. Apresentar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, em até 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do Contrato, Cronograma de ações contendo todas as datas previstas para a realização dos procedimentos preparatórios e principalmente a data para realização do primeiro Leilão;

8.13. Providenciar junto ao DETRAN-MA todos os procedimentos legais necessários para a baixa dos registros dos veículos considerados sucatas, inclusive o recorte dos CHASSIS.

8.14. Administrar e custear todos os assistentes, auxiliares e outros recursos humanos e materiais envolvidos e necessários à boa condução dos procedimentos do leilão.

8.15. Preparar e organizar a visitação dos bens inservíveis com segurança especializada e equipe devidamente treinada para atendimento aos interessados.

8.16. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes e da execução do contrato, bem como pelo pagamento emolumentos, prêmio de seguro, e demais despesas decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.17. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;

8.18. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.19. Não se pronunciar em nome da Procuradoria Geral de Justiça a órgãos de imprensa, sobre

quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados, salvo mediante prévia e expressa autorização do ente;

8.20. Responder por toda documentação que lhe for entregue pela Procuradoria Geral de Justiça, que acompanhará e fiscalizará sua correta utilização;

8.21. Adotar todas as demais providências correlatas ao exercício da função de leiloeiro e suprir todos os custos necessários à regularidade e boa condução dos leilões que presidir;

8.22. Dar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para o leilão, tanto na divulgação (propaganda) quanto, principalmente na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor ou liquidez dos mesmos;

8.23. Apresentar, a tempo e modo, assim que solicitado pelo CONTRATANTE, todo e qualquer documento atinente à execução do contrato, em especial a Nota Fiscal/Fatura dos materiais;

8.24. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços contratados, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto, em consonância com o previsto no art. 11 e 12 do Decreto nº 21.981, de 19/10/32;

8.25. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente contrato;

8.26. Responder pelos eventuais danos causados à CONTRATANTE e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidasjudiciais ou extrajudiciais necessárias;

8.27. Reproduzir e distribuir editais antes e durante o leilão;

8.28. Responsabilizar-se pelo cumprimento das disposições legais e administrativas necessárias à realização do evento;

8.29. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.30. Remeter mala direta aos interessados e arrematantes integrantes do cadastro do Licitante Vencedor;

8.31. Instalar secretaria no local do leilão para atendimento aos compradores e recebimento das importâncias apuradas, com máquinas, equipamentos de som e equipe de empregados qualificados, suficientes para secretariar o Leiloeiro Público Oficial;

8.32. Atentar sempre para os melhores interesses da Procuradoria Geral de Justiça;

8.33. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para a Procuradoria Geral de Justiça;

8.34. Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Procuradoria Geral de Justiça, durante a vigência do contrato.

8.35. Informar o arrematante que o mesmo terá o prazo de 30 (trinta) dias, contatos da data da efetiva integralização do valor de arrematação e dos acréscimos, para proceder a transferência da propriedade do veículo junto ao DETRAN-MA, sob pena desta Procuradoria Geral de Justiça ingressar com ação, visando a busca e apreensão do mesmo, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar todas as fases do Leilão, exercendo ampla fiscalização sobre os serviços Contratados, por intermédio da Coordenadoria de Serviços Gerais, à qual o Leiloeiro Público Oficial deverá facilitar o exercício de suas funções;

9.2. Fornecer ao Leiloeiro a relação dos bens inservíveis a serem alienados e a respectiva avaliação;

9.3. Determinar juntamente com o Leiloeiro Público Oficial, data e hora para realização dos Leilões;

9.4. Verificar e aprovar previamente o edital;

9.5. Fiscalizar o desempenho do contratado, de modo a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas;

9.6. Efetuar o pagamento de acordo com o pactuado.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

10.1.1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão- JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;

10.1.2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento;

10.1.3. Dispor de Carteira de Exercício Profissional como leiloeiro oficial (pessoa física) perante a Junta Comercial do Maranhão;

10.1.4. Ser inscrito perante a Instituição de Previdência Social como Leiloeiro (pessoa

física) e estar regular com as respectivas contribuições;

10.1.5. Declarar não ter parentesco, até o terceiro grau civil, com os membros e servidores da Procuradoria Geral de Justiça, aplicando-se igual proibição aos seus contratados;

10.1.6. Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro;

10.1.7. Declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. **Será desclassificada a proposta que deixar de contemplar a totalidade dos serviços objeto desta licitação.**

11.2. O critério de julgamento das propostas será do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** fornecido pelo leiloeiro à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, ou seja, vencerá aquele que ofertar o maior percentual de desconto na comissão sobre o valor final das vendas (artigo 24 do Decreto Federal nº 21.981/32 e artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/33), compreendido o limite entre 0% (zero por cento) e 5% (cinco por cento).

11.3. **Em caso de empate** entre duas ou mais propostas e após obedecido o disposto no art. 60º da Lei 14.133/21, a classificação se fará obrigatoriamente pelo disposto do parágrafo 1° do artigo 60 da Lei 14.133/2021.

11.4. Os valores não deverão possuir mais de duas casas decimais após a vírgula.

11.5. O leiloeiro deverá propor uma uma taxa de comissão, a ser paga pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão de, no máximo, 5% (cinco por cento) com base no art. 24 do Decreto 21.981, de 1932.

11.6. Os licitantes poderão vir a ser chamados pelo pregoeiro para demonstrar a exequibilidade de suas propostas.

11.7. Os bens serão adquiridos pelo maior preço ofertado, acrescido do percentual de comissão do(a) leiloeiro(a), e que não será dedutível do preço de arrematação, na forma prevista no Decreto nº 21.081/32.

11.8. Não sendo aceitável a proposta ou o lance de menor percentual, ou ainda, caso o leiloeiro não atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance

subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.9. Ocorrendo a situação referida no subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com o leiloeiro para que seja obtido preço melhor, em conformidade com o interesse da administração pública;

11.10. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o leiloeiro será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12. DA FORMA DE REMUNERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILOEIRO OFICIAL

12.1. Será efetuada pelo arrematante o percentual de 5% (cinco por cento), do valor da arrematação, conforme previsto no parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981/32, em consonância com o disposto no artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/1933 e Instrução Normativa nº 113, de 28 de abril de 2010 e pelo comitente contratante (PGJ MA), se for o caso, nos termos da proposta apresentada pela contratada, no percentual máximo de 5% (cinco por sento) do valor dos bens leiloados, de acordo com o artigo 24 do Decreto n 21.981/32.

12.2. Da comissão recebida pelo Leiloeiro Contratado, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

12.3. O leiloeiro vencedor deverá prestar contas da receita arrecadada com o leilão dos bens, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados após a integralização dos pagamentos, juntamente a Fatura do Leilão, salvo greve bancária, cheque com insuficiência de fundos, compensação de cheques de outra praça, de acordo com as regras do Banco Central, e conforme legislação corrente, sendo necessário, portanto, a ressalva expressa destes incidentes, bem como a fixação de novo prazo para repasse dos valores, acrescidos de mora e multa, repassados à Procuradoria Geral de Justiça.

12.4. O relatório de prestação de contas deverá conter o demonstrativo financeiro, comprovantes de despesas realizadas em consonância com as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, os comprovantes de arrematação com as Notas Fiscais correspondentes, bem como recolhimento do valor total das importâncias recebidas.

12.5. No relatório final de cada leilão deverá constar ainda, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

12.6. O recolhimento das importâncias deverá ser efetuado no **Fundo Especial do Ministério Público, no Banco do Brasil, Agência nº 3846-6, Conta Corrente nº 5879-3**, de acordo com as instruções que serão fornecidas ao contratado durante a execução do contrato, de forma a não prejudicar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.7. Não cabe à Procuradoria Geral de Justiça qualquer responsabilidade pela cobrança da

comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelas partes envolvidas.

13. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor estimado anual para a presente despesa é **de R$ 11.623,33** (onze mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e três centavos), corresponde ao pagamento do limite de 5% (cinco por cento) de comissão pelo contratante, nos termos do art. 24 do Decreto Federal n 21.981/32, considerando, especificadamente, o valor arrecadado dos bens levados a leilão, cuja avaliação é de **R$ 232.466,67** (duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

14. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº. 14.133/21.

14.2. Não será cabível reajuste de preço uma vez que a remuneração se dará por percentual de taxa de comissão aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados, o qual permanecerá fixo durante toda a execução do contrato.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n° 14.133/21 o Contratado que:
14.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.
14.1.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.
14.1.3. Fraudar na execução do objeto.
14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.
14.1.5. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.
14.1.6. Não mantiver a proposta.
14.2. O Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:
14.2.1. Advertência por escrito.
14.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente ao mês em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência ou no termo contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.
14.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos bens avaliados destinados a Leilão, nos casos de recusa injustificada de executar o objeto, prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização.
14.2.4. Desatender às determinações da fiscalização.
14.2.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Leilão, e destinados a Leilão, nos seguintes casos:
a) Ocasionar sem justa causa, atrasos superiores a 30 (trinta) dais na execução dosserviços contratados;

b) Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado

c) Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no Edital e Anexos.

d) Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadasoutras sanções.

14.2.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça, pelo prazo de até 02 (dois)anos.

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitaçãoperante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Procuradoria Geral de Justiça pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

14.3. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

14.5. Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a CONTRATANTE continuará efetivando os descontos nos meses subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído à penalidade, ou, se entender mais conveniente, poderá descontar o valor remanescente dagarantia prestada, ou ainda, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 14.133/21.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo, por mútuo acordo entre as partes, sua execução se estender, por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 107 da Lei Federal n°14.133/21.

15.2. Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.

15.3. A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

15.4. Durante a vigência do contrato o leiloeiro fará tantos leilões quantos forem necessários a fim de proceder à venda dos bens administrativos inservíveis pertencentes a esta Procuradoria.

16. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 O Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

16.2 Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

16.3 O CONTRATADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

16.4 O termo de extinção será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e Indenizações e multas.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não será necessário informar dotação orçamentária, uma vez que o valor correspondente ao percentual incidente sobre o valor de cada bem arrematado, referente à comissão devida pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO pelas despesas desempenhadas na realização das tarefas mencionadas no item 4, será deduzido pelo CONTRATADO do valor de venda de cada bem arrematado, sendo, assim, recolhido à CONTRATANTE o saldo resultante do valor líquido das vendas.

São Luís - MA, 13 de março de 2023.

LARA MESQUITA DE MACEDO
CHEFE DE SEÇÃO

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
TÉCNICO MINISTERIAL

ANEXO I
VEÍCULOS PARA LEILÃO

PLACA	MARCA	MODELO
OJJ 4893	FORD	RANGER XLS 3.2
OJP 8633	FORD	RANGER XLS 3.2
PTB 9818	FORD	RANGER XLS 3.2
OJP 0647	FIAT	PALIO WEEKEND
OJF 4075	FIAT	PALIO WEEKEND
OJO 2H74	FIAT	PALIO WEEKEND
NMU 7434	FIAT	PALIO ELX
NHN 9393	CHEVROLET	VECTRA
NXM 8253	NISSAN	LIVINA 1.6
NXM 2444	NISSAN	LIVINA 1.6
NXM 2454	NISSAN	LIVINA 1.6
NXM 7728	NISSAN	LIVINA 1.6
NHP 4394	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 4469	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHF 0293	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
NHP 6450	FIAT	UNO MILLE ECONOMY
HOO 1569	HONDA	HONDA CG CARGO
HPU 5308	HONDA	HONDA CG 150 JOB

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 40102022

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **17 de Outubro de 2022 às 10:11 hrs** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-40102022, **Código de Validação**: 480002A9D3.

DESPACHO-SAF - 40102022
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 480002A9D3

Assunto: Alienação de Veículos
Interessado: Setor de Transportes

À Assessoria Técnica da Administração,

Encaminhem-se os autos para análise e manifestação acerca da regularidade processual da solicitação de abertura de processo licitatório, cujo objeto trata da contratação de empresa especializada em leilão, conforme MEMO-ST - 182022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO), DESPACHO-ST - 542022, TREF-ST - 22022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO), e demais documentos.

assinado eletronicamente em 17/10/2022 às 10:11 hrs (*)
JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-ST - 542022

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Setor de Transporte

DESPACHO-ST - 542022
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 7B0B93A273

À Sua Senhoria
José Henrique Frazão Costa
À Secretaria Administrativo – Financeira

Assunto: Solicitação de Alienação

Senhor Diretor,

Segue TREF-ST - 22022(DOCUMENTO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: DOCUMENTO ADMINISTRATIVO) , bem como ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ALIENAÇÃO, para análise e demais providências para o prosseguimento da abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada em leilão.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 14/10/2022 às 15:38 hrs (*)
LARA MESQUITA DE MACEDO
CHEFE DE SEÇÃO

assinado eletronicamente em 17/10/2022 às 09:26 hrs (*)
ROBERT JOSÉ PEREIRA COSTA
CHEFE DE SEÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **17 de Outubro de 2022 às 09:26 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-ST-542022, **Código de Validação**: 7B0B93A273.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

AVALIAÇÃO MAVEL

CONFERE COM O ORIGINAL

Lara M. Macedo
Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO VEICULAR PARA LEILÃO

EMPRESA AVALIADORA: MAVEL

CNPJ: 24.268.663/0001-50

REQUERENTE: SRA. LARA MACEDO / PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA / SETOR DE TRANSPORTES

UNIDADES:

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: OJJ4893, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$117.106,00, VALOR MERCADO: R$87.000,00, MÉDIA REPARO: R$25.000,00

LANCE INICIAL: R$31.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: OJP8633, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$117.106,00, VALOR MERCADO: R$87.000,00, MÉDIA REPARO: R$25.000,00

LANCE INICIAL: R$31.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: PTB9818, RANGER XLS 3.2 4X4 CAB DUPLA, 2014/2014 PRETA

VALOR FIPE: R$117.106,00, VALOR MERCADO: R$87.000,00, MÉDIA REPARO: R$25.000,00

LANCE INICIAL: R$31.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: OJP0647, PALIO WEEKEND TREKK 1.6 MEC. 2013/2014 BRANCA

VALOR FIPE: R$34.366,00, VALOR MERCADO: R$24.000,00, MÉDIA REPARO: R$7.000,00

LANCE INICIAL: R$8.500,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: OJF4075, PALIO WEEKEND TREKK 1.6 MEC. 2013/2014 BRANCA

VALOR FIPE: R$34.366,00, VALOR MERCADO: R$24.000,00, MÉDIA REPARO: R$7.000,00

LANCE INICIAL: R$8.500,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: OJO2H74, PALIO WEEKEND TREKK 1.6 MEC. 2013/2014 BRANCA

VALOR FIPE: R$34.366,00, VALOR MERCADO: R$24.000,00, MÉDIA REPARO: R$7.000,00

LANCE INICIAL: R$8.500,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NMU7434, PALIO ELX 1.0 FLEX 2009/2010 BRANCA

VALOR FIPE: R$25.775,00, VALOR MERCADO: R$18.000,00, MÉDIA REPARO: R$10.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHN9393, VECTRA EXPRESSION 2008/2008 PRETA

VALOR FIPE: R$26.884,00, VALOR MERCADO: R$20.000,00, MÉDIA REPARO: R$12.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NXM8253, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$28.954,00, VALOR MERCADO: R$18.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$5.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NXM2444, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$28.954,00, VALOR MERCADO: R$18.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$5.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NXM2454, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$28.954,00, VALOR MERCADO: R$18.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$5.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NXM7728, LIVINA 1.6 FLEX 2011/2012 BRANCA

VALOR FIPE: R$28.954,00, VALOR MERCADO: R$18.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$5.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHP4394, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHP4469, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHP4818, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

CONFERE COM O ORIGINAL

Lara M Macedo
Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

CONFERE COM O ORIGINAL

Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHP5107, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHP3132, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHF0293, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHP6450, UNO MILLE ECONOMY 2008/2009 BRANCA

VALOR FIPE: R$20.034,00, VALOR MERCADO: R$16.000,00, MÉDIA REPARO: R$8.000,00

LANCE INICIAL: R$4.000,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: HOO1569, HONDA CG CARGO 2000/2001 BRANCA

VALOR FIPE: R$2.78300, VALOR MERCADO: R$2.000,00, MÉDIA REPARO: R$1.700,00

LANCE INICIAL: R$150,00.

- **PLACA/MODELO/ANO/COR**: NHP6450, HONDA CG 150 JOB 2004/2005 BRANCA

VALOR FIPE: R$6.756,00, VALOR MERCADO: R$4.000,00, MÉDIA REPARO: R$3.300,00

LANCE INICIAL: R$350,00.

São Luis, 27 de Julho de 2022.

Márcio Reis Aragão

CNPJ: 24.268.663/0001-50
MARCIO REIS ARAGÃO -ME
Av. dos Holandeses nº 01 - Calhau
CEP: 65.071-380
São Luis - MA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

AVALIAÇÃO VIP LEILÕES

GRUPO VIP leilões

CONFERE COM O ORIGINAL

Lara Mesquita de Macedo
Chefe de Seção de Transporte
Mat.: 1075716
Procuradoria Geral de Justiça

BENS PATRIMÔNIO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO/MOD	COMBS.	CHASSI	RENAVAM	AVALIAÇÃO FIPE	AVALIAÇÃO VIP	AVALIAÇÃO FINAL POR AVARIAS
OJJ4893	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ163847	587405660	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	**R$ 28.000,00**
NXM8253	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ985711	459473140	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	**R$ 10.000,00**
NXM2444	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986856	459374834	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	**R$ 10.000,00**
NHN9393	GM	VESTRA SD	PRETA	2008/2008	FLEX	9BGAD69W08B303293	977370224	R$ 26.884,00	R$ 13.442,00	**R$ 12.000,00**
NHP4394	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179704	985780185	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
NHP4469	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178439	985173920	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
NXM2454	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ988566	459375016	R$ 27.117,00	R$ 13.558,50	**R$ 12.000,00**
OJP0647	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD37315455051211	996712895	R$ 32.884,00	R$ 16.442,00	**R$ 15.000,00**
NHP4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178969	985175737	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
NHP5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178471	985171928	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
NMU7434	FIAT	PALIO ELX FLEX	BRANCA	2009/2010	FLEX	9BD17140MA5504595	170671089	R$ 26.150,00	R$ 13.075,00	**R$ 12.000,00**
OJF4075	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD373154E5035825	552051535	R$ 32.884,00	R$ 16.442,00	**R$ 15.000,00**
OJP8633	FORD	RANGER XLS	PRETA	2014/2014	DIESEL	8AFAR23L4EJ208047	1002186088	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	**R$ 30.000,00**
NHP3132	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179487	985781459	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
OJN4893	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ163847	587405660	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	**R$ 28.000,00**
NHO1230	GM	VESTRA SD	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BGAD69W09B143139	977382613	R$ 29.323,00	R$ 14.661,50	**R$ 14.000,00**
OJO2H74	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD373154E5051266	996709690	R$ 32.884,00	R$ 16.442,00	**R$ 15.000,00**
NHF0293	FIAT	UNO MILLE FIRE	BRANCA	2007/2008	FLEX	9BD15822784987529	925475858	R$ 14.858,00	R$ 7.429,00	**R$ 7.000,00**
NHP6450	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179542	985785810	R$ 20.034,00	R$ 10.017,00	**R$ 9.500,00**
OJJ5188	FORD	RANGER XLS CD4M32	PRETA	2013/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ167977	587402148	R$ 86.300,00	R$ 43.150,00	**R$ 28.000,00**
HOO1569	HONDA	CG 125 CARGO	BRANCA	2000/2001	GASOLINA	9C2JC301R001704	756887224	R$ 2.783,00	R$ 1.391,50	**R$ 800,00**
HPU5308	HONDA	CG 150 JOB	BRANCA	2004/2005	GASOLINA	9C2KC08305R000174	837339278	R$ 6.584,00	R$ 3.292,00	**R$ 1.000,00**

Kaio Pereira Arruda
Gerente de Leilões
São luis – MA 04.08.2022
CNPJ: 08.187.134/0025-42

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

DOCUMENTO ADMINISTRATIVO : TREF-ST-22022

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

TREF-ST - 22022
Código de validação: D584894A04

1. OBJETO

Contratação de serviços especializados de “Leiloeiro Oficial” para preparar, organizar, divulgar e conduzir leilões públicos, com serviços referentes è guarda/armazenamento, destinados à alienação de bens móveis patrimoniais declarados inservíveis e antieconômicos para a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços elencados no objeto deste termo se faz necessária em razão de haver, nesta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, veículos em condições de obsolescência e que passam a ter rendimento precário com manutenção onerosa, tornando-os antieconômicos.

Frisa-se também o fato desta Procuradoria Geral de Justiça não possuir servidor qualificado para exercer a função de leiloeiro, nem estrutura física e pessoal disponível para a realização de leilão, face à urgência de se efetuar a alienação de bens móveis inservíveis para o órgão, tais como: veículos e sucatas de veículos, tendo em vista a falta de espaço físico para armazenamento desses bens, que a cada dia vão se deteriorando e onerando a administração pública, devendo, assim, o procedimento de tal alienação se dar mediante Leilão Público a ser conduzido por Leiloeiro Oficial.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, observará as normas e procedimentos administrativos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 8.666/93, do Decreto nº 21.981/32 e demaisnormas regulamentadoras especificas e abrangidas pelo objeto do presente Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos osatos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

4.2. Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.3. A quantidade de bens apresentada na planilha constante no Anexo I é mera expectativa, nãohavendo o compromisso por parte da Procuradoria Geral de Justiça de levar à Leilão todos

os bens nela elencados, servindo a referida planilha apenas como referência para os credenciados**.**

4.4. Se algum bem discriminado na planilha constante no Anexo I porventura não puder ser levado à Leilão, poderá ser substituído por outro bem inservível não constante da referida planilha.

4.5. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

4.6. Os bens serão vendidos somente à vista, mediante a emissão de Notas de Vendas em Leilão, nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições paragarantia e pagamento previstas no edital. Os lotes dos bens serão formados pelo leiloeiro, segundo as técnicas de leilão, com a supervisão da Coordenadoria de Serviços Gerais, contendo dados relativos aos bens integrantes de cada lote, com vistas a sua avaliação e definição do lance mínimo por parte da Comissão, ou seja, o (a) leiloeiro(a) poderá propor o (s) valor(es) mínimos para os lance(s), que será(ão) objeto de apreciação e validação da Comissão, observadas as características do mercado local de realização do leilão.

4.7. No caso dos veículos arrematados, poderão ser pagos À VISTA ou, ainda, parcelado, nas condições percentuais abaixo, ficando o Leiloeiro com total responsabilidade sobre o recebimento do valor arrematado:

4.7.1. 50% (CINQUENTA POR CENTO) como sinal e princípio de pagamento, no ato da arrematação, juntamente com o percentual de comissão preestabelecido no subitem 12.1; devendo os 50% (CINQUENTA POR CENTO) complementares serem pagos, impreterivelmente, até cinco dias úteis depois da realização do respectivo leilão;

4.8. Os bens cujos pagamentos decorrentes da alienação não se processarem dentro do prazo ou formas estipuladas no item anterior, serão reintegrados ao patrimônio da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, perdendo os arrematantes os valores pagos, sem que lhes caiba qualquer direito a reclamações judiciais ou extrajudiciais.

4.9. Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

4.10. Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

a) Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;

b) Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade.

c) Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

4.11. Os leiloeiros contratados deverão possuir a seguinte estrutura mínima para a execução dos serviços:

a) Comprovação de disponibilidade de infraestrutura mínima necessária à execução dos serviços;

b) Comprovação de propriedade/posse ou declaração de disponibilidade, através de documentoassinado pelo proprietário/possuidor do terreno autorizando o uso do local para os fins aqui descritos;

c) Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro.

4.12. Os pátios disponibilizados poderão ser compartilhados por outros contratantes do leiloeiro e sua posse deverá ser comprovada por documentação legal. No caso em que o pátio seja compartilhado, deverá haver uma separação física entre as áreas de uso da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão e dos demais usuários.

4.13. As despesas com a guarda dos bens no pátio do Leiloeiro estão incluídas até a data da arrematação dos mesmos, e, após, ficarão a cargo dos Arrematantes, devendo ser pagas diretamente ao Leiloeiro, não tendo a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão qualquer responsabilidade após a arrematação dos bens.

4.14. O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

4.15. Caberá ao contratado realizar minuciosa filmagem de todos os lotes integrantes do leilão público, para disponibilizar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, bem como exibi-la aos arrematantes na data prevista para realização do leilão.

4.16. O contratado deverá declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

4.17. Caberá ao contratado elaborar os avisos de leilão, bem como o Edital, submetendo as respectivas minutas para aprovação da Coordenadoria de Serviços Gerais e posterior publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público, bem como em jornais de grande circulação.

4.18. A Divulgação do leilão pelo contratado deverá ser realizada das seguintes formas:

a) Editais publicados em jornais de grande circulação;

b) Mala eletrônica para os potenciais clientes no sítio eletrônico do leiloeiro;

c) Internet através do site do leiloeiro com a descrição completa dos veículos, fotos econdições gerais de venda e pagamento;

d) Distribuição de material publicitário impresso sobre o evento (exemplo: folheto, cartilha,catálogo, livrete, dentre outros inerentes aos serviços de publicidade);

4.19. Na divulgação do evento na internet e no material impresso deverá constar a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão oficial, telefones e endereço eletrônico (e-mail) para contatos e esclarecimentos adicionais;

4.20. O leiloeiro deverá disponibilizar atendimento em seu escritório, por telefone, ou e-mail, para maiores esclarecimentos sobre o leilão;

4.21. O contratado deverá viabilizar o acompanhamento do evento no local em que ocorrerá o leilão, sendo projetados em tela a descrição do lote e os respectivos lances recebidos, ou ainda, osofertados via Internet;

4.22. O contratado deverá orientar o arrematante quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, inclusive, Informando-lhes que os mesmos terão o prazo máximo e improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetiva integralização dovalor de arrematação e de seus acréscimos, para proceder à transferência de propriedade dos veículos junto ao DETRAN/MA, sob pena, de a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ingressar com ação, visando a busca e apreensão dos mesmos, cujas despesas judiciais correrão por conta do arrematante.

4.23. O contratado deverá providenciar em cartório cópia autenticada dos comprovantes de transferência de propriedade de todos os veículos alienados, devidamente assinados e datados, para que a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão possa cumprir o que

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

determina o Art. 134 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

4.24. O contratado deverá lavrar notas, recibos ou atos de arrematação para cada comprador.

4.25. O contratado deverá entregar à Coordenadoria de Serviços Gerais, Ata do Leilão, relatório final do leilão e relatório de prestação de contas.

4.25.1. A Ata de Leilão deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis a partir do encerramento dasessão, devendo conter no mínimo a descrição de todos os lances ofertados para os lotes,constando o nome completo/empresa, endereço e telefone dos ofertantes; nome completo/empresa, endereço e telefone dos arrematantes e demais fatos relevantes ocorridos no Leilão, inclusive a não ocorrência de lance para determinado bem.

4.25.2. No relatório final de cada leilão, a ser apresentado em até 15 (quinze) dias úteis a contar dadata de encerramento do Leilão, deverá constar, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

4.25.3. O relatório de prestação de contas, no mesmo prazo para apresentação do relatório final do leilão, deverá ser acompanhado do demonstrativo financeiro, cópias das faturas de leilão ecópias dos comprovantes de pagamento (Notas Fiscais) correspondentes.

5. DA VISTORIA

5.1. Sistema de vistoria por aplicativo em dispositivo móvel - Deverá possuir como funcionalidade e ser capaz de:

5.1.1 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os dados de localização (via GPS do dispositivo) do veículo a ser recolhido de maneira automática através de coordenadas utilizando programa de localização;

5.1.2 Inserir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, no mínimo, 10 fotos necessárias para o processo de recolhimento ao pátio e dados do condutor e/ou responsável;

5.1.3 Capacidade de leitura via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, de etiquetas TAG para controle e cadastramento do veículo a ser rebocado;

5.1.4. Deve permitir introduzir, via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, os pontos de localização de eventuais avarias do veículo (a indicação poderá ocorrer por click em uma figura representando o veículo ou por seleção em uma lista pré-definida).

5.1.5 Permitir via aplicativo instalado em dispositivo móvel tipo smartphone ou tablet, a gravação deáudio sobre a situação do veículo ou qualquer observação pertinente sobre a vistoria;

5.1.6 Comprovar que todas as informações registradas no ato da remoção dos veículos sejam

transmitidas “online” para o sistema de gerenciamento de pátios;

5.1.7 Permitir a assinatura digital do responsável pelo reboque e do vistoriador em campos específicos.

5.1.8 Emitir em impressora portátil e através de arquivo tipo PDF, a vistoria completa (com fotos) com todos os dados necessários para a perfeita caracterização do estado do veículo.

6. DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES

6.1. O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado emcomum acordo entre as partes, observado o limite legal máximo de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.
6.2. Os serviços serão realizados por demanda e ficarão condicionados à realização dos Leilões propriamente ditos.
6.3. A Administração da Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante o
6.4. prazo de validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da homologação da licitação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14 deste Termo.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal do contrato, com o auxílio da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis.

7.2. O Gestor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

7.3. Gestor e Fiscal do contrato, no exercício da fiscalização, exigirão o fiel cumprimento dos serviços contratados,avaliando também a qualidade e a presteza da execução desses serviços, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências com eles relacionadas e determinando, inclusive por meio de notificação, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.4. A A fiscalização exercida no interesse da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda resultante de imperfeições.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Conduzir as atividades necessárias à realização do leilão;

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

8.2. Efetuar avaliação dos preços de mercado dos bens a leiloar;

8.3. Comprovar documentalmente que possui uma ou mais áreas apropriadas para a guarda e alienação dos bens (local próprio ou de terceiros), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.

8.4. **Apresentar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, em até 10 (dez) dias úteis a partir da assinatura do Contrato, Cronograma de ações contendo todas as datas previstas para a realização dos procedimentos preparatórios e principalmente a data para realização do primeiro Leilão;**

8.5. Providenciar junto ao DETRAN-MA todos os procedimentos legais necessários para a baixa dos registros dos veículos considerados sucatas, inclusive o recorte dos CHASSIS;

8.6. Administrar e custear todos os assistentes, auxiliares e outros recursos humanos e materiais envolvidos e necessários à boa condução dos procedimentos do leilão;

8.7. Preparar e organizar a visitação dos bens inservíveis com segurança especializada e equipe devidamente treinada para atendimento aos interessados;

8.8. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes e da execução do contrato, bem como pelo pagamento emolumentos,premeio de seguro, e demais despesas decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.9. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;

8.10. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados;

8.11. Não se pronunciar em nome da Procuradoria Geral de Justiça a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma, bem como sobre os procedimentos e/ou expedientes confiados, salvo mediante prévia e expressa autorização do ente;

8.12. Responder por toda documentação que lhe for entregue pela Procuradoria Geral de Justiça, que acompanhará efiscalizará sua correta utilização;

8.13. Adotar todas as demais providências correlatas ao exercício da função de leiloeiro e suprir todos os custos necessários à regularidade e boa condução dos leilões que presidir;

8.14. Dar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para o leilão, tanto na divulgação (propaganda) quanto, principalmente na tarefa de identificar possíveis interessados, independente do valor ou liquidez dos mesmos;

8.15. Apresentar, a tempo e modo, assim que solicitado pelo CONTRATANTE, todo e qualquer documento atinente à execução do contrato, em especial a Nota Fiscal/Fatura dos materiais;

8.16. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços contratados, senão por

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto, em consonância com o previsto no art. 11 e 12 do Decreto nº 21.981, de 19/10/32;

8.17. Atender prontamente todas as recomendações da CONTRATANTE, que visem à regular execução do presente contrato;

8.18. Responder pelos eventuais danos causados à CONTRATANTE e a terceiros, decorrente de culpa ou dolo seus ou de seus prepostos na execução dos serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidasjudiciais ou extrajudiciais necessárias;

8.19. Reproduzir e distribuir editais antes e durante o leilão;

8.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das disposições legais e administrativas necessárias à realização do evento;

8.21. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.22. Remeter mala direta aos interessados e arrematantes integrantes do cadastro do Licitante Vencedor;

8.23. Instalar secretaria no local do leilão para atendimento aos compradores e recebimento das importâncias apuradas, com máquinas, equipamentos de som e equipe de empregados qualificados, suficientes para secretariar o Leiloeiro Público Oficial;

8.24. Atentar sempre para os melhores interesses da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

8.25. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

8.26. Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, durante a vigência do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar todas as fases do Leilão, exercendo ampla fiscalização sobre os serviços Contratados, por intermédio da Coordenadoria de Serviços Gerais, à qual o Leiloeiro Público Oficial deverá facilitar o exercício de suas funções;

9.2. Fornecer ao Leiloeiro a relação dos bens inservíveis a serem alienados e a respectiva avaliação;

9.3. Determinar juntamente com o Leiloeiro Público Oficial, data e hora para realização dos Leilões;

9.4. Verificar e aprovar previamente o edital;

9.5. Fiscalizar o desempenho do contratado, de modo a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas;

9.6. Efetuar o pagamento de acordo com o pactuado.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

10.1.1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão- JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;

10.1.2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento;

10.1.3. Dispor de Carteira de Exercício Profissional como leiloeiro oficial (pessoa física) perante a Junta Comercial do Maranhão;

10.1.4. Ser inscrito perante a Instituição de Previdência Social como Leiloeiro (pessoa física) e estar regular com as respectivas contribuições;

10.1.5. Declarar não ter parentesco, até o terceiro grau civil, com os membros e servidores da Procuradoria Geral de Justiça, aplicando-se igual proibição aos seus contratados;

10.1.6. Declarar que disponibilizará depósito e galpão (cobertos) ou garagem destinados à guarda e conservação dos bens administrativos removidos, com área dentro da cidade de São Luis, não inferior a 4.000m2 (quatro mil metros quadrados), com um mínimo de 1.000m2 (mil metros quadrados) de galpões cobertos, com piso, no mínimo, de cimento queimado, e com acesso por portões. O depósito deverá, no mínimo, ser murado e/ou cercado, possuir sistema de segurança e/ou vigilância, equipamentos de proteção contra incêndio e cobertura de seguro;

10.1.7. Declarar que disponibilizará equipamentos para registro, gravação e/ou filmagem do ato público do leilão dos bens administrativos, bem como sua estrutura técnica, recursos humanos e comunicação, bem como serviço de ligações telefônicas fixa ou móvel para facilitar o acesso às informações aos interessados, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de que seja realizado em observância das normas e leis vigentes e com a publicidade

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

necessária.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. Será desclassificada a proposta que deixar de contemplar a totalidade dos serviços objeto desta licitação.

11.2. O critério de julgamento das propostas será do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO **fornecido pelo leiloeiro à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão**, ou seja, vencerá aquele que ofertar o maior percentual de desconto na comissão sobre o valor final das vendas (artigo 24 do Decreto Federal nº 21.981/32 e artigo 24 do Decreto Federal nº 22.427/33), compreendido o limite entre 0% (zero por cento) e 3% (três por cento).

11.3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas e após obedecido o disposto no parágrafo 2º do art. 3º da Lei 8.666/93 a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio, na sessão de julgamento do certame.

11.4. Os valores não deverão possuir mais de duas casas decimais após a vírgula.

11.5. O leiloeiro deverá propor uma t**axa de comissão, a ser paga pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão** de, no máximo, 5% (cinco por cento) com base no art. 24 do Decreto 21.981, de 1932.

11.6. Os leiloeiros poderão vir a ser chamados pelo pregoeiro para demonstrar a exequibilidade de suas propostas.

11.7. Não sendo aceitável a proposta ou o lance de menor percentual, ou ainda, caso o leiloeiro não atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequentea, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.8. Ocorrendo a situação referida no subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com o leiloeiro para que seja obtido preço melhor, em conformidade com o in**teresse da administração pública;**

11.9. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o leiloeiro será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

12. DA FORMA DE REMUNERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO LEILOEIRO OFICIAL

12.1. A remuneração do leiloeiro, de caráter obrigatória, se dará na forma prevista no parágrafo único do art. 24 do Decreto nº. 21.981/32, ou seja, em percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor de cada bem arrematado, e será efetuada diretamente pelo

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

arrematante, sem qualquer interferência ou ônus para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

12.2. O leiloeiro vencedor terá o prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data de encerramento do Leilão, para apresentar à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão o relatório de prestação de contas, contendo demonstrativo financeiro, comprovantes de despesas realizadas em consonância com as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, os comprovantes de arrematação com as Notas Fiscais correspondentes, o recolhimento do valor total das importâncias recebidas.

12.3. No relatório final de cada leilão deverá constar ainda, no mínimo, descrição do bem, valor de arremate, CPF/CNPJ do arrematante, nome do arrematante, quantidade de lotes arrematados, quantidade de lotes não arrematados.

12.4. O recolhimento das importâncias deverá ser efetuado no Fundo Especial do Ministério Público, no Banco do Brasil, Agência nº 3846-6, Conta Corrente nº 5879-3, de acordo com as instruções que serão fornecidas ao Credenciado durante a execução do contrato, de forma a não prejudicar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.5. Não cabe à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelas partes envolvidas.

13. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

13.2. Não será cabível reajuste de preço uma vez que a remuneração se dará por percentual de taxa de comissão aplicado sobre o valor de venda dos bens arrematados, o qual permanecerá fixo durante toda a execução do contrato

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n° 8.666/93 o Contratado que:

14.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrênciada contratação.

14.1.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.

14.1.3. Fraudar na execução do objeto.

14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

14.1.5. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

14.1.6. Não mantiver a proposta.

14.2. O Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficarásujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1. Advertência por escrito.

14.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura referente ao mês em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência ou no termo contratual, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadaspenalidades específicas.

14.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos bens avaliados destinados a Leilão, nos casos de recusa injustificada de executar o objeto, prestar informações inexatas ou criar embaraços à fiscalização.

14.2.4. Desatender às determinações da fiscalização;

14.2.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos bens avaliados pela Comissão de Leilão, e destinados a Leilão, nos seguintes casos:

a) Ocasionar sem justa causa, atrasos superiores a 30 (trinta) dais na execução dosserviços contratados;
b) Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços contratados no prazo fixado
c) Executar os serviços em desacordo com as normas previstas no Edital e Anexos.
d) Descumprir cláusulas contratuais, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadasoutras sanções.

14.2.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, pelo prazo de até 02 (dois)anos.

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitaçãoperante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

14.3. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

14.5. Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a CONTRATANTE continuará efetivando os descontos nos meses subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído à penalidade, ou, se entender mais conveniente, poderá descontar o valor remanescente dagarantia prestada, ou ainda, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei n° 8.666/93.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

15. DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO

15.1 Constituem motivos de cancelamento do contrato, independentemente de notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal do credenciado as seguintes ocorrências:

a) O descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações previstas no Edital, no Termo deCompromisso de Leiloeiro e no Decreto nº 21.981, de 1992, relativamente à prestação das atividades objeto da contratação.

b) O cometimento de faltas ou falhas na execução dos serviços como negligência, imprudência, imperícia na condução dos processos de leilão;

c) A cessão total ou parcial da prestação do serviço sem anuência da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

d) A divulgação, pelo credenciado, de informações do interesse exclusivo da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão obtidos em decorrência do Credenciado;

e) A constatação superveniente do descumprimento de qualquer das situações previstas no edital.

15.2 No ato do cancelamento, o credenciado prestará contas de toda documentação que lhe foi confiada, fazendo a entrega dos respectivos dossiês, devidamente protocolada na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão e transferirá os valores ainda pendentes de repasse decorrente de leilões realizados.

16. DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1 O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, com asconsequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

16.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

16.3 O CONTRATADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

16.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme ocaso: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e Indenizações e multas.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não será necessário informar dotação orçamentária, uma vez que o valor correspondente ao percentual incidente sobre o valor de cada bem arrematado, referente à comissão devida pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO pelas despesas desempenhadas na realização das tarefas mencionadas no item 4, será deduzido pelo CONTRATADO do valor de venda de cada bem arrematado, sendo, assim, recolhido à CONTRATANTE o saldo resultante do valor líquido das vendas.

São Luís - MA, 11 de setembro de 2022.

assinado eletronicamente
LARA MESQUITA DE MACEDO
Chefe de Seção

assinado eletronicamente
ROBERT JOSÉ PEREIRA COSTA
Coordenador de Serviços Gerais em exercício

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Outubro de 2022 às 14:33 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: TREF-ST-22022, **Código de Validação**: D584894A04.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ALIENAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 11956/2022

2. Descrição da necessidade

Justifica-se a presente contratação em razão da necessidade de desfazimento dos bens móveis inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Sendo assim, faz-se necessário a contratação de serviço de leiloeiro oficial para a condução do processo de alienação, na modalidade Leilão, dos bens permanentes inservíveis considerados ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS	ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços a serem executados abrangem a realização de Leilões Públicos com o objetivo de alienar os bens móveis inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, envolvendo todos os atos necessários à fase interna preparatória da sessão pública como organização, divulgação e demais procedimentos necessários, tendo como parâmetro as obrigações constantes neste item.

Os leilões deverão ser realizados com observância das normas e leis vigentes e com a publicidade necessária.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, no caso dos veículos estarão livres de multas ou outras obrigações perante o DETRAN até a data da realização do leilão, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou da Procuradoria Geral de Justiça quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

Para execução dos serviços o contratado deverá dispor de solução técnica integrada para realização de leilão oficial dos bens inservíveis da Procuradoria Geral de Justiça, permitindo o recebimento de lances em ato presencial e via WEB, concomitantemente.

O leilão deverá ser realizado em instalações adequadas e de fácil localização, com condições de conforto aos interessados, responsabilizando-se o contratado por todas as providências relativas às despesas necessárias à realização do leilão, como montagem/desmontagem, serviço de som, acomodação e bem assim toda infraestrutura necessária à realização do evento.

Na fase preparatória do leilão, o contratado deverá, dentre outras atividades:

1. Recolher os bens inservíveis, sempre acompanhados da Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis Patrimoniais Alienáveis, efetuando o checklist de cada um deles e transportá-los para o pátio em caminhões e guinchos apropriados, providenciando a higienização de todos eles, verificando e organizando a documentação dos bens, guardando-os em local apropriado e acessível aos interessados na sua aquisição;
2. Emitir declaração devidamente assinada, com a descrição do bem, informando o dia e a hora de retirada de cada um dos bens inservíveis transportados para o(s) pátio(s) de sua responsabilidade;
3. Afixar no lote fichas ou faixas de identificação para facilitar a localização e o exame por parte dos interessados;

Para fins de comprovação da qualificação técnica do Leiloeiro serão exigidos:

1. Certidão de matrícula como leiloeiro oficial emitida pela Junta Comercial do Estado do Maranhão-JUCEMA, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 21.981, de 19/10/1932 e dos artigos 24 e 25 da Instrução Normativa nº 17/2013, de 05/12/2013, do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração;
2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do Leiloeiro fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto do edital, a contento e de forma satisfatória, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do credenciamento.

5. Levantamento de Mercado

Conforme levantamento realizado em demais órgãos públicos, verifica-se que os mesmos adotam esta solução como forma de atender às suas demandas de forma eficaz. Deve-se buscar uma solução que alcance os resultados pretendidos e atenda à necessidade da contratação, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação de profissional especialista ou empresa especializada para operacionalização do leilão, proporcionará à Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ganhos de eficiência processual e ganhos econômicos resultantes da economia de custos do processo e maiores valores de arrecadação, além de proporcionar maior transparência e ampliar a possibilidade de participação no certame.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O serviço de que trata este documento não demanda definição de quantidades.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 1,00

A remuneração do leiloeiro, de caráter obrigatória, se dará na forma prevista no parágrafo único do art. 24 do Decreto nº. 21.981/32, ou seja, em percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor de cada bem arrematado, e será efetuada diretamente pelo arrematante, sem qualquer interferência ou ônus para a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os atos que culminam com a realização de um leilão são concatenados e dependentes da pré-existência do outro para serem realizados. É o caso da remoção ou recolhimento, depósito, guarda, avaliação, limpeza e organização da sessão pública do leilão. Dessa forma, todos os serviços encontram-se interligados de modo que o parcelamento da solução inviabiliza o gerenciamento do leilão de maneira eficiente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se vislumbra a existência de contratações correlatas e/ou interdependentes relativas à esta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A almejada contratação está alinhada com os planejamentos da Instituição.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados com a presente contratação incluem, entre outros, a redução do custo operacional na gestão dos bens inservíveis; na mitigação nos riscos de furto dos bens; na redução nos custos de controle e segurança; na prevenção ao perdimento do bem por deterioração ou danos; além de dar destinação adequada ao bem considerado ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável.

Por fim, a contratação de leiloeiros almeja também a obtenção de melhores preços nos bens a serem leiloados por meio da possibilidade de participação no Leilão via WEB, ampliando significativamente o número de potenciais Arrematantes-Compradores e tornando a disputa mais acirrada, o que aumenta a eficácia nos lances como também diminui a possibilidade de combinação de preços.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra a necessidade de adequações no ambiente do órgão ou de capacitação específica de servidores para atuarem na execução ou fiscalização do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais, uma vez que a mesma objetiva a destinação ambientalmente adequada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida é viável, atendendo às necessidades demandadas, com ganhos em eficiência e economicidade.

16. Responsáveis

ERICKSON FILLIPPHE MARQUES MENEZES
COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS

LARA MESQUITA DE MACEDO
Chefe de Seção

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-SAF - 28912022

(*) Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA** em **22 de Julho de 2022 às 15:29 hrs** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SAF-28912022, **Código de Validação**: 1A61BF2795.

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SAF - 28912022
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 1A61BF2795

Assunto: Alienação de Veículos
Interessado: Setor de Transporte

Ao Setor de Transporte,

Tendo em vista o que consta na manifestação da Diretoria Geral, anexo DESPACHO-DG – 39572022, em conformidade com esta Secretaria Administrativo-Financeira, e ncaminhem-se os autos para a devida instrução processual, visando a abertura de processo licitatório para a contratação de empresa especializada em leilão.

assinado eletronicamente em 22/07/2022 às 15:29 hrs (*)
JOSÉ HENRIQUE FRAZÃO COSTA
ANALISTA MINISTERIAL
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: gabinetepgj@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 39572022

(*) Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES** em **22 de Julho de 2022 às 11:20 hrs** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-39572022, **Código de Validação**: 5174B664CA.

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Diretoria Geral

DESPACHO-DG - 39572022
(relativo ao Processo 119562022)
Código de validação: 5174B664CA

Trata-se de Processo Administrativo instaurado a partir do MEMO-ST-182022, no qual o Setor de Transporte solicita autorização para que a Administração Superior avalie a possibilidade de alienar os veículos que foram adquiridos no período de 2008 a 2014, constantes tabela anexa, os quais têm apresentado frequentes defeitos, gerando bastante despesas com manutenção destes veículos junto as oficinas credenciadas.

No requerimento, o Setor de Transporte informa que consoante o contido no art. 37 da Ordem de Serviço n.º 02/2009-DG, fica vedada a recuperação cujo valor ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do veículo, **devendo o mesmo ser relacionado para possível alienação".**

Ante o exposto, encaminhe-se os autos à **Diretoria da Secretaria Administrativo-Financeira/SAF**, para adotar as providências necessárias visando a avaliação do procedimento de alienação dos referidos veículos.

assinado eletronicamente em 22/07/2022 às 11:20 hrs (*)
JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES
DIRETOR GERAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 11956/2022

DOCUMENTO ADMINISTRATIVO : MEMO-ST-182022

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **21 de Julho de 2022 às 11:39 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-ST-182022, **Código de Validação**: 5496DE1FF2.

MEMO-ST - 182022
Código de validação: 5496DE1FF2

Ao Ilustríssimo Senhor
Júlio Cesar Guimarães
Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça

Assunto: ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS.

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para solicitar autorização para avaliar os veículos abaixo discriminados de propriedade desta PGJ, visando analisar a possibilidade de alienação dos mesmos, tendo em vista que são veículos adquiridos no período de 2008 a 2014, portanto, com até 14 (quatorze) anos de uso, os quais têm apresentado frequentes defeitos, com idas e vindas constantes em oficinas, onerando sobremaneira as despesas com a manutenção de veículos e inviabilizando o andamento das atividades do Órgão.

Ademais, a Ordem de Serviço nº 02/2009-DG, no seu artigo 37 versa que "*Fica vedada a recuperação cujo valor ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do veículo, devendo o mesmo ser relacionado para possível alienação*".

A fim de evitarmos a ocorrência da vedação supracitada é que fazemos a presente solicitação.

PLACA	MARCA	MODELO	COR	ANO/MOD	COMBS,	CHASSI
OJJ4893	FORD	RANGER XLS	PRETA	2014/2014	FLEX	8AFAR23L7EJ163847
NXM8253	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ985711
NXM2444	NISSAN	LIVINA 16	BRANCO	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986856
NHN9393	GM	VECTRA SD	PRETA	2008/2008	FLEX	9BGAD69W08B303293
NHP4394	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179704
NHP4469	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178439
NXM2454	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ988566
OJP0647	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD37315455051211
NHP4818	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178969
NHP5107	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96178471
NMU7434	FIAT	PALIO ELX FLEX	BRANCA	2009/2010	FLEX	9BD17140MA5504595
OJF4075	FIAT	PALIO WK TREKK 1.6	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BD373154E5035825
OJP8633	FORD	RANGER XLS	PRETA	2014/2014	DIESEL	8AFAR23L4EJ208047
NHP3132	FIAT	MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179487
OJO2H74	FIAT	PALIO WEEKEND	BRANCA	2013/2014	FLEX	9BWAG45U1JT158274

NHF0293	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822784987529
NHP6450	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	BRANCA	2008/2009	FLEX	9BD15822A96179542
PTB9818	FORD	RANGER XLS	PRETA	2014/2014	DIESEL	8AFAR23L7EJ167977
NXM7728	NISSAN	LIVINA 16	BRANCA	2011/2012	FLEX	94DTAFL10CJ986874

São Luís, 21 de julho de 2022

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 21/07/2022 às 11:33 hrs (*)

LARA MESQUITA DE MACEDO
CHEFE DE SEÇÃO

assinado eletronicamente em 21/07/2022 às 11:39 hrs (*)

ROBERT JOSÉ PEREIRA COSTA
CHEFE DE SEÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **21 de Julho de 2022 às 11:39 hrs** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-ST-182022, **Código de Validação**: 5496DE1FF2.